



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL – 6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

ABRIL/2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL – 6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, IN TCU nº 72/2013, DN TCU nº 134/2013, DN TCU nº 139/2014, DN TCU nº 140/2014, Portaria TCU nº 90/2014 e Portaria CGU nº 650/2014.

Belo Horizonte, abril/2015

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
ARF – Agência da Receita Federal do Brasil
ARFB – Auditoria da Receita Federal do Brasil (carreira)
AGU – Advocacia–Geral da União
AITAN – Aeroporto Internacional Tancredo Neves
ALMG – Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais
Art. – Artigo
ATA – Assistente Técnico–Administrativo
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
AUDIT – Coordenação–Geral de Auditoria Interna
BB – Banco do Brasil
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte da Receita Federal do Brasil
CAFIR – Cadastro de Imóveis Rurais
CARF – Conselho de Recursos Fiscais
C&D – Capacitação e Desenvolvimento
CEF – Caixa Econômica Federal
CENTRESAF – Centro Regional de Treinamento da Escola de Administração Fazendária
CEPS – Comissão de Ética Pública Seccional
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGU – Controladoria–Geral da União
CND – Certidão Negativa de Débitos
CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CPDEN – Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa
CPF – Cadastro de Pessoas Físicas
COAEF – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
CODAC – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança
COFIS – Coordenação–Geral de Fiscalização
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COGEP – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria–Geral da Receita Federal do Brasil
COGET – Coordenação–Geral de Estudos, Previsão e Análise
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
CONPROVI – Sistema de Controle de Procedimentos Vinculados
COPAV – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEI – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação
COPEs – Coordenação–Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística

COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
COSIT – Coordenação–Geral de Tributação
COTEC – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CT – Crédito Tributário
DACON – Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DISO – Declaração e Informações sobre Obras
DRF/BHE - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte
DRF/CFN – Delegacia da Receita Federal do Brasil em Coronel Fabriciano
DRF/CON - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Contagem
DRF/DIV - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Divinópolis
DRF/GOV - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares
DRF/JFA - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora
DRF/MCR - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Montes Claros
DRF/PCS - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas
DRF/STL - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas
DRF/UBB - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberaba
DRF/UBL - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia
DRF/VAR - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Varginha
DEMAC - Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DIGEP – Divisão de Gestão de Pessoas
DIPJ - Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica
DIPOL – Divisão de Programação e Logística
DIRF – Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte
DIRAC – Divisão de Arrecadação e Cobrança
DIREP – Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho
DIRPF – Declaração do Imposto de Renda das Pessoas Físicas
DISIT – Divisão de Tributação
DITEC – Divisão de Tecnologia da Informação
DITR – Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
DIVIC – Divisão de Interação com o Cidadão
DJE - guia de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais
DN – Decisão Normativa
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
DW – Data Warehouse

e-CAC- Centro Virtual de Atendimento
EPMAC – Equipe de Programação dos Maiores Contribuintes
ESAF – Escola de Administração Fazendária
ESCOR – Escritório de Corregedoria
ESPEI – Escritório de Pesquisa e Investigação
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GDAFAZ – Grafitação de Desempenho de Atividade Fazendária
GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IN – Instrução Normativa
IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IRF/BHE – Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto sobre a Renda da Pessoa Física
ITR – Imposto Territorial Rural
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAED - Multa por Atraso na Entrega de Declaração
MF – Ministério da Fazenda
MPF – Ministério Público Federal
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAF – Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal
OC – Órgão Central
OCI – Órgão de Controle Interno
PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PCC – Plano de Cargos e Carreira
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PER/DCOMP – Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação
PF – Pessoa Física
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PIS - Programa de Integração Social
PJ – Pessoa Jurídica
PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira
PPA – Plano Plurianual
PROEDUC – Programa de Educação Corporativa
REDEX – Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação
RF – Região Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RFFP – Representação Fiscal para Fins Penais
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
R A E (N) – Reunião de Avaliação Estratégica Nacional

R A E (R) - Reunião de Avaliação Estratégica Regional
SA3 – Sistema de Apoio às Atividades Administrativas
SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento aos Contribuintes
SAGE – Sistema de Apoio à Gestão Estratégica
SAMF/MG – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social
SEFAZ/MG – Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
SEPLAG/MG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais
SEMAC – Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIEF – Sistema Integrado de Informações Econômico Fiscais
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC – Sistema de Exame e Registro de Atos de Admissão e Concessão
SISCAC – Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPE – Secretaria e Política Econômica (MF)
SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (MF)
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRRF – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento da Receita Federal do Brasil
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal do Brasil
TCU – Tribunal de Contas da União
TME – Tempo Médio de Atendimento
UAI – Unidades de Atendimento Integrado do Governo de Minas Gerais
UC – Unidade Central
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
X-CAT – (Serviço ou Seção) de Controle e Acompanhamento Tributário
X-ORT – (Serviço ou Seção) de Orientação e Análise Tributária
ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Introdução	13
<u>Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 134/2013</u>	
1 - Identificação e Atributos das Unidades cujas gestões compõem o Relatório	
1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada	26
1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	27
1.3 - Organograma Funcional.....	30
1.4 - Macroprocessos Finalísticos	33
2 - Informações sobre a Governança	
2.1 - Estrutura de Governança	61
2.2 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	63
3 - Relacionamento com a Sociedade	
3.1 - Canais de Acesso do Cidadão.....	65
3.2 - Carta de Serviços ao Cidadão	66
3.3 - Mecanismos para medir a Satisfação em relação aos Produtos e Serviços	66
3.4 Acesso às informações da Unidade Jurisdicionada.....	70
3.5 - Medidas relativas à Acessibilidade.....	70
4 - Planejamento e Resultados Alcançados	
4.1 - Planejamento da SRRF06.....	73
4.2 - Informações sobre Outros Resultados da Gestão	91
4.3 – Informações sobre indicadores de desempenho operacional	94
5 - Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade.....	96
6– Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	
6.1 - Programação e Execução das Despesas	101
6.2 - Despesas com ações de publicidade e propaganda	104
6.3 - Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	105
6.4 – Transferência de Recursos.....	106
7- Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	
7.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade.....	110
7.2 - Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	126
8 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	
8.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	142
8.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	143
8.3 – Bens Imóveis Locados de Terceiros	149

9 - Gestão da Tecnologia da Informação	
9.1 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	152
10 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	
10.1 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental.....	154
11 – Atendimento de Demandas de Órgão de Controle	
11.1 – Declaração de Bens e Rendas Estabelecidas na Lei nº 8.730/93	156
11.2 - Medidas Adotadas em caso de Dano ao Erário	157
12 - Informações Contábeis	
12.1 - Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	159
12.2 - Conformidade contábil	163
12.3 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	167
13 - Outras Informações sobre a Gestão	
13.1 - Outras informações consideradas relevantes pela UJ.....	169
14 – Considerações Finais	
14.1 - Considerações Finais.....	171

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 90/2014)

Título	Página
Quadro 1 – Identificação da UJ	26
Quadro 2 – Resumo Quantitativo das Unidades da 6ª RF.....	33
Quadro 3 – Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário.....	35
Quadro 4 – Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros.....	42
Quadro 5 – Macroprocesso Administração Aduaneira.....	48
Quadro 6 – Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios.....	50
Quadro 7 – Macroprocesso Interação com a Sociedade.....	52
Quadro 8 - Avaliação do Atendimento nas Unidades de Atendimento Presencial.....	67
Quadro 9 - Projeto Regionalização da Concessão de Isenção de IPI e IOF para Taxistas e Portadores de Deficiência – Resultados Esperados e Resultados Obtidos.....	84
Quadro 10 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	101
Quadro 11 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	102
Quadro 12 - Despesas por Grupo e Eemento de Despesa - Créditos de Movimentação.....	103
Quadro 13 - Despesas com Publicidade	104
Quadro 14 - Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	105
Quadro 15 - Declaração de Inserção e Atualização dos Dados no SIASG e SICONV	106
Quadro 16 – Força de Trabalho da UJ	110
Quadro 17 – Distribuição da Lotação Efetiva	111
Quadro 18 – Vinculação Setores da UA com os Macroprocessos.....	112
Quadro 19 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.....	113
Quadro 20 – Custos do Pessoal	119
Quadro 21 – Grau de Lotação da RFB.....	123
Quadro 22 – Comparativo Grau de Lotação da RFB com Outros Órgãos.....	124

Quadro 23 - Quantitativo de Ingressos e Egressos.....	125
Quadro 24- Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva.....	126
Quadro 25 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	132
Quadro 26 - Composição do Quadro de Estagiários	139
Quadro 27 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União..	144
Quadro 28 - Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	145
Quadro 29 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ	146
Quadro 30 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	147
Quadro 31– Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	149
Quadro 32 – Aspectos da Gestão Ambiental	154
Quadro 33 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014	157
Quadro 34 – Taxas Utilizadas para o Cálculo da Depreciação.....	160
Quadro 35 – Conformidade Contábil de UG.....	164
Quadro 36 – Ocorrências Contábeis.....	166
Quadro 37 - Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	167

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das Regiões Fiscais da RFB.....	30
Figura 2 – Organograma da SRRF06.....	31
Figura 3 – Organograma da SRRF06 e unidades descentralizadas.....	32
Figura 4 - Cadeia de Valor da RFB.....	34
Figura 5 - Índice de Redução Valor de Estoques de Compensações Pendentes – Por RF.....	38
Figura 6 – Índice de Redução Valor de Estoques de Compensações Pendentes – Por Unidade.....	38
Figura 7 - Índice de Tempo de Estoque de Restituições Pendentes - Por RF.....	39
Figura 8 - Índice de Tempo de Estoque de Restituições Pendentes - Por Unidade.....	40
Figura 9 – Crédito Tributário por Grupo de Operação (R\$)	46
Figura 10 - Quadro Comparativo das Operações de Repressão.....	47
Figura 11 – Quadro Comparativo das apreensões.....	48
Figura 12 – Eventos de Educação Fiscal – 6ª RF - Atingimento Meta.....	54
Figura 13 – Educação Fiscal – 6ª RF – Número de Eventos Acumulados	55
Figura 14 - Pontos Fortes do atendimento da RFB (Belo Horizonte, Contagem e Betim).....	67
Figura 15 – Avaliação do Atendimento via Internet da RFB.....	68
Figura 16 – Comparativo aspectos relacionados à Página da RFB na Internet.....	69
Figura 17 – Avaliação Geral da RFB.....	69
Figura 18 – Mapa Estratégico da RFB 2012-2015.....	74
Figura 19 - Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Resultados.....	75
Figura 20 - Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Processos Internos.....	76
Figura 21 - Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Pessoas e Recursos.....	77
Figura 22 – Central de Gestão da RFB – Desempenho quanto aos Objetivos – RF06.....	78
Figura 23 – Central de Gestão da RFB – Desempenho quanto aos Indicadores – RF06.....	78
Figura 24 – Painel de Monitoramento e Controle da RF06.....	80
Figura 25 – Projetos Estratégicos da 6ª RF 2014 – 2015.....	81
Figura 26 – Visão Geral dos Projetos Estratégicos da 6ª RF – Encerrados/ em Execução.....	82
Figura 27 – Visão Geral dos Projetos Estratégicos da 6ª RF – Escopo e Prazo.....	83
Figura 28 – Avaliação Sintética do Projeto Regionalização da Concessão de Isenção de IPI e IOF para Taxistas e Portadores de Deficiência.....	85
Figura 29 – Resultado Regional de Revisão das DITR – setembro/2014.....	86
Figura 30 – Relação eventos Projeto Diversidades/2014.....	90
Figura 31 – Relação Palestras Programa Receita Informa/2014.....	91

Figura 32 – Nova Cadeia de Valor da RFB.....	92
Figura 33 – Cronograma Formulação Planejamento Estratégico RFB 2016-2019.....	93
Figura 34 – Grau de Reposição de Egressos em 2014.....	114
Figura 35 – Perfil Etário Servidores da RFB.....	115
Figura 36 – Ações de Capacitação e Desenvolvimento, Lacunas de Competências e Resultados...117	
Figura 37 – Quantitativo Vagas Pleiteadas - 2015 a 2019.....	124
Figura 38 – Pendências de entrega da DBR.....	156

LISTA DE ANEXOS

Título	página
Anexo I – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	173
Anexo II - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	177
Anexo III – Indicadores Estratégicos e Avaliações de Desempenho.....	179
Anexo IV – Frota de Veículos Automotores de Propriedade da UJ.....	195
Anexo V – Sistemas Computacionais utilizados e suas Funções – Hospedagem Serpro.....	200
Anexo VI – Sistemas Computacionais utilizados e suas Funções – Hospedagem Dataprev.....	233
Anexo VII – Necessidade de desenvolvimento de novos sistemas.....	238
Anexo VIII – Contratos na Área de Tecnologia da Informação.....	241

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes às Unidades Gestoras da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A, Conteúdo Geral e Parte B, Conteúdo Específico, Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 90/2014 e Sistema e-Contas.

A seguir, é apresentado o item que não se aplica à realidade da Unidade Jurisdicionada:

ANEXO II - PARTE A – CONTEÚDOS GERAIS, DA DN TCU Nº 134/2013

5 - GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE
Identificação e informações gerais dos fundos do contexto da unidade
Informações sobre fundos de aval ou garantidores de créditos
Informações sobre fundos de investimento
Justificativa: Esta Unidade não é gestora de fundos de aval, de fundos garantidores de crédito ou de fundos de investimento (itens 64 e 65 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico).

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E DIFICULDADES ENCONTRADAS NO EXERCÍCIO DE 2014 E DESAFIOS PARA 2015

No exercício 2014, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal – SRRF06, teve como principais realizações as atividades e resultados a seguir descritos, de forma sintética, uma vez que seu detalhamento será apresentado em tópicos próprios do presente Relatório de Gestão.

Também serão relatadas as dificuldades encontradas para a realização dos objetivos propostos, bem como os novos desafios que se apresentam para 2015.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E RESULTADOS DA SUPERINTENDÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2014

Como já relatado nos Relatórios de Gestão dos exercícios anteriores, a Superintendência tem convivido com dificuldades que extrapolam o âmbito de sua governança, mas que impactam negativamente no desenvolvimento de suas atividades, exigindo esforços e criatividade para contornar e mitigar suas consequências. São dificuldades relacionadas à redução no quadro de servidores em função, principalmente, das aposentadorias e à sua não reposição nos mesmos patamares, e às restrições orçamentárias.

Para compensar a carência de pessoal, foi dado prosseguimento às iniciativas de criação de centros virtuais de especialização para a execução de atividades de diferentes áreas de atuação. O objetivo

foi racionalizar o trabalho e maximizar os resultados, de forma a promover ganhos de produtividade pela contínua especialização.

Com esse foco, em 2014, foram concluídos com sucesso os seguintes projetos:

- Padronização e Regionalização dos Processos de Isenção IPI, com a consolidação da Equipe Regional de Isenção de IPI para Taxistas e Portadores de Deficiência, com o atingimento do prazo médio de 14 dias para atendimento dos pedidos formulados;
- Criação de centros de especialização na área de fiscalização da 6ª RF, propiciando o direcionamento dos trabalhos de fiscalização em tributos internos e revisão de declarações das delegacias da 6ª RF às unidades “centros de excelência”; e
- Reestruturação da Logística na 6ª RF.

Nesse sentido, a Dirac desenvolveu, de forma inovadora, o Trabalho de Alta Performance, onde uma pequena equipe de servidores realizou atividades beneficiando toda a Região Fiscal, afastando a restrição de jurisdição e permitindo grande celeridade e redução de estoque de processos pendentes. Foram contempladas as atividades de:

- a) pedidos de restituição do Simples Nacional;
- b) PER/Dcomp de pagamento indevido ou a maior;
- c) PER/Dcomp de Saldo Negativos e
- d) PER/Dcomp de Reintegra.

Conforme se verifica, mesmo diante das dificuldades, a 6ª Região Fiscal tem conseguido bons resultados, evoluindo em seus macroprocessos de trabalho.

Foram consolidadas as ferramentas para acompanhamento dos processos de cobrança e definidas as metas para a atuação das unidades, o que permitirá um maior controle e agilização no fluxo dos processos no contencioso administrativo.

A área de fiscalização manteve sua atuação. Antes do fim de novembro, a região já havia atingido a meta de 100% do Indicador Global de Fiscalização e, em dezembro, atingiu a meta do Indicador Global de Desempenho da Seleção. Tal resultado foi fruto de ações que visaram o comprometimento coletivo dos servidores dedicados à atividade, ao fortalecimento do trabalho em equipe, principalmente em função dos eventos de capacitação focados na atividade laboral dos Chefes de Equipe, à divulgação da estratégia de ação da RFB e ao acompanhamento muito próximo do trabalho das unidades e de cada um dos Auditores-Fiscais.

Também foram realizadas operações fiscais especiais visando intensificar o cerco contra a sonegação e fraudes. Essas ações tiveram um grande impacto na mídia de Minas Gerais, tendo sido concedidas diversas entrevistas coletivas em Belo Horizonte e no interior do Estado.

Operação “Não te pertence” – Deflagrada, em abril, pela SRRF06, em conjunto com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, teve como objetivo confirmar indícios de fraudes ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF). A ação era perpetrada por escritórios de contabilidade e pessoas físicas que utilizavam sistematicamente artifícios para burlar os sistemas da Receita Federal e obter restituições indevidas ou a redução do Imposto de Renda devido.

Foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão em Belo Horizonte e Leopoldina/MG com a retenção de computadores que enviaram as declarações fraudulentas e de documentos que confirmam a fraude e identificam os beneficiários.

Operação Autônomos - Teve como objetivo verificar a correta apuração e recolhimento da Contribuição Previdenciária devida pelos contribuintes individuais – no caso específico, profissionais de saúde que receberam pagamentos de pessoas físicas nos anos de 2010 a 2012. Esse trabalho visou, também, identificar profissionais da área da saúde que emitiram recibos sem a efetiva e correspondente prestação de serviços.

Projeto Cartas – Iniciado em julho de 2014, constituiu-se no envio de correspondência aos contribuintes cujas DIRPF 2014 estavam retidas em Malha Fiscal. Ao todo foram encaminhadas, em três etapas, 58.729 cartas informando sobre a retenção e orientando que, mediante o acesso ao extrato de processamento, no site da RFB, seria possível verificar as pendências e, se fosse o caso, resolvê-las por meio de simples Declaração Retificadora, sem necessidade de comparecimento à unidade de atendimento da Receita. Desse universo, em novembro/2014, restavam 18.129 contribuintes retidos em malha, o que representava 70% de resolução.

Operação Grifo 2 - teve como objetivo a regularização da contribuição previdenciária incidente sobre obras de construção civil. Essa ação deu continuidade à Operação Grifo, realizada em abril de 2013, que resultou no incremento da arrecadação de contribuição previdenciária no setor. No período de 8 a 16 de abril, o helicóptero EC-135 da Divisão de Operações Aéreas da Receita Federal sobrevoou regiões do interior de Minas (Região Central, Triângulo Mineiro e Sul de Minas), especialmente os condomínios de luxo, coletando imagens para comparação com dados obtidos pela Receita Federal junto às Prefeituras Municipais e Cartórios de Registro Imobiliário, além de fotos de satélite já colhidas.

A Direp, por sua vez, realizou no ano 68 operações de repressão ao contrabando e descaminho, apurando-se o total de R\$ 43,5 milhões de crédito tributário, resultado superior aos dos anos anteriores que foram de R\$34,9 milhões em 2013; R\$18, 21,5 milhões em 2012 e R\$ 20,8 milhões em 2011.

Dentre essas operações destacaram-se a Operação Ostentação e a Operação Dragão Vermelho, ambas realizadas em Belo Horizonte. Elas visaram a verificação da regularidade fiscal de mercadorias estrangeiras vendidas no comércio da cidade.

Operação Ostentação – Realizada em abril, teve como foco a verificação da regularidade fiscal de mercadorias vindas dos Estados Unidos, expostas à venda em Belo Horizonte. Os alvos foram cinco contribuintes localizados em áreas nobres da capital que comercializam roupas e outros artigos de origem estrangeira.

Operação Dragão Vermelho - teve como alvo alguns estabelecimentos comerciais localizados no hipercentro da capital. Foram apreendidos produtos de origem estrangeira que totalizaram 672 volumes, transportados em três caminhões. O valor estimado da mercadoria apreendida foi de R\$400mil.

Outro destaque em 2014 foi a "**Operação Copa do Mundo**", que se constituiu no conjunto das ações necessárias à preparação da Receita Federal para atuar no grande evento Copa do Mundo FIFA 2014.

As unidades executoras foram as Inspetorias e Alfândegas sediadas nas cidades sede do evento. Entretanto, o trabalho de preparação envolveu a Assessoria do Secretário da RFB, a Coana e suas Divisões, as Superintendências Regionais e as Dianas.

O Governo Federal iniciou a preparação criando um órgão colegiado nacional, o Conaero. Paralelamente foi criado, por meio do mesmo decreto - DECRETO Nº 7.554, de 15 de agosto de

2011, um órgão colegiado regional em cada aeroporto sede denominados Autoridades Aeroportuárias.

No âmbito da Receita Federal foram criados os Comitês Regionais de Grandes Eventos subdivididos em três esferas administrativas: nacional, regional e local. Foi também realizado o Seminário de Capacitação Aduaneira para a Copa do Mundo (Março 2014), com a participação das Regiões Fiscais. Nesse seminário, discutiu-se as minutas de manuais elaboradas pela Coana para a Copa e também as estratégias de trabalho criadas por cada unidade sede para o atendimento do evento.

Na 6ª RF, foram constituídas equipes de reforço, com o deslocamento de servidores de suas atividades regulares da IRF/BHE, DRF/CON, DRF/BHE e da Superintendência da 6ªRF para atuarem durante o evento nas seções de vigilância e fiscalização de bagagem no AITAN. As Delegacias do interior de Minas Gerais também disponibilizaram servidores que chegaram a ser treinados, mas a contenção com os gastos de diárias imposta no período impossibilitou que participassem do evento.

Foram 25 servidores convocados para os reforços das seções diretamente envolvidas no evento.

Foram também preparados locais especiais para recepção das Delegações Estrangeiras. A delegação do Chile, composta por 75 pessoas, foi a primeira a chegar. Foram desembarçadas 5 toneladas de bagagem. As seleções da Argentina, com 72 integrantes, e do Uruguai, com 55 pessoas, chegaram posteriormente.

Ainda na área aduaneira, a SRRF06 concluiu a instalação, nas dependências do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Confins, do Centro Regional de Cães de Faro, para incrementar as operações de prevenção e repressão à lavagem de dinheiro e ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Em 2014, o projeto Atendimento Aduaneiro nos CAC e ARF foi destaque pela mudança da cultura do atendimento da RFB, com a integração das atividades aduaneiras com as de tributos internos (fazendários e previdenciários), permitindo ao contribuinte, em um mesmo local, o acesso à prestação de todos os serviços de atendimento oferecidos pela RFB e um melhor intercâmbio de conhecimento e relacionamento das diferentes áreas de atendimento das unidades da 6ª RF.

Também foi destaque a mudança no gerenciamento de risco no despacho de importação, com uma melhor avaliação da participação das Unidades Locais no processo de pesquisa e seleção dos despachos selecionados no canal verde, medido pelo novo indicador, o IGDI – Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação, o que resultou em uma análise de risco mais efetiva.

A 6ª Região Fiscal, por meio de sua área de Tributação, deu continuidade à sua participação ativa nos esforços envidados pela RFB, buscando a redução de litígios tributários, oferecimento de maior segurança jurídica aos contribuintes e maior agilidade do processo de consulta.

O gerenciamento do atendimento na 6ª RF mostrou-se satisfatório, apesar das dificuldades enfrentadas, com manutenção dos bons resultados dos indicadores de gestão nas Delegacias. Para tanto, muito contribuiu o investimento na capacitação e valorização do gerentes de atendimento, consolidado em duas reuniões com as chefias de CAC e um Seminário Regional de Atendimento, e a formação/atuação do Grupo de Colaboradores da Divic - grupo constituído por alguns chefes de

CAC e de Agência, com a finalidade de discutir e apresentar propostas gerenciais para a melhoria do Atendimento na RFB.

O incremento do atendimento eletrônico na Região foi mantido como prioridade e foi impactado positivamente com a implantação da nova página da RFB na Internet e do m-IRPF que possibilita que as declarações do imposto de renda das pessoas físicas sejam elaboradas por meio de dispositivos móveis (tablets e smartphones), conectados à internet, podendo ser apresentadas a qualquer momento e de qualquer lugar.

Em 2014, foram recebidas em âmbito nacional 26.883.633 DIRPF/2014 e 2.502.392 em Minas Gerais. Também foi novidade a declaração pré-preenchida.

O Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (Portal e-CAC), por sua vez, contabilizou 9.740.994 acessos na 6ª RF, um aumento de 38% em relação ao ano de 2013.

Durante o ano, a Divisão de Interação com o Cidadão (Divic) manteve também seu planejamento de comunicação, por meio da intranet, com edição do Fique em Dia, informativo semanal com as principais novidades do atendimento, e do Boletim mensal com os dados do atendimento na Região, incentivando os CAC/ARF à construção conjunta da sua análise gerencial.

Visando o desenvolvimento da moral tributária teve continuidade a estruturação e implantação de novos Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal – NAF.

Trata-se de um modelo semelhante ao dos Escritórios de Prática Jurídica (SAJUs), no qual, mediante um protocolo de cooperação com faculdades de ciências contábeis e de comércio exterior, é estabelecida parceria para dar suporte contábil e fiscal a pessoas de baixa renda (PF ou PJ) ou ao público interno das faculdades/universidades, bem como atuar como centro de aprendizagem dos alunos por meio de discussões, palestras, grupos de estudo, treinamentos.

A 6ª RF é a segunda maior região em número de NAF. Hoje já são cinco em Minas Gerais:

- NAF Faculdades Novos Horizontes, em Belo Horizonte
- NAF Faculdade Centro Mineiro do Ensino Superior (CEMES), em Campo Belo
- NAF Unileste – Coronel Fabriciano
- NAF Faculdade Batista de Minas Gerais – Belo Horizonte
- NAF Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (Faced) – Divinópolis.

Ainda em relação ao desenvolvimento da moral tributária, a 6ª RF, por meio da DRF/Belo Horizonte, passou a integrar o projeto “Eu Curto Cidadania”. Esse projeto busca orientar estudantes sobre as formas de acesso ao conjunto de programas sociais, à rede de proteção e aos serviços públicos disponíveis no município de Belo Horizonte. São trabalhados temas relacionados à educação, cultura, justiça, sexualidade, mobilização social, educação fiscal, participação política, violação de direitos, e ao direito à saúde, meio ambiente, dentre outros.

Além da DRF/ Belo Horizonte, integram o projeto o Centresaf/MG, Secretaria do Estado da Fazenda, Escola da ALMG e Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte que, em conjunto, estabeleceram como projeto piloto a Escola Dora Tomish Laender.

Outra iniciativa da área de atendimento e que teve continuidade no decorrer de 2014 foi o Projeto “Reuniões Temáticas com Entidades de Classe”. O objetivo é melhorar a comunicação e estreitar o diálogo entre a administração e os administrados, em consonância com os princípios da presunção da boa-fé e da confiança mútua. Foram realizadas duas reuniões temáticas: a primeira teve como

temas a possibilidade das DRJ realizarem julgamentos públicos dos processos administrativos e o e-Social – prazos e exigências. A segunda tratou da Desoneração da Folha de Pagamento. Participaram 11 entidades de classe.

A área de Engenharia da 6ª RF foi reforçada com a nomeação de três novos servidores que passaram a ocupar cargos com atribuições específicas de arquitetura e engenharia. Ela teve papel fundamental na aplicação dos recursos disponibilizados para a Região: com um crédito total disponível de R\$ 14.227.418,89, fechou o ano com o empenho de R\$ 9.888.679,75, ou seja, 69,5% daquele valor.

As obras do prédio da futura sede da DRF/Belo Horizonte recomeçaram no início de 2014 e em dezembro foi realizada a mudança para a nova sede. A obra ainda continua na área externa e nos 1º e 2º andares, com previsão de conclusão em fevereiro/2015.

Outros projetos foram também desenvolvidos:

- Projetos de reformas integrais como as das Delegacias de Juiz de Fora, Divinópolis, Governador Valadares e Uberaba;
- Projetos das agências modelo de Passos, Caratinga, Manhuaçu, Barbacena;
- Projetos de novos edifícios como o Bloco “B” da Delegacia de Uberlândia e a nova Sede da Delegacia de Poços de Caldas.

Em 2014, o quadro de gestores das unidades foi renovado, em conformidade ao estabelecido em Portaria que disciplina o Processo Simplificado de Seleção (PSS) para Delegados e Inspetor. Foram substituídos oito dirigentes. Considerando 13 Delegacias e a Inspeção, a 6ª RF substituiu 57,14% dos dirigentes de suas unidades.

A preparação dos novos gestores para o exercício de suas atividades teve lugar com a realização das Reuniões Diálogos de Gestão. Essas Reuniões foram implantadas em 2011 e, em 2014, foram programadas e tiveram suas pautas adaptadas para atender, prioritariamente, às necessidades e demandas dos novos gestores.

Nessa iniciativa, os titulares das unidades comparecem à Superintendência para participar de reuniões individuais com os Superintendentes e Chefias de Divisão. Na pauta, são incluídos assuntos específicos de cada unidade e, no caso dos novos dirigentes, a apresentação e o detalhamento sobre as rotinas que constituem o dia a dia da unidade e o acompanhamento a ser efetuado em cada caso, bem como o esclarecimento de dúvidas.

Em 2014, participaram os dirigentes das seguintes unidades: Divinópolis, Sete Lagoas, Contagem, Varginha, Belo Horizonte, Coronel Fabriciano, Uberlândia e Uberaba.

A gestão eficiente e a metodologia de elaboração de projetos continuaram a merecer atenção especial no decorrer de 2014, com a inclusão de novos projetos e capacitação de equipes, por meio de consultoria interna e capacitação de servidores na nova ferramenta de auxílio ao gerenciamento de projetos implementada na RFB, o Clarity Project and Portfólio Management (PPM).

Oito projetos estratégicos da Superintendência tiveram seu acompanhamento efetuado por meio da metodologia de Gerenciamento de Projetos.

- Seminário Regional de Trocas de Experiências – Garantias do Crédito Tributário

- Padronização e Regionalização dos Processos de Isenção de IPI;
- Implementação do Gerenciamento da Cobrança;
- Criação dos centros de especialização na área de fiscalização;
- Atendimento Aduaneiro nos CAC e ARF;
- Monitoramento de Sistemas
- Ampliação dos CAC Avançados; e
- Reestruturação das Atividades de Logística na 6ª RF

Desses, cinco foram encerrados no exercício, a saber:

- Seminário Regional de Trocas de Experiências – Garantias do Crédito Tributário
- Padronização e Regionalização dos Processos de Isenção de IPI;
- Criação dos centros de especialização na área de fiscalização;
- Monitoramento de Sistemas
- Reestruturação das Atividades de Logística na 6ª RF.

Buscando a constante atualização e capacitação técnica de seus servidores, o Proeduc – Programa de Educação Corporativa, segundo as diretrizes institucionais, foi elaborado e implementado com base nas lacunas de competências apresentadas no 1º ciclo de mapeamento de competências, concluído em 2011, e no 2º ciclo de diagnóstico de competências, realizado em 2013, visando identificar as ações de capacitação que podem melhorar o desempenho dos servidores e, por conseguinte, os resultados institucionais.

Em 2014, o valor destinado a esse Programa foi de R\$ 1.150.000,00, com execução de R\$ 991.558,00. Também foram investidos R\$ 210.074,38, relativos ao Fundo EducMais, o qual vincula recursos adicionais ao Proeduc para atendimento às diretrizes estratégicas e redução das maiores lacunas de competência.

Entre os eventos realizados, destacam-se os Seminários, que buscaram a reflexão sobre temas específicos e a disseminação de conhecimento dentro da Região. Eis alguns deles:

“II Seminário Meta Regional” - realizado no período de 18 a 21 de fevereiro, pela Dirac e Difis, para apresentação dos resultados das atividades de restituição, reembolso, ressarcimento e compensação em 2013. Foram ainda discutidas a minuta da Ordem de Serviço da Meta Regional 2014 e as estratégias para atuação conjunta das áreas de Fiscalização e Orientação Tributária da 6ª Região Fiscal para o ano corrente.

Durante o seminário foram apresentadas as melhorias e avanços do Sistema de Controle de Créditos - SCC, as boas práticas das Delegacias, a sistemática de acompanhamento dos contribuintes diferenciados realizada pelo Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes - Semac e o novo "Banco Metas Regionais".

“II Seminário Regional de Troca de Experiências Fiscais” - Em sua segunda edição, o evento teve como tema principal as Garantias do Crédito Tributário. Promovido pela Superintendência, ele foi coordenado e organizado pela Disit06, em parceria com o Centresaf/MG. Em 2014 o seminário reuniu 154 participantes, entre servidores da 6ª RF e convidados de outras Regiões, tendo como objetivo promover o debate e a disseminação de temas relevantes da legislação tributária, além de aumentar a interação entre os servidores das áreas de fiscalização e tributação.

Foram tratados temas importantes envolvendo questões relativas às garantias do crédito tributário e representação fiscal para fins penais, tais como, Medidas Cautelares Fiscais e Demais Medidas Judiciais para Garantia do Crédito Tributário, Arrolamento de Bens, Medidas Cautelares Fiscais na RFB, Recuperação do Crédito, Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter), Persecução Penal nos Crimes Contra a Ordem Tributária, dentre outros assuntos.

Seminário de Desenvolvimento Gerencial no Atendimento - Realizado em setembro, esse evento contou com a presença dos chefes de CAC e quatro chefes de Agências da RF06 e abordou temas relevantes para o desempenho das funções exercidas pelos gerentes de atendimento como liderança, negociação e motivação. Ao longo do seminário, foram abordadas situações críticas encontradas no atendimento como a resistência dos próprios gerentes e demais servidores às novidades e constantes mudanças de legislação e procedimentos. Também foram apresentadas técnicas e ferramentas para trabalhar a ansiedade e melhorar a administração do tempo e de conflitos.

“Seminário Regional de Avaliação Estratégica” - foram realizados quatro no exercício, buscando-se avaliar os resultados trimestrais e discutir melhorias a serem implementadas no desempenho das unidades. Além dessa avaliação, o último seminário contemplou mais dois módulos para desenvolvimento dos temas “Liderança” e “Planejamento Estratégico”.

Na DRF/Belo Horizonte, o relacionamento com o público externo tem recebido especial atenção, com a continuidade do “Receita Informa”, visando aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade. Esse programa tem os profissionais de contabilidade em seu público preferencial e busca esclarecer e disseminar conhecimentos por meio de palestras, cursos e seminários gratuitos, visando o correto cumprimento das obrigações tributárias e previdenciárias. Em 2014 foram 11 palestras, com o total de 3.036 participantes,

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA UJ PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

A exemplo dos exercícios anteriores, a programação orçamentária e financeira foi impactada por restrições, impostas por meio do Decreto 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira, estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2014, reduzindo os limites de movimentação e empenho, exceto os relativos a despesas obrigatórias e os de pagamento.

As restrições orçamentárias e o estabelecimento de limites e instâncias de governança para a realização de gastos forçaram a revisão das atividades programadas de fiscalização, operações de repressão, ações estratégicas, deslocamentos, reuniões e programas de capacitação da Região.

A liberação irregular de recursos financeiros ao longo do exercício foi mais um complicador na realização das atividades, além de gerar preocupação e descontentamento dos fornecedores de materiais e serviços com o atraso nos pagamentos.

Outra dificuldade verificada no exercício e já recorrente na Região é a contínua redução no quadro de servidores em função, principalmente, do número de desligamentos por aposentadoria - 112 de um total de 144 egressos registrados no exercício. O quadro regional tem diminuído e, em 2014, apresentou o percentual de redução de aproximadamente 3,85 %. Tal percentual apresenta tendência de crescimento em 2015 face ao quantitativo de servidores que atualmente percebe o incentivo “Abono de Permanência” – 491, em dez/2014.

Quantitativo de Servidores - 6ª RF		
Data	Quantitativo	Comparativo com o Ano Anterior (%)
31/12/2010	2287	-
31/12/2011	2244	-1,88
31/12/2012	2122	-5,4
31/12/2013	1999	-5,8
31/12/2014	1922	-3,85

Também são grandes os obstáculos para a implementação do Plano de Engenharia, em função de, dentre outros fatores, complexidade de procedimentos para contratação, a falta de pessoal habilitado nas Unidades Gestoras e a dificuldade na seleção de fornecedores ocasionada pelos mecanismos de licitação, o que algumas vezes implica em atrasos e até descontinuidade em contratos.

Nesse sentido, em 2014, a 6ª RF teve que paralisar o Projeto Básico Completo da Agência Modelo de Betim, em função do falecimento do Responsável Técnico pela elaboração do projeto e impossibilidade de a empresa apresentar outro profissional para sua substituição. Por essa razão a DRF/Contagem está em processo de rescisão do contrato para, em seguida, providenciar os trâmites necessários para a nova licitação

Também foram muitos os desafios enfrentados pela área de atendimento (CAC e Agências) em 2014, quais sejam:

- migração para a plataforma baixa para os sistemas previdenciários (janeiro);
- instabilidade/lentidão na Suíte de Aplicativos
- sucessivas reaberturas dos parcelamentos especiais instituídos pela Lei 11.941/2009 (julho, agosto e dezembro);
- instabilidade na nova formatação da Diso pela Internet (julho)
- mudança da versão do Saga que dificultou o gerenciamento das filas (setembro)
- implantação da CND Integrada (novembro)

Com isso, houve, em relação a 2013, um aumento de cerca de 40% da demanda reprimida. Também contribuiu para esse resultado a alteração de procedimentos, que criou necessidade de redução do quadro de atendentes, visando sua participação em treinamentos, como por exemplo, repasse da nova formatação da Diso e da CND Integrada.

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2015

O desafio para 2015 é grande. No atual cenário de ajuste fiscal, a RFB e a 6ª RF, em particular, serão levadas a, cada vez mais, investir no planejamento de seus gastos e investimentos, buscando a otimização e a maximização dos recursos disponíveis, sem perder de vista a excelência de seus resultados.

Mais uma vez, o compromisso será priorizar atividades em cada um dos macroprocessos de trabalho definidos pela Instituição, buscando-se o equilíbrio de forças para se avançar nas conquistas já obtidas; bem como continuar buscando as melhores condições de trabalho para a sua equipe de trabalho.

A política de aquisições de bens para modernização de mobiliário e equipamentos será continuada, pretendendo-se concluir a contratação de manutenção predial para o conjunto completo dos

prédios da Região, o que se constitui em importante passo para a padronização dos serviços nas unidades, aliado à recente iniciativa de constituição da equipe regional de licitações.

Também terá prosseguimento o Plano de Engenharia com intervenções importantes, como as que são detalhadas a seguir:

- realização da obra já contratada para a reforma da Delegacia de Uberaba;
- realização de licitações para a contratação das obras cujos projetos foram desenvolvidos em 2014:
 - a) reformas integrais como as Delegacias de Juiz de Fora, Divinópolis, Governador Valadares, e Uberaba;
 - b) agências modelo de Passos, Caratinga, Manhuaçu e Barbacena;
 - c) novos edifícios como o Bloco “B” da DRF/Uberlândia e a nova sede da DRF/Poços de Caldas.

Outros projetos devem ser contratados em 2015, tais como:

- Projeto de mais quatro Agências Modelo.
- Projeto da Nova Sede da DRF Sete Lagoas.
- Projeto de reforma da Sede da DRF Varginha.




Nas áreas finalísticas, o foco continua na busca de soluções de gestão e inovação, à luz das novas tecnologias, que facilitem e simplifiquem os processos de trabalho, liberando as pessoas para as tarefas mais complexas e desafiadoras, vinculadas a administração aduaneira, vigilância e repressão, interação com o cidadão, tributação, arrecadação e fiscalização.

Na fiscalização, será criada a Equipe Regional de Programação, Avaliação e Controle (EQPAC), com competência para efetuar a seleção regional de sujeitos passivos. Ela será subdividida em quatro grupos especializados: Planejamento Tributário Abusivo; Pessoas Jurídicas-Tributos Fazendários; Pessoas Jurídicas-Tributos Previdenciários e Tributação das Pessoas Físicas.

Os esforços para estender a Metodologia de Gerenciamento de Projetos às demais unidades locais jurisdicionadas serão intensificados, buscando-se intervenções que agreguem valor aos processos de trabalho, promovam ganhos de desempenho e auxiliem no alcance dos resultados esperados.

Nesse sentido, já foram adquiridas e serão distribuídas as licenças para utilização da ferramenta CA Clarity - Project and Portfólio Manegement, ferramenta voltada para otimização da gestão de projetos e de portfólio da RFB.

Em nível regional, a carteira de projetos ganhou nova configuração para 2015, após o encerramento dos projetos previstos para 2014:

Projetos Estratégicos 6ª RF 2015/2016	Área Líder
 Trabalhos de Alta Performance	Dirac
 Garantia do Crédito Tributário nas X-Cat e X-Ort	Dirac
Implementação do Gerenciamento Da Cobrança	Dirac
 Regionalização da Seleção	Difis
Atendimento Aduaneiro nos CAC e ARF	Diana
Ampliação do Atendimento Eletrônico 2015	Divic
 Programa de Desenvolvimento para Gestores	Gab
 Acessibilidade na 6ª RF	Dipol

- **05 projetos novos**

O projeto “**Acessibilidade na 6ª RF**” foi iniciado no fim de 2014, com previsão de desenvolvimento ao longo de 2015 e conclusão em 2016. Seu objetivo é a contratação de projetos que apresentem as reformas para finalizar as adequações ainda necessárias em todos os imóveis na região, na tentativa de acelerar o atendimento às normas, obter padronização nas soluções e qualidade nas obras. Com esta finalidade, foi solicitada inclusão de iniciativa para o Plano de Engenharia no valor de R\$750.000,00 para 2015 e R\$1.000.000,00 para 2016.

A capacitação e desenvolvimento profissional e pessoal serão ampliados com mais recursos, amplitude e integração de esforços nos níveis nacional, regional e local, por meio da implementação do Programa de Educação Corporativa (Proeduc 2015).

Já o Fundo EducMais que, como mencionado anteriormente, vincula recursos adicionais ao Proeduc, terá como foco principal o **Programa de Desenvolvimento para Gestores**, que é um projeto estratégico regional cujo objetivo será desenvolver os gestores de nível superior e intermediário (superintendentes, delegados, agentes, chefes de serviço/seção) nas principais competências gerenciais e fundamentais, buscando o nivelamento na Região e a redução das lacunas de competências identificadas nos diagnósticos de competências.

Os outros três novos projetos se encontram em fase de definição e elaboração da “Proposição.de Projeto”.

- **02 projetos de 2014 com continuidade em 2015:**

Implementação do Gerenciamento da Cobrança - Projeto com 97% de percentual concluído. Novo prazo de encerramento foi definido para novembro/2015, devido à decisão de se realizar um Seminário de Cobrança para fechamento do projeto.

Atendimento aduaneiro nos CAC e ARF – Percentual de conclusão de 54%, com previsão de encerramento em dezembro/2015.

- **01 projeto de 2014 com alteração de escopo para 2015:**

O projeto “**Ampliação dos CAC Avançados**” terá continuidade com novo nome “Ampliação do Atendimento Eletrônico 2015” e ampliação do seu escopo, para inclusão do autoatendimento orientado, projeto que foi interrompido em 2013, em função das restrições orçamentárias.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 1: Identificação e Atributos das Unidades cujas gestões compõem o Relatório
(Item 1, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 6ª Região Fiscal			
Denominação Abreviada: SRRF06			
Código SIORG: 3157	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 170088
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.460/0096-02	
Principal Atividade: Administração Tributária			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(031) 3218-6522	(031) 3218-6523	(031) 3218-6526
Endereço Eletrônico: internetrfb@receita.fazenda.gov.br			
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br			
Endereço Postal: Av. Afonso Pena, 1316 – 5º andar – Ala B – Belo Horizonte/MG – CEP: 30130-003			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estrutura regimental e quadro demonstrativo de cargos e funções: Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011.			
Regimento interno: Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012, e modificações posteriores – em especial, as introduzidas pela Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, publicada no D.O.U em 04 de outubro de 2013.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Publicações: a relação pode ser consultada em: http://idg.receita.fazenda.gov.br/publicacoes			
Manuais e cartilhas: a relação pode ser consultada em: http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
170088	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal		
170089	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte		
170091	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares		
170092	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora		
170093	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberaba		
170094	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Varginha		
170095	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Divinópolis		
170096	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Montes Claros		
170097	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia		
170227	Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte		
170248	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Contagem		
170324	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Coronel Fabriciano		
170325	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas		
170328	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas		
170494	Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes em Belo Horizonte		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
170088		000001	

170089	000001
170091	000001
170092	000001
170093	000001
170094	000001
170095	000001
170096	000001
170097	000001
170227	000001
170248	000001
170324	000001
170325	000001
170328	000001
170494	000001
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
-	-

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da SRRF06

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil são as definidas no artigo 15 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16/05/2011 e no artigo 1º do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII - realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar, coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - realizar e disseminar estudos e estatísticas econômico - tributários e relativos à matéria de comércio exterior, em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a seu cargo.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal (SRRF06), assim como as demais SRRF, é responsável pela gestão das atividades estratégicas em seu âmbito de atuação, uma vez que as políticas e diretrizes gerais adotadas pelas Unidades Centrais da RFB são replicadas nas Regiões Fiscais; ademais, cabe à SRRF supervisionar as unidades locais da RFB sob sua jurisdição, tais como Delegacias, Inspetorias, Alfândegas e Agências.

Suas competências estão definidas no artigo 209 da Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013:

Às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF compete:

- I - gerenciar os processos de trabalho inerentes às atividades e competências da RFB no âmbito da respectiva Região Fiscal;
- II - propor metas e avaliar as atividades das unidades subordinadas;
- III - avaliar a execução dos processos de trabalho no âmbito de atuação e propor melhorias e inovação;
- IV - gerenciar projetos de interesse institucional;
- V - cuidar da comunicação com vistas a preservar e fortalecer a imagem institucional; e
- VI - fornecer apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

Parágrafo único. As SRRF compõem o núcleo estratégico do órgão e exercerão suas atividades observado o parágrafo único do art. 1º, de forma integrada e em estreita colaboração com as Unidades Centrais.

Parágrafo único, do art. 1º. No exercício das suas atribuições a RFB atuará de forma sistêmica e orientada aos processos de trabalho

1.3 - Organograma Funcional da SRRF06

Para exercer suas competências e realizar sua missão, a RFB tem delineada sua estrutura organizacional em dois níveis: central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

Compõem a estrutura da RFB as Unidades Centrais, que compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, e as Unidades Descentralizadas:

A - UNIDADES CENTRAIS

A.1. ASSESSORAMENTO DIRETO

A.2. ATIVIDADES ESPECÍFICAS – SUBSECRETARIAS

B - UNIDADES DESCENTRALIZADAS

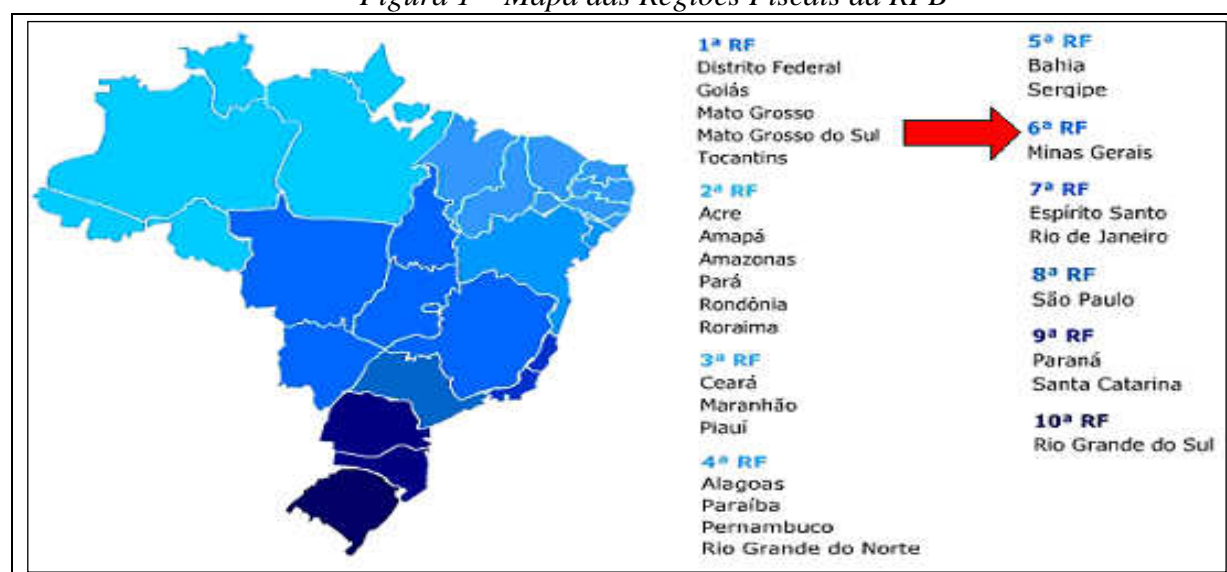
SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRRF

Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário.

No caso da 6ª RF, sua jurisdição abrange todo o estado de Minas Gerais e sua sede situa-se em Belo Horizonte.

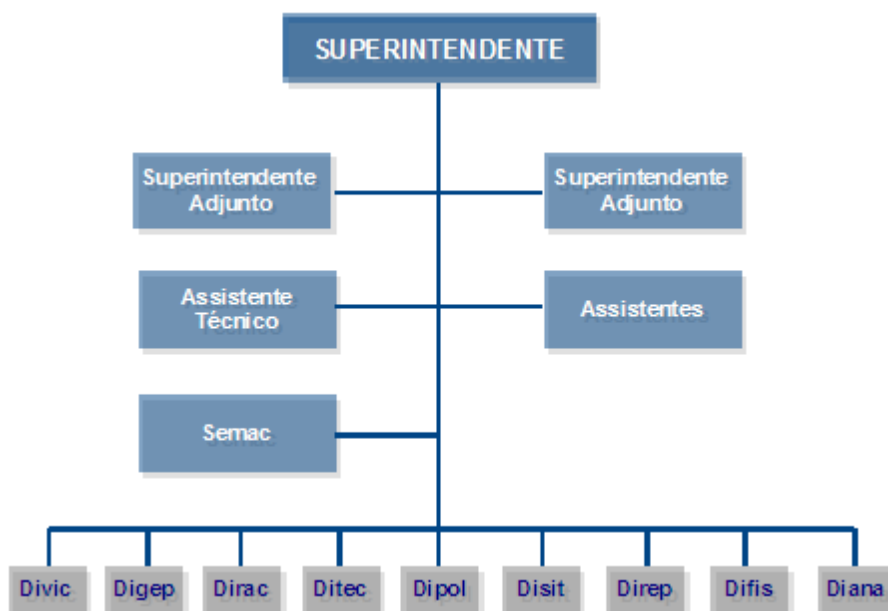
SRRF06

Figura 1 – Mapa das Regiões Fiscais da RFB



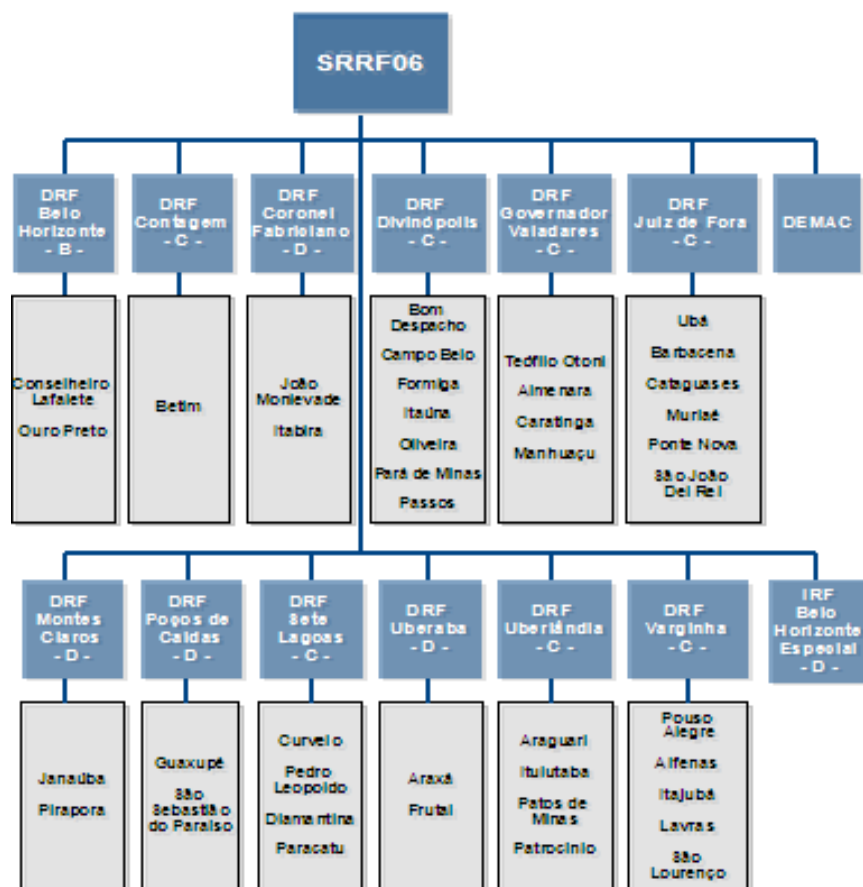
As atividades da Superintendência estão organizadas em Divisões e Serviço, conforme o seguinte organograma:

Figura 2 – Organograma da SRRF06



Subordinam-se à Superintendência as unidades locais da RFB, que se classificam em delegacias e inspetorias; às delegacias estão subordinadas agências.

Figura 3 – Organograma da SRRF06 e unidades descentralizadas



As competências das Divisões e Serviço e das unidades que se subordinam à SRRF06 estão definidas no Regimento Interno da RFB- Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, Artigos 210 a 221, 224, 229 e 231.

INFORMAÇÕES SOBRE AS COMPETÊNCIAS DAS ÁREAS E SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

As Áreas Estratégicas mostradas nos organogramas da Superintendência se destacam pela importância de atuação na gestão estratégica e no desenvolvimento das atribuições finalísticas da RFB, no contexto dos objetivos estratégicos e na condução da Missão Organizacional.

A descrição sucinta das principais competências de cada uma delas, assim como a indicação de seus titulares, período de atuação e cargos estão apresentados no ANEXO I – *Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas*.

Quadro 2 – RESUMO QUANTITATIVO DAS UNIDADES DA 6ª RF

Tipo	Quantitativo
ARF	41
Demac	1
DRF	12
IRF	1
SRRF	1
Total Global	56

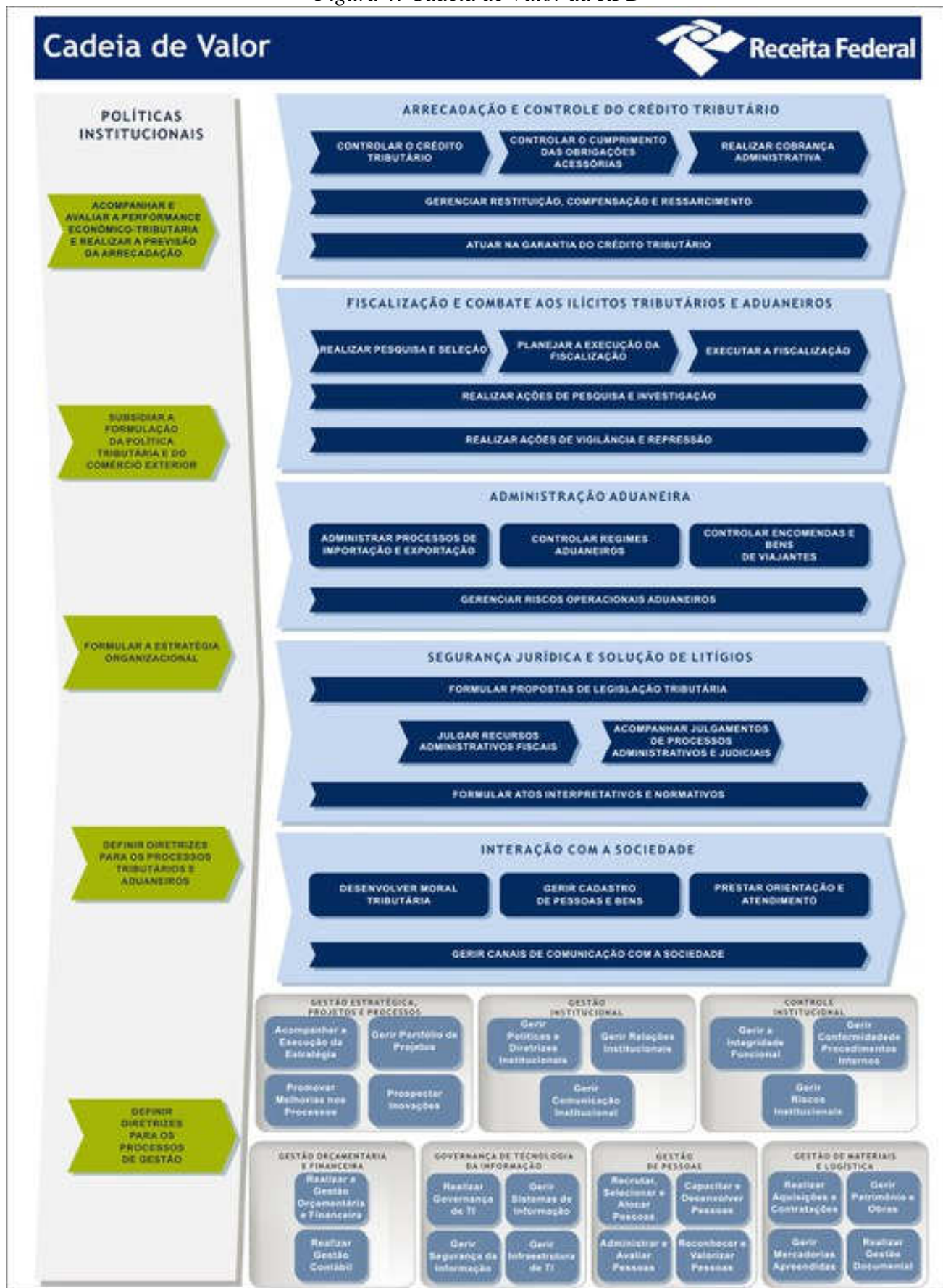
1.4 - Macroprocessos Finalísticos da SRRF06

Os processos executados na SRRF06 estão organizados hierarquicamente em níveis, sendo o nível mais alto representado por Macroprocessos, e encontram-se representados na Cadeia de Valor da RFB.

São 13 Macroprocessos, divididos em três grupos:

- 1- Macroprocessos Finalísticos: correspondem às grandes funções da organização e para as quais devem estar voltadas suas unidades internas e descentralizadas. Além disso, também orientam os processos internos, os objetivos estratégicos e a geração de produtos e serviços para os clientes interno e externo;
- 2 – Macroprocesso de Políticas Institucionais: apresenta os Processos de Trabalho relacionados às políticas gerais do órgão;
- 3 - Macroprocessos de Apoio: dão suporte aos Macroprocessos Finalísticos conforme as políticas institucionais.

Figura 4: Cadeia de Valor da RFB



Fonte: Intranet RFB

A seguir são apresentadas tabelas que identificam os cinco Macroprocessos Finalísticos da RFB, sua descrição, áreas responsáveis pela sua condução, principais produtos e serviços decorrentes dos processos de trabalho; e principais clientes.

Abaixo de cada tabela, encontra-se uma descrição sucinta de como o macroprocesso foi conduzido pela 6ª RF, durante o ano de 2014.

Quadro 3: MACROPROCESSO ARRECADAÇÃO E CONTROLE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Macroprocesso Finalístico	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Controlar o Crédito Tributário. - Controlar o cumprimento das Obrigações Acessórias. - Realizar cobrança administrativa. - Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento. - Atuar na garantia do Crédito Tributário. 	<ul style="list-style-type: none"> - Suara (Codac, Corec). - Sufis (Cofis). - SRRF e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crédito tributário constituído acompanhado dos bens nos casos previstos pela legislação. - Débitos confessados decorrentes de obrigações acessórias. - CT lançado de Ofício - CT de MAED. - Demais CT confessados (declarações de compensação, e parcelamentos). - Informações sobre pagamentos e depósitos. - Resultados da consulta de tabelas e cálculos. - Resultado da cobrança administrativa. - Processo instruído com despacho visando alteração, manutenção ou cancelamento da inscrição na Dívida Ativa - Resultado do julgamento - Dados de arrecadação. - Documentos de arrecadação - DJE. - Devolução e restituição de Depósitos. - Pedido de devolução. - Retorno de informações - Pedido de emissão de certidão (CND ou CPDEN) ou Consulta da Situação Fiscal dos Contribuintes. - Obrigação tributária principal ou informações relacionadas. - CT com saldo devedor - Hipóteses de cautelar fiscal e de arrolamento 	<ul style="list-style-type: none"> - Executores do processo de fiscalização. - Fiscalização. - Sistema MAED - Contribuinte. - Sistema Arrecadação. - Sistema de cálculo. - Sistema de cobrança. - PGFN. - DRJ e CARF. - Rede arrecadadora. - Contribuinte. - CEF. - STN. - interessado. - Contribuinte ou responsável. 	<ul style="list-style-type: none"> - Administração da arrecadação tributária, incluindo sua classificação e destinação. - Gestão da cobrança administrativa dos créditos tributários e obrigações acessórias. - Gerenciamento de ressarcimentos, restituições e compensações. - Atendimento aos contribuintes. - Gestão dos cadastros da RFB. - Acompanhamento da Rede Arrecadadora. - Dimensionamento da arrecadação potencial. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuintes - CARF. - PGFN. - Banco do Brasil. - Gabinete do Ministro da Fazenda. - Gabinete do Secretário da Receita Federal. - Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. - Tribunal de Contas da União.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

✓ **Processo: Controlar o crédito tributário**

Este processo de trabalho, é gerido na Região Fiscal no âmbito da Divisão de Arrecadação e Cobrança e Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes, que realizam as seguintes atividades:

1. Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
 2. Dimensionar a arrecadação potencial;
 3. Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
 4. Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar, de forma integrada, todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Em 2014, foram arrecadados R\$ 1,146 trilhões em receitas federais administradas pela RFB, sendo R\$ 74,6 bilhões pela 6ª RF.

✓ **Processo: Controlar o cumprimento das obrigações acessórias**

Este processo de trabalho, também gerido no âmbito da Divisão de Arrecadação e Cobrança, realiza as seguintes atividades:

1. Verificar e exigir o cumprimento das obrigações acessórias; e,
2. Realizar a cobrança administrativa de créditos decorrentes do descumprimento das obrigações acessórias.

As principais iniciativas implementadas, em 2014, são:

- Atualmente, há um indicador estratégico, o Índice de Adimplência de Obrigação Acessória (IAOA) que mede o grau de entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) de quem é obrigado a cumprir a obrigação. Em novembro/2014, o resultado desse índice, para a 6ª Região Fiscal foi de 97,92%.

✓ **Processo: Realizar cobrança administrativa**

Ainda sob a gestão da Dirac, este processo é composto pelas seguintes atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder ao encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;
- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e
- Proceder à análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).

Alguns resultados apresentados, em 2014:

- Dando sequência ao Projeto Estratégico de Gerenciamento da Cobrança, os Bancos de Dados da Cobrança foram implementados e utilizados pelas unidades, permitindo melhorias na condução dos trabalhos, sendo que foram realizados Seminários de Cobrança no final de

2014 para avaliação da experiência com as unidades e fixação de metas e objetivos para 2015.

- O Banco Metas permite a visualização de listagem dos processos pendentes nas unidades e a emissão de gerenciais de resultado (quantos processos trabalhados comparativamente ao estoque) e de acompanhamento de estoque (comparativo mês a mês do nível do estoque de processos).
- Elaborada Ordem de Serviço voltada ao acompanhamento do crédito tributário controlado em processo administrativo e cuja cobrança se encontra suspensa por medida judicial, e acompanhamento do crédito tributário declarado suspenso por medida judicial cuja hipótese de suspensão da exigibilidade ainda precisa ser validada;
- Fixadas metas de trabalho para a execução das atividades relatadas para as delegacias da 6ª Região Fiscal e acompanhados os resultados.
- No que tange especificamente à cobrança de débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas declarados em GFIP, foram emitidas 18.655 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento – "IP") na 6ª RF, para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a dezembro/2014, totalizando R\$ 1,3 bilhões de créditos tributários cobrados.

✓ **Processo: Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento**

A Dirac atua nas seguintes atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir sobre pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou da PGFN.

Alguns resultados alcançados no ano de 2014:

- No ano de 2014, na 6ª Região Fiscal, foram recepcionados 136.011 PER/DCOMP, sendo 67.651 declarações de compensação, 48.877 pedidos de restituição, 6.276 pedidos de ressarcimento, 2.485 pedidos de reembolso de contribuições previdenciárias e 10.722 pedidos de cancelamento
- Para acompanhamento das compensações, em âmbito nacional, adota-se o Indicador de Compensações Pendentes, sendo que, para a 6ª Região Fiscal, para o ano de 2014, estava prevista como meta uma redução de 51% do estoque de compensações pendentes existente no início do ano.
- A 6ª Região Fiscal atingiu uma redução no estoque de compensações pendentes de 67,5%, atingindo 132,3% da meta estabelecida.
- Observa-se que a Região Fiscal tem sistematicamente conseguido reduzir os saldos das compensações pendentes:
 - 2013 R\$ 5.246.800.781
 - 2014 R\$ 2.308.893.399
 - 2015 R\$ 2.001.880.062

Figura 5 – Índice de Redução do Valor de Estoques de Compensações Pendentes Por Região Fiscal

Região Fiscal	Valor inicial	4º trimestre	Redução	Atingimento meta	Redução de DCOMP pretendida em 2014	Meta: redução de
1ª RF	2.836.760.340,27	996.405.176,49	-64,9%	119,5%	1.540.636.688,33	54%
2ª RF	959.360.449,29	390.717.480,75	-59,3%	131,4%	432.843.200,75	45%
3ª RF	598.067.367,22	180.645.454,68	-69,8%	158,0%	264.167.654,84	44%
4ª RF	1.198.562.657,95	465.319.571,25	-61,2%	115,7%	633.555.085,03	53%
5ª RF	1.749.919.312,60	734.221.103,77	-58,0%	85,2%	1.192.217.362,63	68%
6ª RF	2.308.893.399,65	751.310.911,29	-67,5%	132,5%	1.175.319.075,05	51%
7ª RF	17.999.043.948,11	9.273.934.381,59	-48,5%	92,7%	9.409.092.597,51	52%
8ª RF	28.134.653.885,27	12.464.668.927,87	-55,7%	120,7%	12.977.440.807,81	46%
9ª RF	4.402.100.221,65	1.872.346.990,92	-57,5%	114,9%	2.202.271.087,68	50%
10ª RF	2.058.991.480,47	1.001.880.710,04	-51,6%	110,8%	953.001.809,31	47%
SCC	55.946.309.100,78	26.773.500.022,09	-52,1%	130,4%	22.378.523.640,31	40%
Nacional	118.202.662.163,26	54.904.950.738,74	-53,6%	119,0%	R\$ 53.169.068.909,25	45,0%

Fonte: DW PER/DCOMP

Figura 6 – índice de Redução do Valor de Estoques de Compensações Pendentes

ÍNDICE DE REDUÇÃO DO VALOR DE ESTOQUES DE COMPENSAÇÕES PENDENTES - RF06 Por Delegacia

Delegacia	Valor Original	Meta de redução	4º trimestre 2014	Redução Atingida	Atingimento da Meta	META 2014 51% DO EI
DRF - Belo Horizonte	1.024.077.218,14	51,0%	225.183.603	78,0%	153,0%	522.279.381,25
DRF - Contagem	355.580.517,82	51,0%	140.037.767	60,6%	118,9%	181.346.064,09
DRF - Coronel Fabriciano	108.861.840,43	51,0%	29.646.796	72,8%	142,7%	55.519.538,62
DRF - Divinópolis	85.598.239,73	51,0%	24.044.970	71,9%	141,0%	43.655.102,26
DRF - Governador Valadares	15.081.802,74	51,0%	1.084.833	92,8%	182,0%	7.691.719,40
DRF - Juiz de Fora	103.931.058,35	51,0%	44.263.371	57,4%	112,6%	53.004.839,76
DRF - Montes Claros	49.074.022,62	51,0%	11.689.770	76,2%	149,4%	25.027.751,54
DRF - Poços de Caldas	12.536.094,27	51,0%	1.660.535	86,8%	170,1%	6.393.408,08
DRF - Sete Lagoas	314.427.411,02	51,0%	206.915.089	34,2%	67,0%	160.357.979,62
DRF - Uberaba	112.773.096,58	51,0%	20.733.477	81,6%	160,0%	57.514.279,26
DRF - Uberlândia	44.181.831,07	51,0%	19.667.010	55,5%	108,8%	22.532.733,85
DRF - Varginha	82.770.266,88	51,0%	26.383.690	68,1%	133,6%	42.212.836,11
Total 6ª RF	2.308.893.399,65	51,0%	751.310.911	67,5%	132,3%	1.177.535.633,82

Fonte: DW PER/DCOMP

- O acompanhamento dos pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso é feito pelo Indicador de Restituição, Ressarcimento e Reembolso Pendentes, que tinha uma previsão de redução de 40% do tempo médio do estoque de pedidos pendentes no ano de 2014.
- A 6ª Região Fiscal atingiu uma redução 82,9%, muito superior à meta, conforme se pode acompanhar pelos quadros a seguir.

*Figura 7 – Índice de Tempo de Estoque de Restituições Pendentes
Por Região Fiscal*

Região Fiscal	Valor inicial	4º trimestre	Redução	Atingimento meta	Meta para 31/12/2014	Meta: redução de
1ª RF	1.334	628	-53,0%	132,4%	801	40%
2ª RF	1.436	643	-55,3%	138,1%	862	40%
3ª RF	961	379	-60,5%	151,3%	577	40%
4ª RF	1.201	570	-52,5%	131,3%	721	40%
5ª RF	1.481	754	-49,1%	122,8%	888	40%
6ª RF	1.186	203	-82,9%	207,3%	712	40%
7ª RF	1.341	612	-54,4%	135,9%	804	40%
8ª RF	1.237	533	-57,0%	142,4%	742	40%
9ª RF	1.189	518	-56,4%	141,0%	713	40%
10ª RF	924	312	-66,3%	165,7%	554	40%
SOC	848	698	-17,7%	44,2%	509	40%
Nacional	880	715	-18,7%	46,8%	528	40%

Fonte: DW PER/DCOMP

Figura 8 – Índice de Tempo Médio de Estoque de Restituições Pendentes

ÍNDICE DE TEMPO MÉDIO DE ESTOQUE DE RESTITUIÇÕES PENDENTES - RF06 Por Delegacia					
Delegacia	Valor Original	Meta de redução	4º trimestre 2014	Redução Atingida	Atingimento da Meta Anual
DRF - Belo Horizonte	1.361	40,0%	398	70,8%	177,0%
DRF - Contagem	1.368	40,0%	124	91,0%	227,4%
DRF - Coronel Fabriciano	1.410	40,0%	304	78,5%	196,2%
DRF - Divinópolis	973	40,0%	74	92,4%	231,0%
DRF - Governador Valadares	1.492	40,0%	59	96,0%	240,1%
DRF - Juiz de Fora	1.037	40,0%	54	94,8%	236,9%
DRF - Montes Claros	1.575	40,0%	533	66,2%	165,5%
DRF - Poços de Caldas	289	40,0%	47	83,8%	209,4%
DRF - Sete Lagoas	1.271	40,0%	163	87,2%	217,9%
DRF - Uberaba	1.476	40,0%	555	62,4%	156,1%
DRF - Uberlândia	576	40,0%	87	84,9%	212,3%
DRF - Varginha	1.288	40,0%	374	71,0%	177,4%
Total 6ªRF	1.186	40,0%	211	82,2%	205,4%

Fonte: DW PER/DCOMP

- Esses resultados decorrem do trabalho realizado a longo tempo, com a fixação de metas regionais e estabelecimento de prioridades dos documentos que deverão ser trabalhados.
- A fixação das metas regionais é realizada por um grupo de trabalho com representantes das unidades que se reúnem para avaliar as dificuldades e as boas práticas adotadas na Região, analisar o passivo de documentos pendentes e estabelecer critérios de trabalho, donde resulta uma seleção de documentos que são disponibilizados em banco de dados para que as unidades saibam exatamente o que devem trabalhar.
- Com os subsídios desse grupo de trabalho, a Superintendência da 6ª RF emite uma Ordem de Serviço anual estabelecendo as premissas e metas regionais para as unidades.
- No ano de 2014, o grupo de trabalho regional inovou com o desenvolvimento de Trabalhos de Alta Performance, onde processos de restituição e compensação da 6ª RF com características semelhantes, foram agrupados e analisados por poucos especialistas, sem restrição de jurisdição entre as unidades locais, permitindo ganhos de eficiência e produtividade.

✓ **Processo: Atuar na garantia do crédito tributário**

Esse processo tem como áreas gestoras na 6ª RF a Divisão de Arrecadação e Cobrança (Dirac), bem como a Divisão de Fiscalização (Difis), cujas atuações serão descritas a seguir.

A Dirac e a Difis atuam nas atividades a seguir:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes, tanto do lançamento de ofício, quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para o bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Em 2014, foram implementadas as seguintes iniciativas:

- Treinamento de representantes de cada delegacia para utilização do módulo de garantia do Crédito Tributário do sistema “Controle de Procedimentos Vinculados” - Conprovi;
- O valor de bens arrolados e de Medidas Cautelares Fiscais apurados no final de 2014 somam R\$ 7,3 bilhões, representando 9,15% de acréscimo em relação ao saldo de 2013.

Quadro 4: MACROPROCESSO FISCALIZAÇÃO E COMBATE AOS ILÍCITOS TRIBUTÁRIOS E ADUANEIROS

Macroprocesso Finalístico	Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisa e seleção. - Planejar a execução da fiscalização. - Executar a fiscalização. - Realizar ações de pesquisa e investigação. - Realizar ações de vigilância e repressão. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sufis (Cofis, Copes e Comac). - Copei. - Suari (Coana). - Superintendências Regionais e Unidades Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Documentação apresentada pelo sujeito passivo. - Informações derivadas de diligências. - Demandas externas requisitórias e não requisitórias. - Resultado dos procedimentos fiscais para análise do cumprimento de metas e diretrizes. - Resultado das investigações. - Relato, fato, dados, documentos, etc. oriundos de outras unidades da RFB, de outros órgãos públicos, de notícia veiculada na mídia ou de qualquer outra fonte de informação acerca do cometimento de ilícitos tributário-aduaneiros ou irregularidades fiscais e criminais. - Sistemas informatizados da Receita Federal. - Cães de faro. - Armamento institucional. - Veículos oficiais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sujeitos passivos da obrigação tributária e terceiros. - Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos públicos externos. - Executores do processo de fiscalização. - Área de inteligência da RFB. - Unidades da RFB. - Órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência. - Unidades de inteligência fiscal dos fiscos estaduais. - Outros órgãos de governo. - Representações de outros países e organismos internacionais. - Sociedade. - Servidores da Receita Federal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de estudos tributário-fiscais. - Análise, seleção, planejamento e fiscalização de contribuintes. - Acompanhamento dos Grandes Contribuintes. - Monitoramento de Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias. - Atividades de Inteligência Fiscal. - Prevenção e combate aos crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores. - Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado - Órgãos do governo - Sociedade

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

✓ **Processo: Realizar Pesquisa e Seleção**

Este processo de trabalho, gerido no âmbito da 6ªRF pela Divisão de Fiscalização, Divisão de Administração Aduaneira e Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes, tem como escopo um conjunto de etapas, que vão desde a pesquisa até a seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando-se ao procedimento de seleção os princípios da razoabilidade, da objetividade e da impessoalidade. Sua importância está centrada na possibilidade de gerar conhecimento e informações que vão otimizar e direcionar as ações fiscais, permitindo o alcance das metas e de objetivos estratégicos, tais como: “aproximar a arrecadação efetiva da potencial”, “elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras” e “elevar a percepção de risco e a presença fiscal”.

Nesse sentido, atua na realização de estudos sobre operações evasivas e elisão fiscal e sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias, atua em pesquisas e estudos para subsidiar sua seleção de contribuintes a serem fiscalizados, além de elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações e monitorar tanto os grandes contribuintes como os segmentos econômicos.

A avaliação desse processo se dá por meio do “*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*”.

Em 2014, destacaram-se as seguintes ações:

- Início do projeto de regionalização da seleção dos contribuintes com a realização de reuniões de divulgação e esclarecimento, bem como a coleta de informações que irão subsidiar o desenvolvimento do projeto. O objetivo da regionalização é a criação, pela Superintendência Regional da Receita Federal na 6ª Região Fiscal (SRRF06), da Equipe Regional de Programação, Avaliação e Controle (EQPAC), à qual competirá a seleção regional de sujeitos passivos, subdividida em 4 (quatro) grupos especializados, a saber: Planejamento Tributário Abusivo; Pessoas Jurídicas – Tributos Fazendários; Pessoas Jurídicas – Tributos Previdenciários e Pessoas Físicas.
- Participação de servidores da região em diversos projetos nacionais que visaram a realização de pesquisa e seleção de contribuintes, tais como: Grupo de Trabalho dedicado ao desenvolvimento do sistema Contábil Seleção (programa de informática utilizado nas atividades de seleção de contribuintes e fiscalização); Grupo de Trabalho dedicado ao Manual de Seleção do Pis e da Cofins e Suporte Web Previdenciário.
- Realização de treinamento presencial do sistema Contábil Seleção. O evento contou com a participação de todas as unidades da região e visou, sobretudo, a formação de disseminadores das técnicas e metodologias envolvidas na seleção de sujeitos passivos.
- No ano, a 6ª RF atingiu, pela primeira vez, a pontuação máxima no indicador que acompanha o nível de estoque de dossiês de seleção. Um fator decisivo para esse resultado foi a atividade da Equipe Regional de Seleção e Programação de Grandes Contribuintes (EPMAC06) dedicada à formação de dossiês das Pessoas Jurídicas sujeitas ao Acompanhamento Econômico-Tributário Diferenciado (PJ-D) e das Pessoas Físicas de Elevada Capacidade Contributiva (PF-ECC).
- A região também obteve desempenho satisfatório no indicador que mede a qualidade dos dossiês de seleção, atingindo um percentual de 90,49% num resultado esperado de 90%, que ponderado com indicador de formação de dossiês alcançou o percentual de 85,25% num resultado esperado de 85%.

✓ **Processo: Planejar a Execução da Fiscalização**

Em continuidade ao processo Realizar Pesquisa e Seleção, este processo engloba as etapas necessárias ao planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados que foram selecionados no processo anterior.

A atuação se dá no planejamento, acompanhamento e avaliação da revisão de declarações; no planejamento e acompanhamento das ações fiscais realizadas; na avaliação de seus resultados em relação às estimativas feitas (tempo de execução, valor do crédito lançado, etc.); bem como no monitoramento do grau de aderência entre o crédito lançado e o crédito efetivamente cobrado.

No âmbito desse processo, foram realizadas as seguintes iniciativas na 6ª RF:

- Continuidade, em julho de 2014, ao Projeto Cartas, concebido por servidores da Difis06 e testado no ano de 2013. A ação foi constituída do envio de correspondência aos contribuintes cujas DIRPF/2014 estavam retidas em Malha Fiscal. Ao todo, foram encaminhadas cerca de 58 mil cartas aos contribuintes informando sobre a retenção e orientando que mediante o acesso ao extrato de processamento, no site da Receita Federal, seria possível verificar as pendências e, se fosse o caso, resolvê-las por meio de simples Declaração Retificadora, sem necessidade de comparecimento à unidade de atendimento da Receita. O resultado obtido pela 6ª RF, até o início de dezembro, foi a redução de 70% das declarações retidas. Destaca-se que o referido projeto encontra-se em harmonia com as diretrizes estratégicas da Receita Federal, e que, os resultados atingidos implicaram na diminuição do quantitativo de DIRPF a analisar e na consequente liberação de mão de obra especializada para atividades de auditoria fiscal. O grande êxito do projeto levou a Coordenação Geral de Fiscalização a recomendá-lo para todas as regiões fiscais.
- Acompanhamento permanente das atividades de seleção e fiscalização realizadas pelas unidades da 6ª Região Fiscal.

Em relação ao planejamento da fiscalização aduaneira, em 2014, a RFB elaborou o “Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira do ano 2014 – PNFA 2014”. Nesse plano, publicado através da Portaria Coana nº 83/2014, foram aprovadas as metas a serem executadas pela fiscalização, o número de horas dedicadas à fiscalização pelos Auditores-Fiscais e a definição dos indicadores de gestão.

O acompanhamento do desempenho da fiscalização foi realizado com a coordenação da Divisão de Fiscalização, da Coordenação de Fiscalização e Repressão, da Coordenação Geral de Administração Aduaneira, em conjunto com a Divisão de Administração Aduaneira da 6ªRF, através de relatórios, que são compostos, dentre outros, dos seguintes dados: quantidade de fiscalizações executadas, e quantas dessas com resultado, em comparação com a meta estabelecida para o período; Valores lançados (créditos e apreensões); Análise do Grau de Eficácia da Seleção; Tempo médio das fiscalizações, em dias; Análise do preenchimento das horas no Relatório de Horas Aplicadas à Atividade Fiscal – RHAF; Média das horas despendidas por tipo de operação fiscal e por grupo de operação fiscal.

✓ **Processo: Executar a Fiscalização**

Este processo abrange a realização de fiscalizações, de revisão de declarações e de diligências; lavratura de autos de infração; expedição de notificações de lançamento; arrolamento de bens dos contribuintes; propositura de medida cautelar fiscal; elaboração de representação fiscal para fins penais; e aplicação de regimes especiais de fiscalização.

Em 2014, destacaram-se as seguintes atividades na condução desse processo de trabalho na

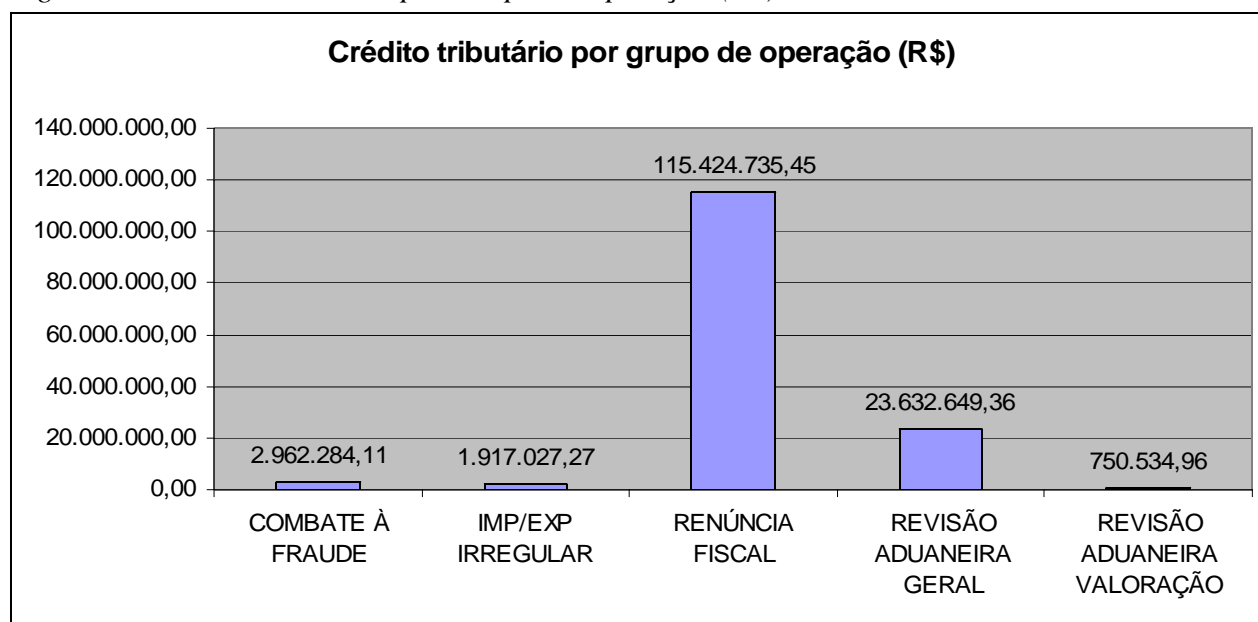
6ª RF:

- Deflagração da Operação Autônomos, com o objetivo de verificar a correta apuração e recolhimento da Contribuição Previdenciária devida pelos contribuintes individuais, no caso, profissionais de saúde que receberam pagamentos de pessoas físicas nos anos de 2010 a 2012. Foram selecionados 13 mil contribuintes com o intuito de identificar profissionais autônomos que emitiram recibos sem a efetiva e correspondente prestação de serviços.
- Participação em operações fiscais de grande relevância nacional como "Operação Ararath"; "Operação Leech"; "Operação Paraíso Fiscal" e "Operação Lava-Jato".
- Participação em grupos de trabalho nacionais, como: Grupo de Trabalho Manuais IRPF; Grupo de Trabalho E-Social; Grupo de Trabalho do SPED-Escrituração Contábil Fiscal (ECF); Grupo de Trabalho de Revisão do Regulamento do IPI; Grupo de Suporte Escrituração Fiscal Digital (EFD) ICMS-IPI; Grupo de Trabalho Manual de Fiscalização do IRPJ; Grupo de Trabalho Manual de Fiscalização do IPI; Grupo de Trabalho Sief Ação Fiscal.
- Realização, no mês de abril, da operação “Não te pertence”, que integrou o esforço estratégico de fiscalização em Pessoas Físicas 2014 no combate a esquemas de fraude em restituições do IRPF. A operação desencadeada pela Receita Federal teve a participação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal e tinha como objetivo confirmar indícios de fraudes ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Física - IRPF. Participaram da operação 10 auditores fiscais da Receita Federal e 20 policiais federais. A fraude era perpetrada por escritórios de contabilidade e pessoas físicas que utilizavam sistematicamente de artifícios para obter restituições indevidas ou a redução do Imposto de Renda devido. Foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão em Belo Horizonte e Leopoldina/MG, com a retenção de computadores que enviaram as declarações fraudulentas e documentos que confirmam a fraude e identificam os beneficiários.
- Realização de diversos eventos presenciais com a participação de todas as unidades da Região, tais como: Treinamento de Apuração de Tributos utilizando o Sistema Contábil – Módulo IPI; Treinamento da Versão 4.0 do Sistema E-Safira; Treinamento do Sistema Eletrônico Único de Fiscalização e Contencioso (SEFISC). Esses treinamentos visam, sobretudo, a formação de disseminadores das técnicas e metodologias envolvidas na atividade de fiscalização.

No que se refere à fiscalização aduaneira na 6ª RF, em 2014, foram encerradas 103 ações fiscais, sendo 92 auditorias posteriores ao despacho, 06 auditorias no curso do despacho (Procedimentos Especiais de Controle) e 5 diligências fiscais.

- O crédito tributário lançado na 6ªRF foi da ordem de R\$ 144.687.231,15, apresentando uma queda de 3,2% em relação ao ano anterior. Apesar da redução do valor de lançamento, ela foi bem menor que o resultado nacional (-20,4%).
- No gráfico a seguir encontram-se discriminados os créditos tributários lançados em 2014 por grupo de operação:

Figura 9 – Crédito Tributário por Grupo de Operação (R\$)



✓ **Processo: Realizar ações de pesquisa e investigação**

A Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação - Copei - é a unidade de inteligência da RFB, vinculada diretamente ao gabinete da RFB, figurando como responsável pela realização de ações de Pesquisa e Investigação.

Nas Regiões Fiscais, a Copei atua por meio de seus Escritórios de Pesquisa e Investigação (Espei), que, entretanto, não são subordinados hierarquicamente e tecnicamente às SRRF.

✓ **Processo: Realizar ações de vigilância e repressão**

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho;
- Realizar Operações de Vigilância e Repressão ao contrabando e descaminho em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e seleção de alvos; e
- Monitorar Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias.

Este processo de trabalho ocorre, no âmbito da 6ª RF, na Divisão de Administração Aduaneira e Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho que, em 2014, se integraram aos esforços da Suari para implementar diversas iniciativas voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão. Nesse sentido, merecem destaque aquelas relacionadas ao Projeto Armamento Institucional, o qual envolve: o treinamento e acautelamento de pistola em calibre 40 e de equipamento não letal para os servidores da atividade; a construção de Reservas de Armamento; a aquisição de coletes balísticos e o desenvolvimento do Projeto Cães de Faro.

Em 2014, na 6ª RF, de forma rotineira, foram realizadas 866 operações de vigilância no Aeroporto Internacional Tancredo Neves - AITN (monitoramento de passageiros, monitoramento de movimento de cargas entre a aeronave e o recinto de armazenamento, monitoramento de saída de carga do recinto alfandegado e da área do aeroporto, monitoramento geral de movimentação de veículos e pessoas na área de pátio e de acesso restrito) e três operações especiais nos armazéns não alfandegados instalados no AITN, utilizados para cargas nacionais ou nacionalizadas. Foram lavrados 58 autos de infração para aplicação da pena de perdimento em mercadorias consideradas abandonadas, totalizando R\$ 1.927.334,78 em crédito tributário.

Fato importante, e que trouxe ganho de qualidade na execução da atividade de vigilância e também de repressão aduaneira, foi a implementação no primeiro semestre de 2014 da equipe de cão de faro na IRF-BHE, para incrementar as operações de prevenção e repressão à lavagem de dinheiro e ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. As atividades de busca tiveram início em maio/2014, e contam com um servidor selecionado para trabalhar como condutor do cão de faro, um pastor alemão capa preta, treinado para fazer o alerta passivo.

Na repressão aduaneira, em 2014, foram realizadas 68 operações, que resultaram na formalização de 1.241 processos administrativos de perdimento de mercadorias, totalizando R\$ 28.436.693,00 em lançamento, 160 processos administrativos de aplicação de multa, totalizando R\$ 12.368.372,00 em lançamento, e apreensão de 48 veículos, no valor de R\$ 2.711,938,00. Veja comparativo dos resultados nos últimos anos:

Figura 10 – Quadro Comparativo das Opeações de Repressão

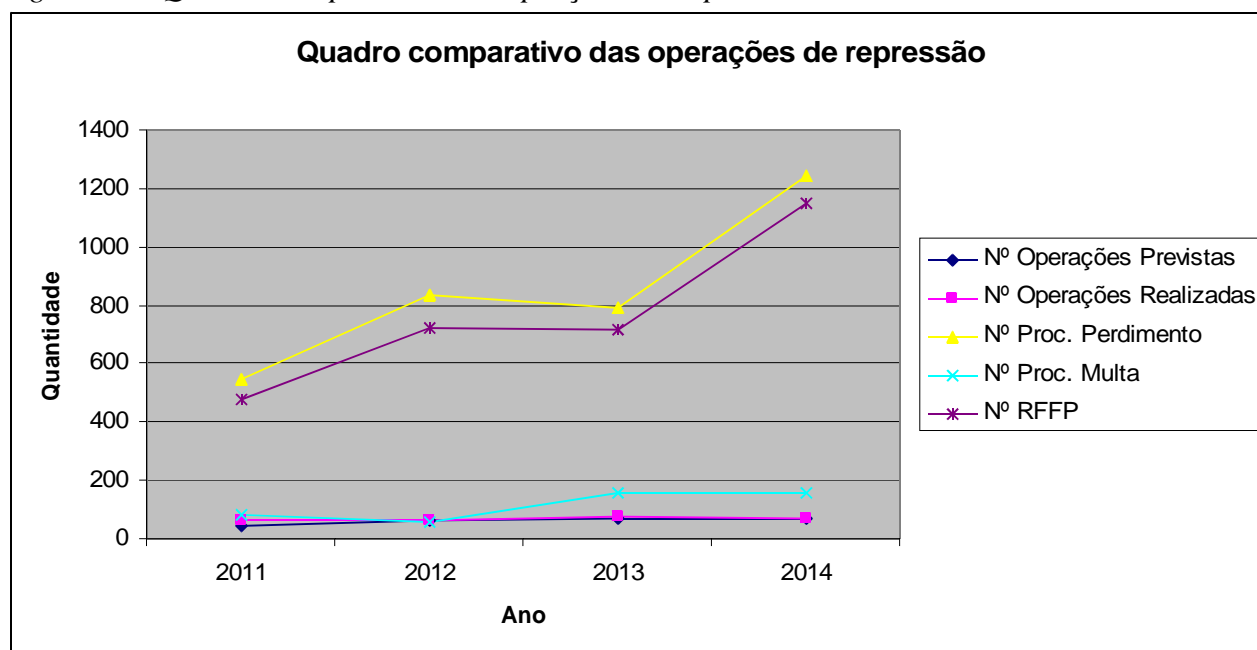
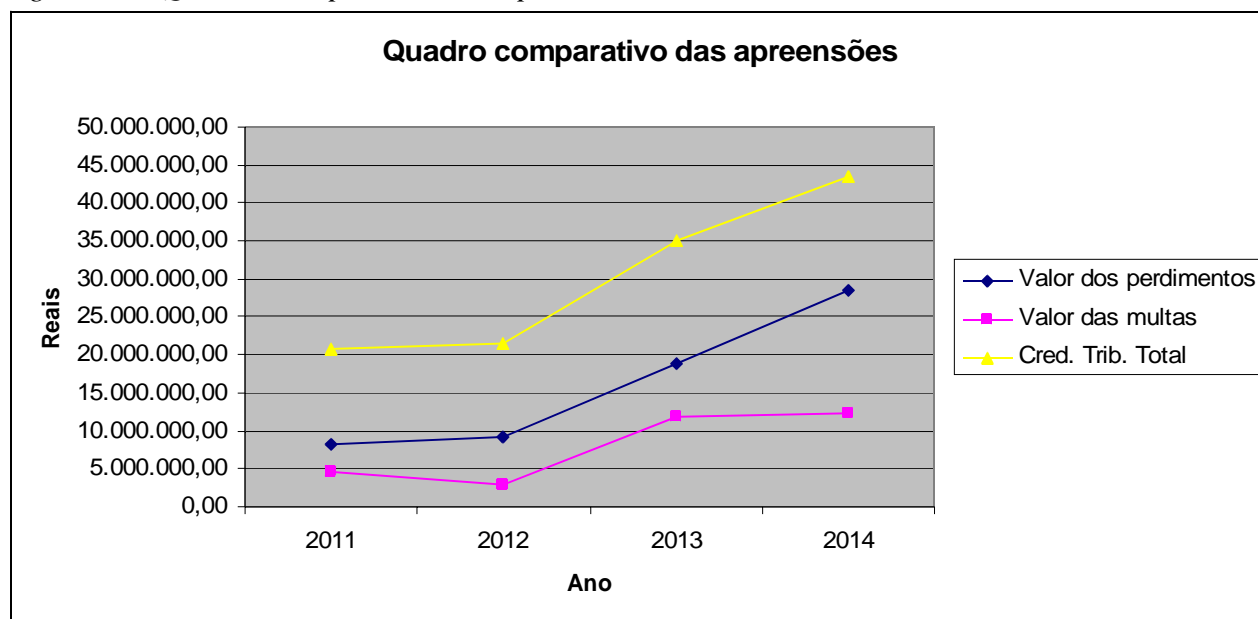


Figura 11 – Quadro Comparativo das Apreensões



Quadro 5 : MACROPROCESSO ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

Macroprocesso Finalístico	Administração Aduaneira				
	Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços
- Administrar processos de importação e exportação. - Controlar regimes aduaneiros. - Controlar encomendas e bens de viajantes. - Gerenciar riscos operacionais aduaneiros.	- Suari (Coana). - Superintendências Regionais e Unidades Locais.	Demandas apresentadas pelos intervenientes no comércio exterior. Entre elas podemos citar: despachos de importação e exportação, pedidos de habilitação para operar no comércio exterior.	Intervenientes no Comércio Exterior: importadores, exportadores, transportadores, depositários, prestadores de serviços vinculados ao comércio exterior. Passageiros em viagens internacionais.	- Despacho aduaneiro de importação e exportação. - Despacho de internação (ZFM). - Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior. - Execução e controle das políticas para operações de importação e exportação. - Controle de cargas. - Habilitação dos intervenientes no comércio exterior.	- Pessoas Físicas e Jurídicas. - Órgãos Públicos. - Organizações Estrangeiras. - Países Estrangeiros etc.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

Os quatro processos que compõem este macroprocesso são desenvolvidos, no âmbito da 6ªRF, pela Divisão de Administração Aduaneira. As etapas desses processos são interdependentes e se comunicam em diferentes momentos e de diferentes formas.

✓ **Processo: Administrar processos de importação e exportação**

Em relação ao processo “Administrar processos de importação e exportação”, verifica-se que a estrutura de comércio exterior da 6ª RF é composta de três Portos Secos (Juiz de Fora, Uberaba e Varginha), dois Centros Logísticos e Industrial Aduaneiro – Clias (Betim e Uberlândia), dois recintos aeroportuários, sendo um de zona primária, que foi objeto de concessão no âmbito do Plano Nacional de Desestatização, administrado pela BH Airport, localizado no Aeroporto Internacional de Confins, e o outro, de zona secundária, terminal de carga aérea (Teca), situado no Aeroporto Presidente Itamar Franco, na cidade de Goianá, zona da mata mineira, administrado pela empresa Multiterminais Ltda. Além destes recintos alfandegados, conta também com os Recintos Especiais para Despacho Aduaneiro de Exportação – Redex, sob a jurisdição da DRF - Poços de Caldas, um de fiscalização permanente e outro de fiscalização eventual, localizados em Guaxupé, e dois de fiscalização eventual na cidade de Poços de Caldas.

No ano de 2014, a 6ª RF processou 71.726 despachos de importação, que representam 2,88% dos desembarços de importação do país, com movimento de US\$ 9.902.597.004,68. Como ocorreu redução de 4,85% na quantidade de despachos e de 12,63% no peso líquido das importações, com aumento 13,16% no valor das importações em dólar americano em relação a 2013, pode-se dizer que ocorreu aumento o valor do Kg/US\$ na região, ou seja, do *valor agregado*.

Em relação às exportações, no mesmo período, nos recintos mineiros foram desembaraçadas 9.899 declarações de exportação, o que correspondeu a 0,82% do total dos despachos de exportação efetuadas no Brasil, com um valor de US\$ 1.037.332.086,56 e peso líquido de 269.715.319 kg. Vale citar que os Redex jurisdicionados pela DRF – Poços de Caldas responderam por 64,7% do volume das exportações processadas em Minas Gerais, com perspectivas de aumento, devido, principalmente, à opção da Cooperativa Cooxupé em utilizar o Redex para desembaraçar o café destinado à exportação.

Apesar de Minas Gerais ser um estado de relevância na produção nacional, suas exportações, principalmente, de minério de ferro e café, são desembaraçadas em outras regiões fiscais (em especial 7ª e 8ª Regiões).

Na área aduaneira, teve grande destaque a “Operação Copa do Mundo”. Na 6ª RF, foram constituídas equipes de reforço, com o deslocamento de servidores de suas atividades regulares da IRB/BHE, DRF/CON, DRF/BHE e da Superintendência da 6ªRF para atuarem durante o evento nas seções de vigilância e fiscalização de bagagem no AITAN.

Foram 25 servidores convocados para os reforços das seções diretamente envolvidas no evento.

Outro grupo que recebeu treinamento extra foi o dos servidores que atuam na Seção de Vigilância Aduaneira – SAVIG, cujos plantonistas receberam capacitação e habilitação para atuar no Siscomex no módulo despacho de importação, caso fosse necessário efetuar desembarços emergenciais noturnos ou durante os fins de semana quando as equipes de despacho não atuam.

Foram também preparados locais especiais para recepção das Delegações Estrangeiras. A delegação do Chile, composta por 75 pessoas, foi a primeira a chegar. Foram desembaraçadas cinco

toneladas de bagagem. As seleções da Argentina, com 72 integrantes, e do Uruguai, com 55 pessoas, chegaram posteriormente.

Os trabalhos da “Operação Copa do Mundo”, somente foram encerrados após conclusão de três etapas distintas:

- desmobilização das equipes de reforço;
- restituição ao exterior de todos os bens importados para a copa sob o regime de admissão temporária, registrados em processos e Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes (e-DBV) e,
- realização dos relatórios e das avaliações do trabalho desenvolvido em cada unidade.

✓ **Processo: Controlar encomendas e bens de viajantes**

Já, no âmbito do processo "Controlar encomendas e bens de viajantes", a 6ª RF controlou, em 2014, os bens de aproximadamente 595 passageiros que chegaram, por dia, no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, o que totaliza 212.008 no ano, resultando em 2.571 lançamentos com R\$ 3.250.649,50 em crédito lançado e R\$ 1.105.055,81 em crédito recolhido. Além disso, foram efetuadas 5.599 retenções para anuência de outros órgãos. No Aeroporto Internacional Tancredo Neves embarcaram 166.023 passageiros em 2014.

Quadro 6 : MACROPROCESSO SEGURANÇA JURÍDICA E SOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Macroprocesso Finalístico	Segurança Jurídica e Solução de Litígios				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
<ul style="list-style-type: none"> - Formular propostas de legislação tributária. - Julgar recursos administrativos fiscais. - Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais. - Formular atos interpretativos e normativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sutri (Cocaj, Cosit e DRJ). - Superintendências Regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Processos administrativos relativos à legislação tributária e aduaneira, não regidos pelo PAF - Consultas externas apresentadas pelos contribuintes - Consultas internas apresentadas pelas unidades da SRRF06 e SRRF08 - Solicitações de Informações nos termos da LAI - Solicitações de Regimes Especiais - Mandados de Segurança impetrados contra o SRRF e as chefias de Divisões - Minutas de portarias - Pareceres Normativos antigos - Legislação Tributária - Demandas internas 	<ul style="list-style-type: none"> - Unidades locais da SRRF06 - Órgãos públicos e Pessoas físicas e jurídicas, contribuintes da RFB - Unidades da RFB - Público externo em geral, pessoas físicas e jurídicas - RFB/Cosit 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de proposta de Legislação Tributária. - Julgamento dos recursos administrativos fiscais em primeira instância. - Acompanhamento do julgamento de processos administrativos e judiciais. - Soluções de consultas sobre a interpretação da legislação tributária e aduaneira. - Formulação de atos normativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - PGFN. - CARF. - Ministro da Fazenda. - Presidência da República. - Organismos Internacionais.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

No âmbito da 6ª RF, o Macroprocesso “Segurança Jurídica e Solução de Litígio” é desenvolvido no âmbito da Divisão de Tributação que atua especificamente no processo “Formular atos interpretativos e normativos”.

✓ **Processo: Formular atos interpretativos e normativos**

Nesse processo, a 6ª Região Fiscal, durante o exercício de 2014 continuou participando ativamente dos esforços envidados pela RFB, buscando reduzir os litígios tributários, proporcionar maior segurança jurídica aos contribuintes e agilizar mais a solução dos processos de consultas.

Nesse sentido, continuou atuando no processo de simplificação da legislação, seja pela revisão dos pareceres de IPI, seja pela participação na nova modalidade de procedimentos de consulta, que prevê que as consultas externas apresentadas pelos contribuintes, relativas à interpretação da legislação tributária federal, tenham efeito vinculante para todas as Unidades e instâncias da RFB, podendo, ainda, os contribuintes, independentemente de apresentação de consulta pessoal, passar a adotar e se orientar pela resposta apresentada na consulta externa, que está sendo disponibilizada na página da RFB na internet. Também foram realizados treinamentos para o público interno e palestras para o público externo, de forma a divulgar as novidades relativas à legislação tributária, a oferecer um melhor preparo dos servidores da Região para o desempenho de suas funções e mitigar eventuais litígios.

A área de Tributação deu continuidade, em 2014, aos trabalhos de revisão e atualização dos Pareceres Normativos relativos ao IPI, atuando como coordenadora do Grupo Técnico criado pela Portaria RFB nº 712/2013, para a realização desse trabalho. Em decorrência da continuidade dos trabalhos do Grupo, foram editados, no ano de 2014, 04 novos pareceres normativos relativos ao IPI e elaboradas 62 novas minutas que se encontram em análise para serem submetidas à apreciação do Sr. Secretário. Dentro dessa atividade, também foi elaborada uma minuta de decreto que atualiza o regulamento do IPI até o 1º semestre de 2014.

Trabalhos realizados no âmbito da área de Tributação da SRRF06 e resultados:

- Consultas Externas: foram analisados 266 processos de consultas externas apresentadas por contribuintes e distribuídas à Região pela Cosit, envolvendo dúvidas sobre a interpretação da legislação tributária relativas a praticamente todos os tributos administrados pela RFB. Foram elaborados: 66 minutas de soluções de consultas para apreciação da Cosit; 69 soluções de consultas vinculadas e 131 despachos decisórios declarando ineficazes consultas por questões formais ou materiais, o que totalizam os 266 processos analisados;
- Consulta Internas: no período foram elaboradas 08 orientações internas, decorrentes de dúvidas apresentadas pelas diversas Unidades da circunscrição da SRRF06;
- Recursos Hierárquicos: foram analisados 29 processos relativos a recursos hierárquicos apresentados por contribuintes da Região Fiscal, contra decisões dos titulares das Unidades;
- Lei de Acesso à Informação: prestadas informações em 14 processos de solicitação de dados com base na lei de acesso à informação;
- Regimes Especiais: foram analisados e elaborados Atos Declaratórios Executivos ou Termo de Indeferimento, relativos a 32 processos de solicitações de regimes especiais de tributação;
- Revisões de Consultas Internas oriundas da SRRF08: foram revisadas no período 10 consultas internas oriundas da SRRF08, nos termos da Ordem de Serviço Cosit nº 01/2012;
- Mandados de Segurança: foram elaboradas 05 informações judiciais em mandados de segurança impetrados contra supostos atos do Sr. Superintendente da SRRF06 ou das Divisões;
- Portarias Diversas: foram elaboradas ou revisadas 15 minutas de portarias de atribuição ou

transferência de competências entre as diversas Unidades da Região.

Eventos realizados pela Disit06:

- II Seminário Regional de Troca de Experiências Fiscais – Garantias do Crédito Tributário, no período de 17 a 19/09/2013. Este Seminário constou como um dos projetos estratégicos da SRRF06 no exercício de 2014, tendo sido estruturado com a apresentação de dez palestras, proferidas por palestrantes oriundos da RFB, do Poder Judiciário, da PGFN e o Ministério Público Federal, proporcionando aos participantes uma visão bastante heterogênea do tema, devido à ótica e forma de participação de cada um dos envolvidos no macroprocesso de crédito tributário.
Na oportunidade, foram discutidas as diversas formas de garantias do crédito tributário, temas envolvendo a fiscalização, tributação e reflexão sobre as atividades da RFB, contando com 155 participantes, entre ouvintes e palestrantes.
- Treinamento regional e outras quatro palestras sobre o Programa de Imposto de Renda das Pessoas Físicas/2013, em Unidades da Região, assim como, para o público externo.

Quadro 7: MACROPROCESSO INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

Macroprocesso Finalístico	Interação com a Sociedade				
Descrição	Áreas Responsáveis	Insumos	Fornecedores	Produtos e Serviços	Principais Clientes
- Desenvolver moral tributária. - Gerir cadastro de pessoas e bens. - Prestar orientação e atendimento. - Gerir canais de comunicação com a sociedade.	- Suara (Coaef e Cocad). - Ascom. - Ouvidoria. - Superintendências Regionais e Unidades Locais.	- Sugestões, Reclamações. - Notícias - Pesquisas de Avaliação - Fatos relevantes e notícias de interesse dos diversos públicos da RFB, incluindo ações de combate a contrabando, descaminho, pirataria e tráfico de drogas. - Campanhas, dicas e mensagens de interesse da RFB. - Resultado da prestação de serviços e demais ações, legislação pertinente, projetos estratégicos, processos internos e o balanço dos principais fatos que envolveram a RFB. - Notícias do dia relativas à RFB.	- Ouvidoria - Imprensa - Unidades da RFB - Contribuintes - Fundação Getúlio Vargas (FGV). - Gestores de conteúdo da internet das unidades da RFB. - Equipes que atuam diretamente na repressão a ilícitos aduaneiros. - Administração da RFB. - Todas as unidades da RFB. - Empresa de clipping. - Produtora de vídeo.	- Atendimento aos contribuintes. - Alimentação e manutenção do cadastro. - Alimentação e manutenção da página da RFB na Internet. - Ações de Educação Fiscal e moral tributária, incluídas parcerias com outras instituições. - Atividades de ouvidoria. - Comunicação externa.	- Sociedade. - Contribuintes. - Servidores. - Órgãos públicos. - Outros entes federados. - Imprensa / jornalistas.

Fonte: Copav e Áreas Responsáveis

O macroprocesso Interação com a Sociedade abrange o desenvolvimento de atividades que dizem respeito ao relacionamento da RFB com a sociedade e que são operacionalizados em várias áreas da organização.

✓ **Processo: Desenvolver Moral Tributária**

Esse processo possui dois campos de atuação:

1. Desenvolver Moral Tributária Interna: compreende desenvolver um conjunto de valores, princípios e ações que norteiem as atividades dos servidores e da Administração Tributária e Aduaneira para a criação de um ambiente propício ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias e aduaneiras;

2. Desenvolver Moral Tributária Externa: contempla o desenvolvimento, por meio da Administração Tributária e Aduaneira, de um conjunto de valores, princípios e ações que motivem os contribuintes a cumprirem voluntariamente as suas obrigações tributárias e aduaneiras.

Para atender o disposto na Portaria RFB nº 896, de 2012, e no Plano de Contribuição da Receita Federal para o Biênio 2013-2014, foram criados critérios de ponderação de eventos de educação fiscal, a serem utilizados na apuração do indicador estratégico: “Indicador de Atividade de Educação Fiscal.” A ponderação dos eventos tem como objetivo direcionar os esforços e os recursos no planejamento, execução, monitoramento e avaliação das atividades que mais impactam os objetivos estratégicos da instituição, especialmente o de “elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras”. Assim, as ações são ponderadas em função da aderência à estratégia institucional, do público alvo e do tipo de atividade.

Em 2014, o foco das ações de educação fiscal esteve voltado para o público em geral, para os estudantes universitários e para os profissionais da área contábil e aduaneira. Ao longo do ano, foram realizados 933,17 eventos de Educação Fiscal na 6ª RF, após ponderação, o que corresponde a 104% da meta proposta para a região fiscal. A maior parte desses eventos foi direcionada para a área de orientação tributária, esclarecendo a sociedade sobre os procedimentos e a legislação, garantindo o correto cumprimento das obrigações tributárias e também visando a conscientização do cidadão dos deveres para com o Estado.

Outra ação de destaque em 2014 foi a continuidade dos trabalhos realizados nos Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), que funcionam nas faculdades de Ciências Contábeis nos moldes dos já consagrados núcleos de prática jurídica das faculdades de direito e contam com a parceria da Receita Federal. Nesses núcleos os alunos prestam atendimento a contribuintes hipossuficientes e complementam sua formação com os conhecimentos adquiridos. Atualmente, estão em atividade cinco NAF em Minas Gerais: um em Coronel Fabriciano, um em Divinópolis, dois em Belo Horizonte e em dezembro foi implementado o NAF em Campo Belo, uma parceria entre a DRF Divinópolis e o Centro Mineiro de Ensino Superior - CEMES. A 6ª RF é a segunda colocada em números de NAF no Brasil.

Foi dada continuidade ao Projeto “Reuniões temáticas com entidades de classe”, cujo objetivo é melhorar a comunicação e estreitar o diálogo entre a administração e os administrados, em consonância com os princípios da presunção da boa fé e da confiança mútua. Em 2014 foram realizadas 2 reuniões, tendo sido abordados os seguintes temas: e-Social exigências e prazos; considerações sobre a possibilidade das DRJ de Minas realizarem julgamentos públicos dos procedimentos administrativos e desoneração da folha de pagamentos.

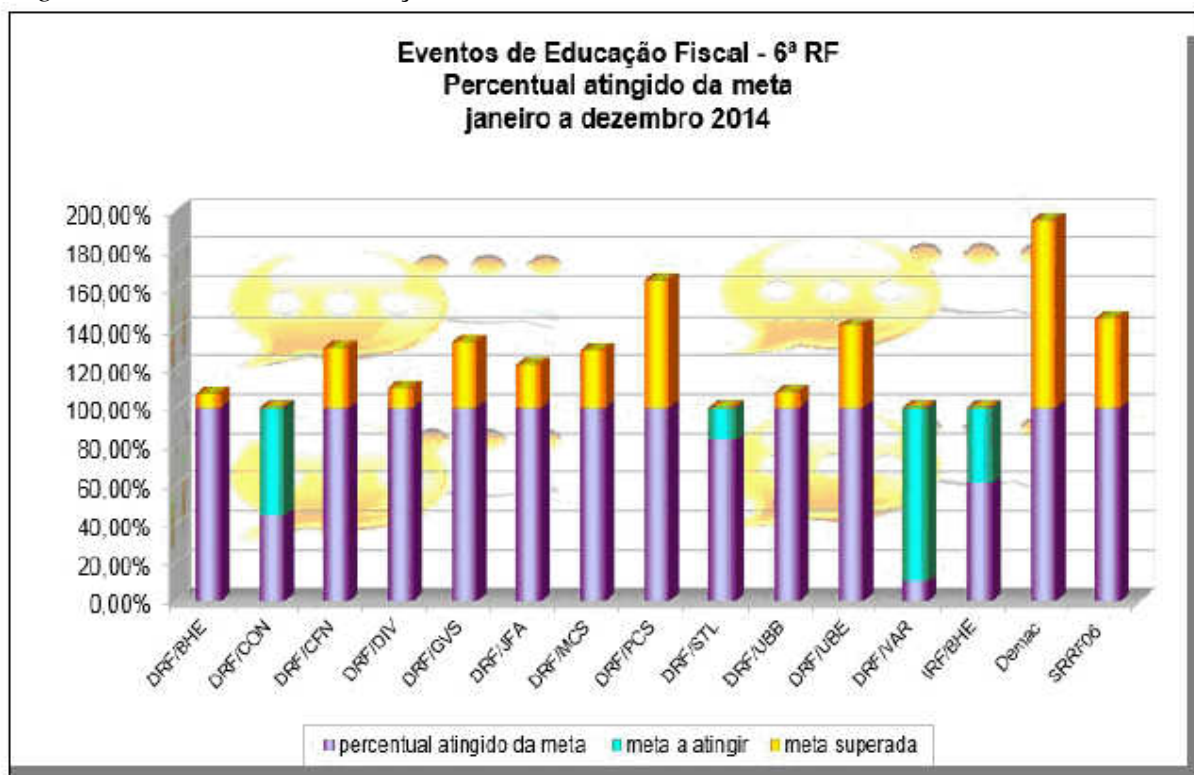
Destaca-se o Projeto "Eu Curto Cidadania", com a participação da DRF/Belo Horizonte, Centresaf/MG, Secretaria do Estado da Fazenda, Escola do ALMG e Escola do Legislativo da Câmara Municipal de BHE. Representantes dos referidos órgãos estão discutindo um projeto pedagógico a ser implementado na Escola Dora Tomish Laender, situada em área de grande risco em função da violência.

Fica ressaltado que, devido as limitações impostas pela legislação eleitoral, que determinou a suspensão, a partir de 5 de julho de 2014, de qualquer vinculação, distribuição, exibição ou exposição ao público de peças e material referentes à publicidade institucional, à publicidade de utilidade pública e à publicidade de produtos e serviços que não tinham concorrência no mercado, a realização de eventos de Educação Fiscal ficou bastante prejudicada.

Iniciativa também considerada como de educação fiscal, o Auto Atendimento Orientado foi implantado em algumas unidades em 2013 e continua em funcionamento. O Autoatendimento Orientado consiste em um ambiente físico destacado nas unidades de atendimento, onde são disponibilizados microcomputadores para que os contribuintes possam obter serviços e informações por meio do sítio da Receita Federal na Internet, com a orientação de servidores ou estagiários da unidade. Visando facilitar a pesquisa por parte do cidadão, a 6ªRF trabalha no aperfeiçoamento de uma nova formatação dos serviços disponibilizados no site dos terminais de autoatendimento.

A implantação dos CAC Avançados também teve como objetivo promover melhorias nesse processo. Trata-se de projeto que prevê o estabelecimento de parcerias entre a Receita Federal e as Prefeituras Municipais, visando aproximar o atendimento da RFB daqueles contribuintes que não dispõem de unidades da RFB em suas cidades. Existem três CAC Avançados em funcionamento junto às Prefeituras de Santa Luzia, Ouro Branco e Muzambinho, estes dois últimos inaugurados em 2014.

Figura 12 – Eventos de Educação Fiscal



Fonte: Intranet RFB

Figura 13 – Número de Eventos de Educação Fiscal

6ª RF – Educação Fiscal – Número de eventos acumulados até Dezembro x meta local para 2014				
Unidades	Eventos de dezembro	Acumulado (de janeiro a dezembro)	Meta local para 2014 em eventos ponderados	Percentual da meta já atingido
DRF/Belo Horizonte	5,28	219,34	206	106,47%
DRF/Contagem	0	25,15	57	44,12%
DRF/Coronel Fabriciano	5,43	47,06	36	130,72%
DRF/Divinópolis	11,13	70,16	64	109,62%
DRF/Governador Valadares	9,26	74,73	56	133,44%
DRF/Juiz de Fora	11,5	122,98	101	121,76%
DRF/Montes Claros	3,58	36,26	28	129,50%
DRF/Poços de Caldas	5,54	62,38	38	164,15%
DRF/Sete Lagoas	0	33,3	40	83,25%
DRF/Uberaba	2,72	37,57	35	107,34%
DRF/Uberlândia	8,52	102,07	72	141,76%
DRF/Varginha	1,46	9,15	84	10,89%
IRF/Belo Horizonte	0,8	26,91	44	61,15%
Demac	0	19,5	10	195%
SRRF06	4,8	32,11	22	145,95%
Total	70,02	933,17	893(meta da 6ª RF)	104,49%

Fonte: Intranet RFB

✓ **Processo: Prestar Orientação e Atendimento:**

A RFB atua na orientação e atendimento ao cidadão nas formas presencial e eletrônica e, além de gerir parcerias para a orientação e o atendimento, também estimula ações que facilitem, tanto o cumprimento, como a prevenção de erros na prestação das obrigações tributárias.

No exercício de 2014, a quantidade de atendimentos presenciais na 6ª RF foi de 1.718.480, correspondendo a 143.206 atendimentos mensais, em média. Desses atendimentos, aproximadamente 23,11 % foram realizados com agendamento prévio, sendo a maioria realizados por pessoas jurídicas. Os serviços mais demandados ainda são os relacionados à emissão de comprovantes de CPF e sua regularização (18 % do total de serviços prestados).

O tempo médio de espera no atendimento para o contribuinte foi de 10 min e 55seg sendo que 91,11% dos serviços foram atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos.

O Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (Portal e-CAC) contabilizou 9.740.994 acessos na 6ª RF; um aumento de 38% de acessos com relação ao ano de 2013.

Destacam-se as seguintes ações desenvolvidas na 6ª RF em 2014, gerando melhorias na prestação de serviços pela Região:

- Edição do Fique em Dia, informativo semanal com as principais novidades do atendimento;
- Estímulo junto aos CAC/ARF à construção conjunta da análise gerencial dos dados do Saga por meio do Boletim mensal;
- Maior utilização das videoconferências sobre assuntos importantes para o atendimento, que visou trabalhar a melhoria da qualidade na comunicação com as Unidades de atendimento, especialmente com as Agências;
- Realização de dois Seminários Gerenciais, com formatação interativa, a fim de possibilitar a troca de experiências e também a padronização/racionalização de procedimentos, sendo que o 2º Seminário contou com a participação de todas as ARF da 6ªRF;
- Formatação de um Grupo de Trabalho de Colaboradores da Divic, com a participação de alguns chefes de CAC/ARF, que realizou estudos e elaboração de propostas para temas importantes para o atendimento (Minuta da Portaria de Atendimento Presencial, Estudo de Lotação/Métricas, Nova Tabela do Saga) contribuindo com os trabalhos da Coef e dando uma maior representatividade aos trabalhos da Divic;
- Implantação dos serviços de "Orientações para Habilitação ao Comércio Exterior", com acesso a consultas no sistema Radar em todas as DRF mistas da 6ªRF, a saber: Belo Horizonte; Juiz de Fora, Uberlândia, Uberaba e Varginha, por meio da participação da Divic no "Projeto Estratégico de Atendimento Aduaneiro nos CAC/ARF" junto à Diana;
- Inauguração do CAC Avançado de Muzambinho em 2014 que, em conjunto com os CAC Avançados de Ouro Branco e de Santa Luzia, possibilita a orientação à comunidade local nos serviços do Portal da RFB, proporcionando comodidade ao cidadão e um menor fluxo de atendimento nas Unidades de Atendimento da RFB;
- Conclusão do Projeto de Regionalização dos Pedidos de Isenção de IPI para Taxistas e Deficientes, de tal forma que qualquer pedido de isenção é analisado por uma equipe regional com significativos ganhos de padronização, eficiência e produtividade. Atualmente, os pedidos são analisados em um tempo médio de 15 dias, sendo que antes do funcionamento da equipe, em junho/13, as unidades locais tinham prazos bem diferenciados, indo de 10 dias a 10 meses.

Com a equipe, as unidades não possuem mais essa atividade, executada pela equipe regional com vinculação à Dirac-Divisão de Arrecadação e Cobrança, sendo que no ano de 2014 foram analisados 13.210 processos de isenção.

✓ **Processo: Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade**

Devido a sua finalidade, jurisdição e complexidade, a RFB é uma Instituição que necessita atuar de forma ampla e diversa com os seus diferentes públicos ou clientes (contribuintes, servidores, órgãos públicos, outros entes federados e imprensa/jornalistas). Em decorrência disso, a RFB atua nesse processo, principalmente, por meio da Assessoria de Comunicação Social da Receita Federal (Ascom) e da Ouvidoria.

As principais ações implementadas para o alcance de resultados do Processo Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade estão listadas a seguir e foram conduzidas de forma centralizada, com repercussão, divulgação e utilização em toda a Instituição.

Internet: O sítio da RFB na internet é um dos mais acessados do Brasil, onde o contribuinte pode encontrar enorme gama de informações e serviços. Para facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio, reformulando o leiaute e a forma de alimentação do conteúdo disponível. Agora, o sítio da RFB na Internet está mais atraente e melhor organizado e em conformidade com o padrão IDG (Identidade Digital de Governo). A nova forma de gestão do conteúdo passa a ser descentralizada, o que permite maior agilidade na alimentação das informações das diversas unidades da RFB que servem de insumos para o Sítio.

Facebook: em 09/12/2014, a Receita Federal ingressou no Facebook, atualmente a maior rede social do mundo, com o objetivo de ficar mais próxima do cidadão. A página da RFB no Facebook é mais um canal de divulgação dessa Instituição. As regras de uso deixam claro que não se trata de um canal de atendimento ao contribuinte. Por meio dessa rede social, a Receita Federal pretende estabelecer laços menos formais no relacionamento com o contribuinte Pessoa Física por meio da disseminação de campanhas, dicas e mensagens de interesse oriundas da administração.

Campanhas Publicitárias de Utilidade Pública: em 2014 houve duas campanhas publicitárias de utilidade pública, a “IRPF 2014” e a “Aduana da Receita Federal”, realizadas por meio da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) e veiculadas através da internet, rádio, televisão e revistas. Voltando a fazer anúncios na mídia depois de muitos anos, a RFB demonstra preocupação em prestar informações ao contribuinte e, ao mesmo tempo, fortalecer a imagem da nossa Instituição junto à opinião pública.

Durante o ano de 2014, foi dada continuidade a outras iniciativas anteriormente implementadas que também contribuem para o alcance dos resultados do Processo Gerir Canais de Comunicação com a Sociedade. São elas:

Identidade Visual da RFB: para gerir a sua identidade visual, a Receita padronizou a forma de utilização da sua marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações e uniformes são alguns dos itens padronizados com o propósito de fortalecer a imagem da Instituição por meio do reforço da identidade visual institucional. As unidades podem se orientar a respeito do uso da marca da RFB por meio de consulta às instruções e definições a respeito contidas no Manual de Identidade Visual da RFB, que é atualizado sempre que necessário.

Atendimento à Imprensa: o serviço de atendimento à Imprensa da RFB encaminha as demandas da imprensa por notícias relacionada às unidades pertinentes, prestando, igualmente, suporte e assessoria às áreas técnicas na elaboração das suas ações de esclarecimentos para a imprensa e demais públicos acerca de atos e fatos protagonizados pela RFB ou dos quais ela faça parte.

Na Superintendência da 6ª RF, foram concedidas, no decorrer do ano, 48 entrevistas aos diversos meios de comunicação, sobre assuntos variados de interesse do público externo, em especial sobre IPPF/2014, controle aduaneiro nos aeroportos e operações de fiscalização e repressão. Foram ainda elaborados e distribuídos releases à imprensa sobre os principais assuntos do momento.

TV Receita: a TV Receita divulga vídeos institucionais, especiais e programas jornalísticos, nos quais os temas relevantes e de interesse do servidor são tratados em entrevistas, debates e reportagens. Há, ainda, transmissão de eventos ao vivo, que são gravados para veiculação no mesmo dia ou posteriormente. A TV Receita objetiva tornar a divulgação institucional mais

atraente e dinâmica, de modo a contribuir para maior integração do órgão. Em 2014, foi efetuada a contratação de uma produtora de vídeo, aumentando, significativamente, a capacidade de produção da TV Receita. Os assuntos tratados se originam de colaborações e iniciativas nascidas nas unidades da Instituição.

Youtube: No canal da TV Receita no Youtube, os servidores da RFB e o público em geral podem acompanhar as principais notícias relacionadas à Instituição que foram produzidas e veiculadas pela imprensa. Assim, quem não conseguir assistir as reportagens nos meios tradicionais pode acompanhar a Receita na mídia pelo Youtube.

Já no âmbito da Ouvidoria, a atuação pode ocorrer por meio da Ouvidoria da Unidade Central, bem como de forma centralizada ou descentralizada nas Regiões Fiscais, a fim de receber, tratar e responder as mensagens encaminhadas pelos cidadãos e, a partir disso, manter e buscar a qualidade nos serviços prestados à Sociedade.

A Ouvidoria da RFB faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda (MF), o qual é composto por uma rede de ouvidorias, hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição, coordenadas por uma Ouvidoria-Geral.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas, primeiramente, pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia ou reclamação), classificadas por tipo de serviço e repassadas às Unidades Central e Regionais da RFB.

Na 6ª RF, a Ouvidoria Regional integra a estrutura da Divic – Divisão de Interação com o Cidadão e atua em conjunto com Ouvidores locais, indicados em cada Delegacia. A 6ª RF conta ainda com uma Ouvidoria localizada na Difis – Divisão de Fiscalização, especializada no atendimento de denúncias.

No exercício de 2014, a Ouvidoria da 6ª RF atendeu 3.156 mensagens por meio do Sistema Ouvidor III. Desse total, 2.324 se referiam a Reclamações, 88 a Elogios e o restante a Pedidos de Informações e Consultas.

✓ **Processo: Gerir cadastro de pessoas e bens**

A gestão de cadastros da RFB constitui importante elo da Administração Pública com a coletividade e representa a infraestrutura dos processos de trabalho da Instituição por administrar, disciplinar e monitorar o acesso e o fornecimento de informações dos cadastros das pessoas físicas, das pessoas jurídicas e de informações previdenciárias, bem como realizar estudos, projetos e articulação institucional, interna e externa, na sua área de competência.

As informações cadastrais custodiadas pela Receita Federal seguem as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas.

O gerenciamento das atividades de cadastro está baseado nos seguintes preceitos: autenticidade, integridade, disponibilidade e sigilo, atributos que garantem a confiabilidade e grande interesse no intercâmbio de informações.

A Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento (Suara), por meio da Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros (Cocad) e, no âmbito da 6ª RF, a Divisão de Interação com o Contribuinte, trabalham para acompanhar a evolução das modernas e integradas soluções tecnológicas, de modo que possa ofertar serviços compatíveis com os novos padrões de eficiência traçados para a Administração Pública, estabelecendo interoperabilidade com os demais poderes, esferas do governo e com a sociedade em geral.

Principais atividades do processo:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação.
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica.
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo.
- Apoiar a administração de riscos.

No ano de 2014, a 6ª RF deu continuidade à sua participação ativa na consolidação do programa de reestruturação dos Cadastros da RFB os quais deverão estar integrados e agregar atributos previdenciários, tributários e aduaneiros, cumprindo a função de respectivamente ser o cadastro fiscal de pessoas físicas, jurídicas e bens imóveis. Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Gerência do Projeto Novo CPF;
- Participação na construção e validação do Modelo de Requisitos de demandas vinculadas ao projeto Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), que visa simplificar o Processo de Registro e Legalização de Empresas através da harmonização e integração dos cadastros, processos e procedimentos da RFB, com os demais entes participantes do processo de registro e legalização de empresas das três esferas governamentais.
- Participação na Equipe de Especificação das demandas do CNPJ, em apoio à Cocad-Coordenação Geral de Cadastros;
- Participação na homologação do Cadastro Nacional de Obras - CNO;
- Participação nos Grupos Nacionais de Suporte Web ao tema de cadastros: CPF, CNPJ e Cafir;
- Participação nas equipes de projeto da Redesim, do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais - Sinter e do Cadastro Nacionais de Imóveis Rurais - CNIR;
- Apoio e suporte às unidades de atendimento para o assunto cadastro;
- Apoio e suporte aos conveniados na área de cadastro (BB, CEF, Correios, Junta Comercial, PBH, Sefaz/MG, Seds, Seplag/MG-UAI).

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL –
6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 2: Informações sobre a Governança

(Item 2, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

INTRODUÇÃO

Não serão apresentadas neste ítem do Relatório de Gestão informações sobre “Sistema de Correição” (subtem 2.3 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), pois a administração da unidade de correição é realizada no Órgão Central e as informações relacionadas a este subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

2.1 Estrutura de Governança

Segundo o Referencial Básico de Governança (RBG), aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), conforme a Portaria-TCU nº 25, de 29 de janeiro de 2014 "a Governança no setor público compreende, essencialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade."

Nesse sentido, as boas práticas de governança estão relacionadas à adoção de boas práticas desses mecanismos por parte da Administração Pública, para que as funções de governança (avaliar, direcionar e monitorar) sejam executadas de forma satisfatória.

São exemplos de ações para uma boa governança: os controles internos dos órgãos; a gestão e análise de riscos; a criação de planos estratégicos; a definição e monitoramento de indicadores e metas; a contratação de bons servidores; a criação de programas de capacitação e avaliação de servidores; a transparência; a gestão da Tecnologia da Informação, entre outros.

Atualmente, a RFB possui 8 instâncias de governança que otimizam a busca tanto pela melhoria contínua de sua gestão, como pela maior qualidade e eficiência dos serviços prestados à sociedade, a saber:

- Núcleo Estratégico da RFB
- Coordenação-Geral de Auditoria Interna (AUDIT)
- Ouvidoria Interna da RFB
- Sistema de Correição (Corregedoria-Geral da RFB)
- Comissão de Ética Pública da Seccional da Receita Federal do Brasil (CEPS-RFB)
- Comitê de Política Tributária e Aduaneira (CPTA da RFB)
- Comitê de Execução Orçamentária da RFB
- Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação (CTSI da RFB)

Essas instâncias de governança têm atuação em nível nacional, constituindo-se em estruturas do Órgão Central, sem extensão nas Superintendências e, por isso, serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

Excetuam-se, entretanto, o Núcleo Estratégico, a Ouvidoria Interna e a Comissão de Ética Pública da Seccional da Receita Federal do Brasil (CEPS-RFB) que possuem desdobramentos em nível regional, conforme detalhados a seguir:

2.1.1 - Núcleo Estratégico da RFB

Quanto à estratégia, na RFB não há uma estrutura formal de governança. No entanto, com a finalidade de analisar se os resultados da Instituição estão sendo alcançados, o Núcleo Estratégico, composto pelo Secretário da Receita Federal do Brasil, Secretário-Adjunto da Receita Federal do Brasil, Subsecretários, titulares das nove Unidades de Assessoramento Direto ao Secretário e os dez

Superintendentes Regionais da RFB, avalia e acompanha as Iniciativas e Indicadores Estratégicos, periodicamente, com a realização de Reuniões de Avaliação Estratégicas (RAE).

Essas reuniões são realizadas trimestralmente e têm o objetivo de monitorar a execução da estratégia e, avaliar, analisar e definir mudanças de rumos a serem adotadas, caso sejam necessárias.

Na 6ª RF, a RAE é replicada também trimestralmente, para analisar e avaliar os resultados obtidos em nível regional, a partir dos desempenhos de objetivos e indicadores estratégicos previamente selecionados para sua pauta.

Participam da RAE em nível regional, o Superintendente, Superintendentes Adjuntos, Delegados, Inspetor, Chefes de Divisão/Serviço e integrantes da Assessoria de Planejamento.

As unidades locais da RF também promovem RAE, para avaliação de desempenho quanto aos indicadores estratégicos desdobráveis.

As RAE, nacionais, regionais e locais, contribuem para a boa governança da RFB, na medida que subsidia os processos de avaliação, direcionamento e monitoramento da Estratégia Institucional.

2.1.2 - Ouvidoria Interna da SRRF06

A atuação da Ouvidoria Interna pode ocorrer por meio da Ouvidoria da Unidade Central, bem como de forma centralizada ou descentralizada nas Regiões Fiscais, a fim de receber, tratar e responder as mensagens encaminhadas pelos cidadãos e, a partir disso, manter e buscar a qualidade nos serviços prestados à Sociedade.

A Ouvidoria da RFB faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda (MF), o qual é composto por uma rede de ouvidorias, hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição, coordenadas por uma Ouvidoria-Geral.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas, primeiramente, pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia ou reclamação), classificadas por tipo de serviço e repassadas às Unidades Central e Regionais da RFB.

Na 6ª Região Fiscal foram recebidas, em 2014, 3.156 manifestações, sendo que 2.324 se referiam a Reclamações, 88 a Elogios e o restante a Pedidos de Informações e Consultas.

2.1.3 - Comissão de Ética Pública da Seccional da Receita Federal do Brasil (CEPS-RFB):

A SRRF06, a exemplo das demais Superintendências, possui um representante local na Comissão de Ética Pública da Seccional da Secretaria da Receita Federal do Brasil (CEPS-RFB), a qual foi constituída pela Portaria RFB nº 3262, de 19 de agosto de 2011, com a finalidade de cumprir o previsto no Capítulo II do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, além de exercer as competências previstas no Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, na Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública (CEP) e nas demais normas pertinentes à matéria.

A composição e o funcionamento da Comissão estão detalhados no Relatório de Gestão das Unidades Centrais da RFB.

2.2 – Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

As informações deste subitem estão consolidadas no *ANEXO II – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ*.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Item 3: Relacionamento com a Sociedade

(Item 3, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

INTRODUÇÃO

Não serão apresentadas neste ítem do Relatório de Gestão informações sobre os resultados da “Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada” na prestação de serviços ao cidadão (subtem 3.5 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), pois nesta Região Fiscal não foram realizadas pesquisas de satisfação junto aos usuários dos serviços. Essas pesquisas, normalmente, são decididas e realizadas pelo Órgão Central e, por esse motivo, as informações relacionadas a esse subitem serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

3.1 - Canais de Acesso do Cidadão

No âmbito da RFB, há uma estrutura de Ouvidoria Interna responsável por receber, examinar e encaminhar as mensagens dos cidadãos, referentes a procedimentos e ações de agentes e unidades,

A Ouvidoria Interna, composta por Unidades Central e Regionais da RFB, atua como canal de diálogo entre o cidadão e a RFB, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços prestados.

A Ouvidoria da RFB faz parte do Sistema de Ouvidoria do Ministério da Fazenda (MF), o qual é composto por uma rede de ouvidorias, hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição, coordenadas por uma Ouvidoria-Geral.

As mensagens advindas da sociedade são recepcionadas, primeiramente, pelo Sistema Ouvidor (Sisouvidor) do MF, onde são classificadas por tipo de mensagem (elogio, sugestão, solicitação de informação, denúncia ou reclamação), classificadas por tipo de serviço e repassadas às Unidades Central e Regionais da RFB.

As mensagens são postadas pelos cidadãos na Ouvidoria por meio de cinco canais:

- portal da ouvidoria na internet <http://portal.ouvidoria.fazenda.gov.br/>;
- *call center* da ouvidoria pelo número: 0800.702.1111;
- correspondências e fax;
- formulários próprios, disponíveis nos Centros de Atendimento aos Contribuintes – Cac; e
- pessoalmente.

De acordo com o seu conteúdo, o tratamento das mensagens é realizado por diferentes áreas da RFB. Os pedidos de informação, normalmente, são respondidos pela Ouvidoria da Unidade Central; as denúncias relativas à sonegação são encaminhadas e respondidas pelas Divisões de Fiscalização e as referentes a desvios de conduta de servidor à Corregedoria; os elogios, sugestões e reclamações são encaminhados às chefias das divisões responsáveis para conhecimento e providências; e as reclamações relativas a TI são direcionadas ao setor, mediante chamados de intervenção, com prioridade de atendimento.

Cem por cento das mensagens são respondidas aos cidadãos, sendo de até trinta dias o prazo máximo para resposta.

Os relatórios de informações gerenciais são elaborados pelos Representantes Regionais da Ouvidoria de cada Superintendência e pelo Ouvidor da Receita Federal e encaminhados ao superior imediato na Unidade e às áreas de interesse.

O relatório do Ouvidor-Geral é encaminhado ao Secretário da Receita Federal e às áreas de interesse e publicado na Intranet da Instituição.

Na 6ª RF, a Ouvidoria Regional integra a estrutura da Divic – Divisão de Interação com o Cidadão e atua em conjunto com Ouvidores Locais, indicados em cada Delegacia. A Região conta, ainda, com uma Ouvidoria localizada na Difis – Divisão de Fiscalização, especializada no

atendimento de denúncias.

No exercício de 2014, a Ouvidoria da 6ª RF atendeu 3.156 mensagens por meio do Sistema Ouvidor III, sendo:

- 2.324 Reclamações
- 88 Elogios
- 744 Pedidos de Informações e Consultas

Está em fase de implantação, para o exercício de 2015, um sistema de relatórios que permitirá apurar e avaliar todas as melhorias implementadas nos serviços prestados pela Receita Federal, em decorrência das demandas trabalhadas na Ouvidoria.

3.2 - Carta de Serviços ao Cidadão

A elaboração e divulgação da Carta de Serviços em sítio eletrônico são de responsabilidade do Órgão Central.

Ela está disponível na Internet da Receita Federal no link: <http://www1.fazenda.gov.br/carta/compromisso.asp> tendo como compromisso aperfeiçoar a gestão dos serviços e garantir um atendimento de qualidade ao cidadão. Para tanto, estabelece:

- Atendimento Preferencial, conforme dispõe a Lei nº 10.048, de 8/11/2000 e a Lei nº 10.741, de 1/10/2003, para: gestantes, lactantes ou pessoas com crianças de colo; pessoa idosa (acima de 60 anos); e portadores de necessidades especiais.
- Atendimento agendado para determinados serviços da Receita Federal por meio do telefone (146) e internet (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/>);
- Atendimento obedecendo à data de agendamento e senhas disponibilizadas, de acordo com o horário e dia de funcionamento da unidade do órgão fazendário;
- Manutenção das unidades de atendimento, visando garantia de acessibilidade, segurança e limpeza;
- Atendimento por equipes qualificadas;
- Tempo de espera estimado em 25 minutos para as unidades da Receita Federal que possuem centro de atendimento;
- Disponibilidade de sistemas online nos quais o cidadão pode acompanhar o andamento de sua demanda.

3.3 - Mecanismos para medir a Satisfação em relação aos Produtos e Serviços

Em 2013, pela segunda vez, pesquisa de imagem e satisfação com o atendimento da RFB foi realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) com o intuito de avaliar o atendimento prestado pela Receita Federal aos contribuintes e a imagem da Instituição junto ao seu público externo, visando fornecer informações para subsidiar a tomadas de decisão e a elaboração do planejamento estratégico.

A seguir, alguns dos resultados, em relação ao atendimento, apresentados na RFB e, em especial, na 6ª RF, comparativamente aos obtidos na pesquisa realizada em 2010, os quais têm sido utilizados para subsidiar a implementação de ações de melhoria na atividade.

3.3.1 Avaliação do Atendimento nas Unidades de Atendimento Presencial

Quadro 8 – AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

Aspectos Avaliados	2013		2010	
	Positivo (%)	Negativo (%)	Positivo (%)	Negativo (%)
Avaliação do Atendimento da RFB, de modo geral	52	14	66	14
Rapidez do Atendimento	40	30	40	26
Cortesia e Educação	70	11	58	18
Tempo de espera para ser atendido	29	43	23	42
Capacidade dos funcionários	53	16	59	16
Confiança de que o serviço seja feito corretamente	68	10	70	14
Atendimento esperado x atendimento recebido	54	20	66	12
Aspecto Avaliado	Melhorou	Piorou	Melhorou	Piorou
Evolução do serviço da unidade de atendimento no último ano	34	24	50	5

Figura 14 – Pontos Fortes do Atendimento da RFB (Belo Horizonte, Contagem e Betim)

Principais respostas	P.40) Pontos fortes do atendimento da RFB			Por Total e Estado (UF)	
	2013	Total (99)	Estado (UF)		
			Betim / Contagem (42)	BH (57)	
Atendentes são bem treinados / orientados / informados / capacitados	26%	21%	30%		
Rapidez / é atendido rapidamente	24%	18%	30%		
Agilidade na resolução dos problemas	16%	17%	15%		
Atendentes são bem educados / gentis / atenciosos	16%	25%	8%		
Facilidade dos serviços na Internet / informatizado	12%	17%	8%		
Esclarecem todas as informações sobre taxas / impostos	7%	7%	7%		
Atendimento na Internet é eficaz / bom / rápido	4%	3%	5%		
Nenhum	9%	9%	9%		
Não sabe	5%	7%	3%		

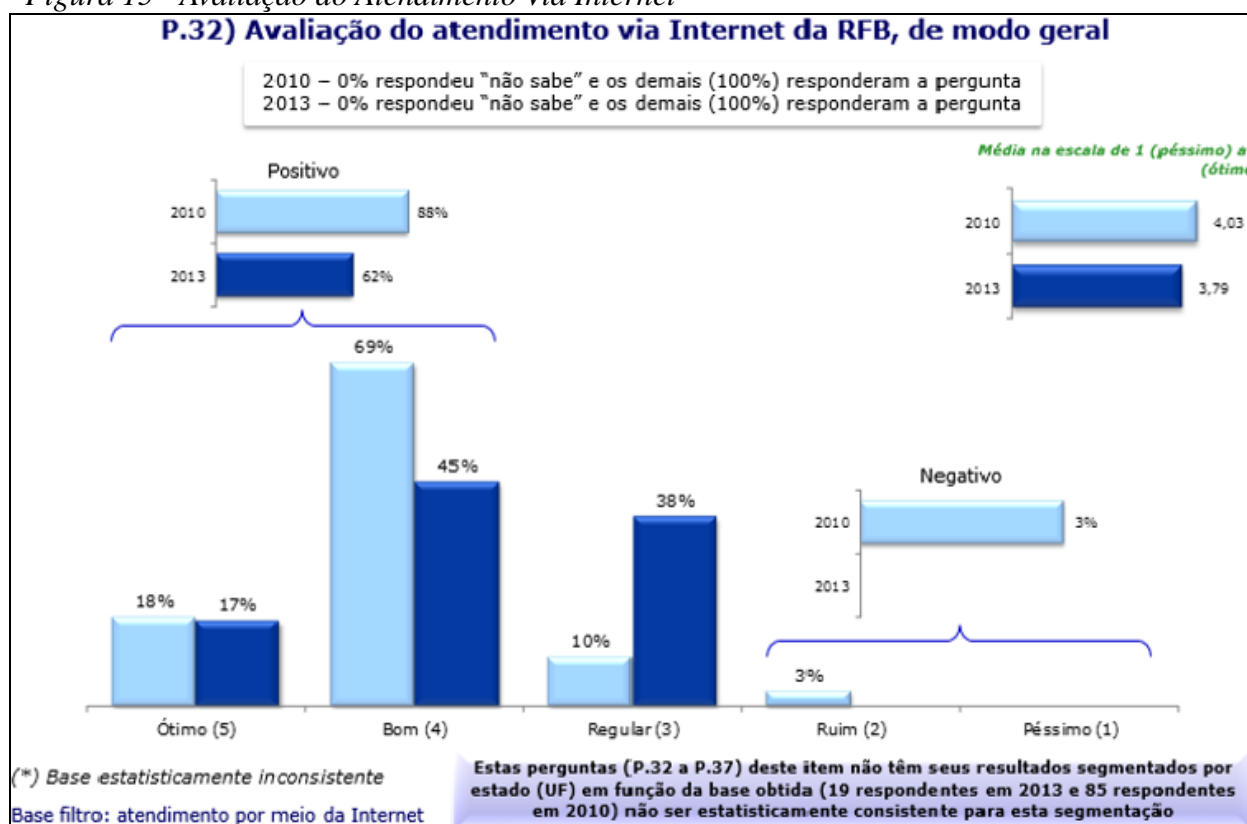
Principais respostas	P.40) Pontos fortes do atendimento da RFB			Por Total e Estado (UF)	
	2010	Total (166)	Estado (UF)		
			Betim / Contagem (79)	BH (87)	
Atendentes são bem treinados / orientados / informados / capacitados	9%	6%	13%		
Rapidez / é atendido rapidamente	7%	3%	13%		
Agilidade na resolução dos problemas	6%	4%	8%		
Atendentes são bem educados / gentis / atenciosos	18%	17%	20%		
Facilidade dos serviços na Internet / informatizado	25%	19%	32%		
Esclarecem todas as informações sobre taxas / impostos	-	-	-		
Atendimento na Internet é eficaz / bom / rápido	4%	6%	2%		
Nenhum	19%	24%	13%		
Não sabe	13%	18%	8%		

Base filtro: procurou algum atendimento da RFB

A soma dos percentuais das respostas excede a 100% porque a pergunta é de respostas múltiplas, isto é, os entrevistados podiam dar mais de uma resposta.

3.3.2 Avaliação do Atendimento via Internet

Figura 15 - Avaliação do Atendimento Via Internet



Em relação aos nove aspectos relacionados à página da RFB na Internet, na 6ª RF não se verificou melhoria nos resultados se comparados à pesquisa de 2010:

Figura 16 – Comparativo aspectos relacionados à Página da RFB na Internet

	2013	2010
Disposição dos serviços na página inicial	3,63	4,07
Suficiência das orientações para obtenção dos serviços	3,60	4,08
Facilidade de navegação	3,85	4,06
Facilidade de compreensão das informações da página	3,83	3,87
Facilidade de utilização dos aplicativos disponíveis para download	3,33	4,02
Velocidade da página	3,40	3,92
Informações prestadas no canal Fale Conosco	3,51	3,56
Disponibilidade dos serviços online	3,77	4,10
Adequação do conteúdo da página	3,69	4,02

3.3.3 Avaliação Geral da RFB

Figura 17 – Avaliação Geral da RFB

P.45) Avaliação Geral da RFB			
<i>Média na escala de 1 (péssimo) a 5 (ótimo)</i>			<i>Por Total e Estado (UF)</i>
AVALIARAM A PERGUNTA	Total (170)	Estado (UF)	
		Betim / Contagem (80)	BH (90)
2013	100%	100%	100%
2010	100%	100%	100%
2013	Total (170)	Estado (UF)	
		Betim / Contagem (80)	BH (90)
POSITIVO	41%	37%	45%
NEGATIVO	15%	20%	11%
MÉDIA	3,27	3,16	3,37
2010	Total (170)	Estado (UF)	
		Betim / Contagem (80)	BH (90)
POSITIVO	53%	57%	49%
NEGATIVO	5%	4%	6%
MÉDIA	3,47	3,53	3,41

Base: Total da amostra

P.45: Gostaria que Você fizesse uma avaliação GERAL de todo o trabalho desenvolvido pela RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Qual nota Você daria? Para isso, considere mais uma vez a escala de a 1 a 5, onde 1 representa péssimo, 2 representa ruim, 3 representa regular, 4 representa bom e 5 representa ótimo. Estimulada – RU

3.4 - Acesso às informações da Unidade Jurisdicionada

Conforme o Referencial Básico de Governança, aprovado pela Portaria TCU nº 25/2014, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, a transparência é um dos componentes do mecanismo de governança denominado “controle”. A transparência nos resultados e na forma de atuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é de fundamental importância para o alcance de sua finalidade e para o bom desempenho de suas competências institucionais.

A organização, para ter transparência, deve divulgar oportunamente as questões relevantes relacionadas à organização, inclusive sua situação financeira, desempenho, composição e governança da organização. A organização deve dar transparência às informações, especialmente para as de alta relevância, que impactem os negócios e que envolvam resultados, oportunidades e riscos. A transparência, no entanto, não é ilimitada, e há informações que, de acordo com a legislação, requerem salvaguarda.

A RFB busca facilitar o acesso a informações referentes as suas atividades utilizando-se de diversos instrumentos de divulgação.

A maioria dos instrumentos de divulgação é de responsabilidade do Órgão Central da RFB, e estarão informados no Relatório de Gestão do Órgão Central.

Dentre esses instrumentos, destacamos a Carta de Serviços ao Cidadão, de responsabilidade do Órgão Central, disponibilizada no *site* do Ministério da Fazenda e no Portal da RFB.

Esta unidade, entretanto, não possui página própria na *internet* e praticamente todas as informações de interesse dos usuários como, por exemplo, acesso a serviços, legislação, orientações, endereços, telefones e titulares das Unidades da Região Fiscal são disponibilizadas no portal da RFB, endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br>. Por meio desse portal, são disponibilizados também *links* para outros portais de interesse dos usuários dos serviços da RFB.

Quanto aos Relatórios de Gestão da Unidade, Relatórios de Auditoria de Gestão e demais documentos e informações correlatas, devido ao fato desta unidade não possuir página própria na *internet*, a publicação é realizada pelo Órgão Central, no endereço <http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/auditorias>.

Essa publicação é realizada em cumprimento ao Decreto nº 5.481, de 30 de junho de 2005, que alterou o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, e às normas do Órgão de Controle Interno que orientam a forma de divulgação.

Essas normas determinam que o Relatório de Gestão, o Relatório de Auditoria, o Certificado de Auditoria, o Parecer do Órgão de Controle Interno e o Pronunciamento Ministerial devem ser publicados no *site* da entidade na *internet*, no link “Processos de Contas Anuais”. Além desses documentos, as normas determinam a publicação de informações complementares, como os números dos processos, situação do julgamento dos processos pelo TCU, entre outras.

A publicação desses documentos também é realizada no *site* do Ministério da Fazenda, no link Auditoria da página de transparência ativa, em cumprimento à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), endereço <http://www1.fazenda.gov.br/acessoainformacao/>.

Ressalta-se que, para alguns exercícios, não há Relatório de Gestão e/ou documentos do Órgão de Controle Interno e Pronunciamento Ministerial, tendo em vista que essa documentação é produzida de acordo com a previsão normativa do Tribunal de Contas União (TCU). Em alguns exercícios, o TCU dispensou esta unidade de apresentar Relatório de Gestão e/ou dispensou o Órgão de Controle Interno de realizar a auditoria de contas.

3.5 - Medidas relativas à Acessibilidade

A 6ª RF, por meio do Plano Nacional de Engenharia da RFB executado no exercício de 2014, realizou intervenções específicas para adequação de acessibilidade física em duas unidades - Ponte Nova e Juiz de Fora - com valor total de R\$ 336.172,42. Nesses contratos foram

contempladas iniciativas de projeto com identificação tátil, piso tátil, sinalização, banheiros, adaptação de mesas/balcões de atendimento e rampa.

Além disso, foi contratada obra de reforma de elevador em Juiz de Fora, Contagem, Uberlândia, Uberaba e Governador Valadares e reforma da rampa em Diamantina.

Ainda no curso do exercício 2014, por meio do Plano de Engenharia, aconteceram obras de reforma nas unidades de Belo Horizonte e Campo Belo, que contemplaram intervenções de acessibilidade. Aconteceu, também, obra de reforma do passeio em Uberaba.

Foi iniciada a execução de Projetos Básicos Completos (reformas ou construção de nova sede) para as unidades de Divinópolis, Governador Valadares, Poços de Caldas e Uberlândia com atendimento aos parâmetros das normas de acessibilidade. As obras relativas a esses projetos serão licitadas em 2015.

Foi finalizado o projeto de reforma da parte interna da delegacia de Uberaba e assinado o contrato para execução dessa obra, ainda no final do exercício de 2014, com valor total de R\$ 5.199.798,89.

Além dessas iniciativas específicas de acessibilidade, a 6ª RF aplicou recursos no Projeto Agências Modelos, cujo escopo compreende a construção de unidades concebidas dentro de critérios de identidade visual, flexibilidade, acessibilidade e sustentabilidade. O projeto Agência Modelo atende às normas de acessibilidade ao detalhar vagas de estacionamento, instalações sanitárias, pisos táteis, mapa tátil, balcão de atendimento, circulações e plataforma elevatória (no caso de edificação de dois pavimentos). Em Minas Gerais, foram recebidos os projetos das agências de Caratinga, Manhuaçu, Passos e Barbacena, com valor total de R\$ 240.383,00. As obras deverão ser licitadas em 2015.

Importante ressaltar que a execução das iniciativas citadas é responsabilidade das Unidades Gestoras. Cabe à Superintendência, por meio da Seção de Obras e Serviços de Engenharia, fornecer o suporte necessário para a execução das obras e serviços de engenharia.

Para os imóveis alugados, as Unidades Gestoras têm negociado com os proprietários a reforma para sua adequação às normas de acessibilidade. Como exemplo, em Coronel Fabriciano, a obra de acessibilidade foi parcialmente assumida pelo proprietário do imóvel.

No fim de 2014, para sistematizar e padronizar essas ações, teve início o projeto estratégico “Acessibilidade da 6ª RF”. Esse projeto propõe o levantamento das condições atuais dos imóveis da região, o diagnóstico e a programação para o atendimento às normas de acessibilidade. O produto final será a licitação centralizada de Projetos Básicos Completos para a adequação das instalações dos imóveis da região.

As Unidades Gestoras ficarão incumbidas, posteriormente, da licitação e fiscalização das obras. Tal projeto está previsto no plano de engenharia da RFB de 2015, com valor de R\$ 750.000,00, e, no plano de 2016, com valor estimado de R\$ 1.000.000,00.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Item 4: Planejamento e Resultados Alcançados
(Item 4, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

INTRODUÇÃO

Não serão apresentadas neste ítem do Relatório de Gestão informações sobre:

- “Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados” (subítem 5.2 , da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) uma vez que a UJ não é responsável por objetivos no âmbito do PPA e não gerenciou ações, ação desdobrável em subtítulo e nem ações não previstas na LOA.
- “Acompanhamento e avaliações relacionadas à supervisão de entidades públicas e privadas com contrato de gestão” e “Acompanhamento das ações e resultados relacionados a contratos de gestão regidos pela Lei 9.637/1998” (itens 60 e 61 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico), pois esta Unidade não tem a incumbência de supervisionar a execução de contratos de gestão, nem é signatária de contrato de gestão.
- “Indicadores Específicos”, pois esta Unidade não é responsável pela apresentação dos referidos indicadores, conforme os itens 8, 9 e 16 da Parte B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 - Conteúdo Específico.
- “Informações sobre Custos de Produtos e Serviços” (subítem 5.5 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), considerando que a administração da Unidade de Custos é realizada de forma centralizada e que as informações correspondentes serão apresentadas no Relatório de Gestão do Órgão Central da RFB.

4.1 - Planejamento da SRRF06

A estratégia da RFB, que é o seu plano de trabalho, é balizadora de toda a atuação da Região Fiscal, quer seja no plano estratégico, tático ou operacional, e todo o seu arcabouço será apresentado no Relatório de Gestão do Órgão Central.

Neste Relatório, o tema será tratado de forma sucinta e tangencial, para introdução à estratégia Regional.

Estratégia da RFB

A Estratégia da RFB é formada por quatro instrumentos basilares:

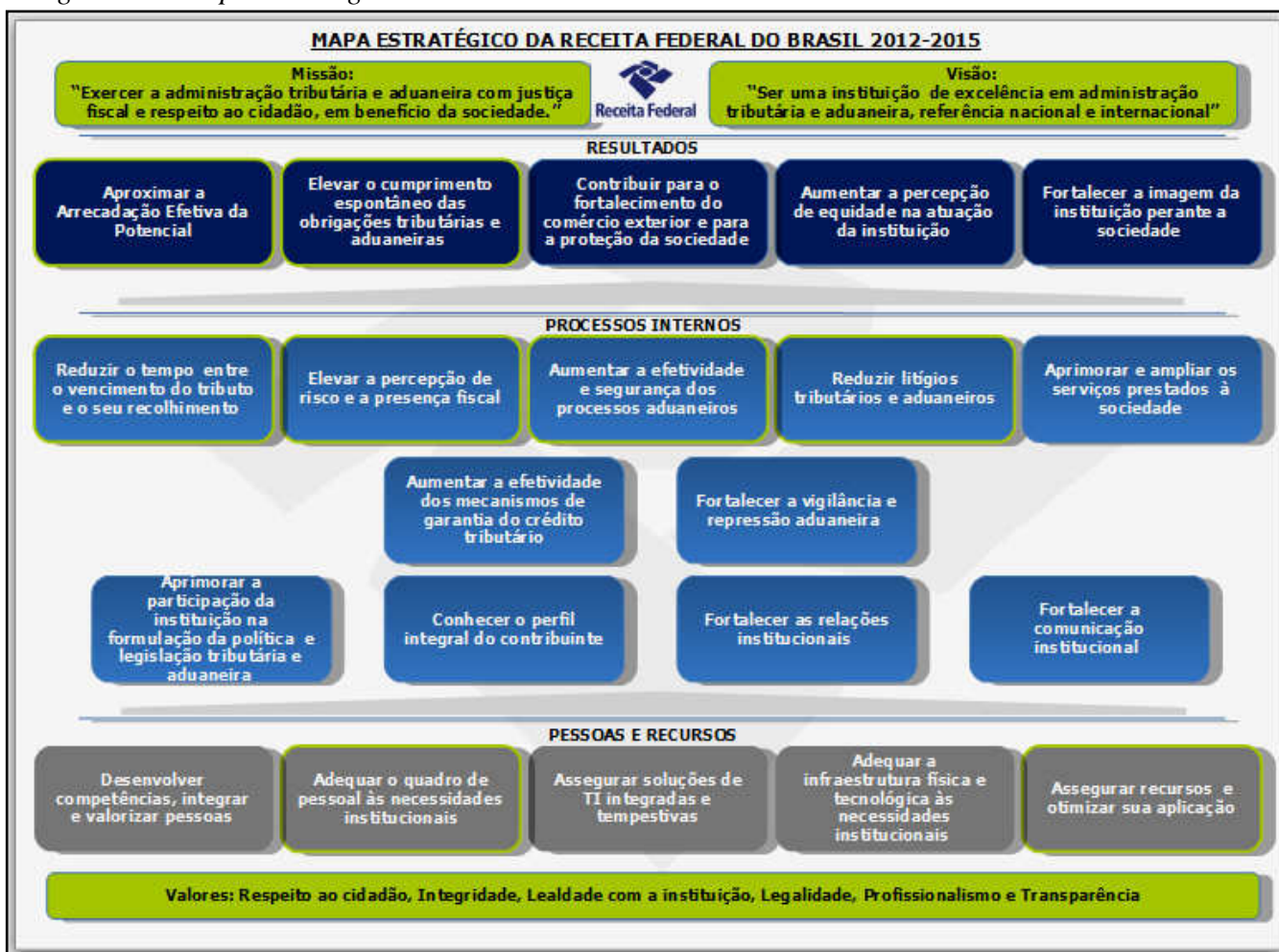
- Cadeia de Valor (detalhada no item 1.4 - Macroprocessos Finalísticos);
- Mapa Estratégico;
- Painel de Desempenho; e
- Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais,

Mapa Estratégico

Construído com base na Cadeia de Valor, traduz a Missão, a Visão e a Estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos estratégicos, interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.

A seguir, figura do Mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil - Ciclo 2012-2015:

Figura 18 - Mapa Estratégico da Receita Federal do Brasil 2012-2015



Fonte: Intranet RFB

Painel de Desempenho

A operacionalidade do Mapa Estratégico é garantida pelo Painel de Desempenho, que faz a vinculação da estratégia com o dia a dia da Instituição, efetuando o seu desdobramento em indicadores e metas a serem observados por toda a instituição

O Painel de Desempenho é gerado no SAGE-RFB (Sistema de Apoio à Gestão Estratégica da Receita Federal do Brasil), que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição, nos âmbitos nacional, regional e local, com base em uma visão integrada dos seus diversos elementos: Objetivos Estratégicos (conforme Mapa Estratégico), Indicadores Estratégicos e Iniciativas Estratégicas.

O Painel, figura a seguir, a exemplo do Mapa Estratégico, é uma representação gráfica que mostra os 52 Indicadores Estratégicos eleitos para verificar o grau de cumprimento dos objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 39 estão disponíveis para apuração e tiveram metas estabelecidas para o ano de 2014. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 29 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

A seguir, o Painel de Desempenho da RFB.

Figura 19 - Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Resultados



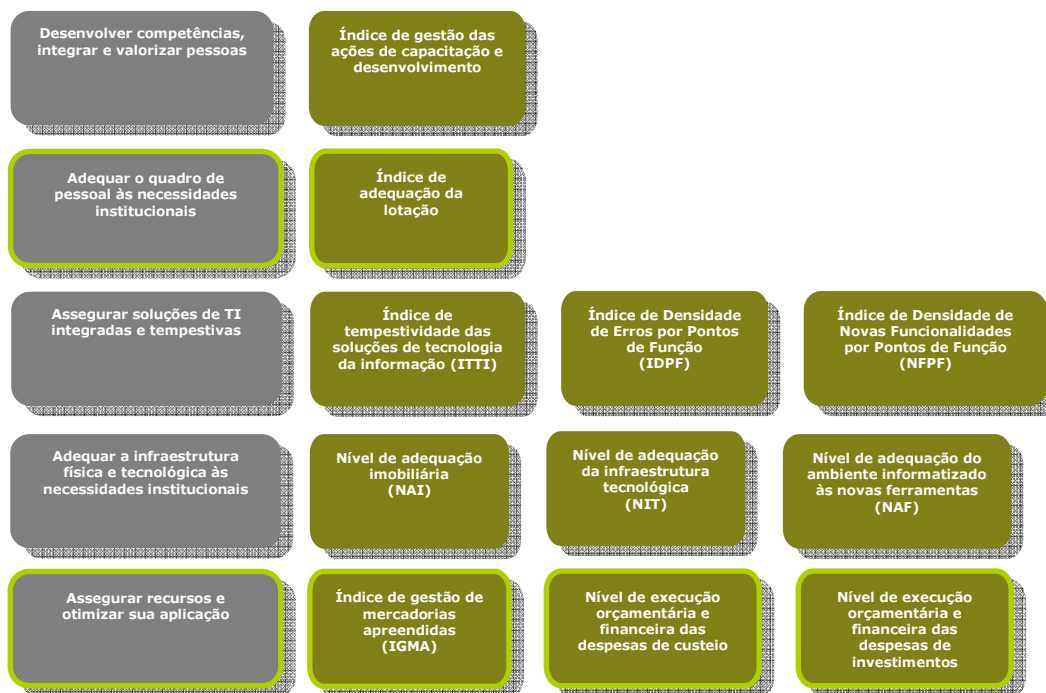
Fonte: Copav

Figura 20 - Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Processos Internos



Fonte: Copav

Figura 21 - Painel de Desempenho da RFB – Perspectiva Pessoas e Recursos

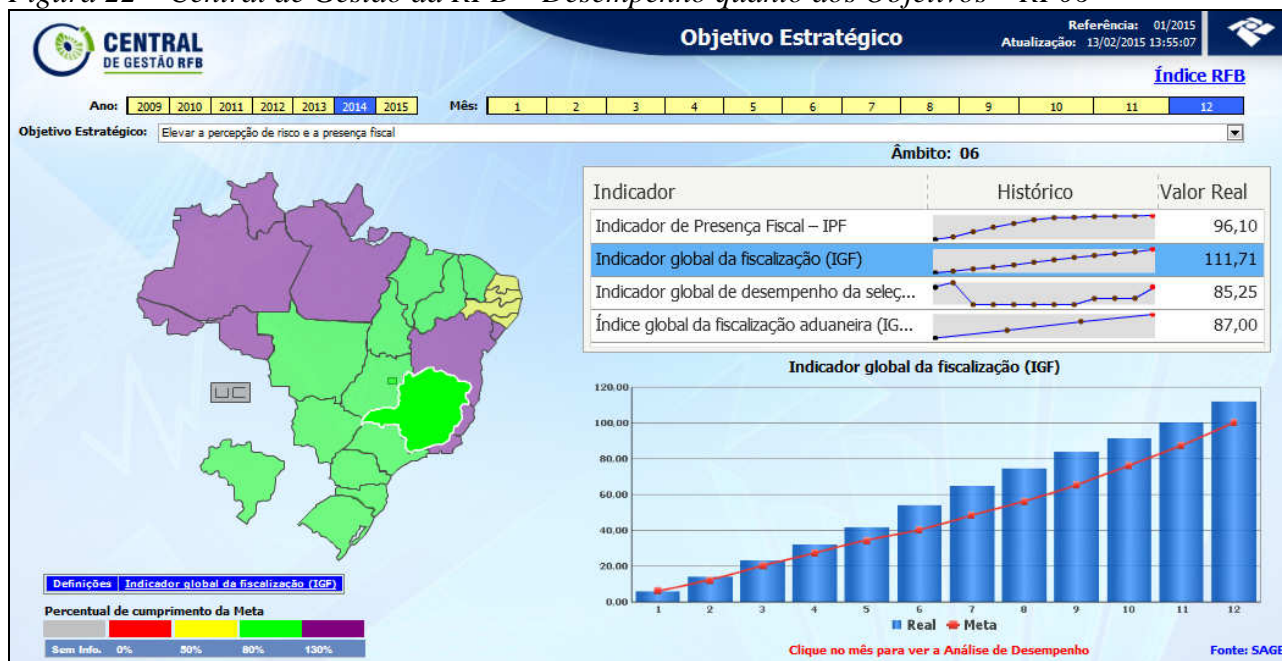


Fonte: Copav

Além do SAGE, a RFB utiliza a Central de Gestão RFB, que é um Portal Corporativo no qual são divulgadas as análises de informações gerenciais da Instituição. É um produto do Centro de Informações RFB e armazena um conjunto de painéis de controle (*dashboards*) organizados por processos de trabalho da Cadeia de Valor da RFB. Em cada processo dessa Cadeia há um link para acessar os painéis de controle publicados.

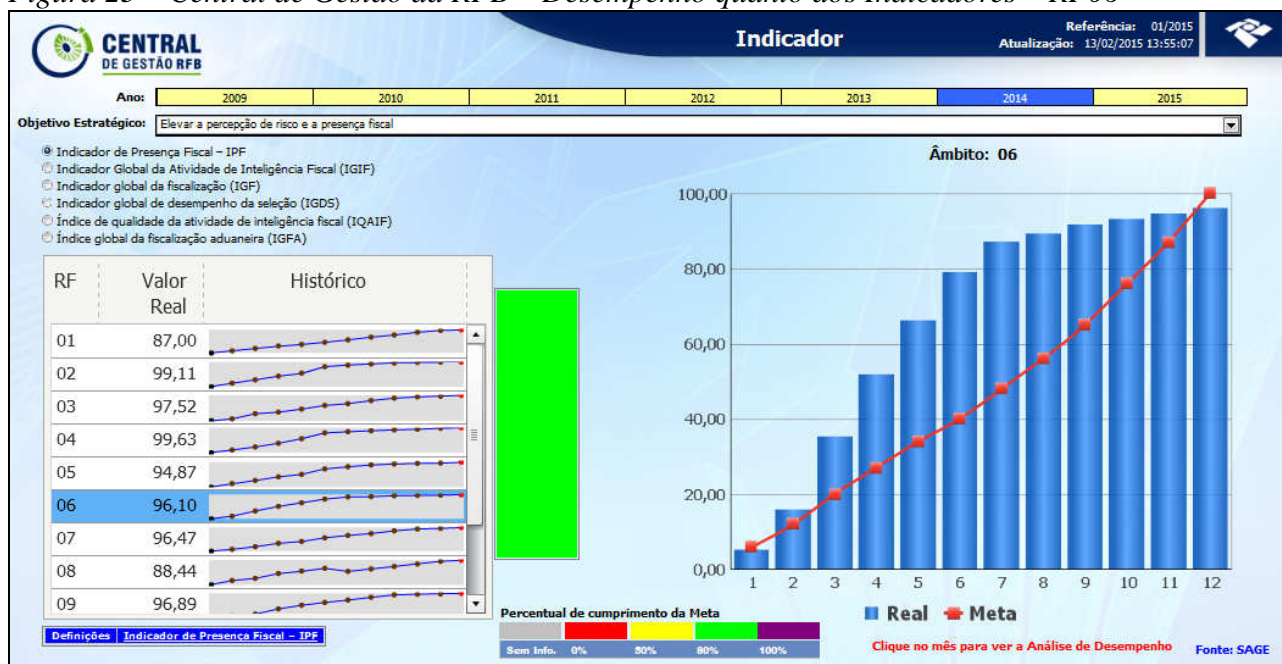
No módulo "Gestão Estratégica" são apresentados painéis de controle com relatórios, planilhas e gráficos que têm a finalidade de permitir o acompanhamento da gestão estratégica da Instituição, oferecendo uma visão sistêmica e integrada do seu desempenho quanto aos Objetivos e Indicadores Estratégicos.

Figura 22 – Central de Gestão da RFB – Desempenho quanto aos Objetivos – RF06



Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 30/01/15.

Figura 23 – Central de Gestão da RFB – Desempenho quanto aos Indicadores – RF06



Fonte: Central de Gestão RFB. Dados extraídos em 30/01/15.

As conclusões sobre o desempenho da 6ª RF, realizadas a partir da análise dos Indicadores referente ao ano de 2014, estão no subítem 4.3 deste Relatório.

Estratégia da SRRF06

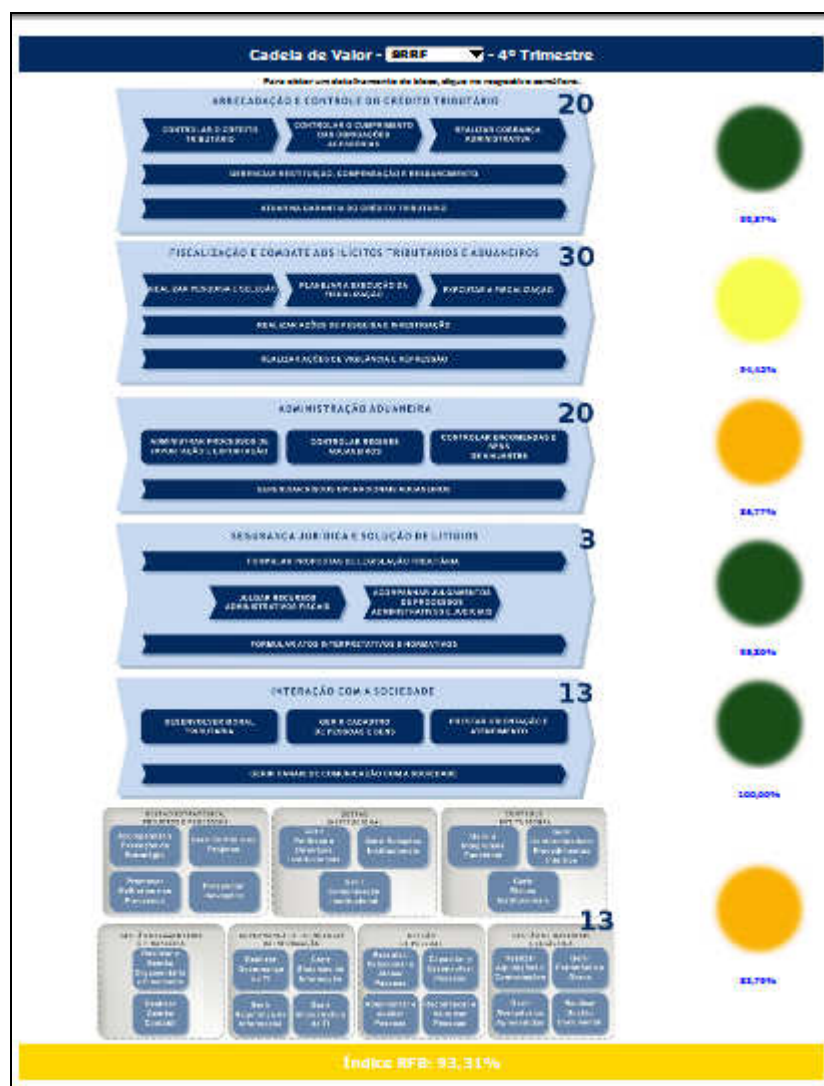
Para apresentar os resultados da Região, de forma individualizada por unidade descentralizada - Delegacias e Inspeção - a 6ª RF desenvolveu e tem utilizado desde 2012 o

Painel de Monitoramento e Controle da RF06, com o objetivo de apontar se a Região está no caminho certo e dar publicidade aos resultados obtidos.

Com base na Cadeia de Valor, no Índice RFB e na seleção feita pelas Divisões da SRRF06, foram eleitos os indicadores constantes do Painel, atribuindo-lhes pesos diferenciados. A cada trimestre do ano, o Painel é “alimentado” com os resultados da SRRF06 como um todo e de cada unidade separadamente. Além disso, a ferramenta informa o resultado final do **Índice RFB** da respectiva unidade.

O Índice RFB é o índice criado a partir de alguns indicadores desdobráveis, distribuídos em “cestas”, de acordo com os macroprocessos da Cadeia de Valor, que são considerados determinantes para o atingimento dos objetivos estratégicos em um dado período, e que resumem o desempenho das unidades regionais e, conseqüentemente, da RFB.

Figura 24 – Painel de Monitoramento e Controle da RF06



Para completar o processo de "Acompanhar a Execução da Estratégia", foram realizadas, em 2014, quatro Reuniões de Avaliação Estratégica – RAE Nacional, sob tutela do Gabinete da RFB. Essas reuniões são realizadas trimestralmente, com a participação do Secretário da RFB, do Secretário-Adjunto, dos gestores das Unidades Centrais (Subsecretarias e Coordenações) e das Regiões Fiscais (Superintendências).

Nesse encontro, são avaliados os resultados dos Indicadores, em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e as justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas para cada um deles.

Na 6ª RF, as RAE também são realizadas trimestralmente, para analisar e avaliar os resultados obtidos em nível regional, com a participação do Superintendente, Superintendentes Adjuntos, Delegados, Inspetor, Chefes de Divisão/Serviço e integrantes da Assessoria de Planejamento.

As unidades locais da 6ª RF também promovem RAE, para avaliação de desempenho quanto aos indicadores estratégicos desdobráveis até o nível local.

4.1.1 – Projetos Estratégicos

A RFB, em sintonia com a Estratégia definida para o Ciclo 2012-2015, definiu o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais. Para essa definição, foram consideradas as orientações do Plano Plurianual – PPA – 2012/2015, os Objetivos do Mapa Estratégico e os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Os Projetos Estratégicos Institucionais são projetos que contribuem, diretamente, para o alcance dos Objetivos Estratégicos da RFB e devem estar alinhados à Missão da Organização e possuir característica de transversalidade. São patrocinados pela alta administração, por ela selecionados e acompanhados e têm prioridade na utilização de recursos.

No âmbito da Região Fiscal são desenvolvidos projetos estratégicos regionais e locais, que representam a contribuição para o alcance dos objetivos, indicadores e metas estabelecidos.

Todos os projetos, exceto os locais, são propostos e acompanhados segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. São também acompanhados no Sistema de Apoio à Gestão Estratégica – Sage/RFB.

A figura a seguir apresenta os Projetos Estratégicos desenvolvidos pela 6ª RF em 2014, distribuídos por macroprocesso da Cadeia de Valor.

Figura 25 – Projetos Estratégicos da 6ª RF 2014 - 2015



As figuras seguintes apresentam um balanço do acompanhamento desses projetos.

Figura 26 – Visão Geral dos Projetos Estratégicos da 6ª RF – Encerrados / em Execução

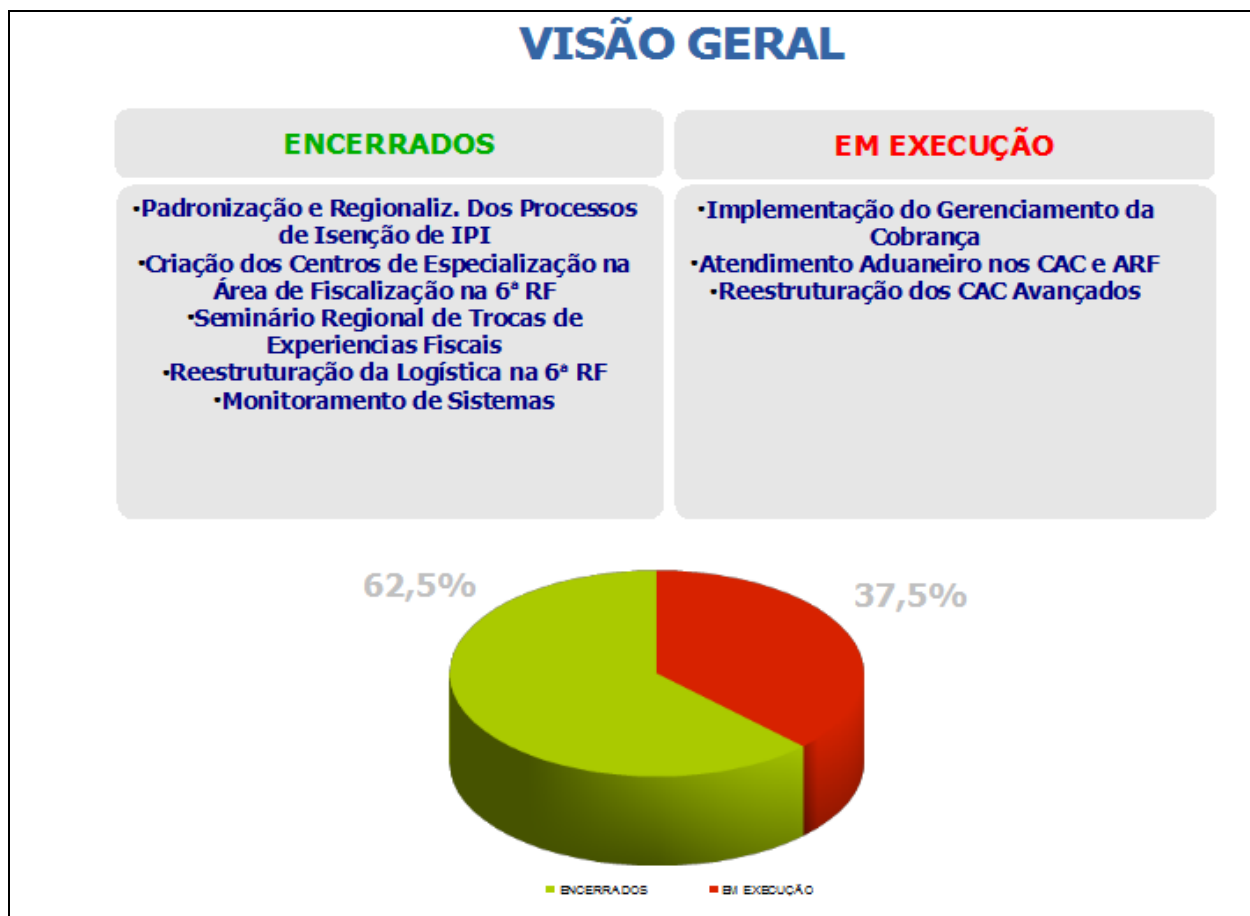
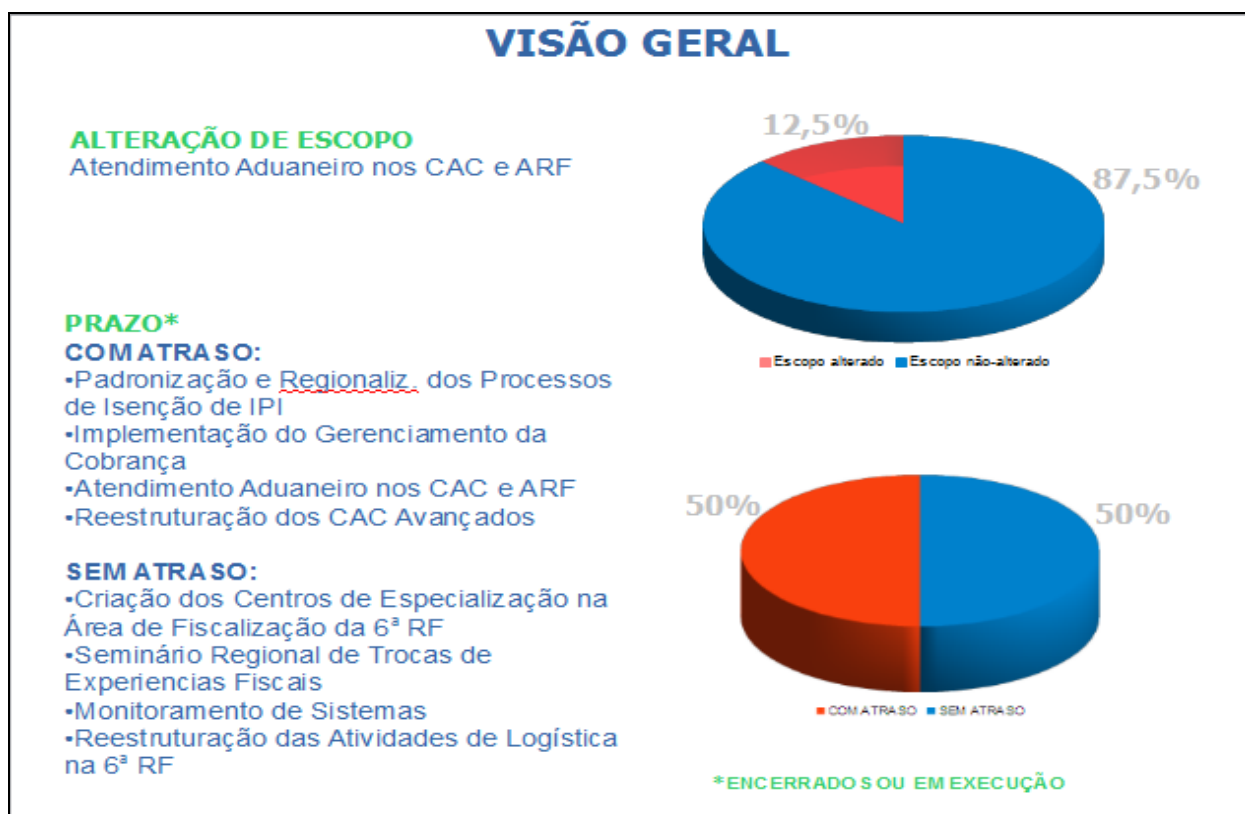


Figura 27 – Visão Geral dos Projetos Estratégicos da 6ª RF – Escopo e Prazo



Os Projetos Estratégicos Regionais, a exemplo dos Institucionais são acompanhados e passam por uma avaliação de desempenho, que é realizada por meio das Reuniões de Avaliação de Projetos – RAP. Esse acompanhamento tem como função principal dar subsídios à tomada de decisão e ao alinhamento da Organização, além de propiciar a continuidade e aumentar as chances de sucesso desses Projetos.

Dos projetos desenvolvidos em 2014, destacam-se aqueles encerrados no exercício:

- Projeto Regionalização da Concessão de Isenção de IPI e IOF para Taxistas e Portadores de Deficiência

Justificativa

Atualmente, todas as unidades locais realizam as atividades de análise e concessão de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF para taxistas e portadores de moléstia grave, observando roteiros e critérios próprios de trabalho, com notórias diferenciações nos procedimentos entre as unidades, demonstrando falta de padronização na atividade.

Muitas das unidades possuem servidores que dedicam apenas parte do seu tempo à atividade, trabalhando de forma esparsa, não se especializando nem executando o serviço de forma sistematizada.

Como consequência, o tempo médio para resposta ao pedido do contribuinte pode se estender de 02 dias a 11 meses, dependendo da delegacia, prazos esses que são incompatíveis com a necessidade do contribuinte e prejudicam a imagem da RFB, que para a sociedade passa a impressão de eficiência para arrecadar mas insensível em conceder um benefício tributário previsto

em lei. Reclamações quanto à morosidade no atendimento aos pedidos de isenção já foram apresentadas até junto ao Gabinete do Secretário.

Faz-se necessário, então, enfrentar o problema de falta de padronização na atividade e buscar a redução do tempo de solução para os pedidos de isenção de IPI e IOF com a otimização da utilização dos escassos recursos humanos à disposição das unidades, aumento na produtividade na execução do serviço, desenvolvimento da especialização, aprimoramento e integração entre os servidores que realizam a atividade, ainda que lotados em diferentes unidades e incremento do compartilhamento de boas práticas.

Escopo

Implementar equipe regional de análise dos pedidos de isenção de IPI e IOF para taxistas e portadores de moléstia grave, sob supervisão centralizada de um AFRFB e com participação de servidores lotados em quaisquer das unidades da 6ª RF, para trabalhar todos os processos da Região Fiscal, com dedicação exclusiva, utilizando-se do e-Processo como ferramenta para viabilizar o trânsito e gerenciamento dos trabalhos.

Quadro 9 - RESULTADOS ESPERADOS / RESULTADOS OBTIDOS

Resultados esperados	Resultados Obtidos	Observações
Padronização dos procedimentos envolvidos na atividade de análise dos pedidos de isenção de IPI e IOF.	Foi publicada Ordem de Serviço estabelecendo os procedimentos regionais e padronizando os entendimentos.	Existe grande interação entre os integrantes para debater eventuais casos especiais que surgem, o que garante uma padronização permanente, evitando dissipação da uniformização conseguida por ocasião do início dos trabalhos.
Maior celeridade no atendimento dos pedidos, melhorando a imagem da RFB.	O prazo de atendimento nas unidades variava de 12 dias a 11 meses. Atualmente, a RF como um todo possui um tempo médio de 14 dias.	
Redução no quantitativo de servidores dedicados à atividade.	No diagnóstico prévio, foram identificados 21,4 servidores da Região alocados à atividade. A equipe atual é formada por 14 integrantes fixos e 5 servidores que colaboram, sem exclusividade.	Esse quantitativo irá permitir um ganho extra com absorção de outras atividades pela equipe.
Maior especialização dos servidores.	Como os servidores estão dedicados a essa atividade, possuem grande conhecimento e apresentam ganhos de produtividade.	

Figura 28 – Equipe Regional de Isenção de IPI/IOF

EQUIPE REGIONAL DE ISENÇÃO DE IPI/IOF							
Avaliação sintética de Out/2014							
	Nº dias entre protocolo e Autorização						
	Até 10 dias	11 a 20	21 a 30	31 a 60	61 a 90	Maior 90	TOTAL
Qte. Processos Analisados	624	113	74	90	35	63	999
Nº dias entre protocolo e Autorização	3355	1623	1886	3816	2622	10367	23669
						Tempo Médio =	23,7 dias
						Tempo Médio =	14,2 dias
						(excluindo processos com mais de 90 dias)	

Criação dos centros de especialização na área de fiscalização na 6ª RF

Justificativa

Percepção da existência de centros de excelência nas unidades locais, levando a determinadas delegacias a extrapolar suas metas definidas nos planos de trabalho, em detrimento do cumprimento das demais atividades da fiscalização.

Escopo

Criar centros virtuais especializados de execução, direcionando os trabalhos de fiscalização em tributos internos e revisão de declarações das delegacias da 6ª RF às unidades “centros de excelência”.

Resultados Esperados

Atingimento pleno do Indicador Global da Fiscalização – IGF, tratando os casos mais relevantes da 6ª RF: cumprimento das metas de execução/atingimento do Índice de Desempenho da Fiscalização (IDF), manutenção da presença fiscal (Indicador de Presença Fiscal - IPF), com substancial aumento nos valores de crédito tributário constituído (Índice de Realização do Crédito Tributário - ICT), racionalizando o trabalho e maximizando resultados.

Resultados Obtidos

- Publicação da Portaria SRRF06 nº 652, de 28 de novembro de 2013, que, entre outras providências, define que a meta regional de revisão das DITR na 6ª RF será executada por equipe da DRF/BHE, e que as metas de revisão das DIPJ das DRF/BHE e PCS serão transferidas e realizadas pelas DRF/DIV e JFA.
- Desempenho positivo da Região Fiscal em relação às metas definidas, conforme planilha dos resultados até setembro/2014, quando o projeto foi encerrado.

Figura 29 – Resultado Regional de Revisão das DITR – set/2014

RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO												
REVISÃO DE DECLARAÇÕES - EXECUÇÃO - METAS DE REVISÃO DE DECLARAÇÕES												
Janeiro a Setembro/2014 - Metas até o 4º trimestre de 2014												
Brasil												
Região Fiscal	Pessoa Jurídica				Pessoa Física				ITR			
	Meta	Realizado no período selecionado	Percentual (Realizado no período selec./meta)	% de execução para cumprir a meta anual	Meta	Realizado no período selecionado	Percentual (Realizado no período selec./meta)	% de execução para cumprir a meta anual	Meta	Realizado no período selecionado	Percentual (Realizado no período selec./meta)	% de execução para cumprir a meta anual
1ª Região Fiscal	180,00	124,00	68,88%	31,11%	22.837,00	20.660,00	90,46%	9,53%	209,00	219,00	104,78%	-4,78%
2ª Região Fiscal	190,02	207,00	108,93%	-8,93%	11.767,00	11.317,00	96,17%	3,82%	192,00	304,00	158,33%	-58,33%
3ª Região Fiscal	95,00	20,00	21,05%	78,94%	12.871,00	9.514,00	73,91%	26,08%	261,00	245,00	93,86%	6,13%
4ª Região Fiscal	297,00	227,00	76,43%	23,56%	17.272,00	13.197,00	76,40%	23,59%	125,00	105,00	84,00%	16,00%
5ª Região Fiscal	166,43	93,00	55,87%	44,12%	17.464,00	11.664,00	66,78%	33,21%	41,00	23,00	56,09%	43,90%
6ª Região Fiscal	260,14	196,66	75,59%	24,40%	26.031,00	23.445,00	90,06%	9,93%	659,00	539,00	81,79%	18,20%
7ª Região Fiscal	264,75	178,00	67,23%	32,76%	43.966,00	36.590,00	83,22%	16,77%	117,00	99,00	84,61%	15,38%
8ª Região Fiscal	1.131,13	918,34	81,18%	18,81%	92.526,00	76.541,00	82,72%	17,27%	139,00	141,00	101,43%	-1,43%
9ª Região Fiscal	393,77	517,00	131,29%	-31,29%	21.420,00	20.199,00	94,29%	5,70%	780,00	524,00	67,17%	32,82%
10ª Região Fiscal	182,00	104,00	57,14%	42,85%	21.904,00	19.728,00	90,06%	9,93%	99,00	107,00	108,08%	-8,08%
Total	3.160,24	2.585,00	81,79%	18,20%	288.058,00	242.855,00	84,30%	15,69%	2.622,00	2.306,00	87,94%	12,05%

(*) Desempenho positivo de metas não previstas.

Observações:

- (1) Na coluna Malha - Pessoa Física não foram computadas 177.392,00 declarações alteradas automaticamente.
- (2) Este relatório inclui as declarações trabalhadas consideradas atípicas.
- (3) Os valores das colunas 'Realizado' são apurados por número de declarações trabalhadas, e são contabilizados da seguinte forma:
 - a) para Pessoa Jurídica é considerado como declaração trabalhada cada ano programado para os tributos IRPJ e/ou CSLL e/ou IPI e/ou PIS e/ou SIMPLES e/ou COFINS e/ou IRRF dos RPFs de Revisão de Declaração em Contribuinte PJ, encerradas com exame. Também considerado como declaração trabalhada cada ano programado para tributo IRRF dos RPFs de Revisão de Declaração em contribuinte PF, encerradas com exame.
 - b) para Malha - Pessoa Física são contabilizadas todas as declarações liberadas pelo sistema IRPF e também as que foram trabalhadas manualmente como Revisão de Declaração no Sief Ação Fiscal, em que o tributo programado tenha sido o IRPF.
 - c) para Malha - ITR são contabilizadas como declaração cada período programado (ano) nos RPFs de Revisão de Declaração encerrados com exame, onde o tributo seja o ITR, bem como as declarações trabalhadas pelo Gerencial ITR, e que não houve lançamento.
- (4) As metas foram acrescentadas dos valores seguintes em função do encerramento de fiscalização por auditor sem registro de meta: PJ:305,24, PF:22.247,00, ITR:182,00
- (5) Os RPFs oriundos da Defis SP reabertos na Dierp SP ou Delex SP, serão considerados como continuação do RPF original, e tratados como um único procedimento.
- (6) A partir de 2014, é considerada a unidade de exercício do auditor no Sief/RH. Até 2013, é considerada a unidade de jurisdição do contribuinte para as declarações da Malha-Pessoa Física e Malha-ITR.

Src. Usuário: Este sistema trabalha com os dados do Sief - Ação Fiscal apurados até a data/hora indicada no cabeçalho do relatório.

Fonte: Ação Fiscal

Página: 1/2

SIEF

Observação: O acompanhamento e a análise dos resultados por parte da Difis da 6a RF permanecem como ação continuada decorrente desse projeto.

II Seminário de Trocas de Experiências Fiscais e Discussão de Teses e Julgados das DRF e CARF

Justificativa

Um dos maiores desafios da Receita Federal (RFB) é manter seu corpo funcional constantemente atualizado à vista das mudanças conjunturais ocorridas na economia globalizada, onde empresas e normas perderam a perspectiva geopolítica.

Quando da realização do Diagnóstico de Competências, encerrado em 06/09/2013, foram verificadas lacunas nas competências específicas da Garantia do Crédito Tributário.

Assim, diante dessas lacunas apontadas no Diagnóstico de Competências se pensou na realização de um Seminário com todos os órgãos que cuidam da mencionada garantia, com a finalidade de melhoria da qualificação dos Auditores Fiscais no que tange às medidas de defesa do crédito tributário, quais sejam: arrolamento de bens e direitos para acompanhamento do patrimônio do sujeito passivo; propositura de medidas cautelares fiscais e elaboração de representações fiscais para fins penais.

Entre os diversos índices de controle da RFB encontra-se o Índice de Garantia do Crédito Tributário, o qual compõe a cesta de indicadores estratégicos das Regiões Fiscais. Desta forma, a realização do Seminário terá impacto imediato e efetivo para a melhoria de tal índice, uma vez que capacitará os servidores diretamente ligados às atividades que o influenciam.

Escopo

Realizar o Seminário Regional de Trocas de Experiências Fiscais: Garantias do Crédito Tributário.

A partir da identificação das principais lacunas das competências específicas voltadas às garantias do crédito tributário, conforme constatado pela análise do Diagnóstico de Competências, realizado no exercício de 2013, decidiu-se por sua realização e inclusão entre os projetos estratégicos regionais de 2014, com influência direta na melhoria do Índice de Crédito Tributário Garantido, no âmbito da 6ª Região Fiscal.

Resultados Esperados

- Maior integração entre os servidores da Região Fiscal;
- Disseminação do conhecimento produzido na RFB, em especial na Região Fiscal;
- Maior motivação dos servidores da Região Fiscal;
- Maior e melhor qualificação dos servidores para o desempenho de suas atividades;
- Conscientização dos participantes quanto à necessidade de constante atualização para o enfrentamento das diversas práticas abusivas adotadas para redução dos tributos;
- Fortalecimento do espírito de cooperação entre as diversas unidades da Região;
- Melhoria da qualidade dos procedimentos voltados à garantia do crédito tributário;
- Melhoria dos resultados do indicador “Índice de Garantia do Crédito Tributário”;
- Maior integração entre os diversos entes/órgãos que participam dos processos que envolvam as garantias do crédito tributário.

Resultados Obtidos

Realização do II Seminário Regional de Trocas de Experiências Fiscais: Garantias do Crédito Tributário, ocorrido no período 19 a 21 de agosto de 2014. Pelas avaliações dos participantes, pode-se constatar que os objetivos propostos foram totalmente alcançados, com especial destaque para a maior conscientização dos treinandos quanto à necessidade de efetivo controle e acompanhamento do crédito tributário em todas as suas etapas, desde o lançamento até a sua efetiva realização.

Reestruturação das Atividades de Logística na 6ª RF

Justificativa

A área de Logística na 6ª Região Fiscal tem sido demandada cada vez mais em função do direcionamento adotado pelas Administrações - central e regional - que adotaram diretrizes estratégicas voltadas para a melhoria das condições de funcionamento das unidades, com incremento das atividades dessa área, sem que houvesse, contudo, o correspondente incremento no seu quadro de servidores.

Apesar dos avanços com a criação na Região da Seção de Engenharia, para proporcionar o suporte necessário ao desenvolvimento de várias iniciativas estratégicas, as unidades locais continuaram desaparelhadas e fragilizadas principalmente pela falta de servidores, carência agravada continuamente pela baixa atratividade que a área exerce frente às demais, que têm foco nas atividades finalísticas da RFB.

Com isso, a área de logística enfrenta grande rotatividade de servidores, dificultando a formação de especialistas nos assuntos de sua competência.

Escopo do Projeto

Criação de polos, para operacionalização das atividades de logística nas áreas de Licitações e Fiscalização de Contratos.

Resultados Esperados

- Padronização de atividades, rotinas e resultados alcançados;
- Racionalização da mão de obra disponível e da carga de trabalho, com liberação de servidores para outras atividades;
- Maior atratividade da área de logística na 6ª RF.

Resultados obtidos

Considera-se que os resultados esperados foram atingidos, com a entrega dos seguintes produtos:

- Mapeamento das necessidades e dos contratos de cada unidade da Região.
- Publicação da Portaria SRRF06 nº 670 de 06/11/14, que estabelece competências e atribuições das equipes de Licitação e Gestão de Contratos.
- Implementação do Polo Regional para operacionalização das atividades de logística nas áreas de Licitação e Gestão de Contratos em toda a 6ª RF.

Alguns resultados apresentados pelo Polo Regional - Equipe de Gestão de Contratos em 2014:

- ✓ Total de Glosas..... R\$131.107,37
- ✓ Total de Notificações enviadas às empresas contratadas465
(*de ordem administrativa e trabalhista*)
- ✓ Total de Audiências Trabalhistas Representando a União..... 60

A atuação do Polo Regional - Equipe de Licitações, por sua vez, permitiu ganhos relevantes para a Região, com a significativa redução de 60 % do número de contratos vigentes, destacando-se aqueles referentes a serviços de correio, limpeza, recepção, portaria, combustíveis, telefonia fixa e local e material de expediente

Projeto Monitoramento dos Sistemas

Justificativa

Necessidade de acompanhar os principais sistemas utilizados pelas equipes de atendimento da 6ª Região Fiscal, visando diagnosticar lentidão e indisponibilidade.

Escopo

Monitorar o funcionamento dos principais sistemas utilizados pelas ARF e CAC, através das informações prestadas pelos usuários, para identificar eventos de indisponibilidade e lentidão dos sistemas.

Resultados Esperados

- Melhoria dos sistemas utilizados pelas equipes de atendimento
- Melhoria do atendimento e das condições de trabalho do atendente.

Resultados Obtidos

O projeto foi além das expectativas e teve como resultado principal a proposta por parte da Cotec de desenvolvimento de um monitoramento de sistemas automático, com participação da 6ª RF.

Produtos entregues:

Relatórios das ocorrências de indisponibilidade e lentidão dos sistemas verificados nos períodos de 07 a 17/04 e 05 a 16/05/2014.

Outras Iniciativas

Também são destaque algumas iniciativas desenvolvidas que, apesar de não se constituírem em projetos estratégicos, trouxeram ganhos de motivação e imagem para a Região:

Projeto Diversidades – Módulo III

Unidade Líder: SRRF06

Justificativa

A formação cultural do corpo funcional pode ser aprimorada e criar um clima de debate e reflexão pode ser um excelente aliado para motivar e qualificar os servidores.

Escopo

Dar continuidade ao Projeto Diversidades de 2012-2013, realizando atividade mensal de integração e de disseminação de informações sobre temas variados por meio de palestras e visitas.

Resultados Esperados

- Integração dos servidores da SRRF06 e estímulo à reflexão e ao debate de temas multidisciplinares;
- Aprimoramento e ampliação dos conhecimentos gerais dos servidores, por meio do fornecimento de informações sobre temas atuais, científicos e culturais;
- Motivação e valorização dos servidores

Resultados Obtidos

Foram realizadas cinco atividades, com uma média de 40 participantes, com exceção do último evento, que contou com aproximadamente 120 participantes.

As avaliações extremamente positivas pelos participantes, levaram à decisão de dar continuidade à atividade no exercício de 2015.

Figura 30 – Relação Eventos Projeto Diversidades - 2014

Quadro de Tarefas		Gráfico de Gantt									
<input type="checkbox"/> Agenda do Dia <input type="checkbox"/> Não Paginar		Mostrar: <input checked="" type="checkbox"/> Todas <input checked="" type="checkbox"/> Não iniciadas <input checked="" type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluídas <input checked="" type="checkbox"/> Canceladas ou Suspensas									
Sem	Nome da tarefa	Importância	Status	% executado	Data prevista de início	Data prevista de conclusão	Data efetiva de início	Data efetiva de conclusão	Custo previsto (R\$)	Custo efetivo (R\$)	<input type="checkbox"/>
😊	Visita ao estadio Mineirão e ao Museu Brasileiro do Futebol	Alta	Concluída	100%	26/03/2014	26/03/2014	26/03/2014	26/03/2014	0.00	0.00	<input type="checkbox"/>
😊	Visita ao Santuário Serra da Piedade	Média	Concluída	100%	23/09/2014	23/09/2014	23/09/2014	23/09/2014	2000.00	2000.00	<input type="checkbox"/>
😊	Visita à exposição "Visões na coleção Ludwig"	Média	Concluída	100%	15/10/2014	15/10/2014	15/10/2014	15/10/2014	0.00	0.00	<input type="checkbox"/>
😊	Visita à gruta da Lapinha	Média	Concluída	100%	27/11/2014	27/11/2014	27/11/2014	27/11/2014	2500.00	2500.00	<input type="checkbox"/>
😊	Evento de homenagem e valorização do servidor da Receita Federal	Média	Concluída	100%	17/12/2014	17/12/2014	17/12/2014	17/12/2014	4370.27	4370.27	<input type="checkbox"/>

Programa Receita Informa

Unidade Líder: DRF/Belo Horizonte

Justificativa

Buscar a presença da RFB junto à sociedade é essencial para estimular o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e previdenciárias, bem como consolidar sua imagem.

Escopo

Realizar, em parceria com a Escola de Administração Fazendária em Minas Gerais - ESAF-MG, no período de fevereiro a outubro de 2014, programa de formação e de esclarecimento à sociedade, disseminando conhecimentos a respeito do correto cumprimento das obrigações tributárias e previdenciárias, mediante o oferecimento de palestras, cursos e seminários gratuitos.

Resultados Esperados

- Disseminação da Educação Fiscal
- Contribuição para a melhoria do atendimento ao contribuinte
- Contribuição para a melhoria da imagem institucional

Resultados Obtidos

O Programa Receita Informa da DRF-BHE comemorou em 2014 o seu 5º ano, o que demonstra a sua consolidação junto ao contribuinte, firmando-se como um meio de disseminação da informação sobre os assuntos tributários e previdenciários.

Apresentou um resultado positivo - 3.036 participantes, em relação a 2013, que obteve 2.231 participantes.

Figura 31 – Relação Palestras Programa Receita Informa/2014

Título da Palestra	Nº de Participantes	Data da Realização
Fevereiro		
Receita Informa - Obrigações Previdenciárias na Construção Civil	437	18/02
Março		
Receita Informa - IRPF/2014 – Ouro Preto	25	12/03
Receita Informa - IRPF/2014 – BHE	303	19/03
Receita Informa -IRPF/2014 - Conselheiro Lafaiete	11	20/03
Mai		
Receita Informa- Desoneração da Folha de Pagamento - Obrigatoriedade à Contribuição Previdenciária sobre a Receita -OPO	52	13/05
Receita Informa- Desoneração da Folha de Pagamento Obrigatoriedade à Contribuição Previdenciária sobre a Receita - BHE	391	14/05
Junho		
Receita Informa - PER/DCOMP	209	04/06
Agosto		
Receita Informa - SPED Contábil - ECF/ECD	404	06/08
Receita Informa - PIS/COFINS	354	22/08
Setembro		
Receita Informa - Conferência eSocial	460	10/09
Outubro		
Receita Informa - Conferência eSocial	390	13/10
Total	3036	

Uma ação relevante na área de Projetos conduzida pela Copav, em 2014, para o atingimento das metas estipuladas, foi a atualização das metodologias de Gerenciamento de Programas e Projetos, desenvolvida de forma colaborativa com as Regiões Fiscais, por meio da Conexão Receita (rede relacionamento profissional da Receita Federal):

- Versão 4.0 da Metodologia de Gestão de Projetos da RFB (MGP 4,0)
- Versão 1.0 da Metodologia de Gerenciamento de Programas da Receita Federal (MGProg/RFB)

Finalmente, conclui-se que a interação entre os instrumentos de gestão estratégica utilizados pela RFB em seus diversos níveis (nacional, regional e local) subsidia os ganhos de qualidade e a excelência perseguidos pela Instituição e esperados pela sociedade brasileira.

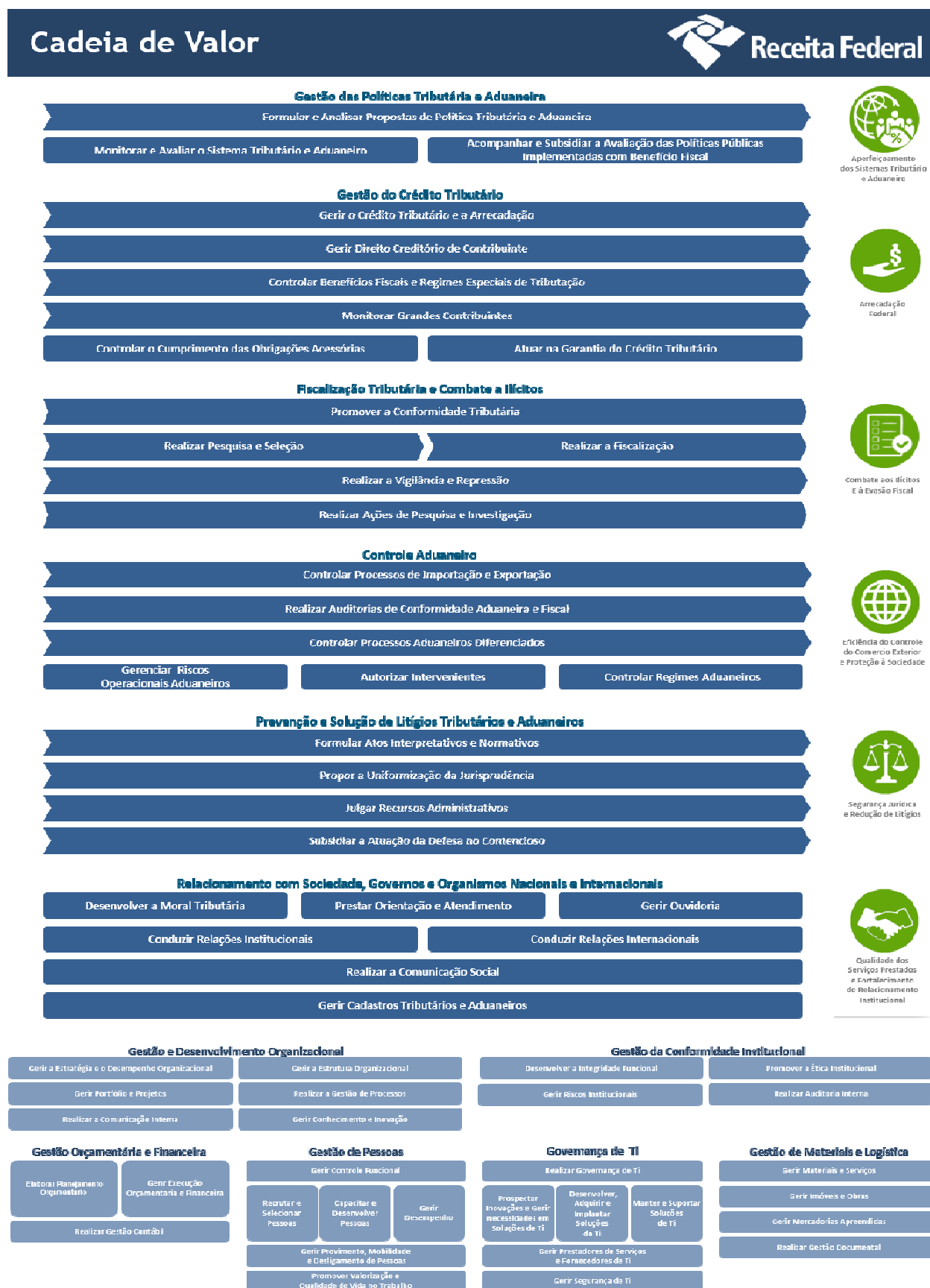
4.2 - Informações sobre Outros Resultados da Gestão

4.2.1 – Atualização da Cadeia de Valor da RFB

Em 2014, a Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional (Copav) coordenou o trabalho de revisão da Cadeia de Valor da RFB, com a participação das Regiões Fiscais.

A nova Cadeia de Valor foi aprovada pela Portaria RFB nº 2028, de 24 de novembro de 2014, que alterou o Anexo IV da Portaria RFB, nº 625, de 17 de maio de 2013.

Figura 32 – Nova Cadeia de Valor da RFB



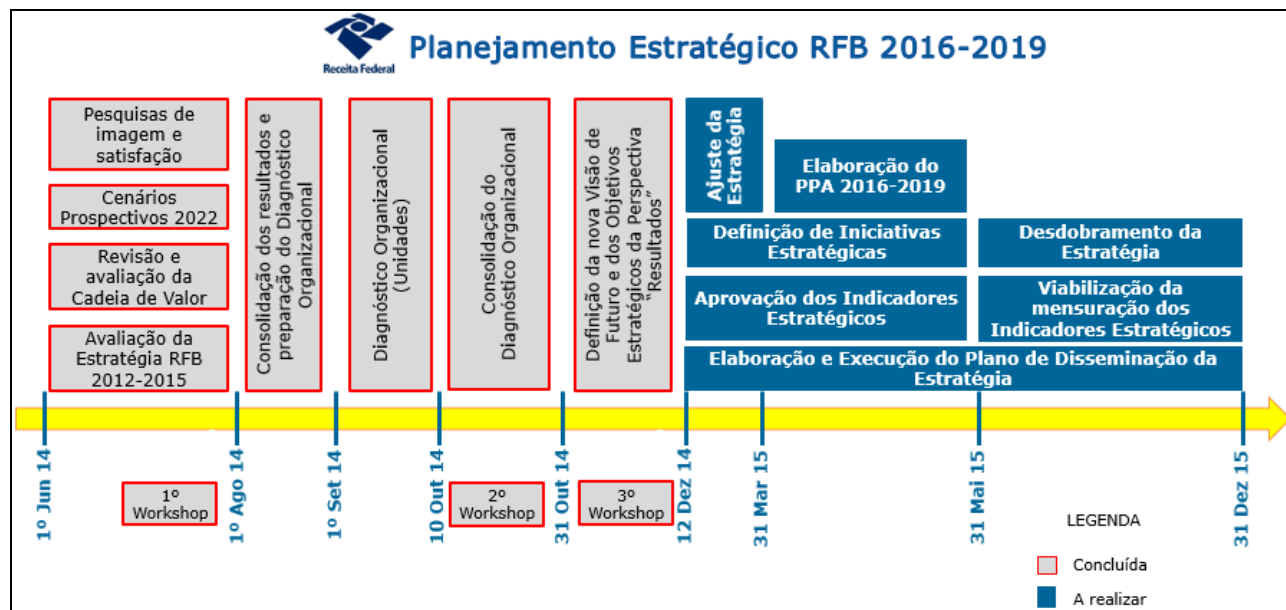
Intranet RFB

Um benefício fundamental da Cadeia de Valor é se constituir em base para a revisão do planejamento estratégico da organização

4.2.2 - Elaboração do Novo Mapa Estratégico da RFB para o ciclo 2016-2019

A Receita Federal iniciou, em junho de 2014, o processo de formulação de seu Planejamento Estratégico para o ciclo 2016-2019. A figura abaixo representa o cronograma com as etapas previstas (em azul) e as já realizadas (em cinza).

Figura 33 – Cronograma Formulação Planejamento Estratégico RFB 2016-2019



Esse processo tem sido conduzido pela Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional - Copav, com a participação efetiva das Regiões Fiscais: dos dirigentes nos Workshops e de todo o corpo funcional na apresentação de sugestões e votações.

O início desse processo se deu com o levantamento de quatro temas que serviram de insumo para o Diagnóstico Organizacional:

- Pesquisas de Imagem e Satisfação;
- Cenários Prospectivos 2022;
- Revisão e Avaliação da Cadeia de Valor;
- Avaliação da Estratégia RFB 2012-2015.

Na etapa de Diagnóstico foi feita uma avaliação dos ambientes externo e interno da RFB, a partir das listas preliminares. Este Diagnóstico foi realizado por meio de votação, em duas comunidades criadas na Conexão Receita (rede de relacionamento profissional da Instituição): uma disponível para todos os servidores e a outra apenas para os gestores.

Em 2014, foram realizados os três Workshops previstos, tendo como resultado os seguintes resultados:

- revisão da Cadeia de Valor da RFB e avaliação e identificação da criticidade dos respectivos processos de trabalho.
- construção do Cenário Referência RFB 2016-2019 e a elaboração de uma nova Visão de Futuro da RFB.
- definição dos objetivos estratégicos e discussão dos Indicadores Estratégicos que poderão

ser utilizados na medição do alcance desses objetivos.

Com a realização deste evento, foi finalizada a primeira versão do Mapa Estratégico RFB 2016-2019 que, contudo, poderá sofrer ajustes, devido à fase de transição entre os ciclos 2012-2015 e 2016-2019.

4.3 – Informações sobre indicadores de desempenho operacional

Para o ciclo de Planejamento Estratégico 2012-2015, a RFB possui 21 Objetivos Estratégicos, distribuídos em três perspectivas do Mapa Estratégico: Resultados, Processos Internos e Pessoas e Recursos. Para medir o alcance/desempenho dos referidos Objetivos, são utilizados 54 Indicadores Estratégicos. Em alguns casos não há desdobramento dos indicadores. Em outros casos, o desdobramento desses Indicadores ocorre no âmbito das Regiões Fiscais, que por sua vez, são desdobrados nos níveis locais, possuindo, então, caráter mais operacional.

Dos 31 indicadores desdobráveis em nível regional, a 6ª RF apresentou os seguintes resultados:

- Três Objetivos Estratégicos, mensurados por 04 Indicadores Estratégicos, tiveram resultado acima do esperado.
- Onze Objetivos Estratégicos, mensurados a partir de 17 Indicadores Estratégicos, obtiveram resultados dentro do esperado.
- Cinco Objetivos Estratégicos, mensurados a partir de 05 Indicadores Estratégicos, tiveram resultado um pouco abaixo do esperado.
- Três Objetivos Estratégicos, mensurados a partir de 03 Indicadores Estratégicos, tiveram resultado abaixo do esperado.

As conclusões, realizadas a partir da análise desses 31 Indicadores, referentes ao ano de 2014, são:

- Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado (verde): 17
 1. Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
 2. Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior
 3. Grau de fluidez do despacho de importação
 4. Indicador de atividade de educação fiscal
 5. Indicador de presença fiscal
 6. Indicador global da fiscalização
 7. Indicador global de desempenho da seleção
 8. Índice de adimplência das obrigações acessórias
 9. Índice de crédito tributário garantido
 10. Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento
 11. Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira
 12. Índice de realização da meta global de arrecadação
 13. Índice de solução de consultas

14. Índice global da fiscalização aduaneira
 15. Índice global de desempenho aduaneiro no despacho de importação
 16. Nível de adequação da infraestrutura tecnológica
 17. Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio
- Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo de esperado (amarelo): 5
 1. Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes
 2. Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos
 3. Índice de recuperação da cobrança especial
 4. Nível de adequação imobiliária
 5. Índice de gestão de mercadorias apreendidas
 - Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado (vermelho): 3
 1. Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário
 2. Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos
 3. Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas
 - Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado (roxo): 4
 1. Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira
 2. Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes
 3. Tempo bruto consolidado do despacho de exportação
 4. Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes
 - Indicadores Estratégicos sem apuração disponibilizada: 2
 1. Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos
 2. Índice de adimplência do crédito tributário

No ANEXO III, serão apresentados os Indicadores Estratégicos que são desdobrados até o nível regional/local e os resultados obtidos pela 6ª RF em cada um deles. Também será apresentada uma breve análise do desempenho obtido.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Item 5: “Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade”
(Item 5, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Introdução

O item “A Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade” não se aplica à SRRF06, motivo pelo qual não há informações a prestar.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Item 6: Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
(Item 6, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Introdução

Em relação ao subitem 6.1 – *Demonstração da Execução das Despesas* (Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), não serão apresentados os quadros abaixo, uma vez que a SRRF06 não é Unidade Orçamentária. A RFB possui somente uma Unidade Orçamentária – UO 25103 (UG reponsável 170010 – Órgão Central RFB), que apresentará essas informações em seu respectivo Relatório de Gestão.

6.1 – Demonstração da Execução das Despesas,

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro A. 6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários

Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro A.6.1.3.4 – Despesas Executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Em relação ao subitem 6.5 – *Transferência de Recursos* (Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não serão apresentados os quadros abaixo, uma vez que não houve transferência de recursos desta Superintendência mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como a título de subvenções, auxílios ou contribuições no exercício financeiro de 2014.

6.5 – Transferência de Recursos

Quadro A.6.5.1 - Caracteraracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Quadro A.6.5.2 - Resumo dos Intrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro A.6.5.3 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.4 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse

Também não serão apresentados no presente Relatório de Gestão os seguintes subitens:

- “Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos” (subitem 6.3 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) - não houve registro de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício financeiro de 2014 nesta UJ.
- “Informações sobre Suprimento de Fundos” (subitem 6.6 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) - As unidades da 6ª RF não utilizaram suprimentos de fundos no exercício de 2014.
- “Renúncias sob a Gestão da UJ” (subitem 6.7 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) - esta UJ não é órgão gestor de nenhuma renúncia tributária, não cabendo, portanto, a prestação de informações relacionadas a este Subitem. Alguns quadros deste Subitem serão apresentados no Relatório de Gestão do Órgão Central.

6.1 – Programação e Execução das Despesas

Quadro 10 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA						
Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	170010	170088	25103.04.301.2110.2004.0001			3.723,79
Recebidos	170010	170088	25103.04.125.2110.20VF.0001			1.419.089,58
Recebidos	170010	170088	25103.04.125.2110.20VF.0001			1.883.011,20
Recebidos	170010	170088	25103.04.129.2110.2238.0001			324.962,86
Recebidos	170010	170088	25103.04.122.2110.2000.0001			43.472.472,24
Recebidos	170010	170088	25103.04.125.2110.2237.0001			1.220.454,29
Recebidos	170010	170088	25103.04.125.2110.20VF.0001			6.611,31
Recebidos	170010	170088	25103.04.125.2110.20VF.0001			30.634,62
Recebidos	170010	170088	25103.04.125.2110.20VF.0001			39.743,70
Recebidos	170010	170088	25103.04.331.2110.00M1.0001			29.746,39
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	170010	170088	25103.04.125.2110.20VF.0001	8.405.925,06		
Recebidos	170010	170088	25103.04.125.2110.20VF.0001	683.628,88		
Recebidos	170010	170088	25103.04.125.2110.20VF.0001	157.832,60		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Quadro 11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	19.883.495,02	19.359.956,25	19.764.876,54	18.407.423,92
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	141.537,27	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	19.883.495,02	19.218.418,98	19.764.876,54	18.407.423,92
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	18.146.990,70	17.591.660,96	18.023.431,03	16.790.204,31
h) Dispensa	17.098.436,51	16.801.248,19	17.027.328,15	16.011.581,55
i) Inexigibilidade	1.048.554,19	790.412,77	996.102,88	778.622,76
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	2.069.678,05	2.011.678,20	2.069.678,05	2.011.678,20
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	2.069.678,05	2.011.678,20	2.069.678,05	2.011.678,20
5. Outros	2.097.837,65	1.828.139,08	2.095.090,22	1.828.074,02
6. Total (1+2+3+4+5)	42.198.001,42	40.791.434,49	41.953.075,84	39.037.380,45

Quadro 12 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	46.654.376,78	41.797.163,07	41.661.208,62	38.667.057,83	4.993.168,16	3.130.105,24	41.502.756,13	37.821.084,58
39 – Outros.Serv. Pessoa Jurídica	19.267.893,75	16.895.326,75	16.361.497,23	15.425.776,07	2.906.396,52	1.469.550,68	16.226.832,15	14.712.516,04
37 – Locação de Mão de Obra	19.227.851,62	17.013.400,93	17.655.060,83	15.886.604,73	1.572.790,79	1.126.796,20	17.649.640,12	15.851.374,56
36 – Out. Serv. Terc. Pes. Física	3.150.665,47	3.117.007,70	2.912.409,33	2.951.663,49	238.256,14	165.344,21	2.912.409,33	2.862.431,59
Demais elementos do grupo	5.007.965,94	4.771.427,69	4.732.241,23	4.403.013,54	275.724,71	368.414,15	4.713.874,53	4.394.762,39
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4 – Investimentos	9.247.386,54	22.965.732,91	536.792,80	2.124.376,66	8.710.593,74	20.841.356,25	450.319,71	1.216.295,87
51 – Obras e Instalações	7.797.125,07	18.102.044,77	304.634,52	415.237,15	7.492.490,55	17.686.807,62	218.161,43	269.189,88
52 – Equip. e Mat.Permanente	841.461,48	4.482.594,84	232.158,28	1.708.046,21	609.303,20	2.774.548,63	232.158,28	946.012,69
39 – Outros Serv. Terc. PJ	608.799,99	381.093,30	0,00	1.093,30	608.799,99	380.000,00	0,00	1.093,30
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise Crítica

Análise das alterações significativas ocorridas no exercício:

1. Despesas Correntes

Houve um acréscimo dos créditos para Outras Despesas Correntes disponibilizados para a Região Fiscal, em 2014 totalizaram R\$ 46,6 milhões e em 2013 R\$ 41,7 milhões, representando um acréscimo de 4,9 milhões, sendo que neste montante estão incluídos R\$ 1,4 milhão referentes ao Plano de Engenharia 2014.

1.1 Diárias

Foi mantido o mesmo nível de gastos com diárias e passagens em torno de R\$ 2,0 milhões, incluindo as de treinamentos, fiscalização e administrativas.

2. Investimentos

2.1 Obras e Instalações

Houve um decréscimo significativo nos investimentos em obras e instalações passando de R\$ 18,1 milhões em 2013 para R\$ 7,7 milhões em 2014. Foram priorizados no exercício a elaboração dos projetos para a contratação das obras em 2015. A obra de reforma da sede da DRF Uberaba, contratada no final de 2014 no montante de R\$5.199.798,89, representa 68% do montante empenhado no exercício referente a obras e instalações.

2.2 Equipamentos e Material Permanente.

Em 2014 foram liberados recursos para aquisição de material permanente, como mobiliário e equipamentos para melhoria das instalações e condições de trabalho nas Unidades da 6ª RF. Houve um decréscimo de 4,4 milhões em 2013 para 0,8 milhão em 2014. Mesmo assim, continuamos perseguindo a melhoria das condições de trabalho das unidades por meio do reaparelhamento das Unidades.

3. Contratações realizadas via dispensa.

Do montante das despesas realizadas em decorrência de contratações via dispensa no exercício de 2014, R\$17.098.436,51, destacam-se os aluguéis de imóveis num total de R\$13.491.954,87 dos quais o aluguel da sede da DRF Belo Horizonte representa o valor mais significativo: R\$7.654.231,12.

4. Contingenciamento no exercício:

O contingenciamento de créditos orçamentários ocorrido em 2014 trouxe como consequência para a 6ª RF, além do cancelamento ou adiamento de algumas atividades programadas de fiscalização, repressão e treinamentos, a postergação para 2015 de manutenções prediais e de veículos. Também, não foi possível realizar, por falta de créditos, a contratação de serviços terceirizados (vigilância, carregadores, recepcionistas, copeiras) para suprir carências de algumas Unidades.

Foi necessário proceder a várias revisões nas ações planejadas para as diversas áreas da Superintendência e manter forte controle da área orçamentária e financeira em decorrência da escassez dos créditos ao longo do exercício e também da não tempestividade na liberação de recursos financeiros.

6.2 - Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro 13 - DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	2110 / 2000	-	-
Legal	2110 / 2000	34.305,84	30.311,60
Mercadológica	2110 / 2000	-	-
Utilidade Pública	2110 / 2000	-	-

Fonte: SIAFI, com o ajuste de informação correspondente à transferência do saldo de R\$96,00 da linha denominada "Institucional" para a linha "Legal".

Os valores apresentados relacionam os gastos das Unidades Gestoras da 6ª Região Fiscal com ações de comunicação do Poder Executivo Federal no exercício de 2014. Os gastos concentram-se na Publicidade Legal correspondentes às publicações de avisos das diversas modalidades de licitação e seus respectivos editais, ocorridas nas unidades gestoras, em mídia impressa para atendimento das prescrições da Lei 8.666/93 e da Lei 10.520/2002.

A ressalva na descrição da "Fonte" do Quadro 13 deveu-se à existência do saldo de R\$96,00 que, apesar do registro contábil ter sido efetuado na conta **333913992 - Serviços de Publicidade Institucional**, foi incluído na linha Publicidade Legal.

Essa classificação justifica-se pela análise da essência do fato ocorrido, isto é, pelo objeto da despesa consubstanciar-se na “publicação de aviso de leilão eletrônico de mercadorias apreendidas, em jornal de circulação local” (UG de Uberaba) cujo registro contábil adequado seria na conta **333903990 e 333913990 - Serviços de Publicidade Legal.**

6.3 - Demonstração da Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 14 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	23.971.461,49	19.181.232,32	308.821,74	4.481.407,43
2012	72.565,83	5.224,55	67.341,28	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	1.754.054,04	1.726.804,28	25.080,59	2.169,17
2012	3.062,00	3.062,00	0,00	0,00
2011	876,94	0,00	290,00	586,94

Análise Crítica

Do saldo de Restos a Pagar Não Processados em 31/12/2014, R\$ 4.481.407,43, 43% se referem a valores para cobertura do restante das despesas relativas à obra de Reforma da nova sede da DRF Belo Horizonte: execução da obra, assessoria à fiscalização, sinalização visual, divisórias e persianas, no montante de R\$1.941.607,94.

6.4 – Transferência de Recursos

6.4.1 – Alimentação SIASG E SICONV

Quadro 15 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Ricardo de Moraes Gomes**, CPF nº 276.877.836-20, Chefe da Divisão de Programação e Logística, da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belo Horizonte, 02 de abril de 2015.

Ricardo de Moraes Gomes

276.877.836-20

Chefe da Divisão de Programação e Logística

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 6ª Região Fiscal

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 7: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
(Item 7 Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU Nº 134/2013)

Introdução

Em relação ao subitem 7.1 – *Estrutura de Pessoal da UJ*, da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não será apresentado o quadro abaixo, uma vez que 6ª RF não possui terceirizados exercendo atividades típicas da Carreira de Auditoria Fiscal.

7.1 – Estrutura de Pessoal da UJ

Quadro A.7.1.4.2 – “Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada”

Também não será apresentado o subitem “Informações referentes a Contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento” (subitem 7.3 da Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013), uma vez que na 6ª RF não houve, em 2014, contratos que se enquadrassem nessa situação.

Na Receita Federal do Brasil, a gestão de pessoas é realizada pelas Regiões Fiscais e pela Unidade Central sob coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) da Subsecretaria de Gestão Corporativa (Sucor). Compete à Cogep, regimentalmente, planejar e gerenciar os processos de trabalho de gestão de pessoas, abrangendo, entre outros, os processos de recrutar, selecionar, alocar, administrar, avaliar, capacitar, desenvolver, reconhecer e valorizar pessoas, observadas as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos Órgãos dos Sistemas Federais de Recursos Humanos. Nas Regiões Fiscais, a Gestão de Pessoas (GP) está a cargo das Divisões, Serviços, Seções e Equipes de Gestão de Pessoas (Digep, Segep, Sagep e EGP), subordinadas administrativamente às Superintendências ou delegacias e tecnicamente à Cogep.

As Áreas de GP executam, no âmbito de suas respectivas unidades, desde as atividades de rotinas do cadastro funcional, da folha de pagamento, de concessão de direitos, de análise de cumprimento de deveres e da gestão da capacitação até a implementação das iniciativas estratégicas da política de Gestão de Pessoas que impactam todos os processos de trabalho elencados no parágrafo anterior.

O trabalho de confecção dos quadros de Gestão de Pessoas foi executado procurando-se seguir as orientações contidas na Portaria TCU nº 90/2014 e, assim como no ano anterior, realizado de forma descentralizada por cada Região Fiscal, com validação da Cogep. Como consequência deste trabalho em grupo, houve consenso sobre os seguintes tópicos:

1. O cronograma de extração e entrega dos dados não é compatível com o calendário da rotina de gestão de pessoas desenvolvida via Siape. Por exemplo, o lançamento de ocorrências (afastamentos, egressos, etc) do mês de dezembro podem sofrer acertos até a homologação da folha de pagamento, geralmente na segunda quinzena de janeiro. Outro exemplo é a disponibilidade de dados no DW Siape: a informação consolidada de dezembro de 2014 só ficou acessível no dia 28 de janeiro de 2015. Caso o preenchimento dos quadros fosse totalmente baseado no DW, não haveria tempo hábil para conclusão do trabalho. O tópico de Qualificação da Força de Trabalho também é impactado: as informações solicitadas ficam disponíveis no Sistema de Capacitação e Desenvolvimento – Siscad – quase sempre no final de janeiro (às vezes até excedendo

este período), quando são concluídos todos os trâmites necessários ao fechamento das ações de capacitação, o que inclui envio de documentos pelos servidores, por terceiros, aprovação de várias autoridades, inconsistências do próprio Siscad, etc, de modo que podem ocorrer atrasos significativos no fechamento das ações e, conseqüentemente, nos relatórios gerenciais necessários à Prestação de Contas.

2. Vemos como positiva a mudança de foco das informações solicitadas, passando de uma quantidade considerável de quadros trabalhosos para análises críticas qualitativas.
3. As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Enquanto aguardamos a definitiva implantação do novo sistema SIGEPE, nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapecad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal. Por esses motivos, a grande maioria dos quadros é preenchida com informações gerenciais formatadas pelo Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3. Contudo, cabe ressaltar que, no final de 2014, em virtude da obrigatoriedade de uso do certificado digital pelos operadores do Siape/Extração-Siape, o Sistema SA3 apresentou dificuldades nos procedimentos de recuperação de dados.
4. As extrações da folha de pagamento e de estagiários continuam sendo realizadas de forma centralizada pela Cogep, através do DW Siape. Identificamos para o plano de capacitação 2015 da Rede de Gestão de Pessoas da RFB a necessidade de cursos sobre a ferramenta, com o objetivo de descentralizar a extração.
5. A Cogep detectou ao longo dos trabalhos um exemplo de divergência entre duas extrações idênticas realizadas em dias diferentes no DW Siape para o quadro de Estagiários. Apesar dos dados de 2014 já estarem consolidados no sistema, houve uma discrepância de cerca de 40 mil reais nas despesas com estagiários para a 4ªRF entre as duas extrações. Como é bastante improvável que este montante seja devido apenas a ajustes retroativos, questionamos a confiabilidade da fonte dos dados. Todavia, assim como em todos os outros quadros, citamos a data da extração, para que possa ser o marco de comparação.
6. Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.
7. Para o novo quadro solicitado, Distribuição da Lotação Efetiva, foi utilizado o mesmo conceito de macroprocesso finalístico introduzido pela Copav no tópico 1.4. Macroprocessos Finalísticos.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos e requisitados, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. Por exemplo, no caso dos cedidos, com a saída do servidor para o novo órgão, há perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

7.1 - Estrutura de Pessoal da Unidade

7.1.1. Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 16 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	2.738	1.922	17	144
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	2.738	1.922	17	144
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão	2.738	1.896	17	144
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	1	0	0
1.2.3 Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	2	0	0
1.2.4 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
1.2.5 Servidores requisitados art. 93, parágrafo 7º da Lei 8112/90	Não há	4	0	0
1.2.6 Outros	Não há	19	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4.Total de Servidores (1+2+3)	2.738	1.922	17	144

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, Relatórios dos Sistemas Siape (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) e Sisac (Sistema de Controle de Ações de Comunicação)

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A força de trabalho da RFB é composta por servidores da Carreira Auditoria e por servidores do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (PECFAZ) em exercício na RFB. Ambos são considerados “Servidores de carreira vinculada ao órgão”. Entretanto, a lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1.953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.
2. Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB por provimento originário – nomeação por concurso público.
3. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões, inclusive dos servidores lotados na RFB com exercício em outro órgão, visto que o cargo ocupado interfere em nosso grau de lotação.
4. Incluído o item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112/90.
5. Incluído o item 1.2.6 para demonstração de servidores cedidos, anistiados, e servidores com provimento de cargo por decisão judicial. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente.
6. A extração dos dados da coluna “Lotação Efetiva” foi realizada no dia 02/01/2015 em relação ao dia 31/12/2014, e a da coluna “Egressos” foi realizada no dia 19/01/2015. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essas datas podem gerar distorção da informação.

Quadro 17 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	535	1.369
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	535	1.369
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	528	1.368
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	2	0
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
1.1.5. Servidores requisitados art.93 parágrafo 7º da Lei 8112/90	3	1
1.1.6. Outros	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	535	1.369

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Incluído o item 1.1.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112/90.
2. Incluído o item 1.1.6 para demonstração de servidores anistiados e servidores com provimento de cargo por decisão judicial. Tais servidores são alocados em linha separada por possuírem uma situação funcional diferente da maioria do quadro funcional da RFB, ou seja, ativo permanente. Este item difere do item 1.2.6 do Quadro 16 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ por não conter os cedidos. Para estes, não é possível obter informação de em qual processo de trabalho estão atuando.
3. A extração dos dados foi realizada no dia 02/01/2015 em relação ao dia 31/12/2014. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.
4. Processos da Área Fim considerados conforme conceito de macroprocesso finalístico introduzido pela Copav no tópico 1.4. Macroprocessos Finalísticos. A extração desta informação foi realizada no SA3, através de vinculação do Setor UA com o principal processo de trabalho nele realizado. Segue tabela com as correspondências:

Quadro 18 – VINCULAÇÃO SETORES DA UA COM OS MACROPROCESSOS

Atividade Principal do Setor UA	Macroprocesso	
	Área Meio	Área Fim
Assessoria em Gabinete	x	
Assessoria Especial	x	
Atividades Auxiliares	x	
Auditoria Interna	x	
Corregedoria	x	
Gestão de Pessoas	x	
Logística e Gestão de Pessoas	x	
Planejamento, Organização e Avaliação Institucional	x	
Programação e Logística	x	
Tecnologia da Informação	x	
Tecnologia da Informação e Logística	x	
Administração Aduaneira		x
Arrecadação e Cobrança		x
Assessoria de Comunicação Social		x
Atendimento e Educação Fiscal		x
Contencioso Administrativo e Judicial		x
Cooperação Fiscal e Integração		x
Estudos Econômico-Tributários e Previsão e Análise de Arrecadação		x
Fiscalização		x
Gestão de Cadastros		x
Julgamento		x
Maiores Contribuintes		x
Ouvidoria		x
Pesquisa e Investigação		x
Programação e Estudos		x
Relações Internacionais		x
Ressarcimento, Compensação e Restituição		x
Tributação		x

Quadro 19 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	63	60	21	21
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	63	60	21	21
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	63	60	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
1.2.6. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	293	276	73	78
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	293	276	73	78
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	356	336	94	99

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de portarias de nomeação e exoneração da função (um mesmo servidor pode estar contabilizado mais de uma vez). No caso da RFB, não é comum o aumento da força de trabalho por intermédio de ocupação de função. O padrão é a ocupação das funções por servidores do próprio quadro funcional.
2. Ingressos e egressos são contabilizados como ocorridos no ano de 2014 levando-se em conta a data de publicação da portaria. Lançamentos retroativos de exoneração podem gerar distorção da informação.
3. Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.
4. Incluído o item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro da Força de Trabalho.
5. Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 – Aposentados.
6. A extração dos dados foi realizada no dia 13/01/2015 em relação ao ano de 2014. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

Análise Crítica - Quadro 16

Os servidores de carreira da Receita Federal do Brasil abrangem os pertencentes à Carreira de Auditoria (ARFB), ou seja, Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários e os pertencentes ao Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (Pecfaz) em exercício no Órgão.

A Receita Federal do Brasil, desde a década passada, vem distribuindo as vagas autorizadas dos servidores da Carreira ARFB pelas suas unidades gestoras tendo por base um Estudo de Lotação (EL). O EL atual está alicerçado na demanda de trabalho de unidades de tributos internos e aduaneiras, mensurada com distintos conjuntos de variáveis objetivas.

Para dimensionar a força de trabalho e subsidiar a política de movimentação de servidores, calcula-se o Grau de Lotação (GL) das Unidades de lotação. Sua fórmula contempla no numerador a quantidade de servidores lotados em cada unidade organizacional e no denominador o valor

máximo de lotação distribuído para cada unidade de acordo com o EL, aprovado pela Portaria RFB nº1.953 de 27/07/2012.

Com base no referido GL, constata-se que em dezembro de 2014 a RFB apresentou uma defasagem de aproximadamente 51% do limite de ocupação de postos de trabalho da Carreira de Auditoria. Portanto, mesmo com o ingresso de 1.209 servidores no ano, o grau de lotação continua muito abaixo das necessidades do Órgão.

Diferentemente do que ocorre com a distribuição dos servidores da Carreira de Auditoria da RFB, que possui um quantitativo de vagas autorizadas em lei, número esse utilizado como base no Estudo de Lotação, as vagas relativas aos servidores administrativos (Pecfaz) ainda necessitam de autorização legal para que possam ser objeto de ato normativo da RFB.

Além do baixo grau de lotação citado anteriormente, o déficit no quadro de servidores é fortemente agravado pelo elevado número de vacâncias ocorridas no ano de 2014. A tabela a seguir mostra o grau de reposição dos egressos em 2014, calculado de acordo com a fórmula abaixo.

Fórmula: $\sum \text{entradas} / (\sum \text{vacâncias} + \sum \text{exonerações} + \sum \text{aposentadorias} + \sum \text{falecimentos} + \sum \text{demissões})$

Figura 34 – Grau de Reposição Egressos em 2014

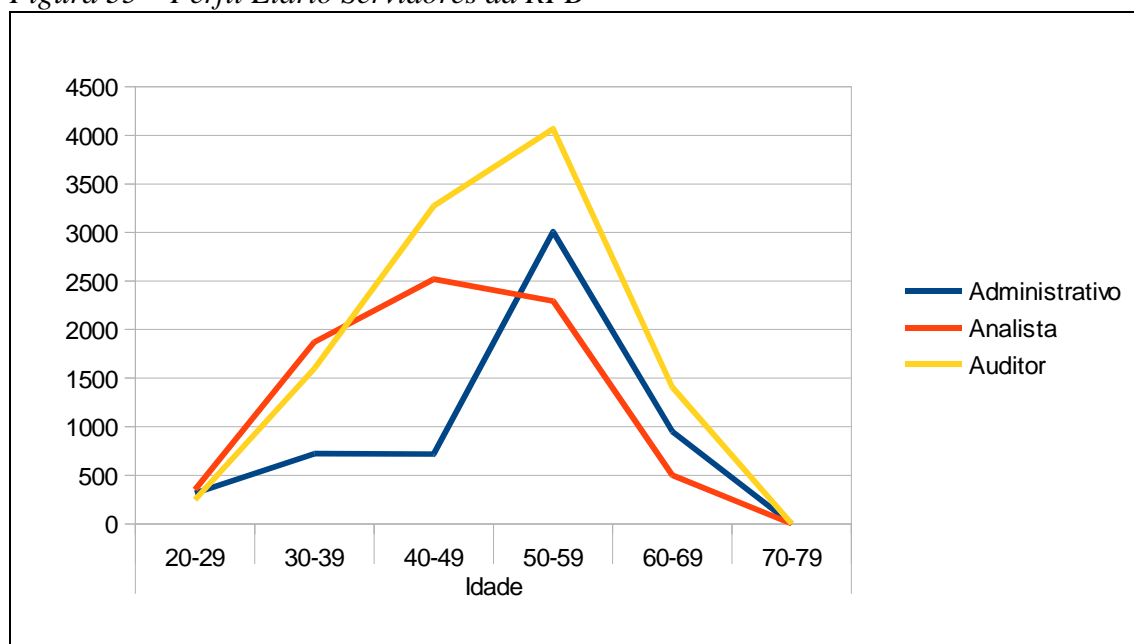
	Ingressos 2014	Egressos 2014	Reposição do quadro
1ª RF	146	107	1,36
2ª RF	191	70	2,73
3ª RF	28	52	0,54
4ª RF	11	90	0,12
5ª RF	31	73	0,42
6ª RF	17	144	0,12
7ª RF	58	192	0,30
8ª RF	312	405	0,77
9ª RF	76	142	0,54
10ª RF	78	103	0,76
UC	260	112	2,32
DRJ	1	36	0,03
RFB	1.209	1.526	0,79

A tabela indica a proporção de ingressos sobre egressos. Os valores abaixo de 1 indicam perdas. Portanto, apenas três UJ receberam mais servidores do que perderam ao longo do ano. Em 2014 houve ingresso de servidores de todos os cargos que compõem o quadro da RFB (AFRFB, ATRFB, Administrativos Nível Médio e Administrativos Nível Superior) e, mesmo assim, o quantitativo decresceu em relação ao do ano de 2013.

Ainda em relação ao quadro anterior cabe ressaltar que o número de egressos é elevado em grande parte em razão das aposentadorias. Dos 144 cargos vagos no ano em questão, 78% ocorreram em função de aposentadoria. Esse fenômeno pode ser explicado pelo perfil etário dos

servidores do Órgão, uma vez que mais de 51% desses servidores encontram-se na faixa etária acima de 50 anos – conforme gráfico abaixo – e mais de 20% fazem jus ao Abono de Permanência.

Figura 35 – Perfil Etário Servidores da RFB



De acordo com o exposto, conclui-se que o Órgão está com grande déficit de pessoal, situação essa agravada pelo crescente número de vacâncias.

Análise Crítica - Quadro 17

O atual estudo para distribuição da lotação avalia apenas a demanda de trabalho vinculada aos processos aduaneiros e de tributos internos. Está em andamento atualização que busca contemplar todos os processos de trabalho executados no Órgão, inclusive aqueles das áreas meio e de atividades tipicamente gerenciais.

Análise Crítica – Quadro 19

O quantitativo de cargos em comissão e funções gratificadas da RFB é distribuído pelo Regimento Interno (Portaria MF nº 203/2012). Nota-se pela análise do **Quadro 19** que há 20 postos de chefia vagos, demonstrando uma baixa atratividade para ocupação destes cargos. Esse fato foi confirmado por diagnóstico interno realizado em 2014 para o Ciclo de Planejamento 2016-2019, no qual os servidores destacaram a pouca motivação para assumir chefias na RFB, uma vez que o valor pecuniário estabelecido para as funções não condiz com o nível de responsabilidade assumido.

A constatação acima também é corroborada pela elevada rotatividade nesses postos. Houve mudança de 26% dos detentores de função durante o ano de 2014, número considerado alto e que prejudica a continuidade dos trabalhos em andamento, assim como o plano de capacitação que é realizado com todos os gestores da RFB, **Programa de Desenvolvimento Gerencial – DGR**.

7.1.2. Qualificação e Capacitação da Força de trabalho

A qualificação e capacitação da força de trabalho da Receita Federal do Brasil é regida pela

Portaria RFB nº 128/2013, que disciplina a aplicação da Política de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, alinhando-se às diretrizes do Decreto nº 5.707/2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990.

Tendo em vista o marco legal supramencionado, A RFB adota o modelo de capacitação com foco em competências, o qual se apoia no inventário de competências construído por meio do mapeamento de competências realizado no período de outubro de 2010 a outubro de 2011. Foram identificadas as competências institucionais e individuais, as últimas classificadas por sua vez em gerenciais, fundamentais e específicas (por processo de trabalho). A partir das competências mapeadas são realizados ciclos bienais de diagnóstico, ou apuração das lacunas das competências, por meio da autoavaliação pelos servidores e da avaliação pela chefia imediata dos domínios existentes relativamente às competências individuais. Na metodologia aplicada, as lacunas de competência representam a diferença entre o domínio necessário e o domínio existente. Após a consolidação do diagnóstico são aferidas as lacunas por servidor, por unidade, por macroprocesso e por processo de trabalho.

Já foram realizados dois ciclos de diagnóstico, em 2011 e 2013, onde foram identificadas as competências que apresentam maiores lacunas, ou seja, as que mais precisam ser desenvolvidas para o cumprimento dos objetivos organizacionais. As lacunas aferidas permitem realizar o diagnóstico de necessidades de capacitação, de forma a direcionar as ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores, isto é, trata-se de uma ferramenta para subsidiar o plano de médio prazo da capacitação e ainda permite aprimorar o diálogo entre as chefias e sua equipe na definição de planos de desenvolvimento individuais e da equipe.

Na RFB, o plano de capacitação por competências é representado pelo Programa de Educação Corporativa (Proeduc), o qual está pautado na redução das lacunas de competências e na promoção do desenvolvimento sistemático e contínuo dos servidores. O Proeduc consolida, anualmente, ofertas de capacitação emanadas das Unidades Centrais, representadas prioritariamente pelos Programas Nacionais de Capacitação (PNC), e também por unidades descentralizadas, de modo que todas as ações de capacitação estejam relacionadas com uma ou mais competências individuais. Conforme a Portaria RFB nº 118/2012, o desenvolvimento do Proeduc deve observar as seguintes Diretrizes Estratégicas:

- I - desenvolver ações de capacitação orientadas para o desenvolvimento integral dos servidores e gerentes, considerando o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes;
- II - democratizar as oportunidades de capacitação, tornando-as acessíveis a todos os servidores e gerentes, primando ainda pelo incentivo ao autodesenvolvimento;
- III - diversificar as modalidades e estratégias de capacitação, com intensificação da educação à distância;
- IV - desenvolver as competências fundamentais, as quais devem integrar o conteúdo programático das ações de capacitação e
- V - sistematizar Programas Modulares Nacionais e demais eventos de capacitação, relacionando aprendizagem à competência.

No que concerne ao Proeduc relativo ao exercício de 2014, aprovado pela Portaria RFB nº 1.881/2013, importa destacar que sua estruturação teve por base o 1º ciclo de mapeamento de competências, concluído em 2011, e o 2º ciclo de diagnóstico de competências, realizado em 2013, que contou com a participação voluntária de 75% dos servidores. Seu desenvolvimento se deu em conformidade com a análise estratégica de cada unidade e com base nas lacunas de competências, visando identificar as ações de capacitação que podiam melhorar o desempenho dos servidores e,

por conseguinte, os resultados institucionais.

A figura a seguir detalha as áreas das ações de capacitação e desenvolvimento ofertadas, suas respectivas lacunas e resultados alcançados em 2014:

Figura 36 – Ações de Capacitação e Desenvolvimento, Lacunas de Competências e Resultados

Competências		Lacunas*	Nº de ações planejadas	Nº de ações executadas	Nº de participações (com repetição)	Nº de horas
Fundamentais	Comunicação eficaz	1.21	12	2	16	328
	Ética profissional	0.81	1	0	0	0
	Trabalho em equipe	1.06	10	3	35	182
	Orientação para resultados	1.20	4	5	184	1.017
	Ação sistêmica	1.29	2	2	213	1.824
	Autodesenvolvimento	1.32	18	19	164	3.133
	Criatividade e Inovação	1.45	4	1	119	1.428
	Excelência na prestação de serviços	1.10	3	1	78	936
	Racionalidade na utilização de recursos	1.19	1	1	196	392
Gerenciais	Visão e orientação estratégica	-0.44	0	0	0	0
	Efetividade de gestão	0.45	1	0	0	0
	Negociação e cooperação	1.17	2	0	0	0
	Liderança	1.16	28	11	430	5.326
	Gestão da mudança e inovação	0.51	1	0	0	0
Específicas Macroprocessos**	Políticas Institucionais	-0.16	1	0	0	0
	Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	-0.23	155	77	1.421	15.849
	Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros	0.97	217	41	924	12.555
	Administração Aduaneira	0.64	23	9	253	2.018
	Segurança Jurídica e Solução de Litígios	-0.82	127	24	364	3.466
	Interação com a Sociedade	0.31	29	12	261	2.945
	Gestão Estratégica, Projetos e Processos	0.10	25	10	220	1.840
	Gestão Institucional	-0.79	4	3	25	128
	Controle Institucional	-2.92	3	0	0	0
	Gestão Orçamentária e Financeira	1.16	31	9	77	2.024
	Governança de Tecnologia Da Informação	-0.65	22	2	24	414
	Gestão de Pessoas	0.00	47	19	822	4.609
	Gestão de Materiais e Logística	0.57	63	24	354	3.092
Total	-	834	275	6.180	63.506	

* Fórmula: DN – DE = L, onde DN = Domínio Necessário, DE = Domínio Existente e L = Lacuna de Competência. A escala de valores possíveis para as lacunas vai de -5 a 5.

** Macroprocessos conforme cadeia de valor vigente até novembro de 2014.

Fonte: SA3 e Siscad (extração de dados em 06/02/2015).

São apresentadas as competências individuais fundamentais e gerenciais, com as respectivas lacunas e superávits apurados no 2º ciclo de diagnóstico de competências, e, para cada competência, a quantidade de ações de capacitação planejadas e executadas, com o número de participações e de horas investidas.

No que respeita às competências específicas, tais quantitativos e números são agregados por macroprocesso.

Acerca das competências gerenciais, verifica-se que a região empreendeu grandes esforços no sentido de suprir as maiores lacunas, vez que o maior número de ações planejadas, de ações executadas, de participações e de horas foram devotadas à competência Liderança, a qual apresenta a segunda maior lacuna gerencial da região (1,16) – convém registrar que, em quatro das onze ações executadas com escopo na liderança, a competência Negociação e Cooperação, a mais lacunosa em Minas Gerais (1,17), foi também trabalhada.

Em relação às competências fundamentais, a região procurou suprir as maiores lacunas, o que é evidenciado pelo expressivo número de horas e participações concentrado em capacitações vinculadas à competência Autodesenvolvimento – segunda maior lacuna da região (1,32).

Das dezenove ações desenvolvidas com foco na competência Autodesenvolvimento, nove dizem respeito a licenças para capacitação.

Vale ressaltar que, embora não sejam carreados recursos do orçamento da capacitação para

tal tipo de ação, vez que é de iniciativa do servidor e por ele custeada, a concessão de licença capacitação no âmbito da RFB requer esforço de planejamento, no qual se tem em conta a demanda de trabalho, a disponibilidade da força de trabalho nas unidades e o planejamento consubstanciado no Proeduc - motivo pelo qual a matéria é disciplinada pela Casa mediante portaria.

Ainda no campo das competências fundamentais, grande energia, evidenciada pelo número de participações, foi direcionada a competências que apresentam lacunas expressivas: ação sistêmica, racionalidade na utilização de recursos, orientação para resultados.

No caso das competências específicas, houve da mesma maneira, concentração de esforços em processos de trabalho cujas competências vinculadas apresentam grandes lacunas – Gestão Orçamentária e Financeira, Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros e Administração Aduaneira, sendo os macroprocessos nos quais se verificam as maiores lacunas agregadas.

Isso fica evidenciado pelo número de participações e de horas investidas em ações de capacitação relacionadas a tais macroprocessos.

Entretanto, o planejamento e a execução das ações de capacitação de ações focadas nas competências específicas, além de atentar para as maiores lacunas, tem de levar em conta fatores outros tais como: constante necessidade de atualização das áreas técnicas em vista de alteração de legislação, estabelecimento de novos procedimentos, desenvolvimento de novos sistemas e rotatividade da força de trabalho, além da necessidade de gerir uma força de trabalho que, em quantidade, declina.

Assim, das setenta e sete ações de capacitação referentes ao superavitário macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário, o qual concentrou os maiores números em termos de horas e participações, nove se justificaram por estar diretamente vinculadas a objetivos estratégicos da instituição e/ou iniciativas estratégicas da região; dezesseis se pela necessidade de reciclagem, decorrente dos motivos acima mencionados; seis, por conta de novidades na legislação; cinco, por implantação de novas ferramentas gerenciais; e sete, pela implantação de novas equipes de trabalho.

No que toca ao macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios, também superavitário, e que tem por escopo o trabalho com a legislação tributária, as vinte e quatro ações realizadas decorrem da necessidade de atualização constante dos servidores que atuam nessa área, dado que essa legislação é frequentemente alterada e atualizada, em decorrência de fatores econômicos, demandas da sociedade, das necessidades de adequação ou ajustes, dentre outros.

7.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 20 - CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2014										0,00
	2013										0,00
Servidores de Carreira Vinculados ao Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2014	362.277.828,83	3.137.051,59	29.978.890,84	10.374.156,49	10.146.310,86	13.769.523,33	0,00	333.743,60	2.948.305,39	432.965.810,93
	2013	357.649.100,84	3.081.592,64	29.586.060,21	12.893.339,47	10.631.282,75	13.297.905,59	3.038,02	559.083,77	2.710.804,38	430.412.207,67
Servidores de Carreira SEM VÍNCULO com o Órgão da Unidade Jurisdicionada											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	719,34	0,00	719,34
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a Administração Pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014										0,00
	2013										0,00
Servidores Cedidos com Ônus											
Exercícios	2014	4.401.719,87	0,00	350.467,61	111.391,70	84.456,00	242.482,42	0,00	0,00	57.527,78	5.248.045,38
	2013	4.714.574,12	0,00	360.361,30	140.196,18	103.572,32	263.241,64	0,00	4.936,52	62.408,20	5.649.290,28
Servidores com Contrato Temporário											
Exercícios	2014										0,00
	2013										0,00

Fonte: DW Siape – 10/02/2015

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ/Belo Horizonte e Juiz de Fora estão alocados neste quadro.
2. A extração consistiu em coletar os valores de todas as rubricas relacionadas ao custo de pessoal das unidades pagadoras da Receita Federal do Brasil referente aos anos de 2014 e 2013, discriminando-as por natureza de despesa e agrupando-as de acordo com a tipologia de cargos. A classificação das rubricas por natureza de despesas e o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos seguiu as determinações constantes da Portaria TCU 90/2014.

3. Foram utilizadas somente rubricas lançadas como rendimento, independente da denominação - exceto as referente a adiantamento, para evitar duplicidade. Em comparação com a Prestação de Contas anterior, houve reclassificação de algumas rubricas por mudança de entendimento, principalmente quanto à coluna “Demais despesas variáveis”. Houve também a inclusão de novas rubricas inexistentes na extração anterior, tendo em vista o novo agrupamento de servidores solicitados no quadro.
4. Sobre o agrupamento de servidores dentro da tipologia de cargos:
 - a. O agrupamento de servidores foi implementado por meio da situação funcional de cada servidor.
 - b. Não foram considerados os servidores na situação funcional de Aposentados ou Instituidores de pensão uma vez que estes são administrados pelas respectivas Superintendências Regionais do Ministério da Fazenda - SAMF, órgãos independentes da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB.
 - c. Não foram identificados servidores com contrato temporário.
 - d. Não existem Membros de Poder e Agentes Políticos.
 - e. No caso dos cedidos com ônus, a determinação da existência do ônus se baseou na característica do órgão de destino (se a cessão foi para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios ou para Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista, considerou-se como sem ônus - conforme Art. 93, §§ 1º e 2º da lei 8.112/1990). Situações específicas como as previstas no art. 93 inciso II e §§ 6º, 7º, foram ignoradas por se tratarem de exceções que demandariam uma análise individual de todos os casos de cessão.

Quadro de apoio à Folha de Pagamento

UNIDADE	Ajuda de Custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Funeral	Auxílio Creche	TOTAL
6ª RF	396.212,12	2.067.641,35	679,84	0,00	29.746,39	0,00	2.464.533,31

Fontes: SIAFI Gerencial e SIAFI Operacional. Extraído pela Copol, data-base da consulta: 26/01/2015.

7.1.4. Irregularidades na Área de Pessoal

7.1.4.1. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e empregos Públicos

Como o Siape e Siapecad não disponibilizam informação sobre acumulação indevida de cargos, os procedimentos de controle adotados são:

- Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.
- No ato da posse, são de entrega obrigatória os seguintes documentos:
 - Termo de Responsabilidade declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal.
 - Cópia da publicação do ato ou protocolo de pedido de vacância relativo ao cargo ocupado, se ocupante de outro cargo, emprego ou função pública.
 - O servidor se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.
- No caso de servidor que pleiteia a licença para tratar de interesses pessoais, deve apresentar os seguintes documentos, que auxiliam na prevenção destes casos:
 - Na solicitação da licença, deve anexar manifestação prévia favorável da Comissão de Ética da RFB ou da Controladoria-Geral da União (CGU), nos casos em que o servidor for exercer atividade privada ou atividade potencialmente geradora de conflito de interesses, obtida através de consulta efetuada por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI);
 - Formulário descrevendo as atividades que pretende desenvolver durante o período da licença, as efetivamente desenvolvidas durante e aquelas que passou a desempenhar após o término do afastamento.
- São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público. A Portaria RFB nº2.543/2011 estabeleceu o inventário de competências do órgão, sendo a Ética Profissional considerada uma competência fundamental, ou seja, é competência desejada de todos os servidores da RFB. Ela faz parte, portanto, da grade de disciplinas do programa de formação de novos servidores, bem como do programa anual de capacitação.

Em 2014 não foram detectados casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos nesta UJ. Caso venham a ser detectados, será aplicada a rotina prevista pelos artigos 133 e 143 da Lei 8.112/90.

7.1.5. Riscos Identificados na Gestão de Pessoas

Conforme Análise Crítica feita para o Quadro 43, o Órgão vem sofrendo perdas constantes no quadro de servidores, sendo que 30% dessas foram em função de vacância por posse em cargo inacumulável ou exoneração. Esse número reflete um problema de retenção de servidores, principalmente dos cargos de Analista-Tributário e Assistente-Técnico Administrativo, que acabam migrando para cargos de melhor remuneração dentro do próprio Poder Executivo. Na última nomeação para o cargo de Analista-Tributário, cerca de 15% dos nomeados não entraram em efetivo exercício na RFB.

O elevado percentual de vacâncias citado anteriormente tem alguns impactos significativos para o Órgão. O primeiro deles refere-se ao programa de capacitação elaborado para formação e aperfeiçoamento desses novos servidores, tendo em vista os custos financeiro e operacional envolvidos. Outro ponto negativo diz respeito à lacuna deixada nas unidades de exercício desses servidores. A recomposição do quadro da Unidade só irá ocorrer, na maior parte dos casos, quando houver um novo concurso público, situação essa que depende do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão responsável pela autorização de novos concursos.

Ações de Prevenção – Gestão de Processos e Desvio de Função

A RFB implementou em setembro de 2013 o seu Modelo de Governança de Processos (atualizado pela Portaria RFB nº1.708/2014), que estabelece a metodologia para o mapeamento da situação atual de processos de trabalho. Atrelados a este modelo, foram também criadas a Política de Gestão de Riscos (Portaria RFB nº1.674/2014) e a Metodologia de Análise de Atribuições dos cargos em exercício na Receita Federal do Brasil (Portaria RFB nº2.226/2014). Tais instrumentos, utilizados em conjunto, possibilitam a identificação e a prevenção de riscos, na medida em que contribuem para:

1. Comunicação do fluxo de atividades para os servidores;
2. Manutenção do conhecimento;
3. Treinamento de novos servidores das áreas de negócio;
4. Adequação de normativos e manuais de procedimentos;
5. Padronização da execução do processo;
6. Análise da situação atual e identificação de oportunidades de melhoria;
7. Definição de papéis, responsabilidades, competências e atribuições, inclusive para acesso a sistemas;
8. Visualização e documentação dos riscos do processo.

Já foram mapeados e publicados na intranet da RFB 17 processos da Gestão de Pessoas, e elaborado cronograma para a análise de riscos de toda a árvore de processos da área para os próximos 4 anos.

A Metodologia de Análise de Atribuições dos Cargos, especificamente, é de competência da Cogep, que valida as informações prestadas pelas diversas áreas de negócio da RFB (inclusive a própria Gestão de Pessoas). Tem como finalidade não só otimizar a alocação do quadro funcional do órgão, considerando os diversos processos de trabalho desenvolvidos na instituição, como também conscientizar os gestores quanto à efetiva observância das atribuições legais dos cargos, com vistas a se evitar eventuais desvios de função.

7.1.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Grau de Lotação Bruto

Fórmula: $(n^{\circ} \text{ de servidores da carreira ARFB em } 31/12) / (\text{lotação autorizada})$

A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

Quadro 21 – GRAU DE LOTAÇÃO DA RFB

	2010	2011	2012	2013	2014
1ª REGIÃO FISCAL	50,39%	51,86%	46,62%	45,85%	46,95%
2ª REGIÃO FISCAL	54,89%	45,06%	46,48%	49,12%	54,04%
3ª REGIÃO FISCAL	74,34%	65,91%	62,62%	60,33%	60,09%
4ª REGIÃO FISCAL	67,60%	63,36%	58,69%	57,42%	56,14%
5ª REGIÃO FISCAL	53,05%	55,10%	51,64%	50,88%	49,49%
6ª REGIÃO FISCAL	61,68%	60,07%	55,88%	53,80%	51,79%
7ª REGIÃO FISCAL	60,99%	56,56%	53,63%	52,79%	52,45%
8ª REGIÃO FISCAL	42,22%	41,05%	40,34%	41,11%	39,51%
9ª REGIÃO FISCAL	57,63%	51,70%	48,63%	48,30%	47,29%
10ª REGIÃO FISCAL	58,53%	51,54%	49,74%	48,67%	47,56%
UC	51,64%	73,83%	67,64%	73,89%	78,23%
DRJ	55,13%	64,19%	62,90%	59,59%	56,71%
RFB	53,06%	51,76%	49,50%	49,50%	48,96%

A diminuição do valor do grau de lotação da RFB, em relação ao ano anterior, é resultado do baixo ingresso de Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários, em comparação às perdas ao longo de 2014. Percebe-se que o quadro da RFB vem decrescendo continuamente. Se considerarmos os dados desde 2008, temos uma perda líquida de quase 2.000 Auditores-Fiscais. Os dados sobre o Grau de Lotação corroboram os anteriormente apresentados sobre a reposição do quadro. A RFB, mesmo com a entrada de novos servidores, não consegue suprir as saídas, vendo seu quadro diminuir ao longo dos últimos anos

Este preocupante cenário foi constatado também pela CGU em 2012, que recomendou, tendo como base a Auditoria Anual de Contas, elaboração de projeto que evidenciasse o inadequado quantitativo de servidores em exercício na RFB. Seguindo esta recomendação, foi realizado estudo em dezembro de 2012, com dados estatísticos do quadro funcional da RFB, os benefícios de seu crescimento e os riscos e impactos nas atividades caso não haja recomposição. O estudo foi enviado à Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda em 19/12/12 (Memo Gabin 1654/2012). A CGU emitiu parecer, através do Processo nº 12440.000160/2012-09, de que a RFB cumpriu o recomendado, explicitando as necessidades anuais de recomposição e fortalecimento de seu quadro para o período 2013-2015.

Em maio de 2014, para o ciclo de planejamento do PPA 2016-2019, foi enviado ao MF documentação com valores atualizados sobre a recomposição do quadro da RFB, levando em conta também novas demandas alocadas ao órgão: funcionamento 24 horas de portos, fiscalização das atividades de previdência complementar e implantação do projeto de Atendimento Integrado RFB/PGFN. A seguir, quadro com os valores solicitados ao MF:

Figura 37 – Quantitativo Vagas Pleiteadas 2015 a 2019

Vagas Pleiteadas maio/14	2015	2016	2017	2018	2019	Total PPA 2016-2019
AFRFB	3.201	1.888	1.888	1.252	1.252	6.280
ATRFB	2.166	1.432	1.432	1.086	1.086	5.036
ATA NI	8.483	4.572	4.572	2.433	2.433	14.010
ATA NS	391	184	184	80	80	528

O Aviso Ministerial nº 164/2014/MF e a Nota Técnica nº 10.014/SGE/SE/MF, de 27/5/2014, propõem o provimento de 2.000 vagas de AFRFB e 3.000 de ATRFB para 2015, sujeitos ainda à apreciação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (para ATAs, não foi discriminado o quantitativo por órgão do MF).

O baixo grau de lotação da RFB pode ser desmembrado para cada um dos cargos da Carreira Auditoria, e vemos pelo quadro abaixo que eles estão entre os menores dentre as carreiras típicas de Estado:

Quadro 22 – COMPARATIVO GRAU DE LOTAÇÃO DA RFB COM OUTROS ÓRGÃOS

Órgão	Cargo	Lotação Real [1]	Lotação Máxima[2]	Grau de Lotação Nov2014	Grau de Lotação Nov2013
RFB	AFRFB	10.496	20.395	51,46%	54,37%
	ATRFB	7.777	16.677	46,63%	45,27%
Ministério das Relações Exteriores	Diplomata	1.582	1.805	87,65%	86,26%
	Oficial de Chancelaria	848	1.893	44,80%	46,54%
Polícia Federal	Delegado	1.807	2.186	82,66%	78,37%
	Agente	6.147	8.033	76,52%	77,68%
Ministério do Trabalho e Emprego	Auditor Fiscal do Trabalho	2.732	3.644	74,97%	76,70%
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Procurador Geral da Fazenda Nacional	2.081	2.400	86,71%	87,08%
Tribunal de Contas da União[3]	Auditor Federal de Controle Externo	1.737	1.767	98,30%	93,32%
Média sem a RFB				78,80%	77,99%

[1] Boletim Estatístico de Pessoal nº 223 do MP, de novembro de 2014

[2] Publicação “Dados LDO” do MP. Portaria nº156. De 21/07/2014

[3] Relatório Trimestral de atividades do TCU (terceiro trimestre de 2014). A lotação máxima autorizada refere-se aos valores apresentados no documento “Quadro Lotação Autorizada x Atual”

Fica claro com estas comparações o baixo índice de provimento da lotação da carreira ARFB. As carreiras típicas de Estado compõem o Núcleo Estratégico do Estado, do qual decorrem os objetivos fundamentais e as políticas públicas formuladas pelo governo. É essencial que tal Núcleo seja robusto, sem apresentar as assimetrias verificadas.

Grau de Equalização

Fórmula: Quantidade de unidades de provimento de lotação com grau de lotação dentro da faixa de 15% em torno da média / total de unidades com provimento de lotação

A RFB possui 167 unidades com provimento de lotação. Apesar do grau de lotação do órgão ser baixo, como ressaltado anteriormente, existe uma política de movimentação de pessoal que objetiva equalizar a distribuição dos servidores entre as unidades. Abaixo segue quadro com o quantitativo de ingressos e egressos internos e externos, de cada região fiscal e em especial da 6ª RF, no ano de 2014:

Quadro 23 - QUANTITATIVO DE INGRESSOS E EGRESSOS

RF	Ingressos 2014	Egressos 2014	Entradas Remoção 2014	Saídas Remoção 2014	Saldo 2014
1	146	107	83	117	5
2	191	70	68	148	41
3	28	52	69	51	-6
4	11	90	68	36	-47
5	31	73	71	50	-21
6	17	144	120	68	-75
7	58	192	205	140	-69
8	312	405	834	865	-124
9	76	142	139	122	-49
10	78	103	89	105	-41
UC	260	112	184	234	98
DRJ	1	36	33	27	-29
RFB	1.209	1.526	1.963	1.963	-317

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3, extração das remoções em 19/01/2015

Apesar das dificuldades de provimento e de se compensar as perdas constantes dos últimos anos, a distribuição dos servidores pelas unidades tem se tornado cada vez mais homogênea. Como o grau de lotação é baseado em Estudo de Lotação que leva em conta a demanda de trabalho comparativa entre as unidades, a RFB tem agido no sentido de, mesmo com a escassez atual de servidores, distribuir pelo território nacional um quantitativo justo.

7.2 - Contratação de mão de obra de Apoio e de estagiários

7.2.1 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro 24- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: Inspeção da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte														
UG/Gestão: 170227/00001							CNPJ: 00.394.460/0106-19							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	05/2010	11.098.462/0001-00	02/08/2010	31/07/2015	1	1						P
2010	V	O	07/2010	07.534.224/0001-22	22/09/2010	21/09/2015	8	8						P
2012	L	O	03/2012	07.836.985/0001-39	17/02/2012	16/02/2017	7	7						P
2014	V	O	06/2014	66.398.652/0001-34	27/11/2014	27/11/2015	6	6						A

Fonte: Setor de logística da Inspeção

Unidade Contratante														
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte														
UG/Gestão: 170089/00001							CNPJ: 00.394.460/0097-93							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2014	L	O	05/2014	09.561.495/0001-00	15/08/2014	16/10/2015	28	28						A
2014	L	O	02/2014	97.481.220/0001-16	17/02/2014	14/08/2014	28	28						E
2010	L	O	03/2010	04.712.320/0001-25	04/07/2010	03/07/2014	01	01						E
2011	L	O	07/2011	08.144.738/0001-34	23/05/2011	22/05/2014	01	01						E
2013	V	O	11/2013	03.108.004/0001-86	17/11/2013	21/05/2014			10	10				E
2014	V	E	03/2014	05.891.583/0001-01	25/06/2014	17/11/2014			10	10				E
2013	V	O	03/2013	10.423.276/0001-36	18/11/2014	19/11/2015			6	6				P

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Contagem													
UG/Gestão: 170248/00001							CNPJ: 00.394.460/0342-08						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	01/2013	02.966.930/0001-20	22/01/2013	04/06/2014	7	7					E
2012	V	O	06/2012	10.423.276/0001-36	01/01/2013	31/12/2015	12	12					P

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Coronel Fabriciano													
UG/Gestão: 170324/00001							CNPJ: 00.394.460/0459-19						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	02/2010	37.162.435/0001-42	01/11/2010	31/10/2015			5	5			P
2012	V	O	02/2012	10.423.276/0001-36	09/04/2013	08/04/2015			4	4			P
2012	L	O	03/2012	08.139.629/0001-29	01/05/2013	30/04/2014	6	6					E

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Divinópolis													
UG/Gestão: 170095/00001							CNPJ: 00.394.460/0103-76						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	01/2010	07.534.224/0001-22	28/02/2010	27/02/2015	4	4					P
2013	L	O	01/2013	11.240.607/0001-65	10/05/2013	09/05/2015	11	11					A

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares													
UG/Gestão: 170091 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0099-55							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	19/2011	08.563.482/0001-08	01/01/2012	30/04/2015	16	16					P
2013	L	O	08/2013	08.386.023/0001-98	01/07/2013	31/03/2015	11	11					A

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora													
UG/Gestão: 170092/00001						CNPJ: 00.394.460/0100-23							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	04/2009	03.108.004/0001-86	01/01/2010	31/05/2014	12	12					E
2014	V	E	07/2014	04.086.371/0001-99	01/06/2014	30/11/2014	12	12					E
2011	L	O	04/2011	10.735.410/0001-34	01/01/2014	31/12/2014	17	17					P

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Montes Claros													
UG/Gestão: 170096/0001						CNPJ: 00.394.460/0104-57							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	02/2010	08.563.482/0001-08	01/11/2010	31/10/2015			10	10			P
2010	L	O	05/2014	09.561.495/0001-00	15/08/2014	16/10/2015			11	11			A

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Unidade Contratante														
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas - MG														
UG/Gestão: 170325/00001							CNPJ00.394.460/0461-33							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2014	L	O	14/2012	08.529.535/0001-66	26/08/2014	25/04/2016	8	8						P
2014	V	O	02/2010	07.534.224/0001-22	26/07/2013	25/03/2015	12	12						P

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Unidade Contratante														
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas - MG														
UG/Gestão: 170328/00001							CNPJ: 00.394460/0462-14							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	V	O	6/2012	07.534.224/0001-22	01/01/2013	30/04/2016	16	16						P
2013	L	O	4/2013	08.342.488/0001-47	26/07/2013	25/03/2015	11	11						A

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Unidade Contratante														
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberaba-MG														
UG/Gestão: 170093/00001							CNPJ: 00.394.460/0101-04							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	L	O	1/2011	04.130.128/0001-20	03/01/2011	02/05/2015	8	8	-	-	-	-		P
2014	V	O	1/2014	08.687.052/0001-90	29/08/2014	28/04/2016	18	18	-	-	-	-		P

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia													
UG/Gestão: 170097/00001							CNPJ: 00.394.460/0105-38						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	02/2013	14.032.556/0001-74	02/09/2013	30/04/2015	13	13	1	1	-	-	A
2013	V	O	03/2013	07.534.224/0001-22	01/11/2013	30/06/2015	16	16	-	-	-	-	A
Observações: O incremento nos postos de vigilância e limpeza decorre de implantação dos serviços nas Agências de Araguari e Patrocínio, sendo que os novos postos de vigilância foram implantados em 02/01/2014.													
Fonte: Setor de logística da Delegacia													

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Varginha													
UG/Gestão: 170094/00001							CNPJ: 00.394.460/0102-95						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	05/2011	22.370.381/0001-33	29/07/2011	31/07/2016	15	15					P
2009	V	O	04/2009	05.891.583/0001-01	09/06/2009	08/06/2015	6	6					P
Fonte: Setor de logística da Delegacia													

LEGENDA QUADRO 24 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Observações:

a) A Superintendência da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais – SRRF06 (UG170088) está instalada no edifício sede do Ministério da Fazenda em Belo Horizonte. Os contratos de serviço de limpeza, higiene e vigilância ostensiva estão a cargo da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais-SAMF/MG, motivo pelo qual não há informações a serem prestadas em seu nome.

b) A Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes em Belo Horizonte – DEMAC (UG170088) está instalada no edifício sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte – DRF BHE. Os contratos de serviço de limpeza, higiene e vigilância ostensiva estão a cargo da BRF BHE, motivo pelo qual não há informações a serem prestadas em seu nome.

c) DRF/Belo Horizonte

O contrato nº 02/2014, assinado com a empresa Setsys – Serviços Gerais Eireli, cujo objeto é serviço de limpeza, foi rescindido de forma amigável em 14/08/2014. Em 15/08/2014 iniciou-se o contrato nº 05/2014, assinado com a empresa Ativa Service.

O contrato 11/2013, assinado com a empresa Alpha Vigilância, foi rescindido de forma amigável em 20/05/2014. Em 21/05/2015, iniciou-se o contrato emergencial nº 05/2014, assinado com a empresa Guradseg, com vigência até 16/11/2014. A partir dessa data, o serviço de vigilância para o edifício da Rua Levindo Lopes esteve a cargo da SAMF.

7.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro 25 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal													
UG/Gestão: 170088/00001				CNPJ: 00.394.460/0096-02									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	01/2012	14.241.107/0001-36	07/05/12	30/06/14	4	4	0	0	0	0	P
Fonte: Divisão de logística da Superintendência													

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte													
UG/Gestão: 170089/00001				CNPJ: 00.394.460/0097-93									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	12	O	04/2014	04.281.586/0001-60	03/07/2014	02/07/2015	18	18					A
2014	12	O	04/2014	04.281.586/0001-60	03/07/2014	02/07/2015	6	6					A
2011	4	O	06/2011	03.623.340/0001-67	16/05/2011	15/05/2015	05	05					P
2011	7	O	02/2011	12.423.368/0001-41	10/03/2011	09/03/2015			02	02			P
2012	12	O	01/2012	12.408.674/0001-09	01/04/2012	31/03/2014	02	02					E
2013	12	O	04/2012	12.408.674/0001-09	29/05/2012	28/05/2014	18	18					E
2013	12	O	05/2013	13.582.555/0001-30	01/10/2013	30/09/2014	01	01					E
2014	2	O	02/2014	11.312.296/0001-00	19/05/2014	18/05/2015	03	03					A
2013	5	O	03/2013	10.777.279/0001-78	19/11/2013	18/07/2015			76	76			A
Fonte: Setor de logística da Delegacia													

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas

UG/GESTÃO: 170328/00001

CNPJ: 00.394.460/0462-14

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	5 e 12	O	5/2013	05.057.493/0001-10	01/01/2014	31/12/2015	2	2	9	9			P

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia

UG/Gestão: 170097/00001

CNPJ: 00.394.460/0105-38

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	05/2012	23.271.471/0001-30	02/01/2013	31/08/2014	1	1	--	--	--	--	E
2012	5	O	05/2012	23.271.471/0001-30	02/01/2013	31/08/2014	---	--	8	8	--	--	E
2012	7	O	05/2012	23.271.471/0001-30	02/01/2013	31/08/2014	2	2	--	--	--	--	E
2012	12	O	05/2012	23.271.471/0001-30	02/01/2013	31/08/2014	2	2	--	--	--	--	E
2011	12	O	01/2011	06.150.946/0001-10	01/03/2011	30/06/2014	1	1	--	--	--	--	E
2013	2	O	04/2013	00.109.393/0001-76	02/12/2013	31/12/2015	1	1	--	--	--	--	A
2013	5	O	04/2013	00.109.393/0001-76	02/12/2013	31/12/2015	---	--	3	3	--	--	A
2013	12	O	04/2013	00.109.393/0001-76	02/12/2013	31/12/2015	2	2	--	--	--	--	A
2014	4	O	11/2014	11.312.296/0001-00	01/10/2014	30/09/2015	1	1	--	--	--	--	A
2014	5	O	11/2014	11.312.296/0001-00	01/10/2014	30/09/2015	--	--	8	8	--	--	A
2014	7	O	11/2014	11.312.296/0001-00	01/10/2014	30/09/2015	2	2	--	--	--	--	A
2014	12	O	11/2014	11.312.296/0001-00	01/10/2014	30/09/2015	2	2	--	--	--	--	A

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Governador Valadares													
UG/Gestão: 170091 / 00001						CNPJ: 00.394.460/0099-55							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	5	O	13/2013	04.281.586/0001-60	01/09/2013	30/04/2015			9	9			A
2014	4	O	12/2014	08.431.911/0001-85	01/10/2014	30/09/2015	1	1					A

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Unidade Contratante													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora													
UG/Gestão: 170092/00001						CNPJ: 00.394.460/0100-23							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	03/2012	05.057.493/0001-10	01/08/2012	31/03/2014			1	1			A
2013	12	O	07/2013	10.777.279/0001-78	17/09/2013	31/08/2014			1	1			A
2014	5	O	03/2013	10.777.279/0001-78	19/11/2013	18/07/2015			2	2			A
2014	12	O	04/2014	04.281.586/0001-60	03/07/2014	02/07/2015			1	1			A

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Poços de Caldas

UG/Gestão: 170325/00001

CNPJ: 00.394.460/0461-33

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	4	O	06/2012	97.481.220/0001-16	05/03/2014	04/03/2015	1	1					P
2014	5	O	11/2012	14.241.107/0001-36	20/09/2013	19/09/2014			11	11			E
2014	5	O	07/2014	13.192.004/0001-60	03/10/2014	02/10/2015			11	11			A
2014	12	O	10/2012	14.241.107/0001-36	19/05/2014	24/11/2014	1	1					E

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Montes Claros

UG/Gestão: 170096/00001

CNPJ: 00.394.460/0104-57

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	03/2012	05.057.493/0001-10	01/08/2012	31/03/2014			1	1			A
2013	12	O	07/2013	10.777.279/0001-78	17/09/2013	31/08/2014			1	1			A
2014	5	O	03/2013	10.777.279/0001-78	19/11/2013	18/07/2015			2	2			A
2014	12	O	04/2014	04.281.586/0001-60	03/07/2014	02/07/2015			1	1			A

Fonte: Setor de logística da Delegacia

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Coronel Fabriciano

UG/Gestão: 170324/00001

CNPJ: 00.394.460/0459-19

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	4	O	01/2009	08.605.317/0001-63	01/09/2009	31/08/2014	1	1					E
2009	12	O	02/2009	08.605.317/0001-63	01/09/2009	31/08/2014	1	1					E
2013	6	O	09/2012	06.101.2013/0001-33	01/01/2013	31/12/2014							E
2014	12	O	01/2014	34.028.316/0015-09	05/03/2014	04/03/2019							A
2012	12	O	05/2012	14.241.107/0001-36	01/07/2012	30/06/2014			2	2			E
2013	02	O	03/2012	05.120.923/0001-09	01/01/2013	31/08/2014							E
2014	02	O	06/2014	09.478.000/0001-76	01/09/2014	31/08/2015							A

Fonte: Setor de Logística da Delegacia

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Contagem													
UG/Gestão: 170248/00001							CNPJ: 00.394.460/0342-08						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	43/2011	08.139.629/0001-29	01/04/2011	30/06/2015	12	12					P
2013	12	O	08/2013	13.582.555/0001-30	13/01/2014	12/09/2015	3	3					A
2013	12	O	04/2013	13.582.555/0001-30	01/08/2013	31/07/2014	1	1					E
Observações: Contrato de prestação de Recepção passível de prorrogação até 31/03/2016													
Fonte: Setor de logística da Delegacia													

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Varginha													
UG/Gestão: 170094/00001							CNPJ: 00.394.460/0102-95						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	4	O	02/2013	13.386.914/0001-84	20/03/2013	19/03/2018	1	1					P
2013	9	O	02/2013	13.386.914/0001-84	20/03/2013	19/03/2018	1	1					P
2013	5	O	02/2013	13.386.914/0001-84	20/03/2013	19/03/2018	3	3					P
2013	12	O	02/2013	13.386.914/0001-84	20/03/2013	19/03/2018	2	2					P
2013	12	O	01/2013	14.320.018/0001-85	23/01/2013	22/01/2018	5	5					P
Fonte: Setor de logística da Delegacia													

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Divinópolis													
UG/Gestão: 170095/00001							CNPJ: 00.394.460/0103-76						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	4	O	02/2011	08144738000134	01/12/2011	31/03/2015		01					P
2010	1	O	01/2015	07534224000122	01/03/2015	29/02/2016				04			A
2013	12	O	08/2013	13582555000130	01/09/2013	30/04/2015				01			A
2013	12	O	14/2013	05449571000121	01/12/2013	31/07/2015					01		A
2014	5	O	06/2014	08144738000134	01/10/2014	30/09/2015					10	01	A
2014	12	O	07/2014	08439717000146	10/01/2015	09/01/2015			12				A
Fonte: Setor de logística da Delegacia													

Nome: Delegacia da Receita Federal em Uberaba-MG													
UG/Gestão: 170093							CNPJ: 00.394.460/0101-04						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	12	O	1/2010	01.526.218/0001-47	11/01/2010	10/01/2016			1	1			
Fonte: Setor de logística da Delegacia													

Nome: Inspeção da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte													
UG/Gestão: 170227/00001							CNPJ: 00.394.460/0106-19						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	5	O	03/2013	10.777.279/0001-78	19/11/2013	18/07/2015			102	90			A
2012	12	O	006/2012	04.039.911/0001-83	06/03/2012	05/07/2015	11	11					P
2014	12	O	02/2014	11.312.296/0001-00	19/05/2014	18/05/2015	6	6					A
Fonte: Setor de logística da Inspeção													

LEGENDA QUADRO 25 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis;
9. Manutenção de bens imóveis;
10. Brigadistas;
11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;
- 12.** Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

DRF/Belo Horizonte

O contrato nº 04/2014, assinado com a empresa Utopia, tem como objeto serviços de portaria e carregador.

Os serviços objeto dos contratos nº 01/2012 (carregador) e nº 04/2012 (Portaria) deixaram de ser prestados em abril de 2014. Foram substituídos pelo contrato nº 04/2014.

O contrato 05/2013, assinado com a empresa R2, cujo objeto é serviço de portaria, teve vigência final em 30/09/2014, sendo substituído pelo contrato nº 04/2014.

Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

De modo geral, em 2014, a prestação dos serviços contratados pelas unidades da 6ª RF com utilização intensiva de mão-de-obra ocorreu conforme as características e dificuldades inerentes a esse mercado.

A Região tem buscado reduzir o número de contratos em vigor, unificando os postos terceirizados de apoio administrativo sob uma mesma contratação, de modo a trazer mais vantagens e racionalidade à Administração. Busca também renovar os contratos antigos sob critérios rígidos e seguros de contratação, acompanhamento e fiscalização contratual.

Dentre as dificuldades da gestão e fiscalização dos contratos destacam-se:

- número reduzido de servidores nas equipes de fiscalização;
- atraso na descentralização dos recursos orçamentários e/ou financeiros em alguns meses do exercício, em decorrência do contingenciamento e da política de superávit primário, provocando, por sua vez, atrasos no pagamento de faturas, com complicações para as empresas prestadoras de serviços que, geralmente, têm tido dificuldades em manter sua saúde financeira durante todo o período de execução do contrato.

7.2.3. Contratação de Estagiários

Quadro 26 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS - 6ª REGIÃO FISCAL

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	138	141	140	144	790.419,38
1.1. Área Fim	0	0	0	0	0
1.2. Área Meio	138	141	140	144	790.419,38
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1. Área Fim	0	0	0	0	0
2.2. Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	138	141	140	144	790.419,38

Fonte: DW Siape – 05/02/2015

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Estagiários das DRJs Belo Horizonte e Juiz de Fora foram contabilizados nesse quadro;
2. Para este quadro, foi considerado o conceito de atividade-meio, ou seja, atividades de suporte administrativo, independentemente se a área/unidade em que elas são desenvolvidas tem caráter precípua finalístico ou de apoio;
3. Foram apuradas rubricas de Bolsa de Estágio, Auxílio Transporte de Estagiário e Recesso Remunerado de Estágio. Não são considerados os descontos de falta, auxílio transporte do período de recesso e GRU emitidas em nome do estagiário;
4. O lançamento de dados históricos no Siape, após a data da extração DW, pode gerar diferença nos valores apresentados.

ANÁLISE CRÍTICA DA POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS

A contratação de estagiários na RFB é realizada mediante a celebração de contratos junto a empresas que prestam serviços como agentes de integração entre universidades, estudantes e a própria RFB. Além da legislação específica para a contratação de estagiários, Lei 10.788/2008, na

RFB o procedimento para a disponibilização de vagas para estágio não-obrigatório está regulamentado pela Portaria RFB/Cogep nº 163, de 11 de fevereiro de 2009, proporcionando uma padronização nos procedimentos de gestão de estagiários em todas as unidades descentralizadas.

O estágio na RFB é um ato educativo escolar desenvolvido na modalidade não-obrigatório visando à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior. Todos os estagiários na RFB são alocados em atividades-meio (suporte administrativo) em função de a Portaria RFB/Cogep nº 163, de 11 de fevereiro de 2009, em seu art. 4º, § 1º determinar que os estagiários não devem ser alocados em atividades que comprometam o sigilo fiscal – atividades estas que seriam as finalísticas da RFB.

Cabe à Divisão de Saúde e Qualidade no Trabalho – Disaq, da Coordenação-Geral de Gestão com Pessoas – Cogep, supervisionar a contratação de estagiários, em âmbito nacional, e à Divisão de Gestão de Pessoas – Digep, das Superintendências – SRRF, regionalmente.

Na RFB a seleção de estagiários de nível superior atualmente é feita por exame curricular e entrevista, utilizando agente de integração, que divulga as vagas disponíveis de acordo com o curso de formação e período escolar pré-definido, recruta os estudantes e os encaminha para entrevista com o servidor que será o supervisor do estágio. As vantagens observadas neste tipo de seleção são: o menor custo, o sistema menos burocrático, exigência de menor logística, menor periodicidade, permitindo melhor ajuste às necessidades da dinâmica dos processos de trabalho da RFB, além de não privilegiar somente os estudantes com excelente formação teórica, oportunizando a experiência profissional para todos. Existe uma multiplicidade de áreas na RFB, e, por essa razão, são oferecidas vagas de estágio para diversos cursos de graduação.

O Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – Siape é o sistema primário utilizado nacionalmente para registro das contratações, alteração de dados e desligamento de Estagiários, bem como para pagamento da bolsa, auxílio-transporte e demais ações de folha de pagamento dos estudantes. Há outros sistemas/segmentos informatizados na RFB, replicadores dos dados do Siape, que também são utilizados como referência para gerenciamento das informações de Estagiários, tais como: SA3, DW-Siape, Sief ou mesmo planilhas de controle de uso local.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 6ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 06**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 8: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário
(Item 8, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

8.1 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Instrução Normativa No 3, de 15 de maio de 2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A frota da SRRF06 destina-se ao transporte de servidores e utilização em atividades de repressão ao descaminho e ao contrabando, bem como ao transporte de materiais próprios e cargas apreendidas em ações de repressão.

Quanto às unidades, a frota é utilizada para apoio logístico às Agências jurisdicionadas, transporte de servidores a serviço da Administração Pública, bem como de expedientes, materiais de consumo, mercadorias apreendidas e bens móveis. Além disso, os veículos são imprescindíveis à execução das atividades de auditoria e fiscalização dos contribuintes de cada jurisdição, dada a extensão do Estado de Minas Gerais e a quantidade de Municípios que só podem ser acessados por via terrestre.

O uso desta frota implica em impacto positivo no fiel cumprimento das funções institucionais da RFB.

No caso específico da Inspeção da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte, devido à localização diversificada de suas dependências - Centro de Belo Horizonte, Bairro Lagoinha, Aeroporto Internacional Tancredo Neves no município de Confins/MG e no Porto Seco no município de Betim, a frota de veículos é essencial para o cumprimento de suas rotinas administrativas, e também para rondas de vigilância aduaneira de pátio e pista aeroportuárias, além da vigilância e repressão, e auxílio às equipes de apreensão de mercadorias, leilão e destruição de mercadorias.

A Demac, por sua vez, não possui frota própria e nem terceirizada. Utiliza a estrutura de transporte da DRF Belo Horizonte.”

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

f) Custos associados à manutenção da frota

As considerações sobre os quesitos de letras “c”, “d”, “e” e “f” foram aglutinadas no *ANEXO IV - Frota de Veículos Automotores de Propriedade da UJ*.

g) Plano de substituição da frota;

Não há plano para aquisição de novos veículos no próximo exercício.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Os custos da locação não justificam a celebração desses contratos. Além disso, a RFB possui a prerrogativa de incorporação dos veículos apreendidos e perdidos, conforme a legislação. A maior parte da frota da 6ª RF é oriunda desses processos.

Alguns veículos foram adquiridos, em 2013, por meio de processo de aquisição nacional.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

- Controle de entrada/saída de veículos por meio de autorização prévia, agendamento e registro em local apropriado. Também é obrigação do motorista/conductor relatar nas papeletas de liberação dos veículos quaisquer avarias e/ou ocorrências envolvendo os carros. O registro da quilometragem dos veículos antes e após o uso é feito pelo pessoal de portaria.
- Controle periódico de consumo de combustíveis.
- Abastecimento, higienização e troca de lubrificantes: os prestadores de serviço detêm o rol (placa) dos veículos oficiais autorizados a efetuarem o serviço no estabelecimento.

Obs: A SRRF06 compartilha as instalações do prédio da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais – SAMF/MG e assim aproveita os contratos de manutenção e abastecimento dos veículos celebrados por aquela SAMF/MG.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

A SRRF06 não faz uso de frota de veículos de terceiros.

8.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens de Uso Especial

Quadro 27 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF: Minas Gerais	30	28
	Belo Horizonte	2	2
	Governador Valadares	2	2
	Manhuaçu	1	1
	Caratinga	2	1
	Barbacena	1	1
	Juiz de Fora	1	1
	São João Del Rei	1	1
	Ponte Nova	1	1
	Uberaba	2	2
	Araxá	1	1
	Varginha	1	1
	Pouso Alegre	1	1
	Divinópolis	1	1
	Campo Belo	1	1
	Passos	1	1
	Montes Claros	1	1
	Uberlândia	1	2
	Ituiutaba	1	0
	Betim	1	1
	Confins	1	1
	Contagem	1	1
	Poços de Caldas	1	1
	São Sebastião do Paraíso	1	1
	Curvelo	1	1
	Diamantina	1	1
	Sete Lagoas	1	0
Subtotal Brasil		30	28
Total (Brasil + Exterior)		30	28

Fonte: SPIUnet e Controles das Unidades Gestoras da 6ªRF

8.2.2. Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

Quadro 28 - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção	
170089	4123000365006	13	2	11.666.606,15	30/05/2005		12.514.308,61		
170091	4553000035003	13	3		12/11/2013	8.712.773,41	17.000,00	4.340,00	
170091	4553001405009	13	3		12/11/2013	2.358.919,96			
170091	4267001075000	13	terreno		12/11/2013	840.000,00			
170091	4267001155003	13	terreno		11/02/2014	354.427,44			
170091	4787000345000	13	4 - terreno		12/11/2013	2.300.000,00			
170092	4111000545000	11	terreno		11/11/2013	500.558,24		30.529,54	
170092	4733000165002	13	4		11/11/2013	18.122.978,38		53.674,52	
170092	5041000685008	13	3		11/11/2013	957.502,76		8.537,00	
170092	5249000125000	13	5		21/02/2014	2.638.968,39		19.242,48	
170093	5401000285006	13	2		25/11/2013	3.161.184,31			
170093	5401000125009	13	3		25/11/2013	4.584.490,49		160.000,00	
170093	4079000045000	13	7		23/09/2011	260.000,00	320.000,00		
170094	5413000025008	13	5		11/11/2013	10.342.354,74		3.580,00	
170094	5049000035009	13	6 - terreno		11/11/2013	4.257.927,12			
170095	4445000025000	13	4		12/11/2013	1.104.345,17	128.638,85	26.585,00	
170095	4223000025007	13	5		31/07/2012	805.000,00	691.414,22	1.480,00	
170095	4957000245006	13	terreno		11/11/2013	250.000,00			
170096	48650000515008	13	Sem valor		12/11/2013	686.294,65			
170097	5403000075008	13	4		30/11/2013	8.529.749,40	619.999,00	17.614,37	
170097	4683000325000	13	terreno		26/03/2014	799.956,00			
170227	4133000025008	13	6		22/09/2011	1.787.424,18			
170227 - Confins	Não possui	17	3	1.800.072,68					
DMA-Itapecerica	4123001055000	13	4		01/07/2011	9.335.343,96			
170248	4371000055000	13	4		13/11/2013	2.933.950,17	128.135,38	48.103,82	
170325	5035000195006	13	1		05/06/2014	4.994.018,00		1.149,95	
170325	5293000015008	13	3		12/11/2013	988.000,00		741,90	
170328	4417000015000	13	4		22/10/2013	1.001.452,72			
170328	4431000135000	13	3		22/10/2013	267.921,81	14.970,00	7.950,00	
170328	5343000435007	13	terreno		18/12/2014	1.930.821,00			
Total							14.434.466,06	383.528,58	

Fonte: SPIUnet e Controles das Unidades Gestoras da 6ªRF

Legenda:

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro)
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso

Estado de Conservação: Estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

1 – Novo	5 – Reparos Importantes
2 – Muito Bom	6 – Ruim
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)
4 – Regular	8 – Sem Valor

8.2.3 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

Quadro 29 - CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	5403002775007
	Endereço	Av. Rondon Pacheco, 4488 – Uberlândia/ MG
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/4075-02
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pesquisa junto a funcionários
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de serviço com terminal
	Prazo da Cessão	5 anos (desde 27/11/2013)
	Caracterização do espaço cedido	4m2 na entrada do prédio
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Em negociação, percentual dos gastos de água, energia, contrato de limpeza e vigilância.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Via GRU
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	À disposição da União
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	(metragem cedida/metragem total imóvel x (custos de energia, água, limpeza e vigilância))

Fonte: Controles das Unidades Gestoras da 6ªRF

8.2.4. Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Quadro 30 - DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
Ocupado	5401000745007	4		02/09/2014	123.256,85		
Vazios							
Total							

Fonte: SPIUnet e Controles das Unidades Gestoras da 6ªRF

Análise Crítica

Os RIPs informados no Quadro 28 referem-se às utilizações (RIP utilização).

Para o município de Belo Horizonte, foram considerados bens imóveis de uso especial de propriedade da União o RIP 4123000365006, UG 170089 - situado à Av. Olegário Maciel 2360, e o RIP 4123001055000, UG 170227 - situado à Rua Itapecerica 508.

O imóvel de propriedade da União sob responsabilidade da DRF/BHE – UG 170089, RIP 4123000365006, está atualmente em fase final da obra de reforma e ampliação, para abrigar a sede da Delegacia. Portanto, o valor do imóvel será reavaliado após a entrega definitiva do mesmo pela empreiteira contratada para execução e finalização da obra.

Informamos que a Inspeção assumiu, a partir de 2012, a administração do imóvel de propriedade da União, situado à Rua Itapecerica, nº 508, bairro Lagoinha, em Belo Horizonte/MG, por se tratar do Depósito de Mercadorias Apreendidas. O referido imóvel está em processo de repasse pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda – SAMF/MG para esta Inspeção – RIP 4123001055000.

O imóvel situado em Confins/MG, recebido da Gerência Regional de Administração – GRA/MG, atual SAMF/MG, em setembro de 2007, encontra-se registrado como “Imóveis a Registrar” - conta 14.211.05.00, devido a um antigo problema de registro deste imóvel relatado a seguir:

- O terreno em que está inserida toda a área do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, dentre ela a ocupada pelo prédio da Inspeção é de propriedade do Governo Estadual de Minas Gerais. Em reunião realizada com representantes do Governo Estadual na sede da SAMF/MG, em novembro/2007, o mesmo deixou claro que não existe intenção do Governo Estadual de transferir à União parte do terreno, motivo pelo qual o prédio não pode ser matriculado na Prefeitura de Confins/MG, obter o número de registro e ser cadastrado no “SPIUNET”. Em julho de 2012, enviamos Ofício nº 375/2012/IRFBHE/Gabin/Sapol à Gerência Regional do Patrimônio da União em Minas Gerais, solicitando novas medidas para a solução do problema. Em setembro de 2012, recebemos Ofício nº2551/2012 – DIGEP/SPU/MG/MP nos informando das gestões feitas por este Órgão à Aeronáutica, Infraero e Advocacia Geral do Estado.

A ARF São João Del Rei ocupa todo o imóvel - RIP utilização 5249000125000.

O Imóvel da Delegacia da Receita Federal em Uberlândia passou em 2014 pela reforma do sistema de ar-condicionado e do elevador. As manutenções foram impermeabilização da laje,

portões, pontos de rede, fax e rede hidrossanitária.

No terreno RIP 4683000325000, doado pela Prefeitura em 2013, será construída a agência modelo ARF/Ituiutaba.

O imóvel situado em Campo Belo, sob responsabilidade da DRF/DIV, RIP 4223000025007, está atualmente em fase final da obra de reforma e ampliação. Portanto, o valor do imóvel será reavaliado após a entrega definitiva do mesmo pela empreiteira contratada para execução da obra.

Os imóveis de propriedade da União sob controle da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas, UG 170328, se encontram controlados, atualizados e acompanhados sistematicamente. Há responsável designado por portaria, subordinado à chefia da DRFSTLSAPOLMG, todos os controles são realizados através de vistorias periódicas, com anotação das ocorrências e atualizações no SPIUnet. Nos exercícios de 2013/2014 foram vistoriados e atualizados os imóveis no SPIUnet, bem como realizadas reformas pontuais e serviços de reparos e adaptações de pequena monta, necessários à manutenção das unidades. Os registros contábeis no SIAFI também se encontram atualizados e compatíveis com o SPIUnet.

A reforma completa do imóvel de Curvelo, ora em fase de contratação dos projetos básicos de construção, tem previsão de início das obras em 2016, e se destina a ocupar apenas os primeiros andares do prédio, com estrutura totalmente renovada, e a separação para devolução à Secretaria do Patrimônio da União dos andares superiores, sem utilização no futuro por parte da RFB.

No exercício de 2014 providenciamos na ARF/Diamantina uma obra de pequena monta para adaptação de acessibilidade e recuperação de fachada tombada, conforme determinação do Patrimônio Histórico da União.

O imóvel localizado em Sete Lagoas está destinado à construção da sede própria, RIP 5343000435007, que tem licitação do projeto básico de construção marcada para fevereiro de 2015, e construção prevista para se iniciar em 2016. O lote se encontra regularizado e desimpedido, pronto a receber as obras.

Serão construídas agências modelos nos seguintes terrenos: a) RIP 4957000245006, ARF/Passos; b) RIP 5049000035009, ARF/Pouso Alegre; c) RIP 4111000545000, ARF/Barbacena; d) RIP 4267001075000 e RIP 4267001155003, ARF/Caratinga; e) RIP 4787000345000, ARF/Manhuaçu.

Imóvel funcional, RIP 5401000745007, é residência de funcionário, ocupada pelo servidor Cláudio Leocádio Silva, CPF 449.427.106-34, situada no terreno do DMA de Uberaba, sob gestão da UG 170098.

8.3 – Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 31 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF: Minas Gerais	40	41
	Belo Horizonte	1	1
	Conselheiro Lafaiete	1	1
	Ouro Preto	1	1
	Almenara	1	1
	Teófilo Otoni	1	1
	Caratinga	1	1
	Manhuaçu	1	1
	Barbacena	1	1
	Cataguases	1	1
	Muriae	1	1
	Ubá	1	1
	Frutal	1	1
	Araxá	0	1
	Varginha	1	1
	Pouso Alegre	1	1
	São Lourenço	1	1
	Itajubá	1	1
	Alfenas	1	1
	Lavras	1	1
	Montes Claros	1	1
	Janaúba	1	1
	Ituiutaba	1	1
	Patos de Minas	1	1
	Uberlândia	1	1
	Contagem	1	1
	Betim	1	1
	Coronel Fabriciano	2	2
	João Monlevade	1	1
	Poços de Caldas	1	1
	Guaxupé	1	1
	Sete Lagoas	2	2
	Pedro Leopoldo	1	1
Paracatu	1	1	
Bom Despacho	1	1	
Formiga	1	1	
Itaúna	1	1	
Oliveira	1	1	
Pará de Minas	1	1	
Passos	1	1	
Total (Brasil + Exterior)		40	41

Fonte: SPIUnet e Controles das Unidades Gestoras da 6ªRF

Análise Crítica

A vigência do contrato de locação do imóvel em Belo Horizonte terminou em 04 de janeiro de 2015.

Existe necessidade de locação de imóvel para a agência de Patrocínio, que hoje funciona no edifício do INSS em Patrocínio.

Para diminuir os custos com locação de imóveis, a DRF Poços de Caldas está elaborando

Projeto Básico Completo para construção da sede própria, com 2.400 m², num terreno junto ao Depósito de Mercadorias Apreendidas, de propriedade da União.

Há quatro imóveis locados de utilização da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas e de suas Agências jurisdicionadas, dois deles destinados a abrigar a sede da DRF/STL/SAPOL/MG e seu anexo, onde se localizam a equipe de fiscalização, o depósito de materiais de consumo, a sala de treinamentos, o almoxarifado e onde estão abrigados os veículos oficiais. A locação desses imóveis, necessária mas muito onerosa à administração, deve se encerrar num prazo aproximado de quatro anos, ora em fase de contratação do projeto básico de construção. Nesses imóveis, no exercício de 2014, realizamos pequenas intervenções para reparos e adaptações exigidos pela necessidade dos serviços, como a climatização do anexo, a estruturação da sala de treinamentos e manutenção das portas e fechaduras. Para tanto, fizemos ao longo do ano três contratações, nos valores de R\$ 7.845,00, R\$ 803,00 e R\$ 14.950,00, perfazendo um gasto total de R\$ 23.598,00, cabendo aos proprietários outras despesas de manutenção e reparos que se relacionam com falhas ou desgastes estruturais.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Item 9: Gestão da Tecnologia da Informação
(Item 9, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

9.1 - Informações sobre Sistemas Computacionais

9.1.1 - Sistemas computacionais utilizados e suas funções

Os sistemas computacionais utilizados na 6ª RF são os mesmos utilizados em toda a RFB. A relação completa está informada no *ANEXO V - Sistemas Computacionais utilizados e suas Funções – Hospedagem Serpro* e *ANEXO VI – Sistemas Computacionais utilizados e suas Funções – Hospedagem Dataprev*.

9.1.2 - Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades

Suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas estão detalhadas no *ANEXO VII - Necessidade de desenvolvimento de novos sistemas*.

9.1.3 – Relação dos Contratos que vigoram em 2014

A relação detalhada está consolidada no *ANEXO VIII - Contratos na Área de Tecnologia da Informação*.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Item 10: Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental
(Item 10, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

10.1 – Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Quadro 32 - ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	x	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	x	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	x	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	x	
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual o plano pode ser acessado. http://www1.fazenda.gov.br/acessoainformacao/acoes_programas/acoes_programas.htm		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	x	
	Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados. http://intraspoa.fazenda/spoa/fazmelhor.php		
Considerações Gerais			
<p>Esse quadro foi preenchido com base na maioria das respostas fornecidas pelas unidades gestoras da 6ª RF.</p> <p>Algumas unidades promovem a separação de resíduos recicláveis, que são recolhidos periodicamente pelo serviço público municipal, associações ou cooperativas de catadores.</p> <p>As unidades que adquiriram novos equipamentos optaram por aqueles que possuem selo de baixo consumo energético.</p> <p>Várias unidades fazem uso do papel reciclado para uso em impressoras.</p> <p>Os projetos de arquitetura e complementares de engenharia com área superior a 500,00m², contratados no final de 2014, serão desenvolvidos visando a obtenção da ENCE – Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – geral de projeto classe A.</p> <p>No caso da nova sede da DRF/Belo Horizonte, foram contemplados em sua obra dispositivos para redução do consumo de energia e água encanada, como:</p> <p>a) Aproveitamento da água aflorada (lençol freático), nas prumadas de vasos sanitários e torneiras de jardim, levando à economia aproximada de 300 m³/mês, equivalente a 50% (ou mais) do uso total da edificação;</p> <p>b) Aproveitamento da iluminação natural, reduzindo a necessidade de lâmpadas, potencializando característica herdada do projeto original, uma vez que a fachada é protegida pelo Patrimônio Histórico.</p> <p>c) Instalação de temporizadores de iluminação e de torneiras nos banheiros.</p>			

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Item 11: Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas
(Item 11, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

Introdução

Os subitens 11.1 - Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU e 11.2 - Tratamento de recomendações feitas pelo Órgão de Controle Interno (Parte A - Conteúdos Gerais, Anexo II, da DN TCU nº 134/2013) não serão apresentados neste Relatório de Gestão, uma vez que não há deliberações do TCU pendentes de atendimento, como também não foram registradas recomendações do OCI no exercício de 2014.

11.1. Declaração de Bens e Rendas (DBR) Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.1.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Não utilizamos o quadro original previsto na Portaria TCU nº 90/2014 pelas seguintes razões:

- As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não se aplicam à RFB;
- As três colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função;
- A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de Prestação de Contas, incluindo todos os servidores em exercício no órgão e não apenas aqueles detentores de função.

Figura 38 – Pendências de entrega da DBR

Pendências de entrega da DBR			
Região Fiscal	Unidade Pagadora	Quantitativo	
		Servidores sem função	Total
6	SRRF/6RF	2	2
Total		2	2

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, extração realizada no dia 05/02/2015.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG

Atualmente 1.920 servidores da 06ª RF (99,89% do corpo funcional) estão com os registros atualizados. Não existe nenhuma pendência em relação aos ocupantes de DAS e FGR.

11.1.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

Em razão da Portaria Interministerial MP/CGU Nº 298 de 6 de setembro de 2007, DOU 11/09/2007, que obriga todo agente público a entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF, todo servidor em exercício na RFB tem a obrigação de entregar a DBR ou autorização de acesso a DIRPF. As autorizações de acesso à DIRPF são geradas e controladas via SA3.

A área de gestão de pessoas fornece, no ato da posse ou na realização da cobrança, a autorização de acesso à DIRPF a fim de estimular a entrega deste documento e minimizar o trabalho relativo à entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo. Atualmente, menos de 2% dos servidores ainda optam pela entrega da DBR.

O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações. A autorização de acesso assinada pelo servidor é alocada na pasta funcional como qualquer documento. Para os casos em que ainda se

entrega as declarações anuais, essas são recebidas em envelopes lacrados pelo servidor e alocados na pasta funcional.

Periodicamente a área de gestão de pessoas efetua cobrança da entrega da DBR, via contato pelo e-mail funcional, telefone ou, em última opção, carta registrada para o endereço residencial do servidor informando-o da necessidade, dos riscos e das consequências da não entrega do documento.

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre o patrimônio e a remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

11.2 - Demonstração das Medidas Administrativas adotadas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário

Quadro 33 - MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2014

DRF/DIVINÓPOLIS

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
01	01	0	0	0	0	0	0	0

DRF/CONTAGEM

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
01	01	0	0	0	0	0	0	0

* Especificar razões

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – 6ª REGIÃO
FISCAL - SRRF 06**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

Item 12: Informações Contábeis

(Item 12, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

INTRODUÇÃO

O subitem “**12.2 - Demonstração sucinta do estágio de desenvolvimento e da sistemática de apuração de custos**” não será apresentado nesse Relatório de Gestão, pois a administração da Unidade de Custos é realizada no Órgão Central da RFB e as informações a ele relacionadas serão apresentadas em seu Relatório de Gestão.

12.1 - Medidas para a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Em atendimento ao Subitem 11.1 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal – SRRF06 atende, em sua maior parte, ao conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16, aplicáveis ao setor público, em especial à NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio das entidades do setor público.

No que tange à NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, adotam-se as rotinas de mensuração subsequentes relativas ao ativo imobilizado, especialmente a depreciação, no entanto as relativas ao intangível (reconhecimento inicial, amortização e redução ao valor recuperável) estão com implantação em andamento.

1) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, seguem informações em relação à metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão e as taxas utilizadas para os cálculos.

a) Depreciação

Representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

a1) Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da RFB são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS (Sistema desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda) e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil dos bens móveis

1. A metodologia é a definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração

Direta da União, Autarquias e Fundações; e,

2. Nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e nº 130/1999.

Metodologia de cálculo da depreciação

A metodologia utilizada para o cálculo da depreciação dos bens móveis da SRRF06 é a das quotas constantes, definida no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Taxas utilizadas para o cálculo da depreciação

As taxas do quadro abaixo foram definidas nas Instruções Normativas SRF nº 162/1998 e 130/1999 e na Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Quadro 34 – TAXAS UTILIZADAS PARA O CÁLCULO DA DEPRECIAÇÃO

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filtotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10
142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

a) Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece no âmbito da União o cronograma para implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União teria até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis. Os bens imóveis da RFB são de propriedade da União e todos estão registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN e a Secretaria de Patrimônio da União - SPU ainda estão desenvolvendo trabalhos objetivando a criação de uma rotina de depreciação no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNet com reflexo contábil no Sistema de Administração Financeira do Governo federal - SIAFI.

b) Amortização

Representa a redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Existe projeto do Ministério da Fazenda em andamento, que está levantando os itens do intangível, principalmente os sistemas corporativos, e negociando com o órgão gestor do sistema de controle patrimonial (Secretaria do Tesouro Nacional), com o fim de definir a rotina do procedimento da amortização.

c) Exaustão

Representa a redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal – SRRF06, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a RFB utilizou como metodologia para a avaliação e mensuração de ativos e passivos a Portaria STN nº 437/2012 (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

De acordo com MCASP Parte II, mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. O patrimônio das entidades do setor público, o orçamento, a execução orçamentária e financeira e os atos administrativos que provoquem efeitos de caráter econômico e financeiro no patrimônio da entidade devem ser mensurados ou avaliados monetariamente e registrados pela contabilidade. Os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

Ainda, de acordo com o Princípio da Oportunidade, as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem.

CONCEITOS

Avaliação patrimonial: atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos.

Mensuração: constatação de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos técnicos suportados em análises qualitativas e quantitativas.

A avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais da SRRF06 obedecem aos critérios descritos a seguir:

a) DISPONIBILIDADES

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. A Conta Única do Tesouro Nacional e as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, tendo seus rendimentos atualizados a cada decêndio até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado (contas de receita 425400000 ou 413250000).

b) CRÉDITOS e OBRIGAÇÕES

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original. São apropriados por competência, considerando-se, de maneira geral, todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

No grupo de direitos a receber, destaca-se a contabilização dos tributos federais administrados pela RFB. A contabilização foi iniciada a partir do exercício financeiro de 2010, atendendo ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Parte II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais e visa atender, especificamente, aos Princípios da Competência e da Oportunidade.

Atende, também, à Resolução CFC nº 1.137/2008, que aprova a NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em entidades do setor público, além da Lei nº 4.320/1964, Artigos 85, 89 e 100. Devido a particularidades dos sistemas da RFB, de onde são extraídos os dados, o registro na contabilidade é efetivado com um mês de defasagem. Os ajustes para perdas prováveis são constituídos com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos. Assim, uma vez identificada a probabilidade de perda de um crédito, é constituído o ajuste, que é atualizado mensalmente. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) ESTOQUES

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado. As UG's do Ministério da Fazenda dispõem de sistema próprio para controle dos estoques, o SIADS (Sistema Integrado de Administração de Serviços).

d) INVESTIMENTOS

A RFB não possui investimentos em empresas ou em consórcios públicos ou públicos-privados.

e) IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo imobilizado são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Isso ocorre sobretudo com os bens imóveis registrados no SPIUNet. Qualquer outro gasto que não gere benefícios futuros é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Os imobilizados com vida útil econômica limitada estão incorrendo em registro de depreciação sistemática durante esse período.

f) INTANGÍVEL

Os direitos, objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da SRRF06 ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Os softwares representam o item de maior relevância desse grupo, merecendo destaque os gastos com os sistemas corporativos. Os gastos posteriores à aquisição ou ao registro de elemento do ativo intangível são, em geral, incorporados ao valor desse ativo quando houver possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviços. Qualquer outro gasto é levado ao resultado do período em que seja incorrido. Ressalta-se que ainda não está em prática o registro da amortização do intangível.

g) DIFERIDO

O Ativo Diferido foi extinto pelas normas de contabilidade. A SRRF06 não dispõe de registros contábeis neste item.

3) Impacto da utilização dos critérios contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9 e 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

a) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.9

Em relação à aplicação da NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão nas entidades do setor público, o impacto no resultado do exercício financeiro de 2014 da SRRF06 foi de R\$ 25.674.755,14 referente à depreciação de bens móveis. A depreciação refere-se ao desgaste dos bens móveis e é contabilizada em uma conta redutora do ativo imobilizado, contribuindo para o resultado diminutivo do exercício.

b) Norma Brasileira de Contabilidade Técnica - NBC T 16.10

Os impactos relacionados à aplicação da NBC T 16.10, que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, somente serão informados no Relatório de Gestão das Unidades Centrais da RFB, pois se referem a contabilizações que não são realizadas em nível regional."

12.2 - Conformidade Contábil

O processo de análise da conformidade contábil se inicia a partir da verificação da consistência dos itens que compõem os demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), tendo por base a Lei nº 4.320/1964 e as demais normas de

contabilidade. Após isso, são verificadas ocorrências nas transações >CONCONTIR e >CONINCONS relativas aos dados contábeis da UG em análise. São verificadas também a ocorrência de saldos invertidos indevidos e saldos alongados em contas transitórias no balancete contábil, além dos registros de conformidade de gestão.

a) Instâncias responsáveis pela realização da Conformidade Contábil na SRRF06 e as respectivas unidades gestoras analisadas.

A gestão de atividades relacionadas à Contabilidade na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal – SRRF06 é realizada pela Setorial de Contabilidade da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal (UG 170546), que é vinculada à SRRF06 e subordinada tecnicamente à Divisão de Contabilidade – DITAB.

A Setorial de Contabilidade da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal foi criada pela Portaria SPOA nº 256/2007, que em seu artigo 2º dispõe:

“Art 2º: subdelegar competências às SRRF para atuarem como setorial de Contabilidade das unidades gestoras executoras sob sua jurisdição, a partir do mês contábil SIAFI – Junho de 2007.”

Por analogia, às Setoriais Regionais de Contabilidade são atribuídas as mesmas competências previstas para a DITAB no Decreto nº 6.976, de 07 de outubro de 2009 e no regimento interno da RFB (Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e suas alterações). Dentre as competências previstas no artigo 8ª do Decreto nº 6.976/2009, ressalta-se a competência de registrar a conformidade contábil, transcrita abaixo:

“Art. 8º Compete aos órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal:

[...]

V - realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista dos princípios e normas contábeis aplicadas ao setor público, da tabela de eventos, do plano de contas aplicado ao setor público e da conformidade dos registros de gestão da unidade gestora;”

Em virtude do que foi exposto anteriormente, apresenta-se a seguir a instância responsável pela realização da conformidade e as respectivas unidades gestoras executoras analisadas no âmbito da SRRF06.

a.1) Conformidade Contábil de UG:

Quadro 35 – CONFORMIDADE CONTÁBIL DE UG

Unidades Setorial e Seccional Contábil	Unidade Gestora / Estrutura Administrativa	Quantidade de UG (função: executora)	Unidades Gestoras Executoras
170546- Seccional RFB 6ª RF	6ª RF	15	170088; 170089; 170091; 170092; 170093; 170094; 170095; 170096; 170097; 170227; 170248; 170324; 170325; 170328; 170494

b) Da segregação de função no processo de registro da conformidade

O registro de conformidade contábil, conforme previsto na Macrofunção SIAFI 020315 – Conformidade Contábil, compete a profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

c) Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício.

Apresentamos as ocorrências contábeis apontadas pela Setorial de Contabilidade da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal no exercício de 2014.

Quadro 36 – OCORRÊNCIAS CONTÁBEIS

Tipo de Ocorrência	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
315 - Falta ou Restrição na Conformidade de Registro de Gestão					2	1		1	1	1			6
Total de Alertas	0	0	0	0	2	1	0	1	1	1	0	0	6
603 - Saldo Contábil do Almojarifado do SIAFI não confere com o do SIADS	2	2	1	1	1								7
604 - Falta de Atualização de Ativos Circulantes											1		1
606 - Saldos Alongados ou Indevidos em Contas Transitórias do Ativo Circulante											1		1
608 - Saldo Invertido no Ativo Circulante								1					1
632 - Saldos Alongados ou Indevidos em Contas Transitórias do Ativo não Circulante - Imobilizado												1	1
640 - Saldo Contábil de Bens Móveis do SIAFI não confere com o do SIADS	2	1	1	1	1	1							7
654 – Saldo Contábil de Selos de Controle do SIAFI não confere com o do SELECON									2				2
655 - Saldo Contábil de Mercadorias Apreendidas do SIAFI não confere com o do CTMA/SIEF											1		1
674 - Saldos Alongados ou Indevidos em Contas Transitórias do Passivo Circulante											1		1
676 - Saldo Invertido no Passivo Circulante				1				1					2
677 - Falta ou Atraso na Retenção /Recolhimento de Obrigações e Tributos									1				1
Total de Ressalvas	4	3	2	3	2	1	0	2	3	0	4	1	25
Total	4	3	2	3	4	2	0	3	4	1	4	1	31

d) Descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

Foi registrada indevidamente no mês de dezembro uma ocorrência contábil para a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberaba, UG 170093, por falta de confirmação de recebimento de transferência de bens móveis dentro do prazo de trinta dias do seu envio.

Esclarecemos que esse registro foi indevido porque o prazo transcorrido no mês de dezembro foi de apenas 16 dias, pois o bem havia sido enviado no dia 15 de dezembro. Assim, a extrapolação do prazo de 30 dias contados do envio do bem ocorreu no mês de janeiro de 2015, sendo devida a aplicação da ocorrência contábil na conformidade contábil de janeiro de 2015 e não dezembro de 2014.

12.3 - Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.3.1 - Declaração com Ressalva

Quadro 37 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ªRF – SRRF06			170088
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta o Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>1) UG 170093 – DRF UBERABA</p> <p>Saldo alongado/indevido contas transitórias ativo não circulante - Imobilizado.</p> <p>Em dezembro de 2014 foi aplicada indevidamente a ocorrência contábil para a UG 170093 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberaba – por falta de confirmação de recebimento de transferência de bens móveis dentro do prazo de trinta dias do seu envio. Esclarecemos que esse registro foi indevido porque o prazo transcorrido no mês de dezembro foi de apenas 16 dias, pois o bem havia sido enviado no dia 15 de dezembro. Assim, a extrapolação do prazo de 30 dias contados do envio do bem ocorreu no mês de janeiro de 2015, sendo devida a aplicação da ocorrência contábil na conformidade contábil de janeiro de 2015 e não dezembro de 2014.</p>			
Local	Belo Horizonte/ MG	Data	12/03/2015
Contador Responsável	Alessandra da Silva	CRC nº	MG – 094407/O-5

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Item 13: Outras Informações sobre a Gestão
(Item 13, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

13.1 – Outras Informações consideradas relevantes pela UJ

As informações consideradas relevantes foram prestadas no presente Relatório de Gestão, não havendo outras a serem acrescentadas.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Item 14: Considerações Finais

(Item 14, Conteúdo Geral, Parte A, Anexo II, DN TCU nº 134/2013)

14.1 - Considerações Finais

Como relatado, a Superintendência conviveu neste exercício com dificuldades relacionadas principalmente com a redução do seu quadro de servidores e restrições orçamentárias que extrapolaram o âmbito de sua governança.

Apesar de significativas, muito se trabalhou para contornar essas dificuldades e minimizar eventuais impactos nos resultados, contando sempre com o empenho, criatividade e dedicação de todo o seu corpo funcional.

Com isso, a 6ª RF evoluiu em seus processos de trabalho e obteve bons resultados, contribuindo para que a instituição cumpra sua importante Missão e avance cada vez mais para o atingimento de sua Visão de Futuro, sem perder de vista os Valores que norteiam toda a sua atividade.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL – 6ª REGIÃO FISCAL - SRRF 06

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

ANEXOS

ABRIL/2015

ANEXO I

INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 6ª RF Competência: desenvolver, no âmbito da respectiva região fiscal, as atividades relacionadas com a gestão dos processos de trabalho: tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística. Além do titular, compõem o corpo dirigente da Superintendência dois Superintendentes-Adjuntos, aos quais incumbe, no âmbito da respectiva região fiscal, assistir o Superintendente da Receita Federal do Brasil no desempenho das suas atribuições, substituindo-o quando das suas ausências e impedimentos.			
Denominação	Titular	Cargo	Período de atuação
SRRF06	Hermano Lemos de Avellar Machado	Superintendente	01/01/2014 a 31/12/2014
SRRF06	Flávio Antonio de Souza Abreu	Superintendente-Adjunto	01/01/2014 a 31/12/2014
SRRF06	Maria Letícia Rocha Pimenta	Superintendente-Adjunto	01/01/2014 a 31/12/2014
Divisão de Interação com o Cidadão Competência: gerenciar as atividades de interação com o cidadão, inclusive quanto aos serviços prestados por conveniados, as atividades de Ouvidoria e de Educação Fiscal, bem como planejar, controlar e avaliar as atividades relativas aos cadastros da RFB.			
Denominação	Titular	Cargo	Período de atuação
Divic06	Astrid Mourão Vorcaro	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
Divisão de Gestão de Pessoas Competência: gerenciar e supervisionar as atividades de gestão de pessoas, acompanhar ações judiciais pertinentes, realizar ações destinadas à promoção dos valores morais e éticos imprescindíveis ao enriquecimento da cultura organizacional, no âmbito da respectiva região fiscal, bem como executar as atividades de elaboração da folha de pagamento, concessão de vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, ressarcimentos, consignações e benefícios, dos servidores em exercício nas unidades situadas no respectivo Estado.			
Denominação	Titular	Cargo	Período de atuação
Digep06	Washington Torres	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
Divisão de Arrecadação e Cobrança Competência: gerenciar as atividades de arrecadação e de cobrança de créditos tributários, propor metas e avaliar a execução nas unidades da região fiscal, e, em especial as atividades relativas às ações judiciais, restituição, compensação, ressarcimento, reembolso, imunidade, suspensão, isenção e redução de alíquotas em matéria tributária.			
Denominação	Titular	Cargo	Período de atuação
Dirac06	Sérgio Augusto Vieira Machado	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
Divisão de Tecnologia da Informação Competência: gerenciar o ambiente informatizado; gerenciar e aplicar políticas, normas e procedimentos de segurança da informação; gerenciar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação; executar a prospecção, a avaliação, a internalização e a disseminação de tecnologias, produtos e serviços de informática; supervisionar e executar o cadastramento, habilitação e certificação digital de usuários e cadastradores do ambiente informatizado e supervisionar as atividades relativas à guarda, recuperação e disseminação de informações econômico-fiscais.			
Denominação	Titular	Cargo	Período de atuação
Ditec06	Cássio José de Oliveira	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
Divisão de Programação e Logística Competência: realizar a programação e execução orçamentária e financeira, contabilidade, logística,			

comunicação administrativa, licitações, gestão de contratos, supervisão e execução de projetos, obras e serviços de engenharia, gestão de documentos, apoio administrativo, gestão de recursos materiais e patrimoniais, serviços gerais e administração de mercadorias apreendidas, bem assim administrar e supervisionar as atividades pertinentes à Seção de Gestão de Mercadorias Apreendida - Samap e à Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Saeng.			
Denominação	Titular	Cargo	Período de atuação
Dipol06	Ricardo de Moraes Gomes	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
<p>Divisão de Tributação Competência: orientar as unidades da região fiscal acerca da interpretação da legislação e sobre as decisões em matéria tributária, na esfera administrativa ou judicial; examinar e emitir parecer em recursos administrativos dirigidos ao Superintendente, no âmbito de sua competência; examinar e propor informação em mandado de segurança impetrado contra o Superintendente; examinar e emitir parecer nos pedidos relativos a regimes fiscais especiais previstos na legislação tributária específica e de competência da Superintendência e desenvolver estudos e pesquisas, com vistas a oferecer sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária.</p>			
Denominação	Titular	Cargo	Período de atuação
Disit06	Mário Hermes Soares Campos	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
<p>Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho Competência: gerenciar as atividades de vigilância e repressão aduaneira; executar ações de repressão ao contrabando, descaminho, porte ou transporte não autorizado de moeda, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, observada a competência específica de outros órgãos; formalizar os correspondentes autos de infração e representações fiscais, conforme planejamento das operações e efetuar o levantamento e troca de informações internas e externas necessárias para o planejamento e execução das operações em sua área de atuação.</p>			
Denominação	Titular	Cargo	Período de atuação
Direp06	Leonardo Guimarães Martins	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
<p>Divisão de Fiscalização Competência: coordenar e gerenciar as ações de programação e fiscalização e a utilização de instrumentos de controle especiais aplicáveis às operações de produção e comercialização, exceto em relação aos tributos e direitos comerciais relativos ao comércio exterior.</p>			
Denominação	Titular	Cargo	Período de atuação
Difis06	Mário José Dehon São Thiago Santiago	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 18/09/2014
	Warlen Pereira da Silva		09/10/2014 a 31/12/2014
<p>Divisão de Administração Aduaneira Competência: gerenciar as atividades de pesquisa, seleção e fiscalização aduaneira e de habilitação de importadores e exportadores para operar no Siscomex; orientar acerca de procedimentos e sistemas informatizados da área aduaneira, além da aplicação da legislação aduaneira; examinar e emitir parecer em recursos administrativos contra atos decisórios praticados por autoridades diretamente subordinadas ao Superintendente relativos a matéria compreendida na legislação aduaneira; acompanhar, supervisionar e apoiar as atividades de controle aduaneiro desempenhadas pelas unidades jurisdicionadas e desenvolver estudos e sugerir medidas para o aperfeiçoamento do controle aduaneiro.</p>			
Denominação	Titular	Cargo	Período de atuação
Diana06	William Lara	Chefe de Divisão	01/01/2014 a 31/12/2014
<p>Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes Competência: gerenciar as atividades de identificação e acompanhamento diferenciado de contribuintes de maior potencial tributário, inclusive a análise dos setores e grupos econômicos aos quais pertençam e propor metas para as unidades da respectiva região fiscal, bem assim, elaborar a previsão, acompanhamento e análise de receitas.</p>			
Denominação	Titular	Cargo	Período de atuação
Semac06	Fábio Moreira Ribeiro	Chefe de Serviço	01/01/2014 a 15/10/2014
	Othoniel Lucas de Sousa Júnior		16/10/2014 a 31/12/2014
<p>Subunidades Estratégicas: Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes em Belo Horizonte</p>			

Competências: desenvolver, no âmbito de sua jurisdição e de forma concorrente em todo território nacional, em relação aos contribuintes pessoas físicas de relevante interesse, definidos de acordo com critérios aprovados por ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, e aos demais contribuintes pertencentes ao mesmo grupo econômico ou a eles relacionados, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, as atividades de acompanhamento e monitoramento de planejamento tributário e de fiscalização, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística e de gestão de pessoas.

Denominação	Titular	Cargo	Período de atuação
Demac/Belo Horizonte	Eugênio Cota Guimarães	Delegado	01/01/2014 a 31/12/2014

**Delegacias da Receita Federal do Brasil – DRF e
Inspetoria da Receita Federal do Brasil - IRF, Classe Especial “B”**

Competências: desenvolver, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização e modernização.

Denominação	Titular	Cargo	Período de atuação
DRF/Belo Horizonte	Regina Célia Batista Cordeiro	Delegado	01/01/2014 a 18/09/2014
	Mário José Dehon São Thiago Santiago		19/09/2014 a 31/12/2014
DRF/Contagem	Orlando Soares dos Santos	Delegado	01/01/2014 a 20/02/2014
	Helder Geraldo Miranda de Oliveira		07/03/2014a 31/12/2014
DRF/Coronel Fabriciano	Ana Elizabeth Bezerra Lubambo Maia	Delegado	01/01/2014 a 27/05/2014
	Fernando Gomes de Oliveira		28/05/2014 a 31/12/2014
DRF/Divinópolis	Marcos Paulo Pereira Milagres	Delegado	01/01/2014 a 31/01/2014
DRF/Governador Valadares	Antonio Carlos Nader	Delegado	01/01/2014 a 31/01/2014
DRF/Juiz de Fora	Marcos Adriano Amorim	Delegado	01/01/2014 a 31/01/2014
DRF/Montes Claros	Gilmar da Silva Medeiros	Delegado	01/01/2014 a 31/01/2014
DRF/Poços de Caldas	Luiz Gonzaga Ventura Leite Junior	Delegado	01/01/2014 a 30/11/2014
	Daniel Oliveira Ribeiro		01/12/2014 a 31/12/2014
DRF/Sete Lagoas	William Amorim Correa	Delegado	01/01/2014 a 28/01/2014
	Fred Sena Imbriani		29/01/2014 a 31/12/2014
DRF/Uberaba	Warlen Pereira da Silva	Delegado	01/01/2014 a 08/10/2014
	Mauro Luiz de Oliveira		24/10/2014 a 31/12/2014
DRF/Uberlândia	Nilson Alves Pontes Junior	Delegado	01/01/2014 a 25/09/2014
	Valtair Soares Ferreira		26/09/2014 a 31/12/2014
DRF/Varginha	Newton Kleber de Abreu Junior	Delegado	01/01/2014 a 31/12/2014
IRF/Belo Horizonte	Bernardo Costa Prates Santos	Inspetor	01/01/2014 a 20/02/2014
	Orlando Soares dos Santos		21/02/2014 a 31/12/2014

Subunidades Estratégicas:

Agências da Receita Federal do Brasil – ARF

Competências: executar as atividades de atendimento ao contribuinte.

Denominação	Titular	Cargo	Período de atuação
ARF/Alfenas	Evaldo Macedo	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Almenara	Maria da Penha Pereira Souza	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Araguari	Nicolau Monteiro de Brito	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Araxá	Maria Célia de Oliveira	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Barbacena	Carlos Henrique Moraes	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Betim	Paulo Sérgio Ramalho de Freitas	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Bom Despacho	Moíses de Freitas Cabral	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Campo Belo	Jussara Cristina Santos Teófilo	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Caratinga	TerezaCristina Reis Fernandes	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Cataguases	Alan Martins Bastos	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Conselheiro Lafaiete	Barbara Duarte de Oliveira	Agente	01/01/2014 a 01/12/2014
	Carolina Cunha Pinheiro Mendes		02/12/2014 a 31/12/2014
ARF/Curvelo	Vera Lúcia Santos Fernandes	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Diamantina	Jocelyn Andrade Lima de Oliveira	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014

ARF/Formiga	Jorge Faria	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Frutal	Aparecido Jesus de Andrade	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Guaxupé	Simone Dourinho de Oliveira	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Itabira	Maria das Graças Nunes de Paula	Agente	01/01/2014 a 06/07/2014
	Rafael Oliveira Madeira		07/07/2014 a 31/12/2014
ARF/Itajubá	Sérgio Antônio da Silva	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Itaúna	Carlos Augusto dos Santos	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Ituiutaba	Nilda Helena Gomes	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Janaúba	Dagmar de Lima Camargo Oliveira	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/João Monlevade	Déa Maria Nunes Passos	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Lavras	Andrea Della Garza Silva	Agente	01/01/2014 a 30/11/2014
	Henrique Figueiredo Penalva Monteiro		01/12/2014 a 31/12/2014
ARF/Manhuaçu	Vanusa Duarte Ferreira	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Muriaé	Fernando Afonso Ambrósio	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Oliveira	Jeovane Denis de Oliveira	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Ouro Preto	Renato Pereira Sasdelli	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Pará de Minas	Jasmita Teixeira Duarte de Melo	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Paracatu	Camila Gontijo Alves	Agente	01/01/2014 a 17/06/2014
	Ricardo Martins Canuto Rocha		27/11/2014 a 31/12/2014
ARF/Passos	Ademar de Brito	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Patos de Minas	Juliano Gonçalves de Lima Magalhães	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Patrocínio	Shirley Resende Torres Faria	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Pedro Leopoldo	Eduardo Martins Coelho	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Pirapora	Maria de Fátima S. Peixoto Rosa	Agente (subst.)	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Ponte Nova	Kleber Hollerbach	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Pouso Alegre	Alex Rodrigues de Faria	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/São João Del Rei	Anna Angélica Alves e Costa	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/São Lourenço	Gláucia Esqueda	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/São Sebastião do Paraíso	Dalton de Pádua Felício	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Teófilo Otoni	Remi Lucas Machado	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014
ARF/Ubá	Nilton Ganda Pinto	Agente	01/01/2014 a 31/12/2014

ANEXO II

AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de					x

benefícios que possam derivar de sua aplicação.					
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
<p>Análise crítica e comentários relevantes:</p> <p>Metodologia Utilizada: Este formulário foi preenchido com a participação dos gestores das Delegacia, Inspeção e do Superintendente. Na consolidação foi calculada a moda para apresentação do resultado final de cada item.</p> <p>Ítem 4 – Além do Código de Conduta dos Agentes Públicos em exercício na Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, aprovado por meio da Portaria RFB nº 773/2013, de 24 de junho, no âmbito da DRF/Belo Horizonte é observado também o Código de Conduta do Atendimento ao Cidadão, aprovado por meio da Ordem de Serviço DRF/BHE nº 03, de 28 de junho de 2010.</p> <p>Paralelamente a tais instrumentos, os servidores da RFB observam rigorosamente os preceitos contidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, bem como os dispositivos legais que regem o Regime Jurídico Único (Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990).</p>					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

ANEXO III

INDICADORES ESTRATÉGICOS E AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO

Objetivo Estratégico	Indicador	Índice de Referência (*)	Meta	Índice Observado (*)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	Índice de realização da meta global de arrecadação	99,54%	100,00%	97,10%	Mensal	$[(\text{Arrecadação realizada em p no ano X}) / (\text{meta de arrecadação em p no ano X})] \times 100$
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Índice de adimplência do crédito tributário (IACT)	94,60%	95,40%	Não informado (**)	Mensal	$\text{IACT} = [\text{ARRECADADAÇÃO DARF (+) GPS TOTAL (-) GPS RECLAM TRABALHISTA (-) RETENÇÃO GPS (-) GPS MULTAS E JUROS}] / [\text{ARRECADADAÇÃO DARF (+) SALDOS A PAGAR (+) VL GFIP A REC}] \times 100$
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Índice de adimplência das obrigações acessórias (IAOA)	97,53%	98,00%	97,92%	Trimestral	$\text{IAOA} = [\text{N}^\circ \text{Declarantes}] / [(\text{N}^\circ \text{Declarantes} + \text{N}^\circ \text{Omissos})] \times 100$
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação	81,34%	88,00%	84,60%	Mensal	Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês
Elevar o Cumprimento Espontâneo das Obrigações Tributárias e Aduaneiras	Indicador de atividade de educação fiscal	964,79	893,00	933,17	Anual	Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB x peso definido pela Coaef Obs: Unidade de medida = Número Relativo
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	83,88%	85,00%	85,25%	Mensal	$(S \times 0,5) + (R2 \times 0,5)$; onde S = IFGED (Índice de Formação de Garantia de Estoques de Dossiês) e R2 = IQSF (Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização)
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global da fiscalização (IGF)	109,20%	100,00%	111,71%	Anual	$(\text{Índice de Desempenho da Fiscalização IDF} \times 0,90) + (\text{Índice de Realização de Crédito Tributário ICT} \times 0,10)$

Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)	103,00%	100,00%	87,00%	Anual	(Índice de Presença Fiscal Aduaneiro IPFA x 0,25) + (Índice de Crédito Tributário Aduaneiro ICTA x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização Aduaneiro IDFA x 0,70)
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador de Presença Fiscal (IPF)	Não existia	100,00%	96,10%	Anual	IPF = [(P1 x 0,65) + (P2 x 0,10) + (P3 x 0,20) + (P4 x 0,03) + (P5 x 0,02)]
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)	94,00%	90,00%	76,80%	Trimestral	(Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Índice Global de Desempenho Aduaneiro no Despacho de Importação (IGDI)	Não existia	100%	89%	Mensal	Média ponderada de 3 indicadores: a) Grau de Eficácia da Seleção Nacional (IGEN), Grau de eficácia da Seleção Local (IGEL), Grau Local de Seleção Aduaneira (ISLA)
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de recuperação da cobrança especial (IRC)	Não existia	45,00%	35,57%	Trimestral	IRC = [50x(Resultado Financeiro / Carteira de Trabalho) + 50x(Medidas Aplicadas/Medidas Aplicáveis)]
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	80,40%	51,00%	67,50%	Anual	[(Saldo inicial DCOMP – saldo atual DCOMP) / (saldo inicial DCOMP)] x 100
Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Índice de Temporalidade Média de Crédito Tributário (ITMP)	Não existia	558,00 dias	988,00 dias	Trimestral	ITMP = Tempo de Existência dos Processos em Estoque / Quantidade de Processos em Estoque
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Índice de crédito tributário garantido (ICTG)	36,00%	33,90%	29,29%	Anual	ICTG = (Total de Arrolamentos e Medidas Cautelares Fiscais / CT Passíveis de Garantia) x100
Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de solução de consultas (ISC)	93,91%	70,00%	82,76%	Trimestral	(Número acumulado de consultas respondidas pela unidade da RFB até o trimestre / ((acervo inicial nacional de consultas do período analisado que aguardavam solução / 4) x número do trimestre) + número nacional acumulado de consultas recebidas até o trimestre analisado) x (número total de auditores lotados nas Regiões Fiscais / número de auditores lotados na unidade da RFB)

Reduzir litígios tributários e aduaneiros	Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos (ICSJ)	92,00%	52,00%	Não informado (**)	Trimestral	$ICSJ = \{60 \times [(Estoque \text{ a Validar Dezembro do ano anterior} - Estoque \text{ a Validar Trimestre Corrente})] / [Estoque \text{ a Validar Dezembro ano anterior}]\} + [40 \times (\text{Processos analisado no ano corrente} / \text{Total de Processos Suspensos})]$
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	100,00%	100,00%	93,20%	Mensal	$(0,35 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,40 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,25 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	23 milhões de Reais	19,11 milhões de Reais	31,14 milhões de Reais	Anual	Somatório dos valores apreendidos e dos créditos tributários lançados no mês, provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira	95,12%	100,00%	97,44%	Mensal	$(\text{Pontuação realizada no período} / \text{Pontuação prevista no período}) \times 100$, onde: $\text{Pontuação} = (\text{quantidade de operações de pequeno porte} \times 1) + (\text{quantidade de operações de médio porte} \times 2) + (\text{quantidade de operações de grande porte} \times 4)$
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Tempo médio bruto consolidado do despacho de exportação (TBC)	Não existia	0,10 dias	0,07 dias	Mensal	$TBC = \text{Tempo Bruto primeira Recepção} / \text{Desembaraço (Segundos)} / (60 \times 60 \times 24) \times \text{Qtde. Ev. Desembaraço da DE}$
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	72,91%	86,00%	70,17%	Mensal	$[(\text{Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos}) / (\text{quantidade de atendimento presencial})] \times 100$
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes	299,00 dias	712,00 dias	203,00 dias	Anual	$(\text{Somatório do nº de Pedidos Eletrônicos de Restituição (PER) pendentes} \times \text{nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente}) / \text{total de PER pendentes}$
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Grau de fluidez do despacho de importação	81,33%	92,85%	81,75%	Mensal	Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês

Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento	100,18%	100,00%	108,16%	Anual	{0,5 x [(carga horária total de capacitação / total de servidores da unidade) / meta]} + {0,5 x [(total de treinandos capacitados sem repetições / total de servidores em exercício) / meta]}.
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)	93,41%	100,00%	99,61%	Anual	[(IETA x 0,15) + (IETS x 0,20) + (IUCD x 0,15) + (IUAD x 0,15) + (IETG x 0,20) + (IBDC x 0,15)] x 100. IETA: Estações de trabalho adequadas; IETS: Estações de Trabalho Gerenciadas pela Solução de Segurança; IUCD: Usuários com Obrigatoriedade de Acesso à rede Windows via certificação digital; IUAD: Usuários Ativos no Active Directory; IETG: Estações de Trabalho Gerenciadas pelo Altiris; IBDC: Utilização da Banda de Circuitos de Rede Wan
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas (NAF)	100,00%	100,00%	70,91%	Anual	[(ITU x 0,30) + (IUU x 0,30) + (IRS x 0,20) + (ILO x 0,20)] x 100
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação imobiliária (NAI)	64,00%	70,00%	64,00%	Anual	{ [(IA1 x 1) + (IA2 x 2) + (IA3 x 3)] / 6 } Média ponderada dos índices de adequação imobiliária dos imóveis, com peso 1 para os imóveis com pontuação igual ou superior a 60 (IA1), peso 2 para os imóveis com pontuação inferior a 60 mas superior ou igual a 40 (IA2), e peso 3 para os imóveis com pontuação inferior a 40 (IA3).
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Índice de Gestão de Mercadorias Apreendidas	100,00%	100,00%	74,10%	Anual	[(0,4 x ILE) + (0,3 x IEB) + (0,3 x IPF)], onde: ILE = valor arrecadado em leilões; IEB = estoque base; IPF = processos fiscais antigos
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Nível de Execução Orçamentária e Financeira das despesas de custeio	96,29%	100,00%	99,87%	Anual	[(VE / TDC] x 100) VE = [Valor executado = empenhado a liquidar + liquidados]
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Nível de Execução Orçamentária e Financeira das despesas de investimentos	79,90%	100,00%	37,34%	Anual	(0,4 x VALOR.MP) + {0,6 x [(0,6 x VALOR.OBRAS) + (0,4 x QTDE.OBRAS)]} VALOR.MP: Valor Materiais Permanetes; VALOR.OBRAS: Valor de

						Obras/Serviços; QTDE.OBRAS: Quantidade de Obras/Serviços
--	--	--	--	--	--	--

Fonte: Sage RFB. Dados extraídos em 19/02/15.

(*) Índice de Referência refere-se às medições do indicador efetuadas em Dezembro/2013

Índice Observado refere-se às medições do indicador efetuadas em Dezembro/2014

(**) Por motivo de alteração no programa que gera as informações necessárias para apuração dos resultados desses Indicadores, os valores não puderam ser obtidos até a data de apresentação deste Relatório.

Avaliações de Desempenho

- **Perspectiva de Resultados:**

1) – Objetivo: Aproximar a Arrecadação efetiva da Potencial

1.1) – **Indicador: Índice de realização da meta global de arrecadação**

A arrecadação da 6ª RF em 2014, em relação a 2013, cresceu 5,83%, em termos nominais e recuou 0,40%, em termos reais (correção pelo IPCA/IBGE). Os principais fatores que influenciaram o desempenho regional foram:

Negativos:

- Desaceleração da economia brasileira e suas repercussões no faturamento e lucratividade das empresas;
- Desonerações tributárias (sobretudo, da Folha de Salários);
- Redução dos recolhimentos do parcelamento de débitos tributários da Lei 12.865/2013;
- Transferência de jurisdição de contribuinte diferenciado da 6ª RF para a 8ª RF;
- Arrecadações atípicas de IRRF – Juros sobre o capital próprio de residentes no País e no exterior, em janeiro e dezembro/2013.

Positivos:

- Pagamentos relativos ao novo parcelamento especial de débitos tributários (Lei 12.996/2014);
- Aumento dos pagamentos de parcelamento de débitos tributários relativos à reabertura da Lei 11.941/2009;
- Aumento das alíquotas do IPI – Cigarros e seus efeitos positivos sobre a arrecadação;
- Redução significativa das compensações de débitos tributários.

A taxa nominal efetiva de crescimento da arrecadação regional em 2014/2013 (5,83%) colocou-se bem abaixo da taxa nominal esperada (9,00%). O índice de realização da meta global de arrecadação correspondeu a 97,10%, ou seja, situou-se abaixo 2,90% da meta estabelecida para o ano. Para a Receita Fazendária, o índice correspondeu a 96,33% (2,67% abaixo do previsto) e para a Receita Previdenciária, a 98,25% (1,75% abaixo da previsão). Todos esses resultados estão dentro da margem de erro da previsão (5%).

O déficit na realização da meta global de arrecadação (R\$ 2.230,8 milhões), em 2014, decorreu, sobretudo, dos ajustes (aumentos) nos valores previstos, que foram efetuados para compatibilização da previsão técnica ao decreto de programação financeira (Dec. nº 8.290, de 30 de julho de 2014).

Os ajustes corresponderam a R\$ 2.137,6 milhões e a um acréscimo de 2,86% à previsão técnica para 2014 (previsão calculada via aplicação de indicadores econômicos sobre a base ajustada de dados de 2013).

A expectativa era de que o esforço adicional de arrecadação medido pelos ajustes fosse, sobretudo, atendido por receitas extraordinárias provenientes do novo parcelamento especial de débitos tributários (Lei 12.996/2014). No entanto, a participação dos recolhimentos, a esse título, no total dos ajustes, correspondeu a 53,76% (R\$ 1.149,3 milhões).

No âmbito dos principais grandes grupos de tributos, os índices de realização apresentaram-se, em geral, dentro da margem de confiança da previsão. As exceções foram: IRRF – Rendimentos de residentes no exterior (índice igual a 90,14%), tributos aduaneiros (Imposto de Importação, IPI – Vinculado à Importação, Cofins Importação e Pis Importação) com índice médio de 88,22%, IRRF – Rendimentos do capital (índice igual a 86,59%), IPI Automóveis (índice igual a 77,68%) e Receita Previdenciária – Darf (índice igual a 112,64%).

A 6ªRF vem realizando análise aprofundada dos procedimentos da previsão, frente aos resultados obtidos em 2014, visando o aperfeiçoamento do cálculo para 2015, em nível de tributos e de unidades descentralizadas.

2) – Objetivo: Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

2.1) – Indicador: Índice de adimplência das obrigações acessórias

Para uma meta de 98% a Região atingiu 97,92%, que equivale a 99,91% da meta.

O indicador mede a omissão de entrega de declarações por quem é obrigado. Contudo, atualmente o indicador utiliza somente a declaração DIRPF.

2.2) – Indicador: Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

A 6ªRF obteve o melhor resultado acumulado nacional em 2014 de 84,60% do grau de cumprimento espontâneo das obrigações. Contudo, não se atingiu a meta de 88%. O resultado percentual da 6ªRF, 96,1% da meta, foi melhor que o nacional, que foi de 92,2% da meta de 85%. Com exceção do mês de janeiro, cujo resultado foi de 89,15%, acima portanto da meta, os resultados mensais mantiveram-se praticamente estáveis, variando de 84,60% a 86,5%, variação menor que dois pontos percentuais.

2.3) – Indicador de atividade de educação fiscal

A meta da 6ª RF, para 2014, de 893 eventos ponderados foi desdobrada para todas as unidades descentralizadas da Região. Foram realizados 933,17 eventos, tendo sido atingido o percentual de 104,49 % da meta anual. O resultado alcançado teve maior representatividade dos eventos relacionados à orientação tributária. Destaca-se que a 6ª RF é a segunda Região com maior número de Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal-NAF no Brasil.

Pontos Críticos e Encaminhamentos:

Entretanto, verifica-se um desnivelamento na atuação da Região com algumas unidades apresentando maior facilidade para o atingimento das metas. A escassez de recursos orçamentários-financeiros manteve esse quadro ao inviabilizar a realização de encontro presencial dos representantes locais de Educação Fiscal, que visava a coesão da equipe e a troca de experiências.

Além disso, muitos eventos ainda não são computados por falta de registro, o que merecerá o incremento nas ações de sensibilização e orientação parte da Divic.

- **Perspectiva de Processos Internos:**

1) - Objetivo: Elevar a percepção de risco e a presença fiscal

1.1) - Indicador global de desempenho da seleção – IGDS

Este indicador, ao final do quarto trimestre, além de refletir o IQSF (Índice de Qualidade da Seleção), passou a ser influenciado pela segunda medição do IFGED (Índice de Garantia de Formação de Estoques). O valor esperado deste indicador, para dezembro, foi de 85%. A 6ª RF atingiu o IQSF de 90,49% (valor esperado 90%, que ponderado no indicador passa a ter como valor esperado 45%) e o IFGED de 80% (valor esperado 80%, que ponderado no indicador passa a ter como valor esperado 40%), resultando no IGDS de 85,25%.

Destaque para a DEMAC/Belo Horizonte, DRF/Governador Valadares e DRF/Divinópolis que atingiram valores superiores a 95% do IQSF. Quanto ao IFGED, todas as unidades atingiram a meta, apesar das dificuldades enfrentadas, principalmente em relação aos dossiês de Pessoas Jurídicas de Porte Médio e de Pessoas Físicas Diferenciadas.

Encaminhamentos:

Faz-se necessário o acompanhamento das unidades que apresentam desempenho abaixo da meta e da produção de dossiês provisórios para atingimento de 100% da meta de estoques de dossiês da Etapa 3 Fase 3 do processo de seleção.

1.2) – Indicador global de fiscalização – IGF

O Indicador Global da Fiscalização (IGF) foi estabelecido pela soma dos indicadores Índice de Desempenho da Fiscalização - IDF, multiplicado pelo peso de 90% (noventa por cento) e Índice de Crédito Tributário - ICT, multiplicado pelo peso de 10% (dez por cento).

A 6ª RF destacou-se no Índice de Desempenho da Fiscalização (115,6%), porém, não atingiu o Índice de Crédito Tributário (76,8%).

No geral, atingiu a expressiva marca de 111,71% da meta anual. Sendo o valor esperado 100%, a 6ª RF superou sua meta em quase 12 pontos percentuais, o que a colocou em 3º lugar nacional. Destaque para as DRFs Sete Lagoas, Poços de Caldas, Coronel Fabriciano e DEMAC/Belo Horizonte que atingiram percentual de mais de 140% do resultado anual.

Pontos Críticos:

O superdimensionamento do Indicador de Crédito Tributário que é composto pela média dos últimos três anos e que foi afetado por lançamentos atípicos do ano de 2013 e, também, a redução contínua de servidores na área de fiscalização, sobretudo em função de aposentadorias, o que vem diminuindo, ano a ano, o número de ações fiscais realizadas, afetando diretamente a presença fiscal e o crédito tributário lançado.

Encaminhamentos:

Solicitação de revisão do Indicador de Crédito Tributário com sugestão de expurgo de lançamentos atípicos; capacitar servidores em sistemas de revisão de declarações de Pessoas Jurídicas com a finalidade de aumentar a presença fiscal. Continuar o acompanhamento permanente de todas as unidades da região; analisar mecanismo para a programação de ações fiscais com o maior Valor Esperado de Lançamento (VEL) no ano de 2015

1.3) - Indicador: Índice global da fiscalização aduaneira – IGFA

Foram concluídas 91,1 auditorias em 2014, abaixo da meta de 104,2 auditorias, o que corresponde a 87,42% da meta. O resultado abaixo da meta deveu-se a vários fatores, entre eles ao baixo estoque de dossiês, principalmente no início do ano, e à redução do número de servidores envolvidos na atividade.

1.4) - Indicador de Presença Fiscal – IPF

Nenhuma Região Fiscal atingiu a meta do indicador que é de 100%. A 6ª RF atingiu o percentual de 96,10%, superior à média nacional que foi de 93,83%. Na 6ª RF, apenas as DRFs de Contagem, Juiz de Fora e Poços de Caldas atingiram a meta em 100%.

Pontos Críticos

A redução contínua de servidores na área de fiscalização, sobretudo em função de aposentadorias, vem diminuindo ano a ano o número de ações fiscais realizadas. A redução no número de ações fiscais de 2013 para 2014 foi de cerca de 9,89%.

2) – Objetivo: Aumentar a efetividade e a segurança dos processos aduaneiros

2.1) – Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de interveniente no comércio exterior – IGES

O desempenho do IGES em 2014 na 6ª Região Fiscal foi de 76,8%, abaixo da meta de 90%. Cumpre esclarecer que das 18 ações fiscais sem resultado, dez referem-se a Pedidos de Restituição de Regime Automotivo e uma à verificação de Linha Azul. Essas 11 auditorias fiscais não foram oriundas da pesquisa e seleção. Descontando-se estas ações, o IGES ficaria próximo à meta. Assim, para os resultados do ano de 2015 só serão considerados auditorias com motivação "seleção interna".

Além disso, as dificuldades para o alcance da meta também se referem a problemas na elaboração de novas linhas de pesquisas.

2.2) – Indicador: Índice global de desempenho aduaneiro no despacho de importação (IGDI)

A região saiu de 0,83 em março, início da sua vigência, e atingiu o máximo em outubro (0,91), encerrando dezembro com 0,89, abaixo da meta, mas dentro da tolerância de 20%.

Dos indicadores que compõem o índice, o pior resultado foi do Grau de Eficácia da Seleção Nacional – IGEN, com 81,3%. Como os parâmetros são cadastrados para todas as regiões, podem apresentar resultados diversos entre as Unidades, por vários motivos, entre eles, o tipo de modal de transporte, mercadorias, quantidade de despachos e intervenientes. O indicador Grau de Eficácia da Seleção Local - IGEL ficou bem próximo da meta, com 93,7%. O resultado foi alcançado no indicador Grau Local de Seleção Aduaneira - ISLA, com o redirecionamento para conferência do percentual mínimo de 0,6% das DI de canal verde.

Há dificuldade em cumprir as metas do ISLA e IGEL em Unidades com pequena movimentação de mercadorias importadas, nas quais verificam-se poucos intervenientes com liberação de um rol específico de produtos.

A 6ª RF busca acompanhar o desempenho das equipes de gerenciamento de riscos e despacho das unidades e avaliar, com os servidores envolvidos no processo e com o Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros – Cerad, a necessidade de capacitar as equipes de gerenciamento de risco do canal verde.

3) - Objetivo: Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento:

3.1) - Indicador: Índice de recuperação da cobrança especial (IRC)

O indicador sofreu alterações no ano de 2014, como a mudança do nome (explicitando sua vinculação com a Cobrança Especial) e alteração na fórmula, que passou a contemplar duas partes: parte “A”, peso de 50% (cinquenta por cento), relativa ao resultado financeiro; e parte “B”, também com peso de 50% (cinquenta por cento), referente à aplicação de medidas coercitivas, conforme

determinado na Norma de Execução Codac nº 1, de 2014. A meta foi definida utilizando esses dois componentes, ou seja, resultado financeiro e do resultado qualitativo de esforço.

No quarto trimestre, foi feita a primeira medição com base no novo critério, o que afetou negativamente o desempenho da 6ªRF: até o 3ºTrim/2014, o resultado era de 44,4%, caindo para 35,57% (considerando uma meta de 45%).

A 6ª RF trabalha para promover a mudança de cultura da área de cobrança, deixando de ser uma mera atividade de envio de Crédito Tributário (CT) à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), para uma postura ativa e objetiva, na busca da recuperação desse Crédito, ainda no âmbito administrativo.

Também tem efetuado o acompanhamento dos registros e trabalhos conforme Norma de Execução Codac nº 01/2014, especialmente para fomentar que as unidades incluam informações das ações coercitivas adotadas para cobrança, uma vez que esse esforço passou a ser refletido na nova fórmula de cálculo do indicador.

3.2) - Indicador: Índice de redução do valor de estoques de compensação pendentes

A meta era de redução de 51% e atingimos uma redução de 67,5% dos saldos de compensações pendentes, o que colocou a 6ªRF como a de segundo melhor desempenho no país.

Das 37 famílias de DCOMP extremas, foram concluídas 29 famílias, sendo que o valor dessas não analisadas foi suprido com folga pelo trabalho das demais, sendo que os documentos não analisados serão concluídos no 1ºTrim/2015.

Destaca-se que a 6ªRF tem reduzido sistematicamente o saldo de DCOMP, sendo que, em 2014, foi analisado um valor total superior ao que foi incluído para análise no próximo exercício:

<i>Exercício</i>	<i>Valor DCOMP analisadas (bilhões de R\$)</i>
2012	4,6
2013	5,2
2014	2,3
2015	2,0

Para a manutenção dos bons resultados, a Região mantém a sistemática de estabelecimento de metas regionais integradas com o indicador estratégico, de modo a permitir o melhor gerenciamento e direcionamento dos trabalhos das unidades.

3.3) - Indicador: Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário (ITMP)

O ITMP é o indicador que mede a temporalidade média dos processos digitais localizados nas unidades locais e nas Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF). Todas as Regiões Fiscais e o resultado Nacional apresentaram elevação na temporalidade média, quando o objetivo era a redução desse tempo.

A 6ª RF, em específico, praticamente conseguiu analisar e decidir todos os seus processos de Crédito Tributário nas áreas de Orientação e Análise Tributária. Contudo, essa realidade não foi refletida no indicador, que subiu de 558 dias para 988 pois, em sua fórmula de cálculo, estão inclusos os processos de parcelamentos, que naturalmente apresentam um longo ciclo de vida. Inclui, também, os processos que estão na área de Controle e Acompanhamento Tributário, ainda que não tenham créditos tributários. Dessa forma, faz-se necessário que o indicador tenha maior refinamento, a fim de otimizar o seu gerenciamento.

4) – Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário

4.1) - Indicador: Índice de crédito tributário garantido (ICTG)

Foi atingido o percentual de 29,29%, pouco abaixo da meta prevista de 33,9%. O resultado, inclusive, recuou em relação ao 3º trim/2014 (33,96%) em decorrência da retirada dos efeitos de medidas cautelares.

O indicador continua sendo fortemente carregado pelos arrolamentos feitos pela área de fiscalização.

5) – Objetivo: Reduzir litígios tributários e aduaneiros:

5.1) - Indicador: Índice de solução de consultas (ISC)

A meta é estabelecida tendo como um dos parâmetros o número de Auditores Fiscais lotados na Região Fiscal, comparado com o número total de Auditores lotados em todas as Regiões Fiscais. Para o exercício de 2014 foi definida em 70%. Para o efeito de definição da meta do ISC não é considerado o número de servidores efetivamente lotados na Divisão e sim o total de auditores da Região Fiscal.

A Disit06 atingiu o percentual acumulado de 82,76%, que corresponde a 266 consultas externas respondidas ou minutas pela Divisão, ficando, assim, 12,76 pontos percentuais acima da meta do período (70%). O índice é calculado de forma acumulada no período (anual).

Destaca-se que a média nacional verificada no período foi de 60%, ficando a 6ª Região entre os três melhores desempenhos, a apenas 2,5 e 1.29 pontos percentuais das duas regiões que apresentaram melhor resultado.

Importante, mais uma vez, pontuar o fato de que, o Índice apura apenas as atividades de análises de consultas externas. Desta forma, não são mensuradas diversas outras atribuições/trabalhos desempenhados pela Divisão ou pelos servidores lotados, que muito impactam no resultado, tais como: participação em grupos de trabalho da Cosit, com 50% da mão de obra disponível de dois auditores; apreciação de recursos hierárquicos; apreciação e elaboração de soluções de consultas internas; apreciação de solicitações de regimes especiais; informações em mandados de segurança; entre outras

6) - Conhecer o perfil integral do contribuinte

6.1) – Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes – IGAM

O Indicador Global de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes (IGAM) da 6ª RF, em 2014, correspondeu a 93,2%, situando-se 6,8% abaixo da meta estabelecida para o ano. O não atingimento de 100,0% da meta foi devido, basicamente, ao desempenho do Indicador do Setor Econômico (ISE) que fechou o ano com um índice de 82,9%. Ressalte-se que o IGAM corresponde a soma ponderada de três indicadores: Indicador de Tratamento do Passivo Tributário (IPT), Indicador de Distorções de Arrecadação (IDA) e Indicador do Setor Econômico (ISE).

A queda no desempenho do Indicador do Setor Econômico (ISE) foi provocada, fundamentalmente, pela combinação de dois fatores: redução da mão de obra disponível dedicada à atividade decorrente de aposentadorias ocorridas no ano e mudanças de metodologia de cálculo de aferição de resultados ocorridas no meio do ano.

Dado a natureza técnica e complexa das atividades que envolvem este indicador e a escassez de recursos humanos disponíveis e com expertise para recompor o quadro de servidores alocados à atividade, os esforços envidados para contornar tais dificuldades, como a redistribuição da carga de trabalhos, observados os graus de especialização e necessidades de novos treinamentos, não foram

suficientes para reverter completamente a situação a ponto de se atingir 100,0% da meta.

7) – Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira

7.1) – Indicador: Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

Meta atingida. Desempenho acima do esperado. Como pontos críticos, são apontadas a escassez de mão de obra e insuficiência de recursos logístico disponíveis.

7.2) – Indicador: Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira

Considera-se atingida a meta (97,44%). As atividades foram impactadas pela escassez de mão de obra e insuficiência de recursos logísticos disponíveis.

8 - Objetivo: Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade:

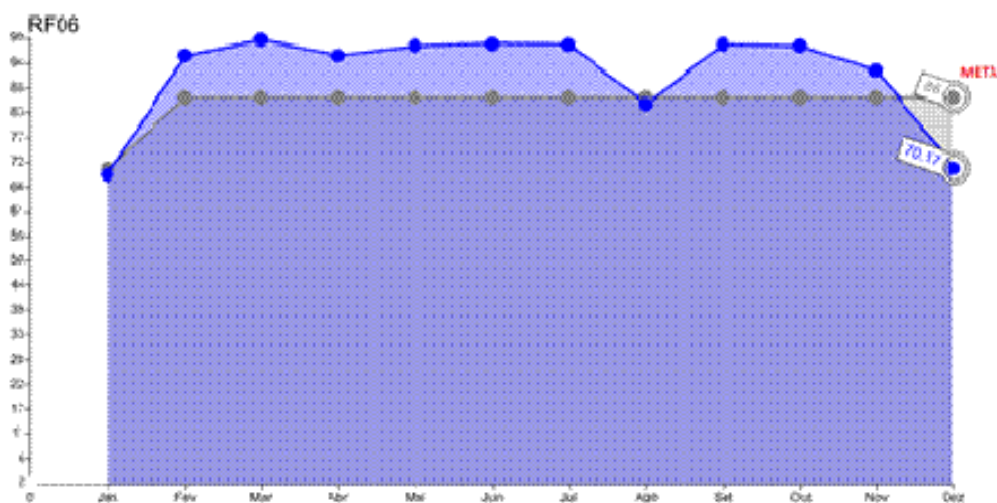
8.1) – Indicador: Tempo bruto consolidado do despacho de exportação (TBC)

Com polaridade negativa, esse indicador apresentou excelente resultado ao ficar 30% abaixo da meta. A exceção foi o resultado apresentado em abril (0,31 dias) que ficou muito acima da meta (0,10 dias). Esse resultado foi justificado pelo desembaraço de duas Declarações de Exportação na DRF - Uberlândia, com tempo de despacho de 132 e 97 dias. Foram despachos com saída ficta, vinculados a processo de importação que, por força normativa, devem ser desembaraçados concomitantemente com a Declaração de Importação a eles vinculados.

8.2) - Indicador: Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos – TME 15

Se considerados os resultados do TME15 mensurados mensalmente, de forma geral, a 6ªRF manteve um bom desempenho, conforme gráfico a seguir:

Resultados Indicador TME 15



Fonte: Sage/RFB

Entretanto, dificuldades enfrentadas no decorrer do exercício impediram que se obtivesse um desempenho linear e impactaram negativamente no resultado do exercício como um todo, tais como:

- migração para a plataforma baixa dos sistemas previdenciários (janeiro);
- instabilidade/lentidão na Suíte de Aplicativos;
- sucessivas reaberturas dos parcelamentos especiais instituídos pela Lei 11941/2009 (julho, agosto e dezembro);
- instabilidade na nova formatação da Diso pela Internet (julho);
- mudança da versão do Saga, dificultando o gerenciamento do fluxo do atendimento (setembro); e
- implantação da Certidão CND Integrada (novembro).

Aliada a essas questões, a mudança da sede da DRF/Belo Horizonte exigiu a transferência temporária do seu atendimento para o prédio do Ministério da Fazenda na Av. Afonso Pena, com a união dos CAC/Contorno e CAC/Afonso Pena, o que afetou o resultado do TME15 de ambos.

Para contornar esses pontos críticos, a Divic06 adotou várias providências, dentre as quais destacamos:

- acompanhamento do atendimento nas Unidades, buscando diagnosticar problemas em tempo real e construir soluções compartilhadas junto aos CAC/ARF;
- realização de Seminários (julho e dezembro) com foco no gerenciamento participativo e priorização da discussão em grupos de temas importantes, com a elaboração e apresentação de propostas melhorias ao final de cada evento;
- desenvolvimento, em conjunto com a Ditec06, do projeto “Monitoramento dos Sistemas, com o objetivo de diagnosticar lentidão e indisponibilidade dos principais sistemas utilizados pelas ARF e CAC.

8.3) - Indicador: Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes

A meta para a 6ª RF para o ano de 2014 era atingir um tempo médio de 712 dias. A meta foi atingida folgadoamente, reduzindo o tempo médio de estoque para 203 dias, isso é, redução de superior a 200%, menor tempo entre as regiões e o melhor desempenho de redução no país.

Destaca-se que o estoque de Pedidos Eletrônicos de Restituição (PER) pendentes caiu de 12.275 documentos para 2.019.

8.4) - Indicador: Grau de fluidez do despacho de importação

Os resultados mensais tiveram pequena variação no decorrer de 2014, entre 80,62 e 82,43%, fechando o quarto trimestre em 81,75%, o que corresponde a 88,04% da meta e 98,34% do resultado nacional.

O Grau de Fluidez mede basicamente as Declarações de Importação - DI de canal verde. Contudo, verifica-se que nem todas são liberadas no período de 24 horas. As DI registradas após o último horário de parametrização de sexta-feira só são desembaraçadas na segunda-feira, ou seja, com tempo bruto de dois ou três dias, uma vez que a 6ªRF não realiza desembaraço aduaneiro de importação nos finais de semana e feriados. Mesma situação, portanto, é observada nos períodos de feriados nacionais e ou locais.

As metas da 6ª e 10ª Regiões encontram-se fora do padrão adotado para as outras regiões, pois estas duas regiões são as únicas em que a meta é superior ao percentual de DI liberadas no canal verde. Como o resultado é fortemente influenciado pelo canal verde, dificilmente estas regiões terão êxito. Assim, a 6ª RF busca, junto à Dicom/Coana, a análise da situação, com proposta de exclusão dos dias não úteis do cálculo do indicador, bem como de revisão da meta para a 6ªRF

- **Perspectiva de Pessoas e Recursos:**

1) – Objetivo: Desenvolver competência, integrar e valorizar pessoas

1.1) – Indicador: Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento (IGACD)

A meta relativa ao Índice de Gestão das Ações de Capacitação e Desenvolvimento - IGACD – foi suplantada: 108,16% foi o resultado do ano. Decompondo o resultado, vê-se que a região superou o esperado no desempenho medido pelos dois graus que compõem o índice: aprofundamento e amplitude.

No que respeita ao grau de aprofundamento, todas as unidades atingiram 46 horas, sendo a meta firmada 44 horas (104,55% da meta); no que toca ao grau de amplitude, foram capacitados 88,59% dos servidores da região, vis a vis 78%, que foi a meta para 2014 (113,58% da meta).

Ao longo do ano, o alcance da meta estabelecida para o grau de aprofundamento mostrou-se mais desafiador do que o do grau de amplitude – e os números finais espelham isso. Os fatores que contribuíram para que as metas fossem alcançadas foram: o engajamento de todos os gestores da região; a gestão regional dos recursos, de molde a realocá-los em vista da capacidade de realização das unidades, administração atenta dos recursos orçamentários e o suporte, acompanhamento e supervisão constantes da Superintendência.

Para o ano de 2015, verificam-se alguns pontos críticos na manutenção dos bons resultados, tais como a necessidade de aprimorar o planejamento das ações em vista das maiores lacunas e de demandas estratégicas, o aumento dos custos implicados na capacitação – passagens, empresas/instrutores externos, o contingenciamento orçamentário e/ou limitação de despesas com

diárias e passagens e, por fim, a tendência regional à diminuição da carga horária dos treinamentos, afetando o grau de aprofundamento.

2) - Objetivo: Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais.

2.1) Indicador: Nível de adequação da infraestrutura tecnológica – NIT

A 6ª RF manteve um bom resultado em 2014 (99,61%), consequência, principalmente, do acompanhamento realizado pela Ditec06 e suas projeções locais de tecnologia, utilizando-se de uma ferramenta desenvolvida pela própria Divisão e que possibilita monitorar a evolução diária dos componentes do indicador, desdobrados pela Superintendência, Delegacias e Inspetoria.

2.2) Indicador: Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas – NAF

Apesar do não alcance da meta, a 6ª RF evoluiu bastante no resultado alcançado em 2014.

O componente “Rede sem Fio” alcançou 100,00 %, com a instalação e configuração dos novos equipamentos WiFi.

A distribuição dos equipamentos Tablets foi atrasada principalmente por problemas de acesso remoto VPN, que não funcionava no Windows 8, problema resolvido somente no fim de 2014. Além disso, as restrições impostas pela Portaria RFB nº 926/2014 limitaram bastante o público-alvo desses equipamentos.

O número de instalações de licenças do Office 2013 aumentou, fechando o ano com o índice de 56,06%. Essas instalações foram dificultadas, tendo em vista que as licenças tinham destinação preestabelecida pelo Órgão Central -por processo de trabalho -, impedindo sua instalação para outros usuários interessados.

Esse número deverá crescer no primeiro trimestre de 2015, caso seja autorizado o remanejamento das licenças considerando-se a necessidade e interesse das áreas usuárias, conforme proposto pela Região Fiscal.

Também está sendo providenciada, junto aos gestores, a definição da destinação dos tablets duo ainda não instalados.

2.3) Indicador: Nível de adequação imobiliária – NAI

Foi mantida a nota da última avaliação efetuada em 01/10/2013, que alterou o índice (NAI) de 57,17 para 63,69, com a atualização dos seguintes imóveis cujas obras estavam sendo concluídas até aquela data:

- ARF São Sebastião do Paraíso - Reforma e Acessibilidade,
- DMA da IRF BHE - Reforma e acessibilidade parcial,
- DRF Contagem - Reforma interna e fachada
- ARF Araxá - Reforma interna e acessibilidade parcial
- ARF São João Del Rei Acessibilidade parcial
- DRF Juiz de Fora - Acessibilidade parcial e reparos internos
- DRF Uberaba - Acessibilidade parcial externa (passeios e rampas).

As obras concluídas no período de 01/10/2013 a 31/12/2014 serão objeto de atualização a partir do primeiro trimestre de 2015 conforme os respectivos encerramentos, a saber:

- Edifício Sede do Ministério da Fazenda - Readequação parcial do layout (não impacta no índice Edifica da 6ª RF, pois é administrado pela SAMF);
- DRF Coronel Fabriciano - Pequenos reparos e obra parcial de acessibilidade;

- DRF Governador Valadares - Modernização dos elevadores, climatização (obras ainda em processo de finalização);
- DRF Sete Lagoas - Climatização;
- IRF Aeroporto de Confins - Plataforma elevatória;
- DRF Uberlândia - Modernização dos elevadores, climatização (obras ainda em processo de finalização);
- DRF Contagem - Modernização dos elevadores (obras ainda em processo de finalização);
- DRF Uberaba - Modernização dos elevadores (obras ainda em processo de finalização);
- DRF Uberaba - Reforma geral (obra iniciada no final de 2014 com previsão para conclusão somente no término de 2015);
- DMA Uberaba - Ampliação do depósito e estacionamento (obra iniciada no final de 2014 com previsão para conclusão em meados de 2015);
- ARF Campo Belo - Reforma e acessibilidade (obra concluída no início de 2015);
- DRF Belo Horizonte - Reforma geral e acessibilidade parcial (obra concluída somente agora no início de 2015);

Além das obras citadas, 2014 foi um ano de desenvolvimento de diversos projetos, o que não impacta neste momento nos índices do EDIFICA. O resultado deste trabalho será identificado após a conclusão dessas obras, ao longo dos próximos 4 anos.

Como pontos críticos aponta-se:

- Demora e complexidade do processo de contratação das obras que passa pela regularização dos terrenos, licitação e desenvolvimento dos Projetos Básicos Completos, licitação e fiscalização das obras. Muitas vezes, quando se trata de reforma, ainda entram como tarefas a mudança da Unidade para outra edificação e seu retorno para a edificação reformada, implicando a necessidade de adaptação e posteriormente reparo de outro imóvel locado;
- Falta de pessoal tecnicamente habilitado para condução dos processos relacionados.

3) Objetivo: Assegurar recursos e otimizar sua aplicação

3.1) Indicador: Índice de gestão de mercadorias apreendidas – IGMA

O atingimento da meta anual proposta para o indicador foi impactado negativamente pela publicação da Portaria nº 783 de 10/03/2014, que cerceou a destinação de mercadorias apreendidas, podendo a unidade contar apenas com leilões e destruição das mercadorias disponíveis (nas contas 210 e 130).

3.2) Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio

A 6ªRF chegou ao final do exercício com um desempenho bastante satisfatório na execução orçamentária de custeio, tendo sido empenhados os créditos necessários para a liquidação de todas as suas despesas.

3.3) Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

Esse desempenho deveu-se, em grande parte, pelo reduzido número de servidores na área de logística, em especial, na de licitações. Também contribuíram os seguintes fatores:

- Dificuldades de planejamento por parte dos gestores, gerando atraso da elaboração do Relatório de Engenharia/2014;
- Atraso na liberação das licitações das "Agências Modelo" em virtude de necessidade de readequação do projeto de estruturas metálicas;
- Desempenho aquém do esperado de algumas empresas contratadas para elaboração de projetos de Engenharia, demandando diversas revisões e ocasionando atrasos; e
- Falta de pessoal tecnicamente habilitado na execução de serviços de Engenharia nas Unidades Gestoras.

ANEXO IV
FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DA UJ

UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO <i>Ex: Tipo: Leve, pesado, utilitário</i> <i>Uso: institucional, repressão</i>	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA <i>Ex: Incorporado, adquirido etc</i>
170088 SRRF	Chevrolet	Vectra	2001	Leve/repressão	0	Incorporado
	Toyota	Camry	2005	Leve/institucional	2400	Incorporado
	Chevrolet	Astra	2005	Leve/institucional	2400	Adquirido
	WolksVagen	Gol	2006	Leve/repressão	0	Incorporado
	Toyota	Corolla Fielder	2007	Leve/repressão	0	Incorporado
	Fiat	Punto	2008	Leve/repressão	3000	Incorporado
	WolksVagen	Space Fox	2012	Leve/institucional	2160	Adquirido
	Chevrolet	Montana	2005	Leve/repressão	0	Incorporado
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário/repressão	10000	Adquirido
	Toyota	Hillux	2007	Utilitário/repressão	0	Incorporado
	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário/repressão	7000	Adquirido
	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário/repressão	7000	Adquirido
	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário/repressão	7000	Adquirido
	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário/repressão	7000	Adquirido
	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário/repressão	7000	Adquirido
Mercedes Bens	Sprinter	2010	Utilitário/repressão	1000	Adquirido	
Total de veículos da UG					16	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 25.896,46	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 23.411,22	
UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO <i>Ex: Tipo: Leve, pesado, utilitário</i> <i>Uso: institucional, repressão</i>	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA <i>Ex: Incorporado, adquirido etc</i>
170089 DRF/BHE	GM	Corsa sedan	2008	Leve	3.521	Incorporado
	GM	Corsa sedan	2008	Leve	2.253	Incorporado
	GM	Prisma	2011	Leve	113	Incorporado
	Fiat	Fiorino furgão	2010	Leve	448	Incorporado
	Ford	Fusion	2008	Leve	2.254	Incorporado
	Volkswagen	Spacefox	2012	Leve	2.070	Adquirido
	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário	7.081	Adquirido
	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário	4.601	Adquirido
Total de veículos da UG					8	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 6.130,24	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 12.098,59	
UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO <i>Ex: Tipo: Leve, pesado, utilitário</i> <i>Uso: institucional, repressão</i>	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA <i>Ex: Incorporado, adquirido etc</i>
170227	Fiat	Strada Fire Flex	2007	Leve/Institucional	0	Incorporado
	Chevrolet	Montana	2008	Leve/Institucional	0	Incorporado

IRF/BHE	Fiat	Uno Mille	2010	Leve/Institucional	0	Incorporado
	Chevrolet	Vectra	2008	Leve/Institucional	0	Incorporado
	Renaut	Master TCA MIC	2010	Pesado/Institucional	0	Incorporado
	GM	D20	1993	Leve/Institucional	0	Incorporado
	Fiat	Elba Weekend	1996	Leve/Institucional	0	Incorporado
	Volkswagen	Kombi	1996	Leve/Institucional	0	Incorporado
	GM	S10	1998	Leve/Institucional	0	Incorporado
	Fiat	Doblo	2004	Leve/Institucional	17500	Incorporado
	Fiat	Palio weekend	2005	Leve/Institucional	10500	Incorporado
	Ford	Caminhão 2428	2010	Pesado/Institucional e Repressão	12000	Incorporado
	Ford	Cargo 815E	2006	Pesado/Institucional e Repressão	3000	IncorporadoO
	Mercedes-Benz	Sprinter	2010	Leve/ Repressão	668	Adquirido
	Mercedes-Benz	Sprinter	2010	Leve/ Repressão	689	Adquirido
	Fiat	Fiorino Flex	2010	Leve/Institucional	0	Incorporado
	Mitsubishi	L200	2013	Leve/ Repressão	2100	Adquirido
	Mitsubishi	L200	2013	Leve/ Repressão	550	Adquirido
	Mitsubishi	L200	2013	Leve/ Repressão	1800	Adquirido
Mitsubishi	L200	2013	Leve/Institucional	9600	Adquirido	
Total de veículos da UG					20	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 22.787,85	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 11.527,56	
UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO <i>Ex: Tipo: Leve, pesado, utilitário</i> <i>Uso: institucional, repressão</i>	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA <i>Ex: Incorporado, adquirido etc</i>
170091 DRF/GVS	GM	Prisma Joy	2008	Leve / Institucional	0	Incorporado
	Nissan	Frontier	2005	Leve / Repressão	1096	Adquirido
	MMC/L200	Triton 3.2D	2013	Leve / Repressão	10103	Adquirido
Total de veículos da UG					3	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 2.425,00	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 2.921,52	
UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO <i>Ex: Tipo: Leve, pesado, utilitário</i> <i>Uso: institucional, repressão</i>	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA <i>Ex: Incorporado, adquirido etc</i>
170324 DRF/CFN	Chery	Tiggo 2.0	2010	Utilitário	0	Incorporado
	GM	S10	1998	Utilitário	325	Adquirido
	Mitsubishi I	L200	2013	Utilitário	3036	Adquirido
Total de veículos da UG					3	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 0,00	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 1.048,83	
UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO <i>Ex: Tipo: Leve, pesado, utilitário</i> <i>Uso: institucional, repressão</i>	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA <i>Ex: Incorporado, adquirido etc</i>
170096 DRF/MCR	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário / repressão	6.292	Adquirido
	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário / repressão	4.637	Adquirido

	Nissan	Frontier 4x4 SE	2005	Utilitário / Institucional	0	Adquirido
	GM	Montana/Conquest	2007	Utilitário / Institucional	2.999	Incorporado
	VW	8150	2006	Pesado / Institucional, repressão	0	Incorporado
Total de veículos da UG					5	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 0,00	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 5.699,23	
UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO <i>Ex: Tipo: Leve, pesado, utilitário Uso: institucional, repressão</i>	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA <i>Ex: Incorporado, adquirido etc</i>
170095 DRF/DIV	Nissan	Frontier	2005	Utilitário/institucional	5462	Adquirido
	Ford	Fiesta	2008	Leve/institucional	0	Incorporado
	Volkswagem	Spacefox	2013	Leve/institucional	9940	Adquirido
	Mitsubishi	Triton	2013	Utilitário/institucional	7887	Adquirido
Total de veículos da UG					04	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 575,00	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 6.354,48	
UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO <i>Ex: Tipo: Leve, pesado, utilitário Uso: institucional, repressão</i>	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA <i>Ex: Incorporado, adquirido etc</i>
170097 DRF/UBL	Chevrolet	Astra	2002	Leve e Institucional	4.768,50	Incorporado
	Nissan	Frontier 4x4	2005	Utilitário e Institucional	9.816,50	Adquirido
	Fiat	Uno Fire	2006	Leve e Institucional	4.768,50	Incorporado
	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário e Institucional	9.816,50	Adquirido
Total de veículos da UG					4	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 7.236,38	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 7.993,19	
UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO <i>Ex: Tipo: Leve, pesado, utilitário Uso: institucional, repressão</i>	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA <i>Ex: Incorporado, adquirido etc</i>
170094 DRF/VAR	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2013	Utilitário	14.113	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton 3.2 D	2013	Utilitário	15.244	Adquirido
	Nissan	Frontier 4X4 SE	2005	Utilitário	1.048	Incorporado
	VW	Saveiro 1.6 Supersurf	2006	Utilitário	146	Incorporado
	Fiat	Uno Mille Economy	2011	PAS/Automóvel	780	Incorporado
	Renaut	Logan	2010	PAS/Automóvel	13.385	Incorporado
	Hyundai	HR HDB	2011	Utilitário	9.945	Incorporado
	Fiat	Ducatto	2007	Utilitário	867	Incorporado
	Ford	F250 XL	2002	Utilitário	340	Incorporado
Total de veículos da UG					9	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 2.859,91	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 8.167,13	

UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO <i>Ex: Tipo: Leve, pesado, utilitário</i> <i>Uso: institucional, repressão</i>	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA <i>Ex: Incorporado, adquirido etc</i>
170328 DRF/STL	Volkswagen	Spacefox	2013	Leve/institucional	10.000	Adquirido
	Chevrolet	S10	1998	Utilitário/institucional	5.000	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2013	Utilitário/institucional	5.000	Adquirido
Total de veículos da UG					3	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 2.767,00	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 4.477,10	
UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO <i>Ex: Tipo: Leve, pesado, utilitário</i> <i>Uso: institucional, repressão</i>	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA <i>Ex: Incorporado, adquirido etc</i>
170248 DRF/CON	Mitsubishi	L200	2013	Utilitário/institucional	4.820	Adquirido
	Ford	Fiesta	1998	Leve/Institucional	0	Incorporado
	Geberal Motors	S10	1998	Utilitário/Institucional	0	Adquirido
	Fiat	Doblò	2006	Utilitário/institucional	3.980	Adquirido
	Volkswagen	Gol	2006	Leve/institucional	1.030	Adquirido
	Volkswagen	Kombi	1992	Utilitário/institucional	0	Adquirido
	Fiat	Elba	1992	Leve/institucional	0	Adquirido
	General Motors	S10	1998	Utilitário/institucional	0	Adquirido
Total de veículos da UG					8	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 490,00	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 3.126,96	
UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO <i>Ex: Tipo: Leve, pesado, utilitário</i> <i>Uso: institucional, repressão</i>	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA <i>Ex: Incorporado, adquirido etc</i>
170093 DRF/UBB	Ford	Cargo 2422 E	2010	Transporte de Cargas Pesadas	3279	Incorporado
	Mitsubish	L200	2013	Transporte de Cargas Pesadas	6409	Adquirido
	Mitsubish	L200	2013	Utilitário/institucional	9580	Adquirido
	Mitsubish	L200	2013	Utilitário/institucional	9580	Adquirido
	Nissan	Frontier	2005	Utilitário/institucional	2560	Adquirido
	GM	S10	1998	Utilitário/institucional	604	Adquirido
	VW	Spacefox	2008	Leve/institucional	2150	Incorporado
Total de veículos da UG					7	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 12608,80	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 16.955,12	
UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO <i>Ex: Tipo: Leve, pesado, utilitário</i> <i>Uso: institucional, repressão</i>	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA <i>Ex: Incorporado, adquirido etc</i>
170325 DRF/PCS	GM	Prisma Maxx	2007	Leve/Institucional	0	Incorporado
	GM	Vectra	2008	Leve/Institucional e Repressão	8952	Incorporado

	Ford	Ecosport	2010	Leve/Institucional e Repressão	12340	Incorporado
	Nissan	Frontier	2005	Leve/Repressão	0	Incorporado
	Renault	Master13M3	2011	Leve/Repressão	559	Incorporado
	Mitsubshi	L200	2013	Leve/Repressão	16754	Adquirido
	Mitsubshi	L200	2013	Leve/Repressão	11491	Adquirido
	M. Benz	712 C	2000	Pesado/Repressão	0	Incorporado
	Volvo	VM620	2007	Pesado/Repressão	0	Incorporado
Total de veículos da UG					8	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 9.296,90	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 13.735,82	
UG	MARCA	MODELO	ANO FABRICAÇÃO	TIPO E USO <i>Ex: Tipo: Leve, pesado, utilitário</i> <i>Uso: institucional, repressão</i>	KM MÉDIA ANUAL	NATUREZA <i>Ex: Incorporado, adquirido etc</i>
170092 DRF/JFA	Nissan	Frontier	2005	Utilitário/institucional	6000	Adquirido
	Mitsubishi	L200 Triton	2012	Utilitário/institucional	6000	Adquirido
	Volkswagen	Spacefox	2012	Leve/institucional	11318	Adquirido
Total de veículos da UG					3	
Despesas da UG com manutenção no exercício de referência					R\$ 1.660,00	
Despesas da UG com combustível no exercício de referência					R\$ 8.317,19	
Total de veículos da 6ª RF					106	
Despesas da 6ª RF com manutenção no exercício de referência					R\$ 99.140,58	
Despesas da 6ª RF com combustível no exercício de referência					R\$ 123.277,56	

ANEXO V

SISTEMAS COMPUTACIONAIS UTILIZADOS E SUAS FUNÇÕES – HOSPEDAGEM SERPRO

Nome	Descrição
SATELITE PARCELAMENTO LEI 11941	Sistema fará a leitura dos movimentos (arrecadação, retificação, restituição e compensação) a cada decênio oriundos das receitas e procederá a decomposição em códigos de receita específicos, de acordo com o perfil da dívida do contribuinte.
GPI - Gerencial Papel Imune	O sistema Gerencial Papel Imune (GPI) tem por objetivo manter o cadastro de registros especiais de Papel Imune e possibilitar consultas aos dados da base da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune.
CPF - ECT	Sistema que possibilita efetuar consulta on-line para validação de atendimentos de solicitações CPF, coleta e encaminhamento de inscrições e atualizações para o cadastro de pessoa física - CPF, por intermédio da Empresa de Correios e Telegráficos - ECT.
CPF - Atualizações	Sistema que possibilita ao servidor da RFB efetuar as operações de inscrição, inclusão, alteração, regularização, cancelamento e anulação de registros de cidadãos no Cadastro de Pessoa Física (CPF) e realizar a complementação de atendimentos iniciados.
TOM – Grande Porte	Permitir a consulta on-line aos órgãos e municípios por seus códigos e nomes e por ceps. São realizadas consultas pelo usuário e pelos sistemas que atendem a RFB unificando os códigos e descrições.
IRPJ - Gerenciador Sistemas On Line	Sistema responsável pela coleta das informações contidas nas declarações de rendimento de pessoa jurídica - lucro real (Form 1), gerando arquivo para atualização da Base IRPJ.
IRPJ - Incentivos Fiscais	Sistema responsável pelo tratamento das declarações de lucro real, de contribuintes que optaram por incentivos fiscais, e controle das solicitações efetuadas por Perc (pedido de revisão de certificado), com envio de arquivo e extrato para os fundos.
Angela – Arrec Análise Gerencial	Sistema responsável pela coleta mensal, armazenamento e apresentação de dados referenciados à arrecadação de tributos federais abrangendo 24 meses, constituindo-se em ferramenta de análise, acompanhamento e suporte à tomada de decisão pela RFB.
SIPRAR - Sistema de Previsão da Arrecadação	Permite o registro, por UA e por Natureza de Receita, dos valores mensais previstos da arrecadação, consolidando-os nos níveis regional e nacional, estando sua base de dados disponível para acesso por meio de extrator de dados.
Avadas - Sistema de Validação e Aceitação de Darfs da Rede Arrecadadora	Sistema responsável pela validação dos arquivos magnéticos de prestação de contas da arrecadação federal (pagamentos) recebidos pela rede arrecadadora, procedendo à transcrição e processamento dos pagamentos entregues em papel (BDA-DARF).

Carol - Cad Agente Arrec On-Line	Sistema responsável pela gestão do cadastro dos agentes arrecadadores, efetuando o registro, armazenamento e apresentação de dados referenciados aos bancos que constituem a rede arrecadadora de receitas federais.
SIADI - Sistema Informação Arrecadação Diária	Sistema responsável pela coleta diária, armazenamento e apresentação de dados referenciados à arrecadação de tributos federais, abrangendo 6 (seis) decênios, constituindo-se em ferramenta de análise, acompanhamento e suporte à tomada de decisão pela RFB.
SINCOR - TACO - Tabelas Coeficientes	Sistema que armazena e disponibiliza para consulta os coeficientes de correção monetária (OTN, ORTN, BTN, BTNF, TRD, UFIR, SELIC, TJM), por meio de aplicativo on-line e/ou rotinas utilizadas pelos sistemas de consolidação de débitos.
SINCOR – SIDAT - Sistema de Datas	Registra feriados (municipais, estaduais e federais) e prorrogações de datas de vencimento de créditos tributários, tornando a informação disponível para uso dos sistemas de cobrança.
ALERTA - Comunicado do Simples Nacional	
Simples Nacional - Carnê MEI	Sistema responsável pela geração de arquivos com dados do domicílio dos contribuintes optantes pelo regime de Microempreendedor Individual e demais informações necessárias à emissão do Documento de Arrecadação - DAS, com código de barras.
SINAL - Sistema Inform Arrec Feder	Sistema responsável pela manutenção de uma base de dados em ambiente de grande porte, com atualização diária das informações referentes a pagamentos de tributos, contribuições federais, documentos e depósitos dos contribuintes pessoa física e pessoa jurídicas.
SINCOR SIPADE - Sistema Parcelamento de Débitos	Realiza o controle dos processos de parcelamentos negociados previamente com o contribuinte, efetuando a cobrança das parcelas por intermédio da rede arrecadadora, com a utilização da sistemática de débito automático, ou por meio da emissão de DARFs.
PROFISC - Processos Fiscais	Sistema que possibilita o acompanhamento e o controle da tramitação dos processos fiscais com crédito tributário em todas as suas fases, até o encerramento ou envio à PGFN, possibilitando a integração das diversas áreas da RFB (arrecadação, fiscalização, etc)
SICODEC - Sistema Controle de Declarações	Sistema responsável pela emissão de 2ª via de Multa por Atraso na Entrega de Declaração e de omissão de Declarações.(Grande Porte).
SICODEC - DCTF	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais.
SICODEC - DIRF	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte.
SICODEC - DIPJ	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica.
SICODEC - DIRPF	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física.

SICODEC - DACON	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais.
SICODEC - ITR	Sistema responsável pela emissão de 2ª via de multa por atraso na entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
SICODEC - DIMOB	Sistema responsável pela emissão de 2ª via da Notificação de Lançamento, referente a multa por atraso na entrega de Declaração Informações sobre Atividades Imobiliárias.
SICODEC - DERC	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega de Declaração de Rendimentos Pagos a Consultores por Organismos Internacionais, com emissão de Autos de Infração para cobrança da multa por atraso para as situações de entrega espontânea fora do prazo.
SICODEC - DIMOF	Sistema responsável pelo controle da omissão e do atraso na entrega da Declaração de Informações sobre a Movimentação Financeira, com emissão de Autos de Infração para cobrança da multa por atraso para as situações de entrega espontânea fora do prazo.
Sincor CCPJ - Batch	Sistema responsável pela recepção, crítica e alocação automática dos débitos de lançamento de DIRPJ e DCTF e pelo controle dos débitos inadimplentes e controle da quitação dos mesmos.
Sincor CCPJ - On Line	Disponibilizar os débitos de declarações de contribuintes pessoa jurídica, após o batimento, permitindo as correções, através de funções on-line, das vinculações de débitos e pagamentos.
PROFISC - Alocação Automática - BATCH	O sistema realiza a alocação automática de pagamentos, remissão e indicação de termo de revelia/perempção para os processos que deveriam estar em cobrança final por decurso de prazo.
SIAP - Sistema de Assinalamento de Pagamento	O sistema promove o direcionamento dos pagamentos para os aplicativos devidos, com base nas características dos DARFs, garantindo principalmente exclusividade no uso deste pagamento.
Funções Genéricas Sincor (On Line)	Sistema responsável por prover as demais aplicações do SINCOR de procedimentos unificados e padronizados, como tratamento de erros e controle de impressão.
ITR - Tabelas	Disponibilização da tabela de municípios para atender ao sistema ITR
DCTF - On Line	Sistema responsável por disponibilizar à RFB dados referentes às declarações de DCTF, bem como informações gerenciais on line.
ITR - Lançamento Diário	Sistema responsável por efetuar o cálculo do lançamento do ITR dos imóveis rurais solicitados on-line pelas unidades da RECEITA, para emissão de notificações e DARF.
Profisc - Gera Informação Gerencial	Aplicativo que extrai, consolida e agrega informações dos processos administrativos fiscais com crédito tributário, fornecendo base de dados para elaboração de consultas para o sistema PROFISCONS. (Gera informações administrativas para todos os níveis gerenciais).
PROFISC - Consulta Gerencial	Sistema que disponibiliza dados gerenciais consolidados sobre o SIEF Processos, para consulta on-line pela RFB.

CPF - Cadastro Nacional Pessoa Física	Sistema responsável pela manutenção da base de dados do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, incluindo os processos de atualização de situação cadastral e dados cadastrais a partir da entrega de declaração (DIRPF/DAI).
TRATARET - Trat Retif DARFs Clas	Sistema responsável pelo tratamento das informações referentes à retificação de pagamentos de tributos federais geradas pelo sistema SINAL, para alimentação do sistema CLACON (classificação e controle), gerando a informação sobre os valores da arrecadação.
TRATANI - Trata Info Contribuintes	Sistema responsável pela emissão de certidão negativa de débitos de tributos e contribuições federais, por meio da recuperação de informações sobre irregularidades fiscais disponíveis nos sistemas da RFB.
SINCOR - Trata Pagto de Cobrança Créd. Trib.	O sistema possibilita a consulta e a atualização (transferência, bloqueio e desbloqueio) dos pagamentos dos sistemas do SINCOR, facilitando a alocação dos pagamentos aos débitos do contribuinte, possibilitando um atendimento mais conclusivo ao contribuinte.
CADIN - Cadastro de Inadimplentes	O sistema é responsável pela manutenção e atualização do cadastro de inadimplentes e omissos de declarações junto à RFB, agregando informações de outros sistemas, identificando os contribuintes inadimplentes e prováveis inadimplentes para com o fisco.
GERPROCPJ - Geração Processo Eletrônico PJ	Sistema responsável pela geração de processos fiscais de débitos de pessoa jurídica, originados de autos de infração e das declarações de IRPJ, com envio de arquivos eletrônicos para inscrição em Dívida Ativa da União.
SIAR - Acompanhamento de Remessas Bancárias	Sistema responsável pela coleta diária, armazenamento e apresentação de dados relativos às remessas de prestação de contas da arrecadação de tributos federais entregues pela rede arrecadadora, informando a quantidade de DARF recepcionados nos meios magnéticos.
GERPROCPF - Geração Processo Eletrônico PF	Sistema responsável pela geração dos processos fiscais de débitos de pessoa física, originados de autos de infração e das declarações de IRPF, com envio de arquivos eletrônicos para inscrição em Dívida Ativa da União.
Conta Corrente Pessoa Física	Sistema responsável pelo controle do pagamento dos créditos tributários das pessoas físicas junto à RFB, originados do processamento das declarações de IRPF, pelo sistema de lançamento ou de ações de fiscalização.
TO - Tabela Orçamentária	Sistema responsável pela coleta, armazenamento e apresentação de dados relativos à tabela de receitas federais, constituindo-se na principal ferramenta de apoio a aplicativos instalados no ambiente IBM de grande porte, da administração tributária.
CLACON Centralizado	Sistema responsável pelo controle e pela classificação da arrecadação das receitas federais, disponibilizando informações sobre os pagamentos para fins de acompanhamento, controle e análise pela RFB do comportamento da arrecadação e dos contribuintes.

ITR - Distribuição	Sistema responsável pela distribuição decenal dos valores arrecadados às entidades beneficiárias do ITR (União, Municípios, CNA, CONTAG e Ministério do Trabalho), por meio da decomposição de cada DARF com o seu correspondente lançamento.
ITR - Trata Débitos	Sistema responsável pelo planejamento, seleção e execução da cobrança de débitos relativos ao ITR, com emissão de avisos de cobrança e correspondentes relatórios de apoio.
ITR - Prog. Gerador de Declaração - PGD Validador	Programa de declaração do ITR (PGD ITR) e suas respectivas rotinas de validação e aceitação.
IRPJ - Geração da Base	Sistema responsável pelo carregamento da base PJ com os dados das declarações, com a função de preservar a integridade da base, criticando os dados dos sistemas de captação.
ITR - Gerenciador ON LINE	Sistema responsável pela gestão e armazenamento de dados do ITR, provendo os diversos módulos on-line para tratamento dessas informações.
Profisc - Cobrança Final - Enviados à PFN	Sistema responsável por disponibilizar informações para o CADIN dos processos fiscais em cobrança final e dos processos enviados à PGFN.
FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES - DATAPREV/BDCONTRIB	Extração e compilação diária de dados dos sistemas CPF e CNPJ em arquivo digital a ser encaminhado à DATAPREV para atualização do banco de dados de contribuintes previdenciários (BD Contrib).
PROFISC - Interface - Dívida Ativa	Sistema que possibilita a inscrição semi-eletrônica de processos fiscais já movimentados para a PGFN, disponibilizando periodicamente, na Base intermediária RFB x PGFN, os dados dos processos e do demonstrativo de débitos de cada processo para a inscrição.
DOI - Processamento	Sistema responsável pela recepção de informações sobre operações imobiliárias transmitidas via RECEITANET pelos Cartórios. O sistema também efetua o tratamento das informações no ambiente de grande porte para posterior cruzamento com os sistemas de interesse.
SISAI - Sistema de Acompanhamentos de Inaptos	Sistema responsável pela publicação de editais e atos para empresas a serem consideradas inaptas no cadastro CNPJ, disponibilizando informações sobre as mesmas.
RADARPJ - Transferência de Pagto PJ entre DRFs	Sistema responsável pela realocação diária dos pagamentos de pessoa jurídica que sofreram alterações de jurisdição de Delegacia.
Guia PF - Geração Unificada Informações Agregadas	Sistema responsável pela apresentação unificada, em um único aplicativo, do dossiê do contribuinte Pessoa Física, acessando de forma dinâmica as informações básicas em cada um dos sistemas da RFB em que o mesmo é referenciado.
Redarf - Retificação de Darf	Sistema responsável pela verificação junto aos sistemas de cobrança do SINCOR se a retificação solicitada pelo SIEF pode ser efetivada, promovendo a retificação dos pagamentos nas bases do SINCOR em tempo real, mantendo a integridade dos dados do SINAL.
ITR - Geração Base/M.Serpro	Sistema responsável pela geração da base de declarações do ITR (DITR), promovendo a descompactação das declarações entregues em meio eletrônico (PGD ITR) e a carga das declarações entregues em formulário.

ITR - Malha Cadastro	Sistema que aponta irregularidades no preenchimento das declarações DIAC e DIAT, segundo critérios pré-definidos, permitindo sua regularização e a correspondente liberação da declaração para a formação do CAFIR e lançamento do imposto.
ITR - Lançamento	Cálculo e lançamento do sistema ITR.
ITR - Emissão Distribuição	Sistema responsável pela emissão das notificações e Darf relativos ao lançamento do ITR a partir de 1997, assim como os relatórios espelho de lançamento para utilização pelos órgãos da RECEITA e relatório de controle de postagem na ECT.
SIMPLES NACIONAL - Atualização Tabela Estados e Municípios	Sistema responsável pela atualização on-line da tabela de estados e municípios que estabelecem ou suspendem convênio com a RFB.
IRPJ - Omissos	Sistema responsável pela identificação dos contribuintes omissos de entrega da declaração IRPJ (5 últimos exercícios ou segundo definição da Receita), possibilitando a emissão de intimações pelo sistema SICODEC.
IRPJ - Extração Sapli	Sistema destinado a possibilitar a fiscalização, o acompanhamento e o controle das declarações IRPJ, no que diz respeito à compensação de prejuízos fiscais e à tributação do lucro inflacionário.
CONTACORPJ - Sistema de Administração da Cobrança	Sistema responsável pela geração de cobrança para os contribuintes que possuem débitos devedores no Conta Corrente PJ, possibilitando o controle da evolução da cobrança, disponibilizando informação sobre débitos não resolvidos, para fins de inscrição na dívida ativa.
DCTF - Gerenciais	Sistema que fornece informações gerenciais, referentes às declarações DCTF a partir do exercício 1997, que podem ser apuradas por Delegacia, Região Fiscal e Nacional, agregadas por valores declarados, compensações e redutores tributários.
CNPJ - Cadastro Nacional Pessoa Jurídica	Sistema responsável pela manutenção de uma base de dados atualizada com as informações de Empresas (dados cadastrais, quadro societário e de administradores e alterações efetuadas), visando atender à RFB, INSS, Estados e Municípios Convenentes.
SIVEX - Sistema Vedações e Exclusões	Sistema responsável pela emissão dos Atos Declaratórios executivos de aceitação, vedação e exclusão da sistemática do Simples.
ITR - Arquivamento	Searq e Searq IRPF - gravado em cd-rom e recuperação para impressão das declarações anuais do ITR, a partir de 1998.
CPMF - Trimestral 1999/2000	Sistema responsável pela recepção, validação e armazenamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, entregues por todas as pessoas jurídicas, ou a ela equiparado.
IRPJ - Lançamento Multas Por Atraso	Sistema responsável pela emissão de auto de infração, com chancela eletrônica, das declarações até o exercício de 2006, entregues em atraso, sendo as multas lançadas no sistema Conta Corrente Pessoa Jurídica.
CPMF - Não Incidentes	Programa validador de declarações da CPMF de contribuintes não incidentes desse tributo.

CPMF - Mensal Consolidada	Sistema responsável por recepcionar, validar e armazenar a contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira – CPMF, consolidada e entregue mensalmente pelas instituições financeiras.
ITR - Conta Corrente Linear	Sistema responsável por efetuar a cobrança do Imposto Territorial Rural.
ITR - Cadastro Fiscal Imóveis Rurais - CAFIR	Sistema de cadastramento dos imóveis rurais.
Isentos Base de Declarações	Aplicativo responsável pela manutenção da consistência da base de declarações de isentos DAÍ
DNF - Processamento	Sistema responsável pela recepção de informações sobre empresas adquirentes de matéria prima para fabricação de embalagens, bem como empresas adquirentes de embalagens, com base nos dados das notas fiscais das empresas fornecedoras.
Ada Explorer	Sistema que autoriza e executa extração de dados das aplicações da RFB residentes em bancos de dados ADABAS, de acordo com perfil de acesso previamente autorizado pela RFB.
CPMF - Medidas Judiciais	Sistema responsável pela validação, recebimento e descompactação das declarações enviadas via internet e das declarações entregues em cartucho pelas instituições financeiras.
SINALDEP-LEVDEP - Sinal Depósito (Módulo de DJE)	Sistema responsável pelo controle dos levantamentos de depósitos judiciais e extrajudiciais, recolhidos ao Tesouro Nacional na forma da Lei 9.703 de 17/11/1998.
CPMF - Trimestral Declarações	Sistema responsável pela descompactação das declarações enviadas pela internet através do PGD/Receitanet, pela validação das declarações recebidas em cartucho pertencentes a exercícios anteriores ao 4º trimestre de 2006, provendo mecanismos de extração on line.
ITR – TDA – Base de Pgto c/ Títulos de Dívidas Agrárias	Sistema responsável pelo cadastramento dos Títulos da Dívida Agrária (TDA), a serem utilizados para pagamento do imposto ITR.
ITR - Gerencial	Sistema responsável pela produção de informações gerenciais relativas ao ITR, especialmente relacionadas com as malhas cadastro e valor.
ITR - Sistema de Preços de Terras	Sistema responsável pela manutenção, e pela disponibilização para consulta, da tabela de Preços de Terra.
SISCAD - Sistema de Capacitação e Desenvolvimento	Sistema responsável pela automação e controle dos processos de planejamento, programação e execução das ações de Capacitação e Desenvolvimento de RH da RFB.
HOD - Host On Demand para a RFB	Contabilizar uso do Host on Demand (emulador de 3270 - via internet) pela RFB.
Cálculo de Penalidades da Rarf	Módulo de cálculo específico dos encargos e penalidades para o sistema Âncora na ambiência SIEF.
Gerencial Papel Imune	Sistema responsável pela recepção das informações relativas a empresas que utilizam Papel Imune.
SINCOR - Adaptação Da Tabela Fundamentação Legal	A port. RFB/PGFN 583/89 institui GT com a finalidade de definir e implementar a unificação das tabelas de fundamentação legal lançamento e da cobrança dos créditos tributários no âmbito da RFB e da PGFN.

ITR - Integração dos Sistemas ITR e Tratani	Sistema responsável por disponibilizar, de forma integrada, as informações dos sistemas que tratam o ITR, para subsidiar o processo de emissão de certidões negativas.
SINCO - Sistema Integrado De Coleta	Sistema responsável pela integração das coletas de informações fiscais das empresas em um único aplicativo, proporcionando ao contribuinte a transmissão dessas informações por meio da internet e criando sistema gerencial para o usuário da RECEITA .
ITR - Inscrição da Dívida Ativa a partir de 1997	Sistema responsável por efetuar a inscrição na Dívida Ativa das declarações ITR 1997.
ITR - Trata-Declaração	Sistema responsável pelo tratamento das Declarações do ITR de 1998 a 2000.
Dirf - Coleta Declarações	Sistema responsável pela recepção e processamento de Declarações da DIRF (Declaração de Imposto Retido na Fonte).
CPF - Atualização Réplica Bacen	Sistema responsável por disponibilizar as atualizações do cadastro de pessoas físicas - CPF para manutenção da réplica do cadastro no Banco do Brasil - BACEN
SIPAC - Consulta à Base Sinal para Órgãos Conveniados	Sistema que possibilita a órgãos conveniados com a RFB consultarem a base de pagamentos do SINAL, via Internet, com manutenção do cadastro dos órgãos conveniados no ambiente SIEF.
Cálculo de Acréscimos Legais - Fibra	Sistema que subsidia todos os outros sistemas que necessitam efetuar cálculos de acréscimos legais, com base em toda a legislação e regras de acréscimos aplicáveis a créditos tributários, depósitos judiciais, depósitos sub júdice, direitos creditórios...
ITR - Geração de Edital	Aplicativo responsável pelas atividades de planejamento, emissão e acompanhamento de edital para débitos do CCITR.
ITR – Seleção de Devedores a partir de 1997	Aplicativo que efetua a seleção de CT devedores, conforme critérios pré-definidos, para geração de processos.
ITR - Cobrança	Aoplicativo responsável pel cobrança de débitos do CCITR, contemplando funcionalidades para administrar as atividades de planejamento, emissão e acompanhamento.
ITR - Informações Gerenciais CCITR (Débitos a partir de 1997)	Módulo de informações gerenciais do CCITR.
DCTF - Lançamento 2004/2006	Sistema responsável pela consolidação de dados das declarações DCTF, efetuando o cálculo das datas de vencimento para posterior lançamento do crédito tributário para os sistemas de cobrança.
DCTF - Controle e Geração de Débitos 2004/2006	Geração do crédito tributário proveniente das declarações DCTF, para posterior envio aos sistemas de cobrança.
DCTF - Gerenciais 2004/2006 (DCTF - WEB)	Sistema responsável por fornecer informações gerenciais, referentes às declarações DCTF a partir do exercício 1997, com consultas consolidadas por Delegacias, Região Fiscal e âmbito Brasil, agregadas por valores declarados, compensações e redutores tributários.
IPI - Enquadramento de Bebidas	Possibilitar que as solicitações de enquadramento de bebidas sejam feitas por processo eletrônico, desde o pedido do interessado até a elaboração do ato.
CONTAPAES – Contabilização do PAES	Tratamento dos DARFs, das retificações, restituições e compensações relativos ao parcelamento especial - PAES, tendo em vista sua classificação pelo CLACON

Dacon Consulta Gerencial	Sistema gerencial e de consulta para atender à recepção de informações pelo PGD DACON, nos moldes da consulta DCP.
Dacon – Processamento	Sistema responsável pela descompactação dos demonstrativos de apuração de contribuições sociais gerados pelo PGD Dacon.
DIMOB - Consultas Gerenciais	Sistema responsável por disponibilizar consultas gerenciais da DIMOB - Declaração de Informação sobre atividades Imobiliárias.
Regimes de Incidência para Pis/Pasep/COFINS	Sistema responsável por disponibilizar no sítio da RFB o Termo de Opção para o regime especial de apuração e pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.
IRPF - Malha Imposto de Renda Pessoa Física	Possibilitar a análise das declarações de IRPF, exercício 2004 em diante, que se encontram em Malha Fiscal, bem como promover acertos, liberações, cancelamentos, emissões de intimações e autos de infrações.
PROFISC - Extração de Dados	Sistema responsável pela extração e processamento mensal de informações de processos do sistema PROFISC, consolidando as informações em arquivo MS-ACCESS para envio à RFB.
IRPJ - Geração de Débitos	Sistema responsável pela geração de débitos das declarações IRPJ e Simples Federal, liberadas de malha, para o sistema conta corrente IRPJ.
PROFISC - Consultas Alerta	Sistema responsável pelo armazenamento e tratamento de dados dos processos que serão objeto de cobrança nas mensagens enviadas pelo Sistema Alerta.
SCC - Cons e Impressão PERDCOMP no Grande Porte	Sistema responsável pelas consultas e impressões da PERDCOMP a partir do Receitanet.
SINCOR CCITR - Conta Corrente ITR	Sistema responsável por efetuar a cobrança do Imposto Territorial Rural, utilizando a imputação proporcional.
ITR - Depuração da Base CCITR	Sistema responsável pela depuração da base do Conta Corrente ITR.
ITR - Malha Fiscal	Aplicativo que identifica, de acordo com critérios pré-definidos, irregularidades no preenchimento das declarações ITR a partir de 2003 (inclusive), com aplicação na Web para seleção e tratamento das irregularidades.
Distribuição de Pagamentos	Sistema que recebe diariamente arquivos dos bancos, com os pagamentos recebidos e gera arquivos para as entidades que administram as receitas e para os sistemas internos da RFB que necessitam dessas informações.
CPF - Fornecimento de Dados do CPF ao SENASP/MJ	Sistema responsável pelo fornecimento de dados do CPF ao SENASP/MJ.
Decred Declarações	Banco de dados contendo informações geradas pelo programa gerador da Declaração de Operações com Cartão de Crédito, permitindo consultas operacionais e gerenciais das declarações.
SCC - Comunicação	Aplicativo responsável por efetuar a comunicação prévia ao sujeito passivo (contribuinte) intimando-o a prestar esclarecimentos sobre incorreções ou inconsistências detectadas pelos sistemas de controle e análise eletrônica dos Pedidos de Restituição e /ou Compensação.

SARED – Sistema de Armazenamento e Recuperação de Docs	Sistema que possibilita a captura de imagens de diversos tipos de documentos da RFB, armazenando-as em um repositório no servidor de arquivos WEB, permitindo posterior consulta parametrizada a estas informações com controle de acesso ao usuário.
IRPJ - Interface Sistema de Controle de Créditos	Sistema de interface com o Sistema de Controle de Créditos - SCC, módulos: IRPJ, CSLL e pagamento Indevido ou a Maior.
DBF - Declaração de Benefícios Fiscais - Consulta	Sistema produzido em ambiente de microcomputador, que se utiliza da internet para transmissão dos dados captados para a RFB.
PGD e Validador Dacon	Aplicativo acionado pelo RECEITANET na transmissão, pelos contribuintes, de declarações gravadas para entrega à RFB utilizando o PGD DACON.
IRPJ - Identifica Contrib. Obrigados a DCTF Mensal	Sistema que possibilita a identificação dos contribuintes obrigados a entregar a DCTF Mensal.
SIMPLES NACIONAL	Sistema responsável pelo tratamento do regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
SINSAT – Contabilização do Simples Nacional	Sistema responsável pela classificação dos Documentos de Arrecadação do Simples Nacional
ITR - Cadastro de Municípios Conveniados	Projeto que visa atender aos convenios estabelecidos entre a Receita Federal do Brasil e os Municípios.
Parc Excepcional Débito PJ junto à RFB/PGFN/INSS	Sistema responsável pela decomposição da classificação da Arrecadação do Parcelamento Excepcional (PAEX).
Emissão de IP para Receita Previdenciária	Aplicativo com interface no sistema SUCOP para emissão de Intimações de Pagamento referentes à receita previdenciária
SCC PERDCOMP Rotinas De Integração	Rotinas de uso comum para os módulos do sistema de controle de créditos (SCC), bem como rotinas para atender solicitações de outros sistemas.
Fornecimento de Informações ao Senado Federal	Transmissão mensal de arquivo para o SENADO FEDERAL, com dados cadastrais de pessoas jurídicas, não protegidos por sigilo fiscal.
CPMF - Não Incidência - MRE	Sistema responsável pela divulgação às instituições financeiras dos CPF de diplomatas estrangeiros e do CNPJ de embaixadas, consulados de carreira e representações de organismos internacionais isentos da CPMF.
CONTAPAEX2 – Contabilização do PAEX	Aplicativo responsável pela decomposição da arrecadação do parcelamento excepcional 120 meses Pessoa Jurídica (PAEX 120).
Gerador de Número Padrão de Documento	Aplicativo responsável pela geração de número de documento para uso de sistemas que emitem documentos da RFB para contribuintes.
Validador declaração Transferência de Títulos de Ações DTA	Aplicativo responsável pela validação das Declarações de Transferência de Titularidade de Ações - DTTA.
Contasimples - Contabilização do Simples Federal	Sistema responsável pelo ajuste da classificação do parcelamento do Simples Federal.
SIVEXSN - Sistema de Vedações e Exclusões do SN	Sistema responsável pela emissão dos Atos Declaratórios executivos de aceitação, vedação e exclusão da sistemática do Simples Nacional
SCC – PERDCOMP – Normalização de Débitos	Sistema responsável pela normalização de débitos tributários declarados na PERDCOMP

Parcelamento Timemania junto à RFB	Sistema responsável pela decomposição da classificação da arrecadação do Parcelamento TimeMania em 240 meses, de entidades de prática desportiva da modalidade de futebol profissional.
ITR - Malha Ditec (Críticas e Aplicativo)	Sistema responsável pelo processamento e crítica de declarações ITR dos anos 2008 em diante, mantendo um único arquivo com informações de todos os exercícios abrangidos.
Contabilização do ITR	Sistema responsável pela apuração diária do valor líquido arrecadado com o Imposto Territorial Rural - ITR.
Parcelamento TIMEMANIA junto à PGFN	Sistema que efetua a decomposição da classificação da Arrecadação do Parcelamento TimeMania PGFN, em parcelas específicas por natureza de receita.
IRPJ - Carga Declarações	Sistema responsável pelo tratamento das declarações IRPJ, alimentando as bases do IRPJ.
IRPJ - Consulta Declarações	Sistema de consulta on line aos dados das declarações IRPJ, dados de arquivamento e registro de eventos ocorridos com as mesmas.
IRPJ - Malha Cadastro/Retificação	Sistema responsável pela crítica dos dados cadastrais e duplicidade das declarações IRPJ
IRPJ - Validador Declarações	Sistema responsável pela crítica das declarações de IRPJ no momento da transmissão do micro do contribuinte para as bases do Serpro, tendo sido incluídas, para o exercício de 2010, de críticas de certificação digital.
DMED - Validador, processamento e Armazenamento	A DMED se destina à realização automatizada de descompactação e carga das declarações DMED em ambiente grande porte, gerando dados nos bancos ADABAS. Além disso, há um módulo de consulta ao extrato no processamento da DMED.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 01	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 01.
FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES - DATAPREV/BDCONTRIB	Extração e compilação diária de dados dos sistemas CPF e CNPJ em arquivo digital a ser encaminhado à DATAPREV para atualização do banco de dados de contribuintes previdenciários (BD Contrib). O envio diário é feito por meio de sistema de controle
IRPF/07 - Gerenciador De Processamento	Aplicativo responsável pelo gerenciamento e controle da chamada a todos os módulos (Malha DITEC, Malha Valor, Malha Débito, Cálculo etc.) que envolvem o processamento de uma Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, até o exercício 2007.
IRPF/07 - Malha RFB	Verificar se as declarações IRPF infringem parâmetros pré-estabelecidos, registrar a incidência, emitir relatórios para as drfIs e pedidos de esclarecimentos para os declarantes.
IRPF/07 – Restituições	Sistema responsável pela geração de arquivos com as restituições do IRPF das declarações até 2007 (fitas e disquetes) para os bancos.
IRPF/07 - Consulta Declaração	Aplicativo responsável por disponibilizar informações sobre as declarações IRPF até 2007, já processadas.
IRPF/07 – Controle Gerencial	Suprir a RFB de informações tanto em nível estratégico quanto em nível operacional, sobre o processamento das declarações IRPF, fornecer informações gerenciais sobre processamento do IRPF, controlar o fluxo das declarações em todas as fases do sistema.

IRPF - Multiexercícios	Aplicativo responsável pelo processamento de declarações de imposto de renda pessoa física, a partir do exercício de 2008 (inclusive), tratando vários exercícios no mesmo aplicativo
IRPF/08 – Coleta Declaração	Sistema responsável por recepcionar, preparar e transcrever nas regionais do SERPRO as declarações do IRPF dos exercícios a partir de 2008 (inclusive) e efetuar o controle de qualidade das declarações transcritas nas prestadoras.
IRPF/MX - Base de Dados - RJO	Modelo lógico de dados, com dicionarização de atributos e integração com o modelo geral de dados da RFB, que possibilita a gestão e manutenção do banco de dados do IRPF.
IRPF/08 - Malha RFB	Sistema responsável por verificar se as declarações do IRPF do exercício de 2008 infringem parâmetros pré-estabelecidos, registrando a incidência de irregularidades, com emissão de relatório para as DRFs e pedidos de esclarecimentos para os declarantes.
IRPF/MX - Cronograma e Lotes	Sistema responsável por fornecer à RFB as informações necessárias para a tomada de decisão quanto à liberação dos lotes de emissão de declarações processadas, dos exercícios a partir de 2008 (inclusive).
IRPF/08 - Cálculo	Sistema responsável por efetuar todos os cálculos do imposto de renda das declarações de 2008, enquadrando cada uma conforme suas características em uma tabela de casos que, dentre outras funções, determina os tipos de documentos de saída a serem emitidos
IRPF/08 - Restituições	Sistema responsável pela geração de arquivos contendo as restituições do IRPF do exercício de 2008 (fitas e disquetes) para os bancos.
IRPF/08 - Controle Gerencial	Sistema responsável por suprir a RFB de informações em nível estratégico e em nível operacional, referentes ao processamento das declarações de IRPF do exercício de 2008, e por controlar o fluxo das declarações em todas as fases do sistema.
IRPF/MX - Malha Débito	Sistema responsável por identificar os contribuintes com Imposto a Restituir (IAR) apurado em Declaração de Ajute Anual da Pessoa Física, Declaração de Espólio e Declaração de Saída Definitiva do País, que possuam débitos junto à RFB e/ou à Procuradoria da Fazenda Nacional
IRPF/09 - Validador	Sistema responsável pela transmissão automática, da Embratel para o Serpro, das declarações de IRPF do exercício de 2009, recebidas por intermédio do serviço Receitafone, promovendo a organização de base de dados específica.
IRPF/09 - Descompactação e Carga de Declarações	Sistema responsável pela validação e transmissão das declarações do IRPF, do IRPJ e do ITR, referentes ao exercício de 2009, elaboradas em disquetes, das unidades locais da RFB para o banco de dados do SERPRO.
SINALDEP – Sinal Depósito	Sistema responsável pelo controle dos depósitos judiciais e administrativos de contribuições e tributos federais, administrados pela RFB, efetuados pela Caixa Econômica Federal, por contribuintes com ações judiciais e fiscais, com atualização diária.
RadarPF – Transferência de Pgto PF entre DRFs	Realocar diariamente os pagamentos do Sinal e os débitos do CONCACORPF dos contribuintes pessoa física que sofreram alterações de jurisdição de Delegacia.

SIEF - SCC - Reintegra	Solução de TI responsável pelo processamento e tratamento das declarações PERDCOMP, executando de forma automática procedimento de análiss de créditos, de compensação, de emissão de despacho decisório e de cobrança.
Sief - Processos	Módulo do Sief (sistema integrado de informações econômico fiscais), que possibilita controlar/acompanhar de forma integrada os principais processos que tramitam pela RFB, principalmente os que envolvem crédito tributário.
Sief - Cadastro CPF	Sistema que possibilita a servidor da RFB, no ambiente SIEF, efetuar as operações de inscrição, inclusão, alteração e cancelamento de cidadãos no cadastro de pessoas físicas, realizar a complementação de atendimentos iniciados em conveniadas e obter dados gerenciais.
Sief - Ação Fiscal	Sistema que possibilita o controle e o acompanhamento das ações fiscais, gerando informações e documentos que possibilitam maior eficácia e melhor gerenciamento em nível nacional, regional e local das ações fiscais.
Sief - Controle de Mercadorias Apreendidas	Sistema responsável pela recepção das informações sobre mercadorias apreendidas, diretamente ou através do sistema SAFIRA, fornecendo informações gerenciais e estatísticas locais, regionais e consolidadas para os gestores dos diferentes níveis organizacionais.
Sief - Declaração de Operação Imobiliária - Doi	Tornar disponível consultas on-line das informações constantes nas declarações sobre operações imobiliárias, apresentadas pelos cartórios através do Programa Gerador de Declarações - DOIPGD.
Sief - Sistema Integrado Inf Econômico-Fiscais	Sistema de informações que viabiliza todos os relacionamentos do contribuinte com a RFB. Esta visão integrada está registrada no modelo de dados corporativo da receita, e torna-se mais acurada à medida que mais dados são implementados no seu banco de dados.
DW RFB - Processo ETL Importação	Aplicativo que efetua a extração de dados do comércio exterior - importação, para o sistema de DW Indicadores Estratégicos, fornecendo informações agregadas para o nível gerencial da RFB.
SIEF - Recursos Humanos	Sistema destinado a disponibilizar, no ambiente SIEF, dados corporativos de recursos humanos dos servidores da RFB, mantidas pelo SIAPECAD, para fins de consultas gerenciais e apoio a outras aplicações usuárias.
Sief - Tom - Consulta e Atualização	Sistema responsável por fornecer informações referentes a órgãos, municípios entre outros assuntos e domínios de interesses aos diversos sistemas da RFB, como também, subsidiar com informações outros ministérios do governo federal.
Sief - Controle Acesso Trans	Aplicativo responsável pela gestão do ambiente de acesso ao SIEF, possibilitando cadastramento de usuários e de seus níveis de acesso às transações, de acordo com os perfis associados

Sief - DCTF 1999/2003 - Apoio	Aplicativo que realiza a extração das DCTF a partir de 1999, das bases do ambiente de grande porte, para posterior distribuição e carga em bases locais - Sief, realizando o controle de todo o processo de transferência de jurisdição.
Sief - Carga dos Débitos Oriundos de Dcomp	Sistema responsável por executar a carga de Créditos Tributários originados de débitos declarados em DCOMP nas tabelas do recorte de cobrança no ambiente SIEF.
SIEF - IRPF Impressão Múltipla	Sistema que possibilitar a impressão de listas de declarações de IRPF dos exercícios de 2001 a 2005, no ambiente SIEF.
Sief - Trata Tipo de Créd Pis/Pasep/Cofins	Sistema responsável pelo processamento das rotinas de reconhecimento do direito creditório referente aos créditos do PIS/PASEP e CONFINS, integrando as funcionalidades globais do SCC (Sistema de Controle de Crédito).
Sief - Pagamento	Sistema responsável pela manutenção de base de dados no SIEF, com atualização diária, referente aos pagamentos de tributos, contribuições federais e documentos depósitos dos contribuintes pessoa física e jurídica.
SIEF - Receitas	Sistema responsável pela coleta, armazenamento e apresentação de dados referenciados à tabela de receitas federais no ambiente SIEF, constituindo-se em ferramenta de apoio a aplicativos de administração tributária.
Sief - Tabelas	Aplicativo responsável por tornar disponível no ambiente de rede local das DRF, informações sobre as tabelas necessárias aos diversos módulos do Sief, com aplicativos para consulta, atualização e emissão.
Sief - Fiscalização Eletrônica	Sistema responsável pelo controle dos débitos apurados a partir das declarações de DCTF (exercício 97/98) e IRPJ (exercício 98), efetuando, conforme o caso, a seleção de contribuintes para inscrição em dívida ativa da união.
Sief - Chancelas	Sistema destinado a sistematizar o processo de disponibilização de assinaturas eletrônicas, denominadas chancelas eletrônicas, com vistas à utilização nos documentos gerados nos diversos sistemas da secretaria da RFB.
Sief - Delegação de Competência	Sistema responsável pelo controle das delegações de competência para assinatura de Mandado de Procedimento Fiscal – MPF pelas autoridades das Unidades Administrativas da RFB de acordo com o que determina a Portaria RFB 407/2001.
Sief-GP- Crítica/Controle/Formatação/Geração de CTS	Garantir duas atuações: monitorar o erro/SIEF legado (conjunto de registros anteriores a integração do processo fiscal com a fiscalização eletrônica) e efetuar a carga dos créditos tributários a partir das DCTFs correspondentes nos respectivos domicílios fiscais.
Sief - Ação Fiscal Internet/Intranet	Sistema que possibilita a manutenção de horas trabalhadas dos Auditores Fiscais e permite aos contribuintes consulta no site da RECEITA da veracidade dos mandatos de procedimentos fiscais a eles atribuídos.
SIEF - Cobrança Integrada	Sistema responsável por efetuar todos os procedimentos de Cobrança dos Créditos Tributários, originários de Declaração DCTF, Autos de Infração etc.

Sief - Dirf Operações	Sistema que disponibiliza no ambiente SIEF as operações de consulta de dados da declaração imposto retida na fonte - DIRF, bem como operações de cancelamento e cópia de declarações.
Sief - CTMA - Leilão Of Line	Sistema responsável pela recepção dos dados de leilões de mercadorias apreendidas do Sief-CTMA e pela emissão de DARFs, permitindo consultas e atualização de dados de arrematante, gerando ao final um arquivo para retorno ao Sief - CTMA
Sief - Malha Débito/PF	Sistema responsável pelo controle da malha débito na plataforma SIEF, integrado a todos os sistemas que controlam débito da pessoa física, inclusive a PGFN.
Sief - Ação Fiscal Aduaneiro	Sistema que possibilita o planejamento, acompanhamento e controle das ações fiscais aduaneiras realizadas em unidade de despacho ou áreas sob controle aduaneiro e ações realizadas normalmente após o desembarço e a entrega da mercadoria aos importadores.
Sief - Carga Perdcomp Rede Local	Aplicativo que efetua a carga de PERDCOMP (pedidos de restituição ou ressarcimento e declarações de compensação, oriundos das transmissões via PGD) no ambiente Sief, em banco centralizado Oracle.
Sief - Consulta e Impressão de Perdcomp	Sistema que disponibiliza rotinas de consultas e impressão da PERDCOMP (pedidos de restituição ou ressarcimento e declarações de compensação), no ambiente SIEF buscando a declaração por parâmetros a fim de instruir processos.
Sief - Tratam. Tipo de Crédito IPI - Ressarcimento	Sistema que efetua o reconhecimento do direito creditório do IPI ressarcimento, integrando as funcionalidades do SCC (sistema de controle de crédito).
Sief - Tratam Tipo de Crédito Pagamento Indevido	Sistema que efetua o reconhecimento do direito creditório referente a créditos de pagamentos indevidos a maior, integrando as funcionalidades do SCC (sistema de controle de crédito).
Sief - SCC Saldos Negativos	Sistema que efetua o reconhecimento do direito creditório referente a créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL, integrando as funcionalidades do SCC (sistema de controle de crédito).
Sief - Tratam. de Créd Oriundos de Ação Judicial	Sistema que efetua o tratamento dos créditos oriundos de ação judicial, integrando as funcionalidades de SCC (sistema de controle de crédito)
DCTF - Carga Rápida	Sistema que efetua a extração das DCTF a partir de 1999, das bases de dados do ambiente de grande porte, para posterior distribuição e carga em bases locais - Sief, controlando todo o processo de transferência de jurisdição.
Sief - Âncora Conciliação	Aplicativo responsável pela conciliação da prestação de contas da rede arrecadadora de receitas federais.
Sief - SCC Núcleo	Sistema que efetua as verificações preliminares e outros procedimentos necessários aos módulos do SCC.
SCC - Créditos Previdenciários	Sistema da SCC resultado da demanda CODAC 0564/2008-110 que trata da implantação e manutenção em operação de parte inicial do módulo SIEF SCC - Créditos Previdenciários, responsável pelo tratamento dos pedidos gerados pelo Programa Gerador de Documentos.
SIEF PREVISÃO- Sistema de	Sistema de informações gerenciais para previsão e acompanhamento e

Previsão da Arrecadação Federal - Módulos Eventos	análise da arrecadação.
Sief Web Análise Maiores Contribuintes	Sistema responsável pelo acompanhamento dos maiores contribuintes, em substituição ao Registro de Análises.
Validador SVA no RECEITANET	Aplicativo validador, que efetua a crítica dos arquivos gerados pelo PGD SVA antes da sua transmissão à base de dados da RFB, de forma a identificar erros cometidos pelo contribuinte, evitando assim que arquivos inválidos sejam colocados na base.
SIEF - SCC DACON	Aplicativo que disponibiliza ao usuário do SCC e à fiscalização externa uma visão detalhada (analítica) ou panorâmica (agregada) dos créditos da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, no regime de incidência não-acumulativo.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 02	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 02.
SIEF - PAGAMENTO AUTOMATICO EM LOTE	O serviço ira realizar consulta a diversos sistemas em rotinas bach para verificação fiscal do contribuinte, compensação de ofício e pagamento automático do credito (se houver). Hoje este procedimento é feito de forma manual pelo usuário. .
AVAL - Aceitação e Validação de Documentos de Arrecadação	O AVAL tem por finalidade recepcionar as remessas de documentos de arrecadação enviadas pela Rede Arrecadadora, de acordo com preconizado pela Manual de Arrecadação/Recebimento com Utilização do Código de barras- Versão04, distribuído pela Febraban.
Siscomex - Legislação Intrazonal - Aladi -Atualiza	Sistema responsável pela atualização da legislacao referente aos acordos no âmbito da ALADI, contendo informações sobre os protocolos, as tarifas, as margens de preferências e as quotas negociadas, baseado nas nomenclaturas NALADI - NCCA e NALADI-SH/93.
Siscomex - Legislação - Intra - Aladi - Consulta	Aplicativo de consulta à legislação referente aos acordos no âmbito da ALADI (associação latino americana de integração).
Siscomex - Legislação - Letra - NBM - SH - Consult	Sistema que possibilita a emissão da legislação baseada na nomenclatura brasileira de mercadorias
Lince - Informações - Importação - IBGE-IPEA-BNDES	Aplicativo responsável pela geração de arquivo contendo informações sobre as importações brasileiras para o IPEA, IBGE e BNDES
e-DBV - Declaração de Bens de Viajante	Sistema contém os seguintes módulos: A) Módulo Viajante - funcionalidades: preencher, alvar, editar, transmitir e consultar extrato da e-DBV. B) Módulo Fiscal - funcionalidades: consultar, editar, registrar as e-DBV dos viajantes.
Lince - Consulta Estatística - Importação	Sistema que possibilita consultas refinadas às informações de importações brasileiras, agregadas mensalmente, em um determinado período.
Lince - Consulta Dados Fiscais - Importação	Sistema que possibilita consultar as informações das declarações de importação, em apoio à ação de fiscalização das unidades aduaneiras da RFB.
PORTAL SISCOMEX	

VICOMEX - Visão Integrada do Comércio Exterior	
Lince - Informações - Aladi	Sistema responsável pela geração de arquivos mensais sobre as importações brasileiras já validadas pela RFB, enviado à ONU, ALADI e MERCOSUL
Siscomex Importação Consulta-Di	Sistema que possibilita a consulta a informações da Declaração de Importação - DI, auxiliando o importador, a fiscalização aduaneira e o depositário, na realização de seus respectivos trabalhos.
Siscomex - Tabelas e Cadastros	Aplicativo de SUPORTE responsável pela manutenção e atualização das tabelas e cadastros que são as bases de validação para os demais sistemas da área de comércio exterior, engloba os sistemas de tabelas e cadastros do comércio exterior.
Lince - Consulta Importação - Diário	Sistema que possibilita o acompanhamento diário das importações brasileiras, viabilizando o conhecimento prévio da balança comercial pelas autoridades governamentais.
Siscomex Importação-Di	Sistema que possibilita a elaboração da Declaração de Importação, em meio eletrônico, contendo as informações que caracterizam uma operação de importação, distribuídas em grupos de informações comerciais/administrativas.
Siscomex Importação Mantra Aéreo	Sistema de apoio ao controle aduaneiro sobre veículos e cargas procedentes do exterior, trânsito de cargas pelo território brasileiro e colocação das mesmas em armazéns alfandegados.
Siscomex Importação Presença de Carga	Sistema responsável pelo tratamento das informações relativas a manifesto de cargas importadas e de armazenamento de cargas, via transmissão de dados eletrônicos, disponibilizando-as para controle aduaneiro.
Siscomex - Legislação - NCM - Atualiza	Sistema que possibilita a atualização da legislação tributária de comércio exterior baseada na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), tendo como fonte o Diário Oficial da União, disponibilizando informações sobre o imposto de importação desde 1995.
Siscomex - Legislação - Mercosul - Consulta	Aplicativo que disponibiliza consultas à legislação tributária, referente ao imposto de importação
Siscomex Importação	Sistema responsável pelas ações de controle e fiscalização do comércio exterior.
Siscomex Importação-Li	Sistema responsável pelo registro dos Licenciamentos de Importação (LI), que são solicitações prévias do importador ao governo federal, visando receber autorização para realizar um tipo específico de operação de importação.
Siscomex Cadastro Representantes Micro	Sistema de SUPORTE a atualização e consultas WEB do cadastro de adquirentes, cadastro de usuários de bancos para LI e cadastro de depositários, utilizados no Siscomex.
Siscomex - Legislação - Trat - Adm - SECEX	Sistema que possibilita atualização e consultas à legislação não tarifária, informando as restrições a que estão sujeitas as importações de determinadas mercadorias e as situações que exigem Licenciamento Prévio (LI).

Siscomex Importação - Gerencial - Rfb	Sistema que disponibiliza consultas gerenciais sobre informações das declarações de importação registradas no Siscomex, para acompanhamento por parte das repartições aduaneiras da RFB
Siscomex Importação Notícias	Sistema responsável pela disseminação de informações relativas às importações
Siscomex Importação Nve-Sinal-Valor	Sistema responsável por verificar se o valor declarado da mercadoria está situado dentro da faixa de valores estabelecidos e a descrição da mercadoria está de acordo com os padrões da NVE.
Siscomex - Legislação - Exame - Tributário	Sistema responsável pela validação das informações da declaração de Importação frente à legislação aduaneira vigente na época de registro, fornecendo diagnóstico para o importador e para a fiscalização.
Siscomex Importação - Despacho	Sistema responsável pelo acompanhamento do despacho aduaneiro, desde o registro da declaração até a liberação da mercadoria na alfândega.
Siscomex Importação Seleção Parametrizada	Sistema responsável por informar o tipo de tratamento a ser dado às importações, a partir de parâmetros estabelecidos, dinamicamente, pelas aduanas.
Siscomex Importação Débito em Conta	Sistema que possibilita, por meio de interação com os bancos, o pagamento, pelo importador, dos impostos de importação, por meio de débito em conta corrente, no ato da solicitação do registro da declaração de importação no Siscomex.
Lince - Relatório-Internet - Importação	Sistema responsável pela geração quinzenal de arquivos contendo informações sobre as importações brasileiras, para elaboração de relatórios a serem divulgados, via internet, pela RFB.
Siscomex Importação Anuente	Sistema que possibilita aos órgãos anuentes do processo de importação, que participam da análise dos Li elaborados pelos importadores, registrarem o resultado de suas anuências, com a decisão sobre a autorização para realização de operação de importação.
Siscomex - Declaração Simplificada Importação	Elaboração e registro da Declaração Simplificada de Importação, aplicando os devidos controles de carga e débito automático de tributos, tornando disponível informações para os usuários e para o despacho aduaneiro.
SISTEMA MERCANTE	Sistema de Arrecadação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - processa o controle da arrecadação do AFRMM, Manifestos de Carga, Conhecimentos de Embarque, Benefícios, Incentivos, Cadastros, Tabela Débito em Conta e outros.
Lince - Depuração De Informações Estatísticas	Aplicação responsável pela depuração de informações estatísticas de importação
Siscomex - Controle de Recolhimento do ICMS	Sistema que possibilita o controle do recolhimento do ICMS declarado pelos importadores, permitindo o débito automático em conta corrente, para pagamento dos tributos estaduais, possibilitando controle por parte das Secretarias Estaduais de Fazenda.
Trânsito Aduaneiro Nacional	Sistema que efetua o controle do trânsito aduaneiro multi-modal, em nível nacional.
Siscomex - Internação - ZFM	Controle de mercadorias internadas e redução do coeficiente de imposto

Siscomex Carga	Sistemas que possibilitam à aduana brasileira prever e planejar com antecedência a chegada de navios e cargas desembarçadas em portos brasileiros, permitindo uma fiscalização mais eficiente e um gerenciamento mais efetivo por parte da RFB
Lince - Geração De Arquivos	Sistema responsável por disponibilizar informações diárias e mensais, sobre datas e valores de importações e exportações que compõem a Balança comercial brasileira, para download pela intranet da RFB, por usuários habilitados pela Receita.
Siscomex - Gerencial Internação - ZFM	Sistema que disponibiliza informações gerenciais referentes ao processo de internação de mercadorias na Zona Franca de Manaus.
Geração de Arquivos DSI/DSE	Aplicação Web para disponibilização de arquivos de DSI e DSE para download
HARPIA RTU - REGIME TRIBUTÁRIO UNIFICADO	Sistema que possibilita à RFB a identificação precoce de riscos aduaneiros que possam afetar decisões.
DW RFB - Extração Importação	Aplicativo que disponibiliza informação sobre as importações brasileiras para o DW Corporativo da RFB.
SISTEMA REMESSA	Controlar Remessa Expressa, importações porta a porta, em nível nacional.
INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DE APOIO AO SISCORI	Sistema de atualização de parâmetros para extração de informações estatísticas que irão subsidiar a análise da ocorrência de irregularidade na Importação. Consulta dados estatísticos para usuário importador e usuários RFB.
SISCOSERV - Modulo Venda	Sistema integrado com o SISCOMEX para controlar as operações de exportação de serviços, com registro de usuários, com consulta a Registro de Venda de Serviços e faturamento.
SISCOSERV - Modulo Aquisicao	Sistema integrado com o SISCOMEX para controlar as operações de importação de serviços, com registro de usuários, com consulta a Registro de Aquisição de Serviços e pagamento.
EDMOV - DECL MOV FÍSICA INTERNACIONAL DE VALORES	Sistema de controle da movimentação física de valores efetuada por empresas transportadoras.
SISCOMEX - Cadastros Aduaneiros	Sistema para gerir cadastros aduaneiros, que engloba: Representação por Terceiros; Representação por Dirigente; Representação por Despachante; Sanção Administrativa; Cadastro Interveniente; Parâmetros de Representação. Esse sistema é acessado pelo Siscomex
SISCOMEX - Tabelas Aduaneiras Web	Sistema para disponibilizar as seguintes tabelas em ambiente WEB: Atividade de Comércio Exterior, Motivo Alteração Cancelamento Sanção, Termo de Responsabilidade; Tipo de Sanção, Tratamento Aduaneiro Especial, entre outras.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 03	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 03
MANUAIS ELETRÔNICOS - RFB - ADUANA	Rotina de publicação dos manuais ADUANEIROS na página da RFB na internet.
Lince - Consulta - Estatística - Exportação	Sistema que possibilita o acompanhamento mensal das exportações brasileiras, apoiando as autoridades governamentais brasileiras na tomada de decisões relativas à política de comércio exterior.

Siscomex Exportação Notícias	Sistema que propicia a disseminação eletrônica de notícias sobre comércio exterior, no segmento exportação.
Siscomex Exportação Declaração	Sistema responsável pela integração das fases comercial, cambial e aduaneira das exportações brasileiras, por meio de processamento cooperativo SERPRO/BACEN, para apoio operacional às aduanas, exportadores e depositários.
Siscomex Exportação Gerencial	Sistema que possibilita a realização de consulta gerenciais sobre as declarações de exportação registradas no SISCOMEX, para acompanhamento por parte da aduana da RFB.
SALEX - Sistema Acompanhamento Liquidações de Exportações	Elaborar solução com a finalidade de controlar a comprovação das liquidações das operações de câmbio, nos limites estabelecidos pela lei, em relação às exportações de bens e serviços. O sistema possibilitará a verificação da observância das normas.
Siscomex Exportação Seleção Parametrizada	Aplicativo responsável pelo tratamento diferenciado dos despachos de exportação nas repartições aduaneiras, tendo como base critérios pré-estabelecidos pela RFB que definem o tipo de canal atribuído (verde, laranja e vermelho) ao despacho.
Siscomex Exportação Despacho	Sistema responsável pela integração eletrônica das fases comercial, cambial e aduaneira das exportações brasileiras, por meio de processamento cooperativo entre os sistemas executados nos computadores do SERPRO e do BACEN.
Lince - Relatório - Internet - Exportação	Sistema responsável pela geração quinzenal de arquivos contendo informações sobre as exportações brasileiras, para elaboração de relatórios a serem divulgados, via internet, pela RFB.
Siscomex Exportação-DSE	Sistema responsável pelos procedimentos operacionais associados ao despacho simplificado de exportação, disponibilizando informações e consultas, relativas a todas as fases do despacho simplificado de exportação, como elaboração, registro e distribuição.
Siscomex-Sel-Parametrizada-DSE	Sistema que racionaliza o desembaraço aduaneiro de mercadorias submetidas a despacho através da DSE - Declaração Simplificada de Exportação, confrontando das informações constantes da DSE com parâmetros previamente estabelecidos pela RFB.
Lince Consulta Exportação Diário	Aplicativo responsável pela organização das informações relativas às exportações diárias
Siscomex- Integração Aduanas Mercosul-Indira	Aplicativo responsável por prover o intercâmbio de informações sobre as operações de importação e exportação entre os países do Mercosul, dotando esses países de ferramenta de fiscalização do trâmite de mercadorias.
Siscomex Gerencial do Desempenho Aduaneiro	Sistema responsável pela geração de informações gerenciais sobre o desempenho aduaneiro, para acompanhamento e gestão das unidades aduaneiras.
Radar - Sist.Rastream. Atuação Interv. Aduaneiros	Aplicativo que possibilita o controle das atividades desenvolvidas por importadores e exportadores, por meio da formação de um dossiê para cada pessoa física e jurídica interveniente em atividades de comércio exterior.

Gerencial do Trânsito	Informações agrupadas de trânsito aduaneiro
Lince-Informações Estatísticas De Comércio e Tarifa	Sistema responsável por disponibilizar informações referentes às importações e exportações brasileiras e a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, com alíquotas do Imposto de Importação. As informações são extraídas do sistema Lince.
e-DPV - Controle de Decl. de Porte de Valores	Sistema responsável pelo controle da saída de valores do país, de pessoas físicas.
Siscomex Legislação - Consulta Minuta	Aplicativo disponibilizado na página da RFB que permite ao cidadão consultar e registrar sugestões a todas as propostas de legislação aduaneira apresentadas pela Receita.
Siscomex Consulta Notícias	Sistema responsável pela publicação de informações da RFB para acesso a todos os intervenientes nos processos de comércio exterior.
Portal de Áreas de Controle Integrado	Solução Internet, com possibilidade de acesso via Intranet, para publicação e atualização da situação e funcionalidade das Áreas de Controle Integrado - ACI
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 04	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 04
eSocial Simplificado do Empreendedor Doméstico - versão Junho	
SEC - Sistema de Emissões Centralizadas	Novo sistema versão do SUCOP, englobando a antiga. Contém as seguintes funcionalidades: controle sobre a emissão de correspondências; controle sobre a entrega de correspondência; armazenamento de imagens; armazenamento e localização de documentos físicos.
e-AssinaRFB - Sistema de assinatura digital de documentos	Realiza a assinatura digital de documentos e os armazena, de modo a que qualquer pessoa que tenha o documento em mãos em formato digital ou impresso possa checar sua validade de forma on-line.
Location Intelligence RFB	
ATOS	ATOS
SPED PORTAIS	Portais do SPED: www.SPED , www.CTE , www.NFE , www.JuntaContingencia etc.
VIA - Visão Integrada do Atendimento	Sistema que tem por objetivo promover a integração das informações de diversos sistemas da Secretaria da Receita Federal do Brasil, disponibilizando aos seus atendentes todas as funcionalidades e informações necessárias à execução das rotinas de atendimento.
e-SICODEC - Sist. Controle de Entrega de Decl. na Web	Sistema responsável pela emissão de 2ª via de Multa por Atraso na Entrega de Declaração e de omissão de Declarações (Web).
TRATAPAR - Trata Parcelamentos	O sistema trata parcelamento (tratapar) tem como objetivo realizar procedimentos operacionais para constituição de processos de parcelamentos dos contribuintes com dívida na RFB, mediante a integração entre os muitos sistemas de cobrança existentes.
SIJUT - Sistema de Informação Jurídico-Tributária	Sistema que possibilita aos auditores fiscais a consulta on-line dos atos legais de interesse da RECEITA, que são selecionados diariamente pelo Sedil/Cosit/RECEITA.

SICALC RFB - Cálculo de Acréscimos Legais Gde Porte	Aplicativo responsável pela consolidação e imputação de pagamentos a débitos. Para a consolidação, o aplicativo efetua o cálculo do valor devido em determinada data, considerando os acréscimos legais devidos (multa de mora, juros de mora e correção monetária).
Papéis de Fiscalização	Ferramenta de apoio aos AFRF, que padroniza os procedimentos fiscais em relação às empresas auditadas, por meio de planilhas que permitem a entrada de informações, o cálculo de valores, limites e alíquotas, emitindo avisos e/ou crítica, quando necessário.
Manual REFIS - Adesão	Sistema de suporte à recuperação fiscal, apoiando as ações de regularização de créditos da União, oriundos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela RFB e pelo INSS.
Manual REFIS - Consolidação	Recuperar e consolidar os créditos tributários administrados pela RFB, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31/10/1999, dos contribuintes que realizaram opção pela sistemática de recuperação fiscal (Refis).
Manual REFIS - Conta Corrente	Sistema responsável pela gestão das amortizações da dívida de cada contribuinte optante pelo REFIS no âmbito da RFB, INSS, e PGFN, bem como a regularidade desses contribuintes com suas obrigações fiscais durante todo o tempo em que estiverem no programa.
Manuais Eletrônicos - RFB	Serviço de divulgação dos manuais da RECEITA com acesso via Internet, somente disponível para os usuários RECEITA.
SAGA - Sistema Nac. Apoio Gerenc. Atendimento	Sistema de apoio ao serviço de atendimento ao contribuinte, por meio da administração de senhas e pela geração de informações estatísticas sobre o serviço prestado nas Unidades de Atendimento da RFB, possibilitando a avaliação e o acompanhamento de seu desempenho.
SICALCWEB APOIO – Interfaces de Apoio	Aplicação disponível na Intranet da RFB para permitir a gestão das tabelas necessárias ao funcionamento do sistema Sicalc Web , o gerenciamento e monitoração do ambiente de pagamentos e, da cobrança dos agendamentos pelo Serpro e RFB.
CTSJ – Crédito Tributário Subjudice	Aplicativo responsável pela importação de dados do créditos tributários e pagamentos, que permite aos funcionários da RFB, em ambiente de microcomputador, efetuar o tratamento do crédito tributário objeto de ações judiciais.
DCP - Declaração de Crédito Presumido - Consulta	Sistema gerencial e de consulta para atender à recepção de informações pelo PGD DCP.
Manual do PAES	Sistema responsável pela recuperação, consolidação e administração das amortizações da dívida dos créditos tributários, decorrentes de fatos geradores até 28/02/2003, de contribuintes de pessoa física ou jurídica que registraram pedido de Parcelamento Especial.
e-Processo Digital	Serviço de GED e WORKFLOW que automatiza o trâmite do processo administrativo/fiscal em todas as instâncias da RFB.

Auditorias Internacionais	Sistema responsável pelos procedimentos de auditoria (pesquisa, verificações, planilhas de cálculo, etc) nas operações sujeitas ao controle de preços da transferência, manipulando dados do contribuinte (estoques, vendas, etc.) e da Base Siscomex.
Sistema Decisões	Sistema responsável por disponibilizar consulta à base de dados composta pelas decisões, pareceres, soluções de consulta, soluções de divergência, soluções de consulta interna, notas técnicas e acordãos, emitidos no âmbito da RFB e Conselhos de Contribuintes.
COMPROVI - CONTROLE DE PROCESSOS VINCULADOS	Sistema responsável pelo controle de informações oriundas dos processos administrativos vinculados, como a notícia crime enviada ao Ministério Público, as comunicações ao Banco Central, ao Conselho de atividades financeiras e de outros documentos.
SIACOM - Sistema de Acompanhamento de Comissões	Sistema de acompanhamento e controle de comissões de processos administrativos disciplinares em nível nacional.
SISCAC WEB - Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte	Centralização de informações necessárias ao atendimento padronizado do contribuinte.
PAEX - Parcelamento Excepcional – MP 303	Sistema que atende ao parcelamento instituído pela Medida Provisória 303/2006 nos moldes previstos nos artigos 1º (débitos com vencimento até 28/02/2003) e 8º (débitos com vencimento a partir de 01/03/2003 até 31/12/2005).
Servidor de Integração RFB - PREVIDÊNCIA	Serviço destinado a hospedar a Intranet/RFB e os sistemas de Controle de Demanda (SCD) e COMPROT, disponibilizando acesso a usuários da Previdência e DATAPREV e da própria RFB não alocados em instalações da Secretaria.
E-FAU – Sistema Habilitação Eletrônica de Usuários	Sistema que possibilita a realização de todos os pedidos de cadastramento e habilitação nos sistemas informatizados da RFB de forma eletrônica, com aposição de assinatura digital e certificação digital.
ETHOS - SISTEMA GESTÃO CORRECCIONAL	Sistema de gestão de todos os feitos correccionais no âmbito da Coger e Escritório Regionais
Suite de Aplicativos RFB	Porta de entrada para acesso a todos os aplicativos intranet da RFB, mediante login único (single sign-on)
SIJUT - II	Sistema que disponibiliza para as unidades da RECEITA a documentação Jurídico-Tributário, atualizada diariamente pela DISEN/COSIT, visando auxiliar os funcionários no desempenho de suas atividades, agilizando a interpretação e a aplicação das normas legais.
EMISSÕES PREVIDENCIÁRIAS - SISOBRA	Sistema responsável pela emissão de correspondências previdenciárias, que utiliza informações do sistema SISOBRA, desenvolvido pela DATAPREV, para postagem dos documentos sob registro controladas pela RFB.
LEL - Sistema de Levantamento de Eventos de LOG	O sistema LEL tem por objetivo auxiliar a RFB em suas ações de controle e auditoria em seus ambientes informatizados, de maneira que seja possível pesquisar, de maneira analítica, informações sobre os acessos aos dados de seus sistemas.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 05	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 05

MANFIS - Manuais da Fiscalização	MANFIS é um sistema de TI que se destina a disponibilizar na intranet da RFB os manuais que regulamentam o processo de Negócio de fiscalização. O Sistema será desenvolvido com a utilização de tecnologia Zope Plone e terá controle de acesso mediante utilização de senhas.
SENDA - Sistema de Emissão e Numeração de Documentos de Arrecadação	Aplicativo tem por objetivo ser um mecanismo único de geração de Documentos com códigos de barra, no formato Batch e On line, que possa ser integrado com outros sistemas que tenham a necessidade de gerar documentos de arrecadação pelos módulos da Receita
OMISSOS DIRPF - Sistema de Controle de Gestão e Monitoramento dos omissos DIRPF	O sistema OMISSOS tem por objetivo, apontar para diversos outros sistemas da RFB, os números de inscrição (NI) de contribuintes que se encontram omissos de Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (DIRPF).
SELECON – Sistema de Administração de Selos de Controle	Sistema responsável por administrar o estoque e a movimentação de selos de controle, apoiando a fiscalização de empresas usuárias dos mesmos, controlando o cadastro e guias de movimentação de selos, assim como, contribuintes e consumidores.
SAFIRA WINDOWS	Sistema destinado a racionalizar, agilizar e uniformizar os procedimentos de formalização do Auto de Infração ou Notificação de Lançamento, resultante do trabalho de auditoria realizado junto aos contribuintes fiscalizados.
SUCOP – Sistema Único Controle Postagem	Sistema que possibilita controlar as correspondências encaminhadas aos contribuintes, possibilitando uma melhor gestão do contrato junto à ECT e fornecendo às ULs informações sobre a situação dos objetos postados.
MANUTENÇÃO DA WEB - RFB	Disponibilização de recursos de infraestrutura necessários à manutenção da Web da RFB. Desenvolvimento e manutenção de home pages da RFB, envolvendo programas em HTML, programação visual das páginas, implementação de links, contadores, recursos de animação...
IRPJ - PORTAL WEB	Portal na web para integração dos aplicativos do sistema IRPJ
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 06	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 06
SIMPLES NACIONAL - PGDAS Declaração - PGDAS-D	Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - Declaratório desenvolvido para atuar como apuração de declaração com periodicidade mensal, facilitando a gestão e controle da arrecadação.
PARCSN - TERMO DE OPÇÃO PARCELAMENTO DO SIMPLES NACIONAL	Este aplicativo disponibiliza aos contribuintes o registro do Termo de Opção pelo Parcelamento de débitos do Simples Nacional, não incluindo as operações de consolidação e efetivação dos parcelamentos.
APLIDISMOV - Aplicativo Integrador para Dispositivos Móveis	Aplicativo integrador para dispositivos móveis, com módulos APP Pessoa Física e APP Viajantes no Exterior, que permitirão ao contribuinte acessar serviços da RFB em dispositivos móveis que utilizem sistemas operacionais Android e iOS.

Contágil - Extração de Informações das Declarações e Cadastro	O sistema visa recuperar informações dos sistemas DCTF, SVA, SPED Fiscal e Cadastro de Pessoa Jurídica para envio ao Hosting do Contágil, via Qware.
BLOG da RFB	O Blog da RFB destina-se a ser a principal fonte de informação da população e dos meios de comunicação acerca das apreensões realizadas de forma a garantir a fidedignidade e a qualidade das informações sobre o assunto.
IRPF/MX Declaração Original Online m-IRPF	Declaração Original IRPF m-IRPF é um aplicativo que possibilita ao contribuinte apresentar a Declaração Original IRPF por meio de dispositivos móveis.
PROJETO INTEGRADOR NACIONAL - REDESIN	PROJETO INTEGRADOR NACIONAL - REDESIN
SISCOMEX MOBILE - APP DO IMPORTADOR	SISCOMEX MOBILE - APP DO IMPORTADOR
COMPSN - Compensação do Simples Nacional	
Portal de Cooperação - Comércio Exterior	
Certidão Negativa Internet	Sistema responsável por emitir a certidão negativa de débitos de tributos e contribuições federais, via Internet, de acordo com a IN 80 (de 23/10/1997, exposto no artigo 8), por meio de análise de informações dos seguintes sistemas: CNPJ, Profisc , Sipade...
Parcelamento Simples	Sistema que possibilita a recuperação e a negociação da dívida do contribuinte optante pelo simples, que solicitou o parcelamento de todos os créditos tributários, possibilitando o cadastramento automático do processo no sistema Profisc.
IRPF/MX - Restituição WEB	Sistema que possibilita aos contribuintes consultar a restituição do IRPF via Internet.
Estatística/Auditoria Internet - RFB	Sistema que disponibiliza estatísticas dos serviços Internet da RECEITA (site da RECEITA e receita Net), auditoria de logs de transmissão de declarações.
CNPJ - Cadastramento via Internet	Sistema que possibilita aos contribuintes o envio do PGD do CNPJ por meio da mídia internet, utilizando o Receitanet para concluir o processo de envio. O contribuinte deve enviar via correio a documentação necessária para comprovar a veracidade dos dados.
CPF - Consulta Pública e Atendimento	Sistema disponível na WEB que permite ao contribuinte emitir comprovante de inscrição e de situação cadastral no CPF e acompanhar solicitação de alteração no Cadastro de Pessoa Física.
SITFIS – Situação Fiscal Web	Sistema responsável por fornecer ao contribuinte pessoa física ou jurídica, possuidor de certificado digital, as informações/irregularidades referentes a dados cadastrais, entrega de declarações, débitos vencidos e em aberto, débitos com exigibilidade suspensa...
INFOCONV	Serviço de acesso via web service para fornecimento de informações aos convenentes. Acesso por emulador, com recursos de criptografia forte de 128 bits e controle de acesso integrado ao Senha Rede do SERPRO.

DIF - Bebidas	Sistema responsável por recepcionar, por meio de PGD, as informações relativas à tributação de bebidas.
SICALCWEB – Cálculo de Acréscimos Legais Web	Aplicação disponível na Internet, no sítio da RFB e que faculta ao contribuinte, calcular ou não os acréscimos legais por meio de consolidação. Possui agenda fornecendo automaticamente a data de vencimento dos tributos.
Cálculo de Penalidades da DARF - WEB	Aplicação disponível na Internet, no sítio da RFB e que permite calcular os encargos e penalidades aplicadas as instituições financeiras que efetuaram o recolhimento incorreto da arrecadação federal.
Requisição de Movimentação Financeira - PGD	Sistema responsável pela recepção, por meio de PGD, das informações solicitadas às instituições financeiras por intermédio das Requisições de Movimentações Financeiras, bem como permitir acesso a estas informações pelas unidades da RFB requisitantes.
DOSSIÊ INTEGRADO	Aplicativo responsável pela geração de dossiê único de contribuintes para o preparo da ação fiscal.
DCIDE - Combustíveis - Declaração da Contribuição	Aplicativo Internet da RFB para entrega da Declaração CIDE - Combustível.
DERC - Decl Rend Pagos Consultores Org Internacionais	PGD e Validador para recepção e validação das Declarações de Rendimentos pagos a Consultores por Organismos Internacionais.
Declaração de Benefícios Fiscais	Sistema responsável pela recepção, por meio de PGD, das informações sobre doações efetuadas por pessoas físicas com base na Lei de Incentivo à Cultura e conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.
DECWEB - Cópia Eletrônica de Declaração via WEB	Sistema responsável por emitir cópia de declarações aos contribuintes certificados, através da página da RFB.
Comprovante de Pagamentos no e-CAC	Sistema responsável por tornar disponíveis na página da RFB na Internet, dentro do serviço interativo de atendimento virtual - Receita 222, as funcionalidades do pagamento a serem utilizados pelos contribuintes.
DECRED - Declaração de Operações com Cartões de Crédito	Sistema referente à Declaração de Operações com Cartões de Crédito - de acordo com a IN RECEITA 341, de 15.07.2003.
Parcelamento Web	Sistema destinado a proporcionar um auto-atendimento, por meio da Internet, aos contribuintes interessados em parcelar sua dívida e normalizar sua situação fiscal perante a RFB, evitando assim a locomoção dos contribuintes às unidades administrativas.
DCTF - INTERNET 2004/2006	Sistema responsável por recepcionar, validar e transmitir as declarações DCTF/99 a partir do exercício 1999, utilizando a Internet como meio de comunicação. Será utilizado o sistema receitanet como padrão de recepção e transmissão para os servidores.
REDARFNET – Retificação da Darf Via Web	Aplicativo que permite a realização de pedido de retificação de Darf ou Darf-Simples pelo contribuinte, por meio da página da RFB em ambiente Internet, e o respectivo processamento eletrônico.
Sistema Fale Conosco	Sistema responsável por gerenciar as mensagens eletrônicas (e-mail) enviadas pelos contribuintes por meio da página da RECEITA, controlar as respostas formuladas pela RECEITA.

DERC - Consultas Gerenciais	Sistema de Consultas Gerenciais das Informações geradas pelo PGD_DERC.
Certidão negativa Conjunta RFB - PGFN	Sistema que unifica a Certidão Negativa da RFB e da PGFN, de forma a emitir a Certidão para a Fazenda Nacional
E-SAFIRA - Sistema Int Suporte à Apuração e Emissão de Auto de Infração	Sistema de apoio ao auditor fiscal desde a fase de fiscalização de um determinado contribuinte até a emissão do auto de infração.
SCC - Validador da PERDCOMP no RECEITANET	Rotinas evolutivas do Validador das declarações PERDCOMP transmitidas pelo respectivo PGD.
SCC - Descompactação da PERDCOMP do RECEITANET	Aplicativo de descompactação e descriptografia das declarações PERDCOMP relativas à versão 1.3 do PGD, procedentes das transmissões desse PGD e residentes no Balde do Receitanet , no ambiente Grande Porte.
Declaração de Inatividade de PJ	Sistema responsável pela declaração on-line de pessoas jurídicas inativas.
Procurações Eletrônicas	Sistema que permite identificar se determinado contribuinte está legalmente autorizado a acessar informações pertencentes a outro contribuinte ou exercer uma atividade acessória, perante a RFB, em nome de terceiros, utilizando certificação digital.
Sistema Consulta Prévia para Certificado RFB	Sistema responsável pelo processo de consulta prévia que é acionado quando da solicitação de certificação digital, pelas autoridades certificadoras (AC) credenciadas pela RECEITA, realizando a verificação dos dados e a identificação do contribuinte.
Caixa Postal	Caixa postal disponível no sítio da RFB para comunicação da Administração Tributária com o contribuinte de forma sigilosa e individual com utilização de certificação digital.
Consulta PERDCOMP Web	Sistema que facilita a consulta dos Pedidos de Restituição e /ou Compensações - PERDCOMP via WEB, apresentando o resultado da transmissão da declaração (PerDcomp), a situação do andamento e o resultado final da análise.
Consulta Malha IRPF Web	Aplicativo que exhibe na Intranet informações relativas às seções de Resultado Final e Contribuintes relacionados das declarações do IRPF.
Portal e-Cac	Permitir que um contribuinte, PF ou PJ, com utilização de seu certificado digital, acesse os serviços para os quais tenha permissão, possibilitando a comunicação de forma centralizada, segura e sigilosa entre a RFB e o contribuinte. Demanda COTEC 377/2005
SPED - Sistema Público de Escrituração Digital	Solução destinada a promover a atuação integrada entre os fiscos, uniformizar a coleta de dados contábeis e fiscais, bem como racionalizar as obrigações acessórias dos contribuintes
SCC - Comunicação WEB	Sistema que permite ao usuário a realização de consultas e impressão da 2ª via dos documentos enviados pelo SCC - Comunicação.
ASSINADOC – Assinador Digital de Documentos	Aplicativo que possibilita à RECEITA assinar digitalmente documentos, com utilização de certificados aderente aos padrões ICP-Brasil.
INFOJUD - Serviço de Fornecimento de Informações ao Poder Judiciário (e-CAC)	Sistema responsável por fornecer, via WEB e certificação digital, informações de contribuintes da RFB ao poder judiciário.

DPREV - PGD e Validador	Aplicativo responsável por gerar a declaração anual a ser prestada pelas entidades de Previdência Privada, Sociedades Seguradoras ou Administradoras do FAPI à RECEITA acerca dos participantes de planos de benefícios.
DIF Papel Imune - PGD	Aplicativo desenvolvido em ambiente de microcomputador que se utiliza da internet para transmissão dos dados captados para a RFB.
PGD Declaração de Informações Fiscais de Bebidas	Aplicativo desenvolvido em ambiente de microcomputador, que se utiliza da internet para transmissão dos dados captados para a RFB.
PGD Demonstrativo de Notas Fiscais	Aplicativo desenvolvido em ambiente de microcomputador que se utiliza da internet para transmissão dos dados captados para a RFB.
TOM Web	Sistema responsável por apresentar, em arquitetura voltada para a INTERNET, consultas gerenciais e operacionais a partir do cadastro TOM da plataforma Grande Porte.
Termo de Opção Domicílio Tribut. Eletrônico	Criação do serviço TERMO DE OPÇÃO dentro do e-CAC para autorização do sujeito passivo para o recebimento de intimação por meio eletrônico em seu domicílio tributário (Caixa Postal).
ITR - Consulta Declaração WEB	Sistema que possibilita aos contribuinte consultar as informações das Declarações de Imposto Territorial Rural – DITR, incluindo também o histórico das alterações a partir de 2006 na WEB.
MIDAS – Módulo de Impressão de Declarações Assinadas	Sistema centralizado de impressão das principais declarações da RFB, com vistas prioritariamente ao atendimento de solicitações externas e futuramente poderá ser adaptado para uso direto por usuários externos , através de aplicação no e-CAC.
DIMOB - PGD e Validador	Aplicativo acionadopelo Receitanet na transmissão, pelos contribuintes, de declarações gravadas para entrega à RFB utilizando o PGD DIMOB .
PGD DEREEX - Demonstração de Exportação	PGD DEREEX - Demonstração de Exportação
Simples Nacional - Programa Gerador de DAS - PGDAS	Sistema que possibilita ao contribuinte participante do regime do Simples Nacional, efetuar mensalmente a apuração do valor devido do crédito tributário nas esferas municipal, estadual e federal.
SPED - SEFAZ Virtual	Sistema que atende ao serviço SPED NF-e, criando uma infraestrutura que abriga os serviços para as secretarias de fazenda dos Estados realizarem a autorização e recebimento das NF-e das empresas de suas unidades da federação.
Simples Nacional - Simulador do PGDAS	Aplicativo que permite aos usuários dos entes federativos (município, estado e união) simular apurações do valor devido de crédito tributário realizadas ou não pelo contribuinte no sistema PGDAS.
Simples Nacional - DASN - Declaração Anual	Aplicativo que possibilita aos optantes do Simples Nacional elaborar e transmitir a declaração, confirmando ou retificando as informações sócio-econômicas, por ano calendário, das declarações dos últimos 5 (cinco) anos.
Atos Normativos	Sistema responsável pelo cadastro dos Atos Normativos de interesse da RFB, para utilização pelo e-FAU.

PGD DIMOF - Declaração de Informação sobre movimentações financeiras	PGD DIMOF - Declaração de Informação sobre movimentações financeiras
Envio de SMS IRPF	Sistema responsável pela manutenção de cadastro de números de celular e envio de mensagens SMS para os números cadastrados de informação sobre a disponibilidade de restituição do IRPF.
Requerimento Malha Fiscal Multiexercício	Sistema responsável pela análise das declarações de IRPF, exercício 2004 em diante, que se encontram em malha fiscal, e efetivação de acertos, liberações, cancelamentos, emissões de intimações e autos de infração.
SIMPLES NACIONAL - Programa Gerador do DASMEI	Sistema que possibilita ao contribuinte participante do regime do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI).
SIMPLES NACIONAL - Declaração Anual SIMEI	Aplicativo que permite aos optantes do regime do Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI) gerar e transmitir a declaração de ajuste anual de forma on line.
RFB - Editais Eletrônicos (e-Editais)	O sistema tem por objetivo garantir a ciência pública a todos os editais relacionados a intimações e convocações eventualmente existentes em nome de contribuintes pessoa jurídica.
LEILAO ELETRONICO	Controla e processa as etapas de elaboração, execução e homologação de leilões não presenciais de produtos apreendidos pela RFB, por meio de integração com o Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA, no ambiente Sief.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 07	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 07
SPED - EFD-PIS/COFINS	Escrituração Fiscal Digital do PIS/Pasep e Cofins será utilizado pelo contribuinte para apresentar digitalmente, com transmissão via internet, os registros dos documentos fiscais da escrituração e os respectivos demonstrativos de apuração das contribuições.
SEFISC - Sist. Eletrônico Único Fiscalização - SN	Módulo Sistema Eletrônico Único de Fiscalização Do Simples Nacional, provendo ao usuário fiscalizador da União, Estados e Municípios, condições de efetuar os procedimentos de fiscalização relativos ao Simples Nacional.
SIEF - E-PROCESSO INTERNET	O serviço que será implantado tem como objeto permitir ao contribuinte acesso ao andamento processual, consulta ao andamento de processos e juntar documentos a processos, ou seja, cria a funcionalidade de download e upload de documentos via internet.
SIMPLES NACIONAL - AINF - AUTO DE INFRAÇÃO	Módulo de lançamento de documentos e emissão do Auto de Infração do Simples Nacional.
SPED - NF-e Ambiente Nacional	Nova versão do SPED que engloba a recepção de novo evento de NF e Manifestação de Destinatário.
IRPF/07 - Web Consulta	Sistema que disponibiliza para os contribuintes suas informações relativas

	ao IRPF na WEB.
IRPF/08 - Web Consulta	Sistema que disponibiliza para os contribuintes suas informações relativas ao IRPF na WEB.
IRPF/MX - Retificadora Web	IRPF - RETIFICADORA WEB.
DW RFB - Tema LEL	Ambiente DW para consultar as logs armazenadas nos diversos sistemas transacionais utilizados pelos servidores da RFB numa base única.
DW RFB - TEMA REDE ARRECADADORA	Sistema cujo objetivo é disponibilizar informações e operações relativas à Rede Arrecadadora de Receitas Federais RARF, permitindo cruzamentos, filtros e agregações.
Novo Decisões WEB	Implantação e manutenção em operação do sistema NOVO DECISÕES (Libreoffice com camada de persistência em ORACLE), adequado ao Modelo de Dados Corporativo da RFB SIEF.
DW RFB - Tema Tratamento de Dimensões	Tratar as tabelas de Dimensões, comuns ao ambiente DW e responsáveis pela integração dos temas.
DW RFB - Tema IES	Tema DW voltado para tomada de decisão do nível estratégico.
DW RFB - Tema Arco	Tema DW voltado para auditoria e controle dos sistemas.
DW RFB - Tema Arrecadação	Tema DW responsável pela apresentação de dados de arrecadação de tributos federais, com históricos desde o exercício de 2000.
DW RFB - Tema Siga PF	Tema DW voltado para tomada de decisão e seleção para fiscalização dos sujeitos passivos PF.
DW RFB - Tema Siga PJ 05	Tema DW voltado para tomada de decisão e seleção para fiscalização dos sujeitos passivos PJ.
DW RFB - Tema Siga ITR	Tema DW voltado para tomada de decisão e seleção para fiscalização de imóveis rurais.
DW RFB - Tema Siga PJ	Aplicação DW voltada para tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PJ.
DW RFB - Processo ETL - CNPJ	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao CNPJ para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - CPF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao CPF para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - CAFIR	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao CAFIR para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - DIPJ	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes à DIPJ, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - SigaPF e SigaPJ	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao SIGAPJ e SIGAPF, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - DITR	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes à DITR, para carga no DW corporativo da RECEITA.
DW RFB - Processo ETL - DCTF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes à DCTF, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - DIRF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados relativos à DIRF, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - DOI/DIF/DNF/Selecon/DBF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes a diversas Declarações, para carga no DW corporativo da RFB.

DW RFB - Processo ETL - CPMF	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes à CPMF, para carga no DW corporativo da RFB
DW RFB - Processo ETL - Arrecadação	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados de arrecadação de tributos federais para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - RH	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados do SIEF RH, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Tema Ação Fiscal	Tema DW responsável pela apresentação de dados referentes às ações fiscais.
DW RFB - Processo ETL - Sinco	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados armazenados no sistema SINCO, oriundos de fontes externas, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL Arrec - Sinal	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados referentes ao SINAL, para alimentar o DW corporativo da RFB
DW RFB - Processo ETL - Perdcomp	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados dos Pedidos de Restituição e/ou Compensações - PERDCOMP para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Processo ETL - Dau	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados de pessoas físicas e jurídicas inscritas no sistema da Dívida Ativa da União, para carga no DW corporativo da RFB.
DW RFB - Tema Pagamentos	Tema DW para análise dos pagamentos das receitas administradas pela RFB, efetuando publicação detalhada dos documentos de arrecadação pagos pelos contribuintes, dados de seu processamento e transmissão efetuada pela rede arrecadadora.
DW RFB - Tema DIRPF Extração 2005	Aplicativo responsável pela extração e tratamento de dados da DIRPF para alimentar o DW corporativo da RFB
DW RFB - Tema DIRF	Tema DW para análise das DIRF apresentadas pelos contribuintes, dados de seu processamento e transmissão para análise gerencial e estratégica.
DW RFB - Tema Atendimento	Sistema gerencial com informações da Central de Atendimento ao Contribuinte, para análise estratégica da RFB
DW RFB - Tema Sped	Tema DW com alguma agregação dos dados do Sped, para análise estratégica das informações.
DW RFB - Tema Controle de Acesso	Tema DW responsável pela apresentação de dados dos perfis de acesso aos serviços da RFB, com informações do Senha DW, Senha SIEF, Senha Rede e Senha Previdência, etc
DW RFB - Tema eProcesso	Tema DW para análise estratégica dos dados do e-processo.
DW RFB - Tema Devedores	Aplicativo que permita a definição de perfil de todos os devedores da RFB, a fim de subsidiar uma posterior análise a ser feita pela RFB.
DW RFB - Tema Maiores Contribuintes	Tema DW que permite o acompanhamento dos Maiores Contribuintes.
DW RFB - TEMA SIGA PJ 01	Propiciar mecanismo de seleção de contribuintes para executar atividade de ação fiscal aos contribuintes Pessoa Jurídica.
DW RFB - TEMA SIGA PJ 02	Propiciar mecanismo de seleção de contribuintes para executar atividade de ação fiscal aos contribuintes Pessoa Jurídica.
DW RFB - TEMA SIGA PJ 03	Propiciar mecanismo de seleção de contribuintes para executar atividade de ação fiscal aos contribuintes Pessoa Jurídica.

DW RFB - TEMA SIGA PJ 04	Propiciar mecanismo de seleção de contribuintes para executar atividade de ação fiscal aos contribuintes Pessoa Jurídica.
DW RFB - Tema ARCOMEX	Tema DW voltado para auditoria e controle dos sistemas - Aduaneiro (ARCOMEX).
DW RFB - Tema Setores de Risco	Tema DW sobre os assuntos DIF Cigarros, DIF Bebidas, DNF, Selo e outros, para apoio à tomada de decisão pelos gestores da RFB.
DW RFB - Tema DCTF	Sistema responsável por disponibilizar as informações da DCTF no ambiente DW, a fim de possibilitar a extração de relatórios de cunho gerencial através do uso da ferramenta da MICROSTRATEGY.
DW RFB - Tema PERDCOMP	Tema DW para análise estratégica de informações dos Pedidos de Restituição e/ou Compensações (PerDcomp).
DW RFB - Tema DIRPF	Tema DW para análise estratégica dos dados de DIRPF apresentadas pelos contribuintes, dados de processamento, transmissão e malhas.
DW RFB - Tema IRPJ	Tema DW para análise estratégica dos dados de DIPJ, DSPJ e DASN apresentadas pelos contribuintes, dados de processamento, transmissão e malhas.
DW RFB - TEMA SIGA PF - ANO CALENDÁRIO 2005	Aplicação DW voltada para a tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PF.
DW RFB - TEMA SIGA PF - ANO CALENDÁRIO 2004	Aplicação DW voltada para tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PF.
DW RFB - TEMA SIGA PF - ANO CALENDÁRIO 2003	Aplicação DW voltada para tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PF.
DW RFB - TEMA SIGA PF - ANO CALENDÁRIO 2002	Aplicação DW voltada para tomada de decisão da Cofis sobre os declarantes PF.
DW RFB - TEMA DIRPF EXTRAÇÃO EXERC 2008	Sistema responsável pela extração e tratamento dos dados da DIRPF exercício 2008, que serão encaminhados para carga na base DW DIRPF.
DW RFB - Tema ADUANEIRO	Tema DW para análise estratégica e seleção de intervenientes aduaneiros, a partir de critérios técnicos e objetivos, possibilitando a análise das Importações e Exportações e as informações da Zona Franca de Manaus.
DW RFB - TEMA DIRPF EXTRAÇÃO EXERC 2006	Sistema responsável pela extração e tratamento dos dados da DIRPF exercício 2006, que serão encaminhados para carga na base DW DIRPF.
DW RFB - TEMA DIRPF TRANSF E CARGA 2009	Sistema responsável pela extração e tratamento dos dados da DIRPF exercício 2009, que serão encaminhados para carga na base DW DIRPF.
ARCO - AUDITORIA E CONTROLE DE SISTEMAS	Sistema de apoio às funções de controle, auditoria e correção, permitindo a visualização, de forma agregada, das transações, atualizações dos registros e operações exercidas nos sistemas operacionais da RFB.
DW RFB - Processo ETL - ARCO - CONTACORPJ	Extrator de eventos do Conta Corrente PJ, gerando informações a serem utilizadas no sistema ARCO.
DW RFB - Processo ETL - PROFISC	Aplicativo que efetua a extração de dados de eventos do Profisc, gerando informações a serem carregadas no DW ARCO.
DW DA ZONA FRANCA DE MANAUS	Solução de Datawarehouse que organiza e disponibiliza informações da Declaração de Controle de Internação da Zona Franca de Manaus

DW RFB - Processo ETL - ARCOMEX	Aplicativo que efetua a extração de dados de eventos, gerando informações a serem carregadas no DW ARCOMEX. de dados do Siscomex Importação e Exportação, permitindo à RFB auditoria desses eventos.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 08	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 08
RECEITANET	Sistema que possibilita a entrega de declarações e documentos pelos contribuintes com utilização da internet.
SIMPLES - CONSULTA CONVENIENTES	Sistema responsável por fornecer informações operacionais e gerenciais aos convenientes do Simples (INSS, estados, distrito federal e municípios) sobre as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples sob sua jurisdição.
ITR - PORTAL WEB PARA MUNICÍPIOS CONVENIADOS	PORTAL WEB de sistemas ITR para acesso pelos municípios conveniados com a RECEITA
SN - PGDAS EXTRATOR - PROGRAMA GERADOR DO DAS	Aplicativo que gera arquivos quinzenais contendo as apurações efetuadas no sistema PGDAS - Sistema Gerador de DAS e dos respectivos perfis de DAS gerados.
SINTEGRA APLICAÇÃO - SISTEMA DE INFORMAÇÃO RFB	Produção da Aplicação Sintegra – Sistema de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias. Aplicação utilizada pelas Secretarias de Fazenda Estaduais e do DF, Secretaria da Receita federal RFB, e Superintendência da Zona Franca de Manaus.
Ambiente de Treinamento RFB - CAT 09	Solução para disponibilizar ambiente de treinamento para os sistemas da categoria 09
RECEITANET-BX	O Receitanet-BX disponibiliza para download arquivos originais ECD, Fcont, EFD-IPI, EFD-Pis/Confis e NF-e. Está sendo iniciada a integração com outros sistemas, dentre eles o Contágil. O Receitanet-BX é uma aplicação cliente-servidor, desenvolvida em Java
SIEF - PRODUÇÃO DO DESIGNER 10G	SIEF – Produção do designer 10G (Oracle Developer Suite e pgms extra-case de apoio)
SIEF ADPRO - SITE DE PUBLICAÇÃO - RFB	SIEF – ADPRO – Site de Publicação RFB
Contágil - RFB	Serviço de hosting do sistema Contágil de propriedade da RFB.
Hospedagem WEBPROG - RFB	Hospedagem, armazenamento e processamento do Sistema WEBPROG.
Hospedagem SISAM - RFB	Serviço de Hosting do Sistema SISAM de propriedade da RFB

ANEXO VI

SISTEMAS COMPUTACIONAIS UTILIZADOS E SUAS FUNÇÕES – HOSPEDAGEM DATAPREV

Nome	Descrição
Consultas Técnicas	Agilizar e padronizar a troca de informações entre a Receita Federal do Brasil e as ARF em questões normativas.
INFORMAR	Tornar disponível, de forma ágil e amigável, informações gerenciais e/ou operacionais das áreas de arrecadação, fiscalização e cobrança, para a Receita Federal do Brasil, por meio da intranet. Permitir o acompanhamento das metas do plano operacional da RF.
CNAF - Cadastro Nacional de Ações Fiscais	Manter o registro e fornecer consultas, via intranet, dos procedimentos fiscais em curso e realizadas nas Delegacias da Receita Federal do Brasil. Controlar o envio de carga para os auditores fiscais. Recuperar nas bases centrais o kit da fiscalização.
Suporte WEB	Permitir o suporte técnico aos sistemas da Receita Federal do Brasil.
SAFIS - Sistema de Auditoria Fiscal	Apoiar o trabalho externo do Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil armazenando e processando dados em equipamento portátil (notebook) no momento da ação fiscal. Funciona de forma integrada com o sistema SISCOL e CNAF, de onde obtém a carga de trabalho.
AGUIA - Módulo de Tratamento de Divergências	Proceder o tratamento das divergências GFIP x GPS gerando instrumentos para cobranças dos valores devidos.
CEI WEB - Sistema de cadastramento de matrículas CEI	Cadastrar matrículas CEI e responsáveis por estas matrículas, via internet.
DISO WEB	Calcular, emitir e controlar os Avisos de Regularização de Obras (ARO), conforme as regras vigentes.
DISO WEB (INTERNET)	Declaração para regularização de obra para construção civil.
PRODIN – Sistema de Tratamento de Débitos Anteriores ao SICOB	Permitir a Receita Federal o tratamento dos débitos anteriores a migração realizada em Setembro de 1999.
SIF - Sistema de Inteligência Fiscal	O SIF - Sistema de Inteligência Fiscal é um sistema gerencial, com agregação de dados de diversas bases cujo objetivo é dar suporte ao planejamento da ação fiscal, direcionado para a detecção de indícios de sonegação e para a realização de estudos econômicos.
AUDICOMP-P - Sistema de Auditoria de Compensações Previdenciárias	
SISOBRA PREF	Cadastrar e controlar os habite-se e alvarás de obras de construção civil emitidos pelas Prefeituras Municipais.
SISOBRA NET	Permitir o encaminhamento eletrônico do arquivo com as informações de alvarás e habite-se emitidos pelas Prefeituras Municipais.
SISOBRA GER	Controla as obras existentes no cadastro da Receita Federal do Brasil de forma e evitar a decadência através do envio de cartas aos contribuintes responsáveis pelas obras.
SISCOL - Módulo de Dados Cadastrais	Manter o cadastro de empresas, contadores, co-responsáveis e obras.

SISCOL - Módulo de Procedimentos Fiscais	Controlar o recebimento da carga fiscal do sistema SAFIS.
SISCOL - Módulo de Documentos de Débito e Controle de DEBCAD	Manter o cadastro de débitos administrativos.
SISCOL - Módulo de Tabelas e Ferramentas do sistema	Manter tabelas do sistema e disponibilizar funções utilitárias.
AGUIA - Serviço de integração com o sistema SISCOL	Atualizar online o cadastro de estabelecimentos, responsáveis e obras da base de dados da Arrecadação.
AGUIA - Entidades Filantrópicas	Manter o cadastro de entidades filantrópicas a partir de dados enviados pelo CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, e outras informações.
AGUIA - Consultas ao cadastro menu estabelecimentos	Consultar e manter as informações do cadastro de estabelecimentos / entidades equiparadas para arrecadação previdenciária.
AGUIA - Consultas ao LOG de estabelecimentos	Consultar o histórico das operações sobre os dados do cadastro (LOG).
AGUIA - Consultas ao conta corrente de guias de recolhimento	Consultar dados dos recolhimentos feitos através dos documentos de arrecadação previdenciária (DARP, GRPS, GRPS-3, GPS) a partir de parâmetros de pesquisa informados pelo usuário.
AGUIA - Ajuste de guias	Localizar as guias de arrecadação (GPS, GRPS, GRPS-3, DARP) para torná-las disponíveis para ajustes de quaisquer campos, e também promover a correta associação das mesmas ao conta-corrente dos estabelecimentos / equiparados.
AGUIA - Consulta ao LOG de atualizações de guias de recolhimento	Permitir consultas ao histórico de atualizações das guias de recolhimento de arrecadação previdenciária (GPS, GRPS, GRPS-3).
AGUIA - Inclusão de guias	Incluir guias de arrecadação previdenciária (GPS, GRPS, GRPS-3) que não entraram pelo sistema de arrecadação bancária na rotina de transmissão normal, além das guias referentes a títulos, dação, depósito recursal, reembolso e restituição.
SAL - Cálculo de acréscimos legais de contribuintes individuais	Calcular as contribuições previdenciárias devidas esteja elas em atraso ou não, de contribuintes individuais, segurados especiais, empregado doméstico e facultativo na internet. Na intranet, permite, ainda, simular cálculos em datas passadas.
SAL - Cálculo de acréscimos legais de empresas e equiparados	Calcular as contribuições previdenciárias devidas, estejam elas em atraso ou não, de empresas e órgãos públicos.
SAL - Cálculo de indenizações, DIC e contagem recíproca	Calcular a indenização referente às contribuições não pagas para o período em que o exercício de atividade não exigia filiação obrigatória ao RGPS – INDENIZAÇÃO.
GPS - Emissão de GPS com código de barras offline	Emitir a GPS paga pagamento de contribuições que não estejam em atrasos com o código de barras quando não houverem contribuições para outras entidades.
Restituição - Sistema de Restituição	Efetuar o cálculo dos valores a restituir relativos a contribuições da retenção da Lei 9711.
AGUIA - Módulo GFIP	Fornecer informações relativas às GFIPs dos contribuintes (CNPJ e CEI), confrontar os valores devidos à Previdência com os valores recolhidos (GPS) e proceder tratamento das divergências encontradas.

GFIP WEB - Consultas	Aplicativo destinado a disponibilizar para consultas informações dos arquivos GFIP originais declarados pelos contribuintes e armazenados na base GFIP WEB.
GFIP WEB - Desbloqueio de GFIP	Sistema destinado a desbloquear GFIP's.
CNISA - Módulo on-line	Atualizar e Disponibilizar consultas às bases de dados agregados por estabelecimento para apoiar os serviços de Arrecadação e Fiscalização.
CNISA - DCBC	Relacionar as remunerações dos trabalhadores declaradas em GFIP, por estabelecimento, competência e FPAS, apresentando os trabalhadores discriminados de acordo com a sua categoria e código de ocorrência (exposição a agentes nocivos).
CND - Sistema Corporativo	Cadastrar, emitir e controlar pedidos de certidão baseada na análise das informações constantes na base e nas regras de negócio vigentes.
CND - Sistema de Baixa de Empresas	Emitir e controlar pedidos de certidão de baixa de empresa (finalidade 3) baseada na análise das informações constantes na base e nas regras de negócio vigentes.
CND - Serviços de Pedido de CND e Consulta na WEB	Cadastrar pedido, emitir certidão e verificar na Internet a situação de uma empresa para concessão de certidão baseada na análise das informações constantes na base e nas regras de negócio vigentes.
SICOB - Módulo Documento Original	Possibilitar o tratamento / acompanhamento dos dados do documento original.
SICOB - Módulo Processo	Possibilitar o tratamento / acompanhamento dos dados do processo.
SICOB - Módulo Parcelamento	Possibilitar o tratamento / acompanhamento dos parcelamentos.
SICOB - Módulo Cobrança	Possibilitar o tratamento / acompanhamento da cobrança.
SICOB - Módulo de Apoio e Tabelas Auxiliares e Impressão	Possibilitar a consulta a todas as tabelas auxiliares utilizadas pelo sistema.
SICOB - Módulo de Integração com o SISCOL	Cadastramento de NFLD, LCD e AI, retificação dos processos, desmembramento e cadastramento de decisão no SICOB que são informadas através do sistema SISCOL.
SICOB - Ambiente de Treinamento	Prover ferramental informatizado para treinamento do Sistema SICOB, no ambiente de Treinamento /Desenvolvimento.
RETPREF - Módulos Retenção e Remessa	Permitir o cadastramento e a manutenção dos valores lançados para retenção do Fundo de Participação de Estados e Municípios.
CND WEBSERVICE	Disponibilizar funcionalidade por meio de um web service para uso da Receita Federal do Brasil para verificação fiscal das contribuições previdenciárias de determinada Empresa.
FNDE - Transferência de débitos do salário educação para Receita	Transferir os processos administrativo-fiscais, relativos ao salário educação, constituídos no FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para os Sistemas de Cobrança e Dívida Ativa Previdenciários, com a finalidade de atender a Lei 11.547/2007
Parcelamento Especial	Disponibilizar funcionalidade para concessão On-Line de parcelamento especial de dívidas previdenciárias de um determinado contribuinte. Essa funcionalidade contempla troca de arquivos e requisições de Webservice entre DATAPREV e SERPRO.
SISFPJ	Serviço de Informação da Situação Fiscal de Pessoa Física e Jurídica
PARCWEB Ecac - Módulo Parcelamento Lei 10.522/02	
RESTCI - Restituição do	Permitir à Receita Federal a inclusão de guias negativas, GPS/GFIP, para devolução de

Contribuinte Individual	indébitos de contribuintes individuais, via INTRANET.
SDJ - Sistema de Depósito Judiciais Extra-Judiciais	Controlar as entradas das remessas de dados de Depósito e Liberação, Judicial e Extrajudicial, desde a recepção, incluindo sua passagem pelas diferentes etapas de tratamento. Disponibilizar dados para gestão do RFB e PGFN, tanto ao nível central quanto regional.
AGUIA - Serviços de Atualização de Guias de Recolhimento	Atualização da conta corrente dos contribuintes em função dos recolhimentos efetuados por meio da GPS – Guia de Previdência Social.
AGUIA - Batimento GFIP x GPS	Efetuar o batimento GFIP x GPS, apurando o conta-corrente de divergências do contribuinte.
SISOBRA - Rotinas de sincronização do cadastro de obras	Manter a base de dados de obras do sistema SISOBRA GER sincronizada com o cadastro de obras central da Receita Federal do Brasil.
SISOBRA - Rotinas de atualização com as obras das prefeituras	Incluir novas matrículas CEI na base de dados de obras da Receita Federal do Brasil com as informações encaminhadas pelas Prefeituras Municipais.
AGUIA - Serviços de Integração com o cadastro do CNPJ	Atualizar o cadastro de estabelecimentos da base de dados da Arrecadação com os movimentos oriundos do SERPRO.
ARPA - Apropriação das Receitas - Obrigações Correntes	Gerar lançamentos para o registro oficial das receitas de Obrigações Correntes, Débitos Administrativos e Procuradoria, calcular e efetuar o repasse dos valores apurados correspondentes às entidades Terceiros.
AGUIA - Serviços de Integração com o sistema GFIP WEB - carga da GFIP	Atualização da GFIP versão 8 ou posterior na base de dados de arrecadação.
AGUIA - Serviços de Distribuição de Valores da GFIP	Distribuição dos valores de GFIP versão 8 ou posterior na base de dados de arrecadação, gerando a conta corrente de GFIP do contribuinte.
AGUIA - Serviços de controle de IP e tratamento de divergências	Gerar, emitir e controlar o vencimento das IPs e a gravação dos DCGs no SICOB.
GFIP WEB - Carga da GFIP	Sistema destinado a captar e armazenar os arquivos SEFIP / GFIP originais transmitidos pelas empresas via Internet, por meio do sítio Conectividade Social, operado pela Caixa Econômica Federal.
GFIP WEB - Extração para receita	Extração e transmissão para o MV2 das informações das GFIP originalmente declaradas pelos contribuintes e armazenadas na base GFIP WEB.
GFIP WEB - Extração AUDIG	Sistema destinado às extrações dos arquivos GFIP originais transmitidos pelas empresas via Internet, por meio do sítio Conectividade Social, para AUDIG.
GFIP WEB - Bloqueio de GFIP	Carga de arquivo destinado a atualizar com marca de débito as GFIP's de Empresas em débito (DCG) e bloquear entrada de novas GFIP's.
CNISA - Agregado RAIS	Processar o movimento da RAIS atualizando a base de dados agregados do CNIS e gerando informações para os sistemas de Arrecadação.
SICOB - Rotina de Atualização Mensal da Base	Manter toda a base de informações de Créditos e parcelamentos atualizada.
SICOB - Rotina de Emissão de Cobrança Mensal de Parcelamento	Emitir a cobrança mensal dos parcelamentos cadastrados na base a serem cobradas via GPS, débito em conta-corrente e FPM.

SICOB - Rotina de Apropriação de Pagamentos	Tratar os pagamentos efetuados na rede bancária com códigos de recolhimento de Cobrança administrativa.
SICOB - Rotina de Integração com o REFIS/SERPRO	Tratar as informações enviadas pelo SERPRO com relação às adesões das empresas ao REFIS.
SICOB - Rotina de Carga de Depósito Judicial	Receber as informações de depósitos judiciais via SDJ – Sistema de Depósitos judiciais e permitir sua vinculação e apropriação nos créditos do sistema SICOB.
RETPREF - Rotinas de cálculo e envio de retenção para o BB	Encaminhar ao Banco do Brasil os arquivos com os comandos de retenção do fundo de participação de estados e municípios, baseado nas regras estabelecidas para cada modalidade de retenção.
Tramitação de processos nas unidades RFB e PGFN	Movimentar os processos em cobrança administrativa entre as unidades da RFB, em função de alteração da unidade responsável pelo contribuinte, por alteração de jurisdição, mudança do estabelecimento centralizador do contribuinte ou no endereço do mesmo.
COBRE - Sistema de Controle Básico de Remessas de GPS	Controlar as entradas das remessas de dados de diferentes rotinas de arrecadação, desde a recepção, incluindo sua passagem pelas diferentes etapas de tratamento. Disponibilizar dados para gestão financeira, tanto ao nível central quanto regional.

ANEXO VII

NECESSIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE NOVOS SISTEMAS

Subsecretaria do Produto	Área Gestora do Produto	Nome do Produto	Descrição do Produto	Valor Autorizado (R\$)	Prestador de Serviços
Suara	Coaef	Recuperação e Registro da Memória Institucional	Livro históricos sobre as Alfândegas do Brasil - no mínimo uma Alfândega de cada RF (Florianópolis, Santos, Rio de Janeiro, Salvador, Manaus etc.	200.000,00	Fábrica de Software
Suara	Corec	SCC - Per/Dcomp On line	Disponibilizar serviços aos contribuintes que facilitem o exercício de seu direito de solicitar uma restituição, ressarcimento ou reembolso e declarar compensação.	176.300,00	Serpro
Suari	Coana	Armamento Institucional	Criar sistema para administrar o armamento institucional em nível nacional.	250.000,00	Fábrica de Software
Suari	Coana	Estruturação de Atividades Náuticas	Desenvolver sistema para estruturar e controlar as atividades náuticas em nível nacional.	400.000,00	Fábrica de Software
Suari	Coana	Lacre Eletrônico / SINTIA / Trânsito	Sistema para amparar o Lacre Eletrônico, bem como o SINTIA - Sistema Internacional de Trânsito Aduaneiro e Trânsito Aduaneiro	1.000.000,00	Serpro
Suari	Coana	Loja Franca de Fronteira	Sistema para controlar as cotas individuais nas vendas de produtos em lojas francas de fronteiras.	350.000,00	Serpro
Suari	Coana	OEA - Operador Econômico Autorizado	Desenvolver adaptações nos sistemas Siscomex Importação e Exportação para a Implantação do Programa	300.000,00	Serpro
Suari	Coana	PCE 03 - Novo Processo de Exportação	Adequar processo de exportação, por meio de uma entrada única de dados em portal de comércio exterior, com base na NF-e: - Modulo de Tratamento administrativo que permita a anuência em lote para várias exportações; - Modulo de Despacho de exportação vinculado à anuência e com as NF-e de exportação; - Integrar a emissão e consolidação do Conhecimento de Embarque Eletrônico à NF-e.	3.600.000,00	Serpro
Suari	Coana	PCE 04 - Cadastro de Intervenientes	Cadastro único de intervenientes: Despachante e ajudantes, Transportador, Depositário, Exportador, Importador, Peritos, Assistentes Técnico, Beneficiários de regime aduaneiro ou procedimento simplificado, Agente	650.000,00	Serpro

			de Carga, Operador de Transporte Multimodal, Operador Portuário, Administrador de Recinto Alfandegário, Órgãos Anuentes, Aduana, fornecedores estrangeiros e processos produtivos.		
Suari	Coana	PCE 05 - Catálogo de Produtos	Classificação prévia dos produtos para ser utilizada em todas as etapas do processo de exportação e importação.	1.400.000,00	Serpro
Sucor	Cogep	SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE PESSOAS - SIGP	Construção de sistema único integrado para Área de Gestão de Pessoas que evite inconsistências de informação gerencial, retrabalho na manutenção dos processos virtualizados e fomente o intercâmbio de dados entre diversos módulos e aplicações.	800.000,00	Serpro
Sucor	Copol	Sistema de Controle de Prestação de Contas de SF	Trata-se de sistema destinado a controlar a prestação de contas de suprimento de fundos por parte das Setoriais Contábeis da RFB. Existe a necessidade de se melhorar a supervisão dos suprimentos de fundos, diminuindo ocorrências junto ao TCU e CGU e permitindo respostas mais rápidas a estes órgãos.	300.000,00	Fábrica de Software
Sucor	Cotec	Gestão de Métricas de Software	O produto Gestão de Métricas tem por finalidade realizar a gestão e controle da contagem dos pontos de função dos sistemas da Receita Federal permitindo a análise de histórico de contagens, análise de rendimento dos prestadores de serviço e tamanho funcional de cada sistema. Vislumbra-se a construção de um sistema em conformidade com a métrica de dimensionamento de sistemas padronizadas pela International Function Point Users Group (IFPUG) e NESMA que permita: -o registro de roteiros de métricas; -o cálculo e o registro de contagem dos pontos de função; -a criação e manutenção de uma base de conhecimento das contagens realizadas; -a criação e a manutenção de um repositório das evidências utilizadas na contagem (documentação); -a derivação de indicadores de qualidade e produtividade; e -a gestão do processo de validação de contagem e acompanhamento da evolução da base instalada por meio de relatórios gerenciais customizados pelo usuário;	228.502,50	Fábrica de Software

Sucor	Cotec	GTEC - Gerência do Ambiente Informatizado	O Gtec é um sistema de apoio às atividades dos Gerentes do Ambiente Informatizado, nos níveis local, regional e nacional. Através dele, é possível realizar o controle do parque de equipamentos (Desktops, notebooks, servidores, impressoras, switches e demais equipamentos patrimoniados), registrar agentes intervenientes, fazer o comparativo com as demais bases (AD, Tivoli, SEP, DHCP), controlar contratos de manutenção e garantia, controlar licença de software, além de monitorar servidores (discos, serviços, desempenho e falhas).	300.000,00	Fábrica de Software
Sucor	Cotec	K-RFB	Novo Sistema de Controle de Acesso da Receita Federal do Brasil (RFB), integrado com o e-Fau e com o Sief-RH. Irá substituir o Senha-Sief, e gradualmente o Senha-Rede, o SAA e demais controles de acesso porventura utilizados pela Receita.	300.000,00	Serpro
Sufis	Cofis	SPED - Bancos de Dados	Análise e Criação dos bancos de dados necessários a captação e ao tratamento das informações oriundas do SPED	250.000,00	Serpro
Sufis	Cofis	SPED NFS-e	Esse projeto visa o benefício das administrações tributárias padronizando e melhorando a qualidade das informações, racionalizando os custos e gerando maior eficácia, bem como o aumento da competitividade das empresas brasileiras pela racionalização das obrigações acessórias (redução do custo-Brasil), em especial a dispensa da emissão e guarda de documentos em papel.	200.000,00	Serpro
Sufis	Copes	Intercâmbio Internacional de Informações Financeiras Para Evitar a Evasão Fiscal (FATCA)	Envio e recebimento das informações relativas ao Acordo de troca de informações entre o Brasil e os Estados Unidos.	600.000,00	Serpro

ANEXO VIII

CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo R\$	Valores Desembolsados 2014 - R\$
			CNPJ	Denominação		
SRRF 03/2012	Locação de máquinas multifuncionais	01/01/2013 a 31/12/2014	06.101.609/0001-33	PRINTEC TECNOLOGIA DA IMPRESSÃO LTDA - EPP	76.320,00	28.626,55
DRF/Belo Horizonte 002/2013	Prestação de serviços de locação de 108 máquinas reprográficas	01/10/2014 a 30/09/2015	06.101.609/0001-33	PRINTEC TECNOLOGIA DA IMPRESSÃO LTDA	249.000,00	104.290,43
DRF/ Divinópolis 7/2012	Locação de impressoras multifuncionais	01/01/2013 a 31/12/2014	06.101.609/0001-33	PRINTEC TECNOLOGIA DA IMPRESSÃO LTDA	59.799,60	23.316,25
DRF/Juiz de Fora 3/2012	Locação de máquinas de reprografia, impressão, fax e scanner (multifuncionais), de impressoras a laser e de impressoras de cartões PVC.	20/12/2012 a 19/12/2013 – vigência inicial 20/12/2013 a 19/12/2014 – vigência do termo aditivo	06.101.609/0001-33	PRINTEC TECNOLOGIA DA IMPRESSÃO LTDA	127.168,00 (período de 20/12/2012 a 19/12/2014) 48.360,00 (período de 20/12/2013 a 19/12/2014)	53.524,36
DRF/Sete Lagoas 10/2012	Prestação de Serviços de Locação de máquinas reprográficas. 24 máquinas para DRF e Agências.	01/01/2013 a 31/12/2014	06.101.609/0001-33	PRINTEC TECNOLOGIA DA IMPRESSÃO LTDA	79.899,84	24.113,68
DRF/Uberaba 04/2011	Prestação de serviços de locação de Máquinas Multifuncionais	31/12/2015	05.933.276/0001-46	Printer Magazine Ltda	37.392,00	18.696,00
DRF/Contagem 20/2010	Reprografia	01/01/2011 a 31/12/2014	00.487.928-0001/42	Copycentro	122.477,67	30.070,68
DRF/Coronel Fabriciano 009/2012	Prestação de Serviços de Locação de máquinas reprográficas: 11 máquinas DRF, 2 máquinas JME	01/01/2013 a 31/12/2014	06.101.609/0001-33	PRINTEC TECNOLOGIA DA IMPRESSÃO LTDA	35.419,92	11.271,70
IRF/ Belo Horizonte	Locação de máquinas de	27/09/2010	25.507.518/0001-47	HELIOTECMINAS COMÉRCIO E	99.900,72	14.731,08

08/2010	reprografia multifuncionais com prestação de assistência técnica e manutenção e reposição de todas as peças e suprimentos que se fizerem necessários, exceto papel.	a 26/09/2014		REPRESENTAÇÕES LTDA		
IRF/ Belo Horizonte 05/2014	Locação de máquinas de reprografia multifuncionais com prestação de assistência técnica e manutenção e reposição de todas as peças e suprimentos que se fizerem necessários, exceto papel.	27/09/2014 a 26/12/2014	25.507.518/0001-47	HELIOTECMINAS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	4.984,20	4.984,20
DRF/Governador Valadares 1/2012	Prestação de serviço de locação de equipamentos reprográficos	01/04/2014 a 31/03/2015	07346326/0001-14	REPRO'S SISTEMAS DE REPRODUÇÃO E IMPRESSÃO	31.995,00	26.087,22
DRF/Montes Claros 18/2010	Locação de Multifuncionais	31/12/2014	09.187.928/0001-42	Curvelo Copiadoras Ltda	81.114,60	16.222,92
DRF/Montes Claros 04/2014	Locação de Multifuncionais	05/12/2016	06.101.609/0001-33	PRINTEC TECNOLOGIA DA IMPRESSÃO LTDA	41.280,96	0,00
DRF/Poços de Caldas 12/2011	Prestação de serviços de locação de multifuncionais (12 máquinas)	01/01/2014 a 31/12/2014	06.947.769/0001-06	Jetmax Soluções em Impressões Ltda	24.235,20	14.137,59
DRF/Varginha 08/2012 (Subrogado pela DRF DIV)	Locação de impressoras multifuncionais	01/01/2013 a 31/12/2016	06.101.609/0001-33	PRINTEC TECNOLOGIA DA IMPRESSÃO LTDA	165.999,84	30.979,68
DRF/Uberlândia 19/2010	Locação de máquinas multifuncionais	01/01/2011 a 31/12/2014	06.101.609/0001-33	PRINTEC TECNOLOGIA DA IMPRESSÃO LTDA	87.417,42	28.525,08

